

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC - SP**

LILIANA MANTONI

**Em busca dos olhares: imagens fotográficas de crianças e
adolescentes em situação de risco na cidade de São Paulo**

SÃO PAULO

2014

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC - SP

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAI

LILIANA MANTONI

**Em busca dos olhares: imagens fotográficas de crianças e
adolescentes em situação de risco na cidade de São Paulo**

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob a orientação da Profa. Dra. Marisa do Espírito Santo Borin.

SÃO PAULO

2014

Banca Examinadora:

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Dissertação por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____ Local e Data: _____

AGRADECIMENTOS

Ao Julio Sentoamore, por ter contribuído generosamente para a realização do mestrado.

À minha avó Maria Assêncio Sanchez (*in memoriam*), que me ensinou a olhar a dor dos outros, e, curioso que tenha começado pela fotografia.

A todas e todos os adolescentes que de alguma forma participaram desta pesquisa, tenho uma dívida impagável. Apesar de não poder descrever aqui seus nomes verdadeiros, guardo-os comigo para sempre.

À Professora Marisa do Espírito Santo Borin pela orientação, pelo acolhimento. Pude conhecê-la melhor durante esse período que foi pautado pelo diálogo, pelo respeito por minhas escolhas. Pela sua capacidade, que admiro muito, de reter o que o aluno tem a oferecer.

À Maria Antonieta da Costa Vieira, pesquisadora e militante comprometida com a rua. Seu apoio e suas observações foram fundamentais para a realização desse percurso, a começar pelo projeto de pesquisa, seguido pelas criativas conversas sobre o trabalho de campo com os adolescentes e as imagens, e chegando até o exame de qualificação, quando seus comentários foram preciosos para este trabalho e o desenvolvimento da minha formação acadêmica.

À Professora Ana Amélia da Silva, pelas contribuições fundamentais por ocasião do exame de qualificação, pelas aulas, pelas indicações bibliográficas e filmicas.

À amiga Michiko S. de Carvalho, por ter acreditado no meu potencial para a realização deste trabalho, pelo interesse e comentários sobre as imagens, pelos empréstimos dos livros, pelas dicas de filmes.

Ao Ademar Ferreira, amigo, professor e pesquisador, pelo apoio, pelas leituras atentas que foram feitas e pelo *Abstract*, colaborando, mais uma vez, para minha formação acadêmica.

À Mariza Pinto, minha amiga, que gentilmente interessou-se em ler e discutir o texto sobre os adolescentes, tão queridos por nós.

À Valéria Pássaro, coordenadora da Casa Taiguara Expedições, por ter compreendido os objetivos da pesquisa e autorizado sua realização. Agradeço também aos demais funcionários da Expedições, especialmente à Sthefania Carvalho.

À Géraldine Challe, a estrangeira que me abriu as portas na Casa Expedições.

À equipe de trabalho do Espaço de Convivência da Criança e do Adolescente (Vale do Anhangabaú), pelo recebimento da coordenadora Maria Aparecida Dutra, aos educadores pelas atividades e pelo carinho junto às crianças e adolescentes, especialmente ao Pablo, educador e psicólogo.

À Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) que, por meio do contato com a coordenadora da Proteção Social Especial Isabel C. Bueno da Silva, Fabiana de Gouveia Pereira, e especialmente ao Jorge Artur Canfield Floriani do CREAS-Sé, por terem colaborado para a viabilização da pesquisa nos espaços institucionais.

Aos professores e aos secretários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP.

Aos colegas de turma do curso de Pesquisa em Ciências Sociais, ministrado pela professora Marisa do Espírito Santo Borin: Adriana de Moraes, Nicole Bilbao, e especialmente Jussara Moreira e José Carlos pelo interesse por este trabalho.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela bolsa de mestrado.

Ao professor Etienne Samain por ter me recebido em suas aulas na Universidade de Campinas (UNICAMP) no curso Epistemologia e Antropologia da Comunicação Visual.

Às organizações da Segunda Escuela Internacional de la Red de Posgrados en Infancia y Juventud – Clacso/OEI em 2012; do Seminário de Pós-Graduação em Ciências Sociais PUC-SP em 2012; do Comunicon 2012 e da X RAM-Reunião de Antropologia do Mercosul em 2013, eventos dos quais participei, e pelos comentários que foram feitos por ocasião da apresentação da pesquisa em andamento.

Ao Alejandro Tarafa Guzmán, orientando do professor Ademar Ferreira, do curso de mestrado da Pós-Graduação em Engenharia Elétrica da Escola Politécnica da USP, pela tradução do artigo apresentado na X-RAM, Reunião de Antropologia do Mercosul.

Aos meus pais, Thereza e Caetano, pelo amor.

Ao

Julio

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar as imagens fotográficas de crianças e adolescentes em situação de risco, que foram veiculadas no jornal Folha de São Paulo, no período de 2007 a 2011, visando captar as representações que foram elaboradas pela mídia impressa sobre esse segmento social. São analisados também os olhares de adolescentes que participaram da pesquisa e que vivem situações semelhantes às aquelas representadas nas imagens. Na parte inicial, está detalhada a metodologia utilizada para a seleção das imagens do acervo do jornal Folha de São Paulo, a forma de classificação delas, segundo temas e os segmentos de expressão e conteúdo, além do trabalho de leitura das imagens realizado com adolescentes, que moram em casa de acolhimento e outros que circulam pelo serviço de atendimento. Com base no pressuposto de que o jornal contribui para a constituição do imaginário social, discute-se a irrupção do imaginário na natureza humana e nas relações entre mídia e representações sociais. A presença do imaginário é apontada na produção jornalística e seus efeitos na recepção da imagem, da notícia e também na formulação das representações sociais que são veiculadas na mídia. Posteriormente analisam-se os contextos de produção das imagens fotográficas e de seus padrões recorrentes, com base nos temas e nos atributos espaciais e corporais, que por sua vez impõem sentidos (visíveis e invisíveis) às representações. Complementarmente a essa análise, são reveladas as interpretações feitas pelos adolescentes na relação das imagens do jornal e das imagens que têm de si.

Palavras-chave: crianças e adolescentes em situação de risco; imagem fotográfica; imaginário; imagem e mídia.

ABSTRACT

This dissertation intends to analyze photographic images of children and teen-agers in situation of risk, reported by the newspaper Folha de São Paulo from 2007 to 2011, in order to understand the representations of this social segment as elaborated by the press media. Also analyzed are the ways of seeing of the youngsters that participated in the search and who live similar situations to those represented in the images. Initially, the methodology used to select the images from the newspaper's records is presented, and their classification by themes, expression and contents, is dealt with. A reading of the images was undertaken together with the adolescents who live in shelter houses as well as those circulating by the social work service. On the presupposition that the newspaper contributes to the building of the social imagery, we discuss the irruption of imagery in human nature and in the relation between the media and social representations. The presence of the imagery is pointed to in the journalistic production and reception regarding news and images, and also in the formulation of the social representations by the media. Further analyzed are the context of the photographic image production and its recurrent patterns based on themes and spatial and body attributes that impose meanings (visible or invisible) to the representations. Complementally, the youngsters' interpretations of the newspaper images and the images they have of themselves are revealed.

Keywords: children and adolescents in situation of risk; photographic image; imagery; image and media.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	12
1.1 A seleção das imagens fotográficas no jornal Folha de São Paulo	13
1.2 Classificação das imagens fotográficas	14
1.3 Os sentidos das imagens fotográficas	17
1.4 Fotos sobre a mesa: a espera dos olhares dos jovens	20
CAPÍTULO II – O IMAGINÁRIO, A MÍDIA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	26
2.1 Um ser “imaginário, imaginante...”	26
2.2 Imaginário e Mídia	31
2.3 Imaginário e Representações Sociais	35
CAPÍTULO III – OLHARES ENCONTRADOS – OLHARES VICIADOS: OS SENTIDOS DAS IMAGENS FOTOGRÁFICAS	42
3.1 A questão da representação: uma discussão inicial	42
3.2 A Rua: os sentidos das imagens captadas pelo jornal	47
3.2.1 Representações Polarizadas: imagens do Centro de São Paulo e imagens de crianças e adolescentes	47
3.2.2 As tematizações e os recursos fotográficos das imagens captadas da rua	54
3.2.2.1 Cenas da droga	56
3.2.2.2 Cenas da abordagem policial	70
3.2.2.3 Cenas do atendimento social	72
3.2.2.4 Cenas do dia a dia na rua	74
3.3 As Instituições: os sentidos das imagens captadas pelo jornal	75
3.3.1 Representações polarizadas: imagens da Fundação Casa e imagens de crianças e adolescentes	76
3.3.2 As tematizações e os recursos fotográficos das imagens captadas das instituições	83
3.3.2.1 Cenas de atividades esportivas	88

3.3.2.2 Cenas do dia a da na instituição	90
3.3.2.3 Cenas de rebelião	93
3.3.2.4 Cenas de atividades lúdicas	96
3.4 (Des) Proteção à imagem da criança e adolescente	97
3.5 Narrativas visuais: histórias incompletas	101
CAPÍTULO IV – OS OLHARES DOS ADOLESCENTES: O ENCONTRO COM AS IMAGENS DO JORNAL	111
4.1 Os adolescentes: entre estranhamentos e silêncios	111
4.2 As imagens escolhidas para falar de “si” e dos “outros”	117
4.2.1 O “noia”	118
4.2.2 Nem feios, nem sujos, nem malvados	121
4.2.3 Identificação com o território	123
4.2.4 A droga, a polícia, a bola e o brinquedo	125
4.2.5 Variações da visão do duplo	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159

ÍNDICE DAS IMAGENS FOTOGRÁFICAS

Foto número	Página
270107	74
170307a	130
170307b	59
030607	66
210607	74
050108	91
140208a	129
140208b	66
120708	114
220309a	88
220309b	88
150609a	91
150609b	140
150609c	92
230709	72
240709a	128
240709b	61
250709a	135
250709c	141
090809a	63
150909a	137
150909b	137

191109	66
281209	61
260210	135
270210	59
210510	61
130710a	88
130710b	88
140710	141
140810	93
180910	72
041010	92
261210	113
080111a	63
080111b	63
150511b	133
070411	93
140611d	59
100811a	103
100811b	103
100811c	103
140811	103
020911	140
180911	143
101111	96
081211a	70
081211b	70

LISTA DE SIGLAS

Estatuto da Criança e do Adolescente	(ECA)
Espaço de Convivência da Criança e do Adolescente	(ECCA)
Folha de São Paulo	(FSP)
Fundação Casa	(FC)
Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor	(FEBEM)
Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas	(FIPE)
Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente	(ILANUD)
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	(SMADS)

INTRODUÇÃO

Em um mundo no qual o sentido da visão é supervalorizado, as imagens ganham grande relevância. Estamos frequentemente em contato com imagens impressas, eletrônicas, desenhadas, quer seja pela TV, jornais, revistas, web (sites, blogs, redes sociais) ou até mesmo em paredes de edifícios, muros da cidade, corpos tatuados, há imagens que se propõem a comunicar. Mesmo com a sua grande reprodução e difusão, nem sempre damos atenção crítica a elas, muito embora atinjam nossos sentidos, principalmente a visão, e também o imaginário. Elas são percebidas como naturais e, na verdade, são produtos de uma cultura.

Nesta dissertação de mestrado, o nosso foco são as imagens fotográficas de crianças e adolescentes em situação de risco¹, que foram veiculadas no jornal impresso Folha de São Paulo entre os anos 2007-2011, e selecionadas do acervo do referido jornal. A escolha deste jornal se deu, na ocasião, em função da disponibilidade de consulta via online e também no próprio jornal.

O tema desta dissertação foi motivado pelo meu fascínio por imagens, especialmente a fotografia, que me levou a cursar a disciplina de Antropologia Visual, ministrada pela Professora Sylvia Caiuby Novaes, no último semestre (2001) do curso de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP). Vislumbrei naquele momento, ao conhecer o livro *A Câmara Clara* de Roland Barthes, uma ligação entre a fotografia e o imaginário. Dois anos depois, participei do grupo de pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) sobre os moradores de rua, e mais tarde da contagem de crianças e adolescentes em situação de rua, quando então pude conhecer a Professora Marisa Borin, que veio a ser orientadora desta dissertação. A partir destas duas experiências, tive comigo o sonho de realizar o mestrado.

A mídia e o visual, para Loizos (2003), não podem ser ignorados, em razão da influência que exercem na vida social, política e econômica (LOIZOS, 2003,p.138). O jornal, com o texto visual (imagens fotográficas) e o texto escrito, comunica, representa determinados grupos sociais em função dos assuntos da atualidade.

Apesar da capacidade imaginativa do humano, a eficácia das fotografias jornalísticas tendem para uma racionalidade e uma subjetividade que, de modo quase imediato, informam

¹ O que se entende por criança e adolescente em situação de risco será definido adiante.

o leitor. São fotos que não nos desorganizam. Nos diz Barthes² (1999 [1957]), o fotógrafo já “refletiu”, já “julgou”, cercou a foto de sentidos para compor seu tema, que pouco ou nada sobra para o leitor avaliar a imagem, emitir uma opinião (BARTHES, 1999, p.68). Nem por isso elas estão despossuídas de emoção. Essas imagens “excessivamente hábeis”, quer seja captando um momento raro, quer seja acrescentando ao acontecimento o contraste, proporcionam uma “leitura instantânea”, sem que o leitor se perca no visual (*Ibid., loc.cit.*). São composições que procuram impor limites à sua recepção, sem que se faça ressoar ou perturbar o espectador. Se tais imagens já não nos arrebatam, elas produzem sentidos por meio de suas mensagens, cujo leitor nem sempre está atento. Então nos sobra o trabalho intelectual de identificar os níveis do conteúdo fotográfico em que constam os dados “visíveis” e os “invisíveis”, conforme Leite (2001[1993], p.153). Assim, importa conhecer os sentidos atribuídos às crianças e adolescentes representados nas imagens, além de revelar as posições social e política que são a eles designadas.

Este trabalho parte do pressuposto de que os sentidos presentes nas fotos jornalísticas impressas pela Folha de São Paulo difundem e contribuem para a constituição de um imaginário social sobre crianças e adolescentes em situação de risco. Sua natureza institucional influencia modos de ver, perceber e entender a realidade social representada nos textos visuais e nos escritos.

Nosso objetivo primeiro é saber como são representadas as crianças e adolescentes pelo jornal, visando identificar as recorrências imagéticas e os seus sentidos. Ou, de outra forma, como foram tratadas questões da infância e juventude por meio das imagens, ou seja: O que liga essas imagens fotográficas de modo a fazer parte de um imaginário social? São imagens cujos sentidos se repetem e se consolidam como parte de um imaginário? Quais são os sentidos visíveis e os invisíveis nas imagens? Essas imagens consolidam uma narrativa, uma história sobre crianças e adolescentes em situação de risco?

Interessa-nos também conhecer as leituras, imaginárias e reais, de adolescentes por meio de suas falas quando diante das imagens que foram veiculadas na mídia impressa, e verificar se há ou não identificação deles com as situações implícitas nas representações³ criadas pelo jornal.

² R.Barthes, em sua obra *Mitologias*, refere-se a ‘fotos-choques’ que têm a intenção clara de significar (1999 [1957] p. 67).

³ Diz respeito à instituição de um representante para ocupar o lugar do qual se representa (AUMONT, 2011 [1990], p.104). Será abordado no capítulo III.

Consideram-se crianças aquelas com idade até doze anos incompletos, e adolescentes aqueles com doze a dezoito anos de idade⁴. A “situação” refere-se às condições do momento de vida, situação de vulnerabilidade e de perigo de vida. Por “risco”, entendemos a probabilidade de ocorrência de algum evento contra a criança e ao adolescente, sem incidir numa “conotação moral direta” (GREGORI, 2000, p. 65). Assim, criança e adolescente em situação de risco referem-se àqueles que, por motivos diversos, estão sujeitos a riscos decorrentes da ausência familiar, violência doméstica, abuso sexual, uso de drogas, vivência nas ruas, ato infracional, entre outras possibilidades.

Em 2007, foram encontradas 1.842 crianças e adolescentes⁵ nas ruas da cidade de São Paulo, e 357 crianças e adolescentes acolhidas em instituições municipais, Centro de Referência de Crianças e Adolescentes (CRECAS) e Casas de Acolhida, conforme o primeiro Censo e Contagem de Crianças e Adolescentes⁶ na Cidade de São Paulo, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMADS), através da Fundação e Instituto de Pesquisa Econômica (FIPE) (FIPE, 2007a, p.32 e 67). Dessas crianças e adolescentes, 70,4% eram do sexo masculino, e 27,7% do feminino. A maioria (79,2%) era de cor parda e preta, os demais eram de cor branca (19,6%). Quanto à faixa etária presumida, encontrou-se um certo equilíbrio entre as crianças com menos de 12 (43,1%) e os adolescentes com mais de 12 anos (54,7%) (*Ibid.*, p.38-40).

Foi identificada uma concentração de crianças e adolescentes em situação de rua na área central, nos distritos da República, Sé e Santa Cecília⁷ (*Ibid.*, p.37). Nas áreas recenseadas predominavam atividades comerciais, como lojas, bares, restaurantes, supermercados e comércio ambulante. Nessas áreas, os pontos e o entorno garantiam às crianças e adolescentes a obtenção de renda através de várias atividades. No momento em que foram recenseados, praticamente a metade estava trabalhando. Os resultados apontam que um “grupo bastante definido” (58,4%), tanto do sexo masculino quanto do feminino, estava desempenhando atividades geradoras de renda por meio do trabalho (vendas e pequenos serviços) ou do pedido de esmola (*Ibid.*, p.42). Os produtos vendidos eram: doces, água,

⁴ Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Art.2.

⁵ “Não há informações de censo em períodos recentes que possibilitem comparações, no entanto, levantamento realizado por FABES em 1997 em toda cidade, encontrou 1.465 crianças e adolescentes em situação de rua, o que significaria um aumento de 25,7% nos últimos 10 anos. A comparação deve ser feita com cautela, haja vista diferenças na metodologia dos levantamentos” (FIPE,2007a, p.32).

⁶ A Fipec (2007a) utilizou a definição operacional de criança e adolescente em situação de rua e trabalho infantil, considerando aqueles com até 18 anos, mas também fizeram parte da pesquisa as crianças e adolescentes nos serviços de acolhimento (2007a, p.13 e 67).

⁷ Seguidos por outros distritos: Itaim Bibi, Bom Retiro, Jardim Paulista, Santana, Santo Amaro, Itaim Paulista e Moema (FIPE, 2007a, p.37).

refrigerantes, flores e panos de copa. Já os pequenos serviços referiam-se à limpeza de para-brisa de carros, malabares, e, com menor frequência catador de reciclável, engraxate, flanelinha e carregador (FIPE, 2007a, p. 47). Entre os demais (41,7%), um grupo pequeno (5,9%)⁸ estava se drogando, outros estavam andando, deitados ou parados, ou estavam na companhia de adultos, e quanto ao restante as atividades eram menos definidas (*Ibid.*, p. 42).

Uma pesquisa amostral⁹, também realizada pela FIPE (2007b), revelou que as crianças e adolescentes que vivem em situação de rua, “raramente [...] são órfãs e não possuem nenhum parente. A grande maioria tem família, ainda que parte não viva com ela”¹⁰ (FIPE, 2007b, p.33). Dessas famílias, 76,4% vivem na capital, e 19% vivem em municípios da região metropolitana, com destaque para Guarulhos, Francisco Morato, Osasco e Itaquaquecetuba (*Ibid.*,p.34).

Na ocasião do Censo, as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, doméstica, maus tratos, abandono e de situação de rua eram encaminhados pelos órgãos municipais (Conselho Tutelar, CEDECA, Fórum e Guarda Civil) para as instituições sociais (CRECAS e Casas de Acolhida), que os acolhiam e também os encaminhavam dentro da rede de assistência social. É importante ressaltar que 34,8% vieram de situação de rua, 20,7% de situações de violência, e 18,4% procederam de famílias cujos pais¹¹ não podiam manter os filhos sob seus cuidados (FIPE, 2007a, p. 72). As características que se destacaram nessas instituições foram as crianças e adolescentes do sexo masculino (58,3%), pardos e pretos (60,8%), e com idade entre 12 e 17 anos (73,4%) (*Ibid.*, p. 69).

Os procedimentos de rotina dessas instituições, a falta de solução em tempo hábil para os casos dessas crianças e adolescentes, e a expiração do prazo de acolhida fazem com que as instituições as encaminhem para outras de sua rede de atendimento¹² (FIPE, 2007a, p.74). Isso, no entanto, favorece a continuidade do “circuito da viração” e da “circulação” das crianças e adolescentes entre ruas e serviços de atendimento ou acolhimento (GREGORI, 2000, p.22 e 220).

⁸ “A informação se refere à utilização de drogas no momento da pesquisa o que não significa que as outras [crianças e adolescentes] não façam uso em outros momentos.” (FIPE, 2007a, p. 43).

⁹ Além do Censo, foi feita uma pesquisa amostral nas subprefeituras de Sé e Pinheiros, por concentrar um maior número de crianças e adolescentes em situação de rua.

¹⁰ Dos entrevistados, apenas 8 disseram não saber onde está a família e 4 afirmaram não ter parentes, o que corresponde a 1,5% da população pesquisada (FIPE, 2007b, p.33).

¹¹ As dificuldades apontadas, pela respondente do questionário institucional, vão desde fatores econômicos, conflito familiar, saúde física e mental, cumprimento de pena, até casos de alcoolismo e droga (FIPE 2007a p. 73).

¹² Na ocasião, chamou a atenção o fato de 118 (33,2%) crianças e adolescentes, dos 357 beneficiados, terem sido encaminhados para outros CRECA e Casas de Acolhida (FIPE, 2007a, p.74).

Há uma extensa literatura nacional sobre crianças e adolescentes em situação de risco em diferentes áreas: serviço social, psicologia, sociologia, antropologia, mas não são muitos os estudos que se utilizam de imagens fotográficas para serem interpretadas por essas crianças e adolescentes. Na dissertação de mestrado de Copque (2003), as imagens foram produzidas e interpretadas conjuntamente entre adolescentes que viviam nas ruas do Rio de Janeiro e a pesquisadora¹³, a fim de “[...]compreender que representações eles têm de si no contexto do viver nas ruas.” (COPQUE, 2003, p. 30).

Na pesquisa antropológica sobre imagens são vários os recursos que podem ser utilizados, desde imagens fotográficas (analógica, digital) até filmicas (ficção, documentário, etnográficas, videográficas, webográficas), entre outros. A produção das imagens¹⁴ também é variada, ela pode ser feita apenas pelo pesquisador (ACHUTTI, 1997; ALVES, 2004). Em alguns estudos, as imagens podem ser feitas pelos próprios sujeitos, com auxílio do pesquisador na obtenção e manuseio do equipamento fotográfico ou filmico (COPQUE, 2003; MAGNI, 2002). Há também a possibilidade de uma produção combinada, em parte criada pelo sujeito e em parte pelo pesquisador (BLAZUS, 2006; CUNHA, 2009). Porém, nem sempre há produção de imagens em campo. Nestes casos, predominam as imagens que não foram elaboradas pelos sujeitos e/ou pesquisadores em campo, e sim obtidas de fontes secundárias¹⁵.

Há várias possibilidades de obtenção de imagens de fontes secundárias que podem ser recentes ou de outros tempos históricos, como os filmes (BERGER,1999; HIKIJI,1998); revistas (BRITES, 2000; SANT’ANNA, 2002); jornais impressos (LIMA,2001); webográficas (BARROS; MORGADO,2009); imagens pictóricas (CUNHA, 2004); imagens fotográficas de propriedade de museus, bibliotecas, e institutos de pesquisa (COLLOMB,1998; MACINTYRE; MACKENZIE,1992), ou de fundações e organizações sociais (GAMA, 2006), dentre outras.

¹³ Copque (2003) realizou sua pesquisa, inicialmente como colaboradora do Projeto Pista, desenvolvido por fotojornalistas e com um grupo de adolescentes, mediado pela Ex-cola, uma organização não-governamental (COPQUE, 2003, p.23).

¹⁴ Para este levantamento, foram consultados sites de biblioteca digital para localizar dissertações de mestrado, teses e artigos, além de livros e revistas impressos, tendo como foco pesquisas realizadas pelas ciências humanas, preferencialmente em antropologia, e que tenham utilizado imagens fixas, e também em movimento. Está claro que este levantamento não pretendeu dar conta de estudos que utilizam recursos imagéticos, mas foi feito para situar nossa pesquisa, e nesta introdução são apontados apenas alguns dos itens levantados. Além disso, as universidades disponibilizam em meio eletrônico apenas alguns anos da produção de dissertações e teses, ou seja, o acervo não está disponível na sua totalidade para consulta, mais que isso, dentro desse período alguns departamentos dentro das universidades também não disponibilizam toda a produção científica.

¹⁵ O levantamento buscou trabalhos acadêmicos com imagens, sobretudo as fotográficas, sem priorizar se as imagens pertenciam às fontes primárias ou secundárias.

Quanto à participação dos sujeitos na elaboração das imagens, segue de modo geral padrões metodológicos: podem produzir imagens ou discutir e cooperar para a interpretação dos seus sentidos, ou, ainda, apenas como sujeitos da produção fotográfica ou filmica feita pelo pesquisador. De todo modo, sempre haverá, no mínimo interação, quanto à participação do sujeito. As pesquisas de Alves (2004) e de Cunha *et al.* (2006) revelam o resultado de uma experiência compartilhada. Alves (2004) se inspirou no modelo metodológico proposto por Margaret Mead e Gregory Bateson no livro *Balinese Character – a photographic analysis*, cujas imagens fotográficas produzidas pelo pesquisador foram fundamentais tanto para inserção no campo como para suscitar as discussões com o grupo de caranguejeiros. Cunha *et al.* (2006) tomaram como referência o trabalho de Jean Rouch, que, através da “câmera-participante”, propõe uma forma conhecimento que resulta da troca entre sujeitos e pesquisador (CUNHA *et al.*, 2006, p. 288).

Entendemos que o sujeito envolvido na pesquisa, coparticipante do objeto de análise, quer seja na produção de imagens ou na discussão sobre elas, de alguma medida sempre estará presente em todas as etapas de campo e da elaboração final do documento de pesquisa, visto que passou a fazer parte do conhecimento acumulado no decorrer do trabalho. Suas vozes serão ouvidas, assim como seus silêncios, as expressões faciais serão lembradas, os risos, e as lágrimas, se houver. Mesmo com essa força da presença deles, às vezes podem ser ignorados pelo pesquisador, ainda que tenham participado da produção e da discussão das imagens. Aqui importa mencionar a reflexão de MacDougall (1995) sobre o aspecto “ontológico e moral”, quando da realização de filmes por antropólogos e cineastas, cujas construções, às vezes, têm produzido trabalhos em que “[...]as vozes nativas permanecem tão subjugadas quanto antes, encampadas de forma pouco honrosa” (MACDOUGALL, 1995, p. 93).

Há estudos, porém, em que a produção do sujeito e seus pontos de vista não foram contemplados pela metodologia da pesquisa. A exemplo destes, Robert Flaherty e Bronislaw Malinowski, embora tenham realizado estudos pioneiros e de importância para a Antropologia Visual, trabalharam com “uma perspectiva fixa, onde o presente etnográfico é enfatizado, não se percebendo a mudança e o movimento” (CAIUBY NOVAES, 1998, p.115). Tinham como importância captar o “ponto de vista do nativo”, sem, contudo, levar em conta a visão dos esquimós e trobriandeses, e sim a interpretação deles mesmos em relação aos fatos (*Ibid.*, *loc.cit.*, p.115). Também os trabalhos fotográficos e filmicos com os balineses de Mead e Bateson foram pioneiros, porém, as fotos não foram interpretadas pelos balineses, apenas pelos seus criadores, e de acordo com seus pressupostos teóricos (ALVES, 2004, p. 234).

Scherer (1992) nos chama a atenção para o fato de que muitas coleções de fotografias etnográficas têm sido analisadas apenas por aqueles que estão do lado de fora da cultura fotografada. E, no entanto, perspectivas daqueles que estão do lado de dentro da cultura retratada, profissionais ou amadores, em muito poderiam enriquecer os estudos (SCHERER, 1992, p. 37).

É importante mencionar que, além de considerarmos necessária a participação dos sujeitos para os resultados da pesquisa, as crianças e adolescentes cada vez mais são convocados, por meio de programas nacionais e órgãos internacionais da infância, a falarem por si. Os artigos 12 e 13¹⁶ da Convenção Nacional da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os direitos da criança¹⁷ asseguram que toda criança tem o direito à liberdade de expressão, e de exprimir sua opinião sobre os assuntos que lhes respeitem (UNICEF, 2004, p. 10). Também o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) disponibilizou documento para orientar as Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizadas em 2012. Nele, a criança e o adolescente são reconhecidos como sujeitos de direitos, “têm condições e devem participar de decisões sobre sua vida” (CONANDA, 2012, p.8). Neste documento, um dos eixos propõe como objetivo estratégico: “Desenvolver ações voltadas à preservação da imagem, da identidade, observando a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento de crianças e adolescentes nos meios de comunicação conforme os dispositivos do ECA” (*Ibid.*, p.11).

É certo que a participação do sujeito na pesquisa se restringe à interpretação do pesquisador; ainda que limitada a voz do sujeito, por meio de seu olhar, contribui com a pesquisa. Cabe lembrar, com base em Caiuby Novaes (2009), a crítica feita pelos autores pós-modernos. Talvez essas novas formas experimentais de fazer antropologia que utilizam imagem e participação do sujeito sobre o objeto cognoscível “[...] possam contribuir para uma forma de divulgação do conhecimento que seja menos autoritária, mais interativa, e talvez mais evidente no seu processo de reconstrução da realidade que se quer revelar”¹⁸ (CAIUBY NOVAES, 2009, p. 44).

No caso desta dissertação, a análise do conteúdo das imagens selecionadas considera os suportes visual e verbal, que são pensados de forma complementar, como meios da comunicação humana (SAMAIN, 2005, p. 119). Frequentemente se recorre ao texto falado ou escrito, quer seja quando as imagens são produzidas em campo, e os participantes são

¹⁶ Também foram citados por Feilitzen (2002 [1999], p. 19).

¹⁷ Nos termos da Convenção, “criança é todo ser humano menor de 18 anos [...]” (2004, p. 6).

¹⁸ A autora refere-se à resistência dos cientistas sociais em relação ao uso da imagem (fixa e em movimento) nas pesquisas (CAIUBY NOVAES, 2009, p. 44).

convocados a falar, quer seja quando as imagens não são produzidas em campo, e se utilizam textos de outras fontes (livros, jornais, entrevistas). O texto escrito concede um direcionamento do olhar, ele pesa sobre a imagem, não porém de forma definitiva, pois o leitor sempre terá seu conhecimento situado no tempo e no espaço, e a imaginação ao seu dispor, que tanto podem referendar o proposto pelos textos visual e escrito, como podem deslocar para outros sentidos¹⁹. Aqui se analisam as imagens acompanhadas de seus textos escritos, uma vez que elas se veiculam conjuntamente às matérias do jornal.

Foi pensando nas categorias citadas a seguir que identificamos um caminho metodológico no qual a fotografia seria utilizada como objeto de pesquisa e instrumento de aproximação das crianças e adolescentes para produção de conhecimento, uma vez que se buscava nas imagens não apenas a racionalidade do conteúdo fotográfico mas sua dimensão imaginária.

Barthes (1980), em sua obra *A Câmara Clara*, oferece duas categorias, *studium* e *punctum*, para interpretar respectivamente o campo da racionalidade da cultura e o campo do sensível presentes no conteúdo fotográfico. É quando Barthes se afasta da semiologia e vai em busca da “*percepção e da imaginação*” por um “caminho um ‘*tanto selvagem*’” (SAMAIN, 1998, p. 125). “Pois, é bem dentro desse imaginário, neste mundo mítico do reencontro e da visão de seu duplo – presente em cada um de nós – que Barthes pretende entrar” (*Ibid.*, p.128). Barthes (1980) correlaciona a fotografia à visão do duplo, pois ela é “o aparecimento de eu próprio como outro”. E, no entanto, ele se surpreende por ter sido muito antes da fotografia que “os homens mais falaram da visão do duplo”, e por séculos fora um “grande tema mítico” (BARTHES, 1980, p. 28).

Edgar Morin (1997 [1956]), de base epistêmica divergente de Barthes, propõe adentrar o imaginário por meio do duplo²⁰, porém trabalha a categoria sem dividir em campos oponentes, ele contempla ao mesmo tempo os dois campos, o racional e o sensível, tal como ocorre na condição humana, pois o que caracteriza o *homo* é sua natureza *faber*, “fabricador de instrumentos, sapiens, *racional e ‘realista*’”, e também *demens* (“produtor de fantasmas, mitos, ideologias, magias”) (MORIN, 1997, p. 14).

¹⁹O estudo fotoetnográfico de L. E. R. Achutti (1997), por exemplo, apresenta duas possibilidades de leituras: uma através do texto escrito; e outra através do texto visual. O autor, inspirado na fotografia documental americana, associada ao olhar etnográfico, trabalha com o potencial “narrativo-descritivo da fotografia” juntamente com um grupo de pessoas que vive do material reciclado.

²⁰O *duplo* é um outro de nós mesmos, será abordado no capítulo II.

MacDougall (2005) enfatiza o uso do meio visual²¹ para explorar outras dimensões da vida social, aponta o caminho do “visível” para chegar ao “[...] não visível e para outras áreas dos sentimentos, do intelecto e dos demais sentidos”, e para isso refere-se ao que Morin chamou de a “trama emocional da existência humana”, na qual o ser humano está envolvido, e permanece, na maioria das vezes ignorada pelas ciências (MORIN²², 1962, p.4 *apud* MACDOUGALL, 2005, p.25).

Buscamos então entender os olhares dos fotógrafos e do jornal que captaram, produziram, e montaram as imagens de crianças e adolescentes, e também os olhares dos adolescentes diante dessas imagens, apontando na produção e leitura da foto o campo do sensível presente nela, sem excluir o campo racional, ambos presentes desde a criação e produção da foto até a recepção dela pelos leitores do jornal e pelos adolescentes.

“Perante uma fotografia temos realmente a impressão de contemplarmos um *analogon*, um *eidolon* a que só faltasse o movimento”²³ (MORIN, 1997, p.51-52). É neste sentido que a foto ganha uma dimensão realística, pelo *analogon* que representa, e uma dimensão fantasiosa, pelo *eidolon* que pressentimos nela. Essas dimensões se comunicam imaginariamente com nossas imagens mentais, provocando emoções, despertando sonhos e pesadelos. Por meio delas entramos em contato com o *duplo*, esse outro que habita em nós, juntamente com informações que chegam até o cérebro, percebidas em realidade e transformadas internamente em imagens. O fotógrafo, na criação de suas imagens fotográficas entra em contato com seu *duplo* e suas imagens mentais. Na cena a ser fotografada, ele identifica uma realidade que lhe é externa, mas para isso parte de suas imagens mentais alimentadas pelo imaginário. Assim, a foto, que é uma imagem da imagem, vem tecida de

²¹ O autor faz referência ao cinema.

²² Preface. In: HEUSCH, Luc de (ed.). *The cinema and social science: a survey of ethnographic and sociological films*, Paris: Unesco, 1962.

²³ *Analogon* e *eidolon* são termos do grego, e assim pesquisadores têm procurado seus significados conforme utilização filosófica na Grécia antiga. “Sartre diz que o que é requerido para o processo imaginário ocorrer é um *analogon* –isto é, um equivalente de percepção. Este pode ser uma pintura, uma fotografia, um desenho (esboço), ou mesmo a imagem mental que invocamos quando pensamos de alguém ou de alguma coisa. Através do processo imaginário, o *analogon* perde o seu próprio sentido e toma o sentido do objeto que representa. De novo, não somos enganados. Mas, de algum modo a fotografia de meu pai deixa de ser meramente cores no papel e em vez disso substitui (ou toma o lugar de) meu pai ausente. Tenho então uma tendência de atribuir os sentimentos que tenho de meu pai ao retrato dele. Assim, um *analogon* pode assumir novas qualidades com base em minha própria intenção com relação a ele.” Traduzido por A.Ferreira, professor da Escola Politécnica da USP. Sartre, Jean-Paul, *The Imaginary: A Phenomenological Psychology of the Imagination*, Translated by Jonathan Webber, (London and New York: Routledge, 2004).

O *eidolon* é tomado usualmente como significando um fantasma, uma aparição. A palavra vem de *eidos*, do grego (American Heritage Dictionary of the English Language, 1971), que designa um conceito que é ao mesmo tempo algo real e algo conceitual, referindo-se assim a dois aspectos essenciais: o de realidade e o de apreensão inteligível. Para Platão, o *eidos* é separável dos indivíduos que participam do *eidos*, enquanto que, para Aristóteles, o *eidos* está encarnado nos indivíduos (Diccionario de Filosofia, José Ferrater Mora, Tomo II, p. 980. Editorial Ariel S.A., Barcelona, 1994).

imaginário e realidade. Há tensão diante dela, pois visualizamos uma realidade que é externa, e uma outra que vive em nossas imagens mentais. A imagem apresenta esse caráter paradoxal, do *duplo*, que traz um “potencial de objetivação” e um “potencial de subjetivação” (MORIN, 1997, p.16). Ela remete para a realidade na qual vivemos e para os arcaísmos de nosso mundo mental onde moram os *duplos* e fantasmas. De modo semelhante, ocorre quando o espectador faz a leitura da foto, tal como foi a experiência que tivemos em campo com os adolescentes, que, por meio da projeção-identificação em relação às fotos do jornal, se posicionaram diante delas, entraram em contato com as imagens que têm de si (internamente) na relação com aquelas imagens do jornal que se apresentavam a eles como uma realidade externa.

Interessava-nos também entender a presença desse imaginário na constituição das representações sociais. Pois temos então, de um lado, o imaginário social que está presente nas fotografias jornalísticas, ao mesmo tempo em que o jornal conduz as representações num sentido ou outro. E pressupomos, de outro lado, que o imaginário participa da dinâmica – entendida como criação, manutenção e transformação – das representações sociais. Com base em Spink (2002 [1995]), o “contexto intertextual”²⁴ em que são elaboradas as representações sociais, abrange uma perspectiva espacial, na qual são produzidos os conteúdos atuais, e uma perspectiva temporal, na qual estão incluídos os conteúdos mais distantes presentes no imaginário social (SPINK, 2002, p.122).

Esse interesse foi motivado pelo fato de os grupos marginalizados acabarem participando, em certa medida, das representações que lhes são atribuídas, uma vez que são internalizadas por eles (JOFFE, 2002, p. 320). Com base em outros estudos, realizados a partir de uma interpretação da narrativa verbal do jornal impresso, como o de Andrade (2005), nos aponta que o jornal Folha de São Paulo faz um retrato de “[...]crianças e adolescentes em situação de rua (e as crianças e adolescentes pobres em geral) como delinquentes e desviantes, responsáveis pela manutenção da violência” (ANDRADE, 2005, p.154). A cobertura jornalística da violência contra crianças e adolescentes está “[...] muito mais centrada na delinquência que na vitimação”, cujo foco da imprensa recai sobre os jovens infratores pobres (NJAINE; MINAYO, 2002, p.288). Mas, além desses estudos, sobretudo Gregori (2000), nos mostra que os “meninos de rua”, representados “como algozes ou como vítimas” pela mídia e nas relações sociais, introjetam tais representações e as utilizam nas situações concretas de suas vidas, o que desfavorece para constituir uma identidade entre as várias identidades que se abrem (GREGORI, 2000, p. 30, 33).

²⁴ Será abordado no capítulo III.

Diante do exposto, apresentamos a seguir a estrutura trabalho.

Estrutura do Trabalho

A dissertação estrutura-se em quatro capítulos. No capítulo I é apresentada a metodologia utilizada para análise das imagens fotográficas, e o trabalho de campo realizado com adolescentes que moram em casas de acolhimento e outros que moram na rua. No capítulo II, discute-se a categoria do *duplo* na concepção de imaginário em Edgar Morin, para entender a presença do imaginário social na veiculação das fotografias do jornal. E identifica-se o lugar do imaginário na elaboração das representações sociais, uma vez que os grupos sociais incorporam tais representações. São analisadas no capítulo III as imagens fotográficas de crianças e adolescentes em situação de risco, que foram veiculadas no jornal Folha de São Paulo, para demonstrar quais os sentidos que estão presentes nessas representações. No capítulo IV são apresentadas as interpretações que os adolescentes fizeram das imagens do jornal, e também uma discussão sobre a identificação dos adolescentes com as fotos do jornal. Por último, as considerações finais.

CAPÍTULO I - CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS¹

Neste capítulo apresentamos a metodologia que orientou nossa interpretação sobre as imagens fotográficas de crianças e adolescentes em situação de risco, foram veiculadas pelo jornal Folha de São Paulo, a fim de entender sua influência na constituição de um imaginário social que afeta as representações sociais. Ela balizou, também, nosso trabalho de campo com os adolescentes (que moram em casa de acolhimento e os que vivem em situação de rua), permitindo conhecer como eles dialogam imaginariamente com essas imagens, que não são suas e sim de outras crianças e adolescentes que vivem situações semelhantes às vividas por eles, para saber se se identificam com elas ou se as recusam.

Nossa pesquisa se insere no âmbito das Ciências Sociais, assim como outros estudos que tomam as imagens em movimento ou fixas como objeto de análise, e se aproxima da área da Antropologia Visual².

Combinamos duas fontes de dados em nossa pesquisa. Os dados primários colhidos em campo e os dados secundários, que são as imagens fotográficas e suas matérias obtidas do acervo do jornal Folha de São Paulo. Deste modo, a fotografia é ao mesmo tempo objeto de pesquisa e instrumento de pesquisa. É a partir dela que procuramos interpretar o seu conteúdo imagético, e também nos é essencial como meio de coleta de dados qualitativos, durante nossas atividades de leitura fotográfica, feitas conjuntamente com os adolescentes.

Conforme já indicado na introdução, são consideradas crianças aquelas com idade até doze anos incompletos e adolescentes aqueles de doze a dezoito anos de idade³. Crianças e adolescentes em situação de risco são aqueles que vivem determinadas situações em que seus direitos encontram-se ameaçados⁴, sem incidir numa “conotação moral direta” (GREGORI, 2000, p.65). Os adolescentes com os quais realizamos a pesquisa têm idades entre 14 e 18 anos, enquanto que as fotos do jornal trazem crianças e adolescentes em idades variadas.

¹ A metodologia descrita neste capítulo foi apresentada, com algumas alterações, na X Reunião de Antropologia do Mercosul-RAM, de 10 a 13/julho/2013 em Córdoba-AR, no GT62- Narrativas imagéticas, meios digitais e agência em contextos juvenis, sob coordenação dos professores Yara Schreiber Dines (LISA/Universidade de São Paulo), e Ricardo Campos (Cemri/Universidade Aberta, Lisboa).

² Adotamos nesta dissertação a expressão Antropologia Visual para estudos sobre imagens fixas e em movimento, quer sejam produzidas pelo pesquisador ou não, tal como utilizada por outros autores: Caiuby Novaes (1998; 2010), Samain (1998; 2005). Conforme Athias (2006, p.206, 212), e Barbosa e Cunha (2006, p.7), não há ainda unanimidade quanto à consagração dentre as possíveis expressões que são utilizadas em várias instituições de pesquisa, sendo comuns as expressões: “antropologia e imagem”, “antropologia visual”, “antropologia da imagem e do som”, “antropologia do audiovisual”. Nosso foco de interesse foi a pesquisa em Antropologia Visual, porém, há que se apontar que outras disciplinas das Ciências Sociais, como Sociologia Visual, ou Sociologia da Imagem, entre outras, também participam dos estudos sobre imagens.

³ Estatuto da Criança e Adolescente-ECA, Art.2.

⁴ ECA, Art.98.

As atividades de trabalho foram realizadas em três locais: no jornal Folha de São Paulo (FSP) e em duas instituições: Casa Taiguara das Expedições (SP) e o Espaço de Convivência da Criança e do Adolescente – ECCA (Vale do Anhangabaú-SP). Este sob gestão do Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS). Ambas conveniadas com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS. Na Casa Expedições (casa de acolhimento), localizada em Vila Nova Cachoeirinha, zona norte da cidade de São Paulo, as crianças e adolescentes residem no local. No Espaço de Convivência da Criança e do Adolescente - ECCA, situado no Vale do Anhangabaú, área central de São Paulo, as crianças, e principalmente os adolescentes que estão em situação de rua, circulam, passam para um lanche, uma atividade de lazer, mas não residem no local.⁵

1.1 A SELEÇÃO DAS IMAGENS FOTOGRÁFICAS NO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO

A seleção das imagens fotográficas foi feita presencialmente nas instalações do jornal FSP. A decisão por este jornal ocorreu em função da facilidade de acesso à distância ao banco de imagens. Contudo, o filtro disponível pelo jornal, durante o período de consulta, não se mostrou eficiente para pesquisas na web. Foi necessário então realizar a pesquisa no jornal, e usar os recursos oferecidos para pesquisa local.

O levantamento foi feito durante o mês de fevereiro/2012 e o período pesquisado foi de 2007 a 2011. Em 2007, foi realizado o Censo e Contagem de Crianças e Adolescentes⁶ na Cidade de São Paulo pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, através da Fundação e Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

Para a pesquisa e seleção das imagens veiculadas pelo jornal FSP, fizemos uso de palavras e expressões utilizadas pelo senso comum e presentes em outros estudos para referir-se às crianças e adolescentes em situação de risco. Assim, a consulta ao acervo foi feita com grupo de palavras combinadas (filtros), atrelado ao público-alvo, por meio do sistema de busca de dados com uso da ferramenta booleana, um programa que facilita o acesso às

⁵ Os nomes dos adolescentes consultados foram substituídos por outros para preservar suas identidades, ainda que alguns deles com os quais pudemos abordar esse assunto, tenham preferido que se mantivessem, na dissertação, seus nomes verdadeiros.

⁶ Fizeram parte as crianças e adolescentes em situação de rua e as que se encontravam nos serviços de acolhimento.

informações⁷. O grupo de palavras (*query*) a ser investigado foi composto com as expressões: “menor(es) de rua”, “criança(s) de rua”, “fundação casa”, “menoridade”, “morador(es) de rua”. Notamos que, nessa busca, começaram a surgir imagens de crianças e adolescentes na região central da cidade de São Paulo, especificamente na “cracolândia”, o que nos levou a incluir no grupo de expressões o termo “cracolândia”. Em paralelo a essa consulta, realizamos outras buscas no acervo da FSP, disponível à distância, apesar das dificuldades com o filtro seletivo. Utilizamos os termos e expressões: “ECA”, “abrigo”, “trabalho infantil”, “menino de rua”. A seleção final foi composta por um total de 72 imagens, as quais foram revistas em função da idade e do público-alvo. Após esta revisão, restaram 66 imagens em pdf (Portable Document Format) acompanhadas de suas matérias, distribuídas entre os cinco anos pesquisados. Em 2007 e 2008, o total de imagens foi pequeno, comparativamente aos anos seguintes de 2009, 2010 e 2011, quando o total foi triplicado, o que pode ser explicado pelas intervenções urbanísticas e ações de expulsão dirigidas aos grupos marginalizados, realizadas pelos governos municipal e estadual na região central de São Paulo. Nossa pesquisa não se apoiou em tratamento estatístico para a análise das imagens, nem na relação entre as demais imagens contidas na mesma página do jornal. Cada uma das imagens recebeu uma numeração que corresponde à data do dia em que foi veiculada, e havendo mais de uma imagem relativa à matéria na mesma edição, acrescentou-se ao número uma letra (a, b, c). As imagens são apresentadas individualmente, e em pranchas, conjuntos de 2 a 4 fotos, acompanhadas de suas legendas⁸.

1.2 CLASSIFICAÇÃO DAS IMAGENS FOTOGRÁFICAS

Nossa classificação inicial partiu da identificação do espaço no qual as crianças e adolescentes em situação de risco foram representados, encontrando-se na totalidade das imagens dois espaços geográficos preponderantes, o espaço da rua ou espaço público (rua, avenida, calçada, praça, beco) e o espaço institucional (Fundação Casa e organizações sociais) que oferece serviços de atendimento a esse segmento.

O espaço, segundo Aumont (2011[1990]), ganha importância porque na nossa percepção da realidade, não necessariamente levamos em conta o tempo, e sim o

⁷ As despesas com as horas utilizadas para consulta do acervo, seleção e impressão das fotos foram custeadas pela pesquisadora.

⁸ Cada foto em prancha ou individualmente exposta nesta dissertação é acompanhada de seu número, da fonte (Folha de São Paulo-FSP), do caderno no qual foi veiculada e da legenda elaborada pela FSP. Faz parte desta dissertação uma relação das fotos segundo a data que circulou.

acontecimento que resulta de uma experiência que ocorre no espaço. Utilizamos a noção de espaço para entendimento da nossa experiência no mundo real (AUMONT, 2011, p.220, 258). E a fotografia, por sua vez, é concebida em um recorte espacial no qual o acontecimento se torna o foco fotográfico. Para Leite (2001[1993]), na fotografia “[...] toda captação da mensagem manifesta se dá através de arranjos espaciais” (LEITE, 2001, p.19). Mauad (2005) complementa que o recorte espacial contém outros espaços, “[...] que a determinam e estruturam [a foto], como por exemplo, o espaço geográfico dos objetos [...], da figuração e das vivências, comportamentos e representações sociais”, o que torna a noção de espaço “chave de leitura.” (MAUAD, 2005,p.143).

Os adolescentes consultados não tiveram acesso às matérias jornalísticas e não foram os retratados nas fotos, mas estabeleceram uma relação de interação com o espaço representado nas imagens, que coincide com o espaço no qual eles circulam. Prova disso, é que, quando em contato com as fotos, fizeram os seguintes comentários: “Aqui é a cracolândia” (Gustavo); “Aqui é a Febem, né?”(garoto que não se identificou); “Aqui é o centro” (Andrea); “Eu sei onde é aqui.” (Kely). São informações visíveis provenientes dos dados espaciais percebidos pelos espectadores da foto.

Uma descrição relativa à cena retratada em cada uma das imagens possibilitou um detalhamento dos seus elementos visuais. Fomos gradualmente detectando, segundo os parâmetros que organizam a cena (evento, objetos), os fatos sociais contidos nas imagens (LEITE, 2001, p.27), os aspectos da produção fotográfica e do conteúdo, que se apresentam todos conjuntamente, apontando, assim, para a necessidade de classificar tais informações para fins analíticos. O que denominamos por cena é o que contém o fato, o evento ou o acontecimento entre uma ou mais pessoas em um espaço delimitado pelo ato fotográfico. Com isso, não queremos dizer que a fotografia tenha sido criada à parte da experiência do mundo real, ao contrário, ela traz uma fração do real. Sua criação implica numa representação dessa composição cênica, que não traz a pessoa, mas uma representação que foi escolhida, construída, e revelada pela imagem fotográfica.

Essas informações iniciais obtidas pelo processo de pesquisa nos levaram a conhecer o contexto de produção fotográfica⁹, no qual a maioria das fotos foi produzida, nos espaços da rua e da instituição, pois as fotos, quando afastadas de seu contexto, podem ser reinterpretadas apenas segundo as informações que prevalecem na sua materialidade física. Nos fala Leite (2001) que:

⁹ Será abordado no capítulo III, itens 3.2.1 e 3.3.1.

[...] é necessário um conhecimento prévio e direto da realidade que a imagem representa [...], para não se ficar desorientado com seus elementos constitutivos. A leitura da mensagem visual depende simultaneamente de uma compreensão global e de uma análise de pormenores (LEITE, 2001, p.158).

No nosso caso, a investigação sobre esse contexto nos trouxe os sentidos que estão invisíveis nas fotos, mas que foram pensados por detrás delas, de seus sentidos visíveis. Ou seja, são estudos, interpretações e depoimentos que nos revelam as circunstâncias para que tais imagens viessem a circular no jornal, cujos sentidos foram pensados real e imaginariamente.

Os elementos contidos no texto visual foram privilegiados na interpretação das imagens, porém, recorreremos também ao texto escrito, uma vez que as imagens no jornal são acompanhadas do texto escrito, que por sua vez atribui sentidos àquelas. Há um diálogo entre os textos visual e escrito, cada qual comunicando à sua maneira; contudo, um e outro se complementam para que sejam ambos facilmente interpretados pelo leitor. O texto escrito pode, por exemplo, reafirmar o que está posto objetivamente na imagem, pode acrescentar outras informações a ela que não estão objetivamente na imagem, mas que, no conjunto entre texto visual e texto escrito, fazem sentido para o leitor. Pode ainda negar a imagem, como ocorreu com algumas fotos da “cracolândia”, em que o texto escrito informa sobre as ações do governo para atender e retirar da “cracolândia” os usuários de drogas, e, no entanto, a foto mostra um significativo número de pessoas, incluindo crianças e adolescentes, usando drogas na “cracolândia”, o que indica a ineficácia da ação de governo.

O privilégio pelo texto visual se deu em função de identificar informações que não estão presentes no texto escrito, e assim contemplar o que está presente na imagem, mas não está verbalizado. O texto escrito, por exemplo, não fala sobre o estado do corpo em que se encontra o usuário de crack, nem sobre os atributos pessoais e espaciais que caracterizam uma atmosfera decadente, mas as fotos apresentam corpos mal cuidados, entregues ao vício, no meio de ruas e calçadas sujas. Opostamente são os corpos representados na Fundação Casa (FC), cujo texto escrito não menciona a higiene, mas a foto mostra corpos limpos, praticando principalmente atividades esportivas. Ou seja, a correlação entre os elementos visuais no interior da foto fornecem os sentidos para as figuras representadas. A fotografia comunica o “sentimento das coisas” (LEITE, 2001, p.148). É através das “[...] brechas do texto que a imagem preenche com informações ou representações [que] não são verbalizadas” (*Ibid.*,147).

Embora não tenha feito parte de nossos objetivos analisar o discurso veiculado na matéria, nem por isso eliminamos totalmente a possibilidade de investigar a participação das palavras na representação dos jovens, mesmo porque consideramos a influência do texto

escrito sobre a foto. Elegemos algumas questões cujas respostas foram extraídas do texto escrito, que não estão presentes no texto visual, mas influenciam a interpretação do leitor, e contribuem para compor a representação das crianças e adolescentes. Interessava-nos saber em que medida a matéria (título, legenda e texto escrito) contribuía para reforçar o tema presente na foto, a que as crianças e adolescentes eram diretamente associados no texto escrito. Além disso, buscávamos identificar se nas matérias havia depoimentos de especialistas (desembargador, promotor público, representantes de agências nacionais e internacionais, pesquisadores etc.) na área da infância e juventude que favorecessem para o conhecimento do leitor e fomentassem a reflexão sobre essa questão social, e, de outro lado, saber se os próprios representados tiveram a oportunidade de expressar-se por meio de palavras seus pontos de vistas.

1.3 OS SENTIDOS DAS IMAGENS FOTOGRÁFICAS

As imagens do jornal oferecem um padrão de leitura que facilita a recepção e interpretação de cada espectador, mas esse padrão é ultrapassado, a depender da sua imaginação, percepção e sensibilidade, e também do seu nível socioeconômico, educação formal, idade, sexo, bem como da época e contexto no qual as fotos estão sendo lidas, além dos conhecimentos que os espectadores têm sobre as imagens. Alguns leitores podem fazer uma leitura mais complexa, captando da imagem as alusões, metáforas, e outros podem fazer uma leitura mais apressada e rudimentar da imagem, mas em todos os casos um sentido comum estará presente. Esse dado comum, que facilita a compreensão, decorre sobretudo porque os leitores participam do mesmo contexto social e cultural no qual as fotos foram produzidas. Nos termos de Leite (2001): “[...] é possível falar de uma codificação convencional, de caráter cultural, que nos permite reconstruir a mensagem transmitida pela imagem [...]” (LEITE, 2001, p.162). Se, ao contrário, as fotos pertencessem a uma outra sociedade desconhecida ou a um outro tempo mais afastado do atual, o entendimento das imagens exigiria outras fontes de informação.

Para a interpretação da fotografia, ela deixa de ser unitária, pois seu desvelamento se inscreve “num contexto mais amplo” (LEITE, 2001, p.161), que não só envolve os elementos que nela estão contidos, mas também a relação desses elementos com aqueles que compõem as outras fotos selecionadas, além do contexto social no qual elas foram criadas. Leite (2001) nos aponta que:

A antropologia visual preocupa-se com o problema dos níveis de conteúdo; existem dados visíveis e dimensionáveis, de um lado, e invisíveis ou imperceptíveis, que precisam ser extraídos de comparações entre unidades espaciais ou temporais para chegar, ou não, a significados globais dentro da questão que se está estudando (LEITE, 2001,p.153).

Há que se considerar, ainda, que a fotografia resulta “[...] de um processo de construção de sentido” que não se revela ao primeiro olhar, nem diante de um olhar desatento, e sim por meio de estudo sobre a produção da imagem no qual seus elementos constitutivos vão se revelando, fornecendo caminhos para se chegar àquilo que não está aparente, e, no entanto, concede “sentido social à foto” (MAUAD,2005, p.144). Entrar em contato com a produção das imagens requer que se façam perguntas a elas, assim como em qualquer outra situação de pesquisa.

Depois de classificadas as imagens segundo os dois espaços (espaços da rua e da instituição), elaborada uma descrição detalhada de cada imagem, e tendo-as contextualizado, partimos para a interpretação do conteúdo fotográfico. Organizamos as imagens por temas, o que tornou possível identificar as tematizações recorrentes, e isso não só dirige nossa interpretação, como também nos dá uma certa margem de segurança (LOIZOS, 2003, p.145).

Nas fotos analisadas, os temas foram definidos pelos elementos visuais que caracterizam o evento captado, que ocorre na relação entre uma ou mais pessoas, ou de uma pessoa sozinha. Na quase totalidade das imagens, obtidas do espaço público ou do espaço institucional, os traços visuais foram suficientes para definir o tema. Muito raras foram as imagens em que recorremos ao texto verbal para definição de seu tema. Mas ainda precisávamos saber o sentido que é atribuído para o acontecimento ou o evento na foto, o sentido visível.

Conforme apontam Leite¹⁰ (2001, p.163) e Mauad¹¹ (2005), a fotografia enquanto texto “[...]deve ser concebida como uma mensagem que se organiza a partir de dois segmentos: expressão e conteúdo” (MAUAD, 2005, p.143). Assim, aquilo que chamamos até aqui de conteúdo fotográfico se desmembra em dois segmentos. O de expressão diz respeito à produção técnica e estética, enquanto o de conteúdo, além de incluir o tema, é determinado por um conjunto de elementos visuais presentes na foto.

No caso desta dissertação, foram consideradas as seguintes variáveis para efeito de conteúdo: as figuras representadas e suas caracterizações; a localidade da rua ou da instituição

¹⁰ A análise de Leite (2001) se pauta pela contextualização das fotografias históricas, obtidas do acervo de famílias de imigrantes, que vieram para São Paulo no final de 1800 e início de 1900.

¹¹ A autora baseia-se na análise histórico-semiótica para decifrar as imagens fotográficas das revistas ilustradas: Careta e O Cruzeiro que circularam no Rio de Janeiro por mais de 50 anos (MAUAD, 2005, p. 134).

em que foram representadas; objetos pessoais; e os objetos espaciais que se encontram no local do evento. Esse conjunto de itens presentes no conteúdo concede sentidos às fotos, sendo que no conteúdo, assim como no tema, encontramos padrões recorrentes. As informações que referendam e constituem os temas foram checadas no texto verbal. Já as informações que constituem o conteúdo fotográfico, confirmam o texto escrito e revelam outros níveis de sentido à foto, que ultrapassam as informações do texto escrito.

Para a composição do segmento de expressão fotográfica foram considerados: enquadramento; ângulo; iluminação; recursos utilizados para (des)proteção da imagem da criança e do adolescente, como tarjas e outros; além do formato fotográfico e do plano de sequência. Incluímos no segmento de expressão o formato, a ser discutido mais à frente, e o plano de sequência, porque observamos, em parte significativa das matérias, a presença de 2 a 4 fotos na mesma edição para compor juntamente com o texto escrito. A foto, quando isolada de outras, já contém um embrião de história, e quando veiculadas na mesma edição de modo sequencial, entre os cadernos ou no interior do mesmo, as fotos propõem uma narrativa relativa às representações. Revelam também um outro modo de veicular e informar com imagens, um outro modo de olhar que oferece credibilidade ao leitor, na medida em que cada foto ganha sentido em relação à foto precedente, e orienta o sentido da foto seguinte, com isso elas compõem uma narrativa, uma história (MORIN, 1997, p. 198)¹².

Dentre as fotos selecionadas do jornal, predominam aquelas feitas no espaço da rua, e, destas, há um número expressivo referente ao tema da droga. Observamos em tais fotos três formatos recorrentes, que estão presentes no segmento de expressão fotográfico: consumo isolado da droga pela criança e/ou adolescente; consumo da droga em grupo; e concentração de usuários de drogas.

Os segmentos fotográficos foram separados, desconstruídos por variáveis, apenas para efeito de análise, pois eles participam do tema, e conjuntamente propiciam uma compreensão dos vários níveis implicados no interior da fotografia, o que nos permite realizar comparações entre as imagens, e identificar os sentidos visíveis e invisíveis presentes nas representações das crianças e adolescentes em situação de risco.

¹² Morin (1997) refere-se aos planos de sequência utilizados no cinema, cujo sentido fica potencializado pelo movimento entre as imagens (1997, p.198).

1.4 FOTOS SOBRE A MESA: À ESPERA DOS OLHARES DOS JOVENS¹³

Nossa interpretação sobre as imagens fotográficas não teria significado se os adolescentes não participassem dela, pois de certo modo as fotos falam deles, e são produzidas na inter-relação entre mídia e público. Para isso, realizamos atividades nas quais eles puderam expressar, por meio de suas palavras, como se posicionam diante de fotos de outras crianças e adolescentes que vivem situações semelhantes às deles.

A pesquisa qualitativa, como nos fala Gaskell (2003), é um “processo social” no qual tanto o pesquisador como os sujeitos participantes da pesquisa estão envolvidos no processo de conhecimento (GASKELL, 2003, p. 73-74). No nosso caso, a pesquisa foi realizada pela interação entre pesquisadora e sujeitos, que utilizou a imagem e a palavra como meio de troca de ideias. Essa troca se constitui em um canal para o texto dialógico, que presume uma audiência ativa entre as representações que o jornal faz das crianças e adolescentes, e a leitura dos adolescentes diante dessas representações. Assim, se no início da pesquisa havia um outro para mim, a criança ou o adolescente, que era imaginado, fomos em busca de seu olhar para tornar-se participante da pesquisa.

Vários são os usos que podem ser feitos da fotografia na pesquisa. Na antropologia, como mencionamos na introdução, ela pode ser produzida apenas pelo antropólogo ou de forma combinada entre o pesquisador e os sujeitos, assim como discutida e interpretada conjuntamente. Na história, a fotografia é utilizada para documentar determinada mudança, ou na investigação da história oral, ou ainda numa pesquisa micro-histórica em que trata da história de família (LOIZOS, 2003, p.141-143). Nestes casos, as fotografias podem ser usadas para despertar a memória submersa, criando um trabalho partilhado entre pesquisador e sujeitos. A psicologia, por sua vez, desenvolveu testes projetivos empregando a fotografia para que as lembranças dos sujeitos fossem desencadeadas possibilitando associações diferentes entre elas (LEITE, 2001, 148).

Collier Jr. (1973) propõe o uso da fotografia como “método e fonte de orientação” (COLLIER, 1973, p.12). A “foto-entrevista”, por exemplo, oferece uma oportunidade projetiva, facilitando a auto-expressão do sujeito, cuja memória se torna estimulada ao relatar os fatos na fotografia, reduzindo, por outro lado, a tensão da entrevista (*Ibid.*,p.70). A entrevista com fotografia, para Collier, é “[...] uma combinação da interpretação precisa de

¹³ Participaram da pesquisa adolescentes com mais de 14 anos; as adolescentes da casa de acolhimento tinham na ocasião 16 e 17 anos, por isso às vezes nos referimos a eles como jovens.

um conteúdo gráfico exato e atitudes projetadas” (*Ibid.*,90). Conteúdo este que pode ser evidente na foto, mas que não elimina a identificação de outros conteúdos despertados pela imaginação, memória e conhecimentos do espectador. Leite (2001) considera que “[...] não olhamos apenas para uma foto, sempre olhamos para a relação entre nós e ela”, e vemos então não exatamente ela, mas outras imagens contidas na memória (LEITE, 2001, p.145). Entendemos que, uma vez despertadas tais imagens, são reconfiguradas pela nossa imaginação, quando os sentidos atribuídos à foto são ressignificados pela contínua experiência da vida.

Para esta etapa em que buscávamos as falas dos adolescentes suscitadas pela imagem e imaginação, apresentamos a eles as fotografias impressas em cores¹⁴, tamanho 10 x15, sem o texto verbal.¹⁵ Todos os encontros com os adolescentes nos dois espaços foram gravados após a concordância deles, com exceção de apenas um que não foi gravado¹⁶. Interessava-nos primeiramente saber o que eles viam na foto, que história ele ou ela poderia narrar com base na foto escolhida. E, segundo, saber se o adolescente se identificava com a situação apresentada pela foto, o contexto no qual se desenrola o acontecimento. Assim, diante de uma foto em que um adolescente é abordado por um policial ou de um jovem praticando esporte na FC, perguntávamos se havia identificação com tal situação.

A interpretação ou a leitura dessas imagens pelos adolescentes nos revelaram os sentidos visíveis e os invisíveis percebidos por eles. Os visíveis são aqueles sentidos construídos pelo jornal, nos segmentos de expressão e conteúdo, que procuram orientar a recepção do espectador. Os invisíveis, no caso dos adolescentes, se revelaram pelo imaginário, pelo contato com o *duplo*.

No casa de acolhida, a exposição das fotos foi precedida de uma apresentação do projeto de pesquisa, já no ECCA isso não foi possível, embora nos encontros com os adolescentes eu explicasse quando possível e quando do interesse deles, que se tratava de uma pesquisa com o objetivo de conhecer as interpretações que os adolescentes fazem das fotos do jornal.

Um grupo, composto por oito adolescentes, foi formado pela coordenação da casa de acolhimento. No primeiro encontro com eles, ao apresentar as imagens impressas com as quais iríamos trabalhar, notei um ar sério em seus rostos, um certo estranhamento, e alguns

¹⁴ Exceção de uma única foto, 170808, que foi veiculada na Revista da FSP em p&b.

¹⁵ O texto escrito, embora tenha sido proposto para ser lido quando assim desejassem, não despertou interesse da parte dos adolescentes. Às vezes, uma ou outra foto gerava alguma discussão sobre o assunto retratado, mas suas questões eram dirigidas à pesquisadora.

¹⁶ Daiane, usuária do ECCA, não autorizou a gravação, mas concordou que eu relatasse em meu caderno de campo.

deles manifestaram imediatamente seu desinteresse. As fotos não agradaram. Percebi então que não deveria dar continuidade à pesquisa com aquelas imagens. No encontro seguinte, realizamos com o mesmo grupo uma seleção de imagens da web¹⁷ para serem comentadas entre eles. A maioria gostou da brincadeira. Depois, no próximo, fui equipada de álbuns temáticos com fotografias criadas por profissionais, porém, entre aquele último encontro e este, o grupo se havia cindido em razão de um conflito interno. Permaneceram três adolescentes do sexo feminino, que voluntariamente decidiram continuar as atividades, complementadas com passeios externos. Faltavam, entretanto, olhares masculinos, uma vez que é maior o número de adolescentes do sexo masculino, em relação ao feminino, que passam pelas instituições e que estão em situação de rua. Por essa razão, decidimos¹⁸ também realizar a pesquisa no ECCA, local frequentado principalmente por adolescentes do sexo masculino. Aqui a recepção pelas fotos não foi diferente; as fotos, ao mesmo tempo em que atraíam os olhares, também os afastavam. Notamos, assim, que nos dois locais imediatamente à exposição das fotos, alguns se recusavam a participar.

É importante mencionar que, entre os adolescentes do ECCA e da casa de acolhimento gradualmente foram sendo criadas as condições para as atividades. Porém, as estratégias adotadas foram apropriadas às dinâmicas em cada um dos espaços. Na casa de acolhimento, a regularidade dos encontros e os passeios externos favoreceram para a proximidade e interesse das adolescentes em relação às imagens. As atividades precedentes à leitura das fotos do jornal foram pautadas por discussões sobre o conteúdo fotográfico. Assim, juntamente com as adolescentes identificávamos: qual ou quais pessoas participavam da cena da foto, como estavam representadas, considerando as posições de cada um, o corpo, a expressão, os trajes etc., itens que contribuíram para a leitura das fotos do jornal, conforme veremos em seus relatos expostos no capítulo IV. Por outro lado, no ECCA tal abordagem não foi possível, em razão de o contato com eles depender da eventualidade do encontro e do interesse deles pelas fotos. Procurava então participar juntamente com os educadores das atividades, principalmente jogos, desenho, pintura, enquanto as fotos esperavam sobre a mesa para serem lidas por algum espectador interessado.

Nos dois espaços, e de modo mais dinâmico e intenso no ECCA, os adolescentes, quando em grupo, faziam comentários fugazes, entrecortavam as falas uns dos outros, se colocavam ao mesmo tempo presentes e distantes em relação às fotos. No ECCA, quando um deles escolhia uma das fotos, alguns se achegavam ao redor para olharem juntos, mas poucos

¹⁷ http://infograficos.estadao.com.br/que_imagem_voce_levaria_para_marte/?lang=br

¹⁸ Uma decisão que devo às sugestões de Maria Antonieta da C. Vieira e Jorge Artur C. Floriani.

se interessaram em dar continuidade às atividades de leitura das fotos. Nesses momentos iniciais do trabalho de campo, em que não pude conter minhas questões para o momento oportuno, lançava-as para o grupo. Eles se entreolhavam cúmplices e desconfiados, alguns respondiam com um dar de ombros, ou um sorriso no canto da boca, ou ainda um “não sei”, ou lançavam um olhar para manter a distância. Fui aprendendo a esperar pelo interesse deles pelas fotos e, quem sabe, eventualmente comentarem sobre elas. Passei então a observar no ECCA os movimentos grupais, o interesse de um ou outro por determinada foto, e só depois, em um outro momento, é que investíamos na direção dos nossos objetivos. Isso poderia acontecer no mesmo dia, o que era raro; em geral esperava-se pelo retorno do mesmo adolescente em outro dia, quando então retomávamos a mesma foto que já tinha atraído seu interesse, e assim dar prosseguimento à leitura da foto. Talvez mereça ser mencionado que o trabalho de campo sempre exigiu ajustes, desde os contatos institucionais¹⁹ para autorização e realização da pesquisa, incluindo as adaptações frente às circunstâncias em geral apresentadas em campo, como a rotina dos moradores da casa de acolhida, à eventualidade dos encontros no ECCA, aos interesses e desinteresses dos jovens pelas imagens, às dinâmicas interativas entre eles. Isso foi uma constante durante todo o período de campo, na casa de acolhida e no ECCA.

As 66 fotos sempre eram deixadas sobre a mesa, empilhadas ou espalhadas, à espera do seu espectador. Para aqueles adolescentes que decidiram participar das atividades, era primeiramente solicitado que escolhessem as fotos que quisessem comentar. Em alguns encontros seguintes, recorríamos às fotos já escolhidas por eles anteriormente, a fim de avançarmos na leitura, uma vez que elas despertavam outros assuntos. Gradualmente foram se revelando, manifestando suas opiniões diante da imagem, na maioria das vezes para se diferenciar, e outras, poucas vezes, para se identificar com determinadas situações que as fotos evocavam. Mas considerando todos os adolescentes que convidamos a participar, a resistência prevaleceu, quer seja entre aqueles que logo no primeiro momento se recusaram a ter qualquer contato com as fotos, quer seja entre aqueles que, mesmo tendo contato, olhando, interpretando, se recusavam a se identificar com a situação da foto²⁰.

¹⁹ Na SMADS, a solicitação oficial, através de uma carta da PUC-SP, para autorização da pesquisa, passou por um período de espera de outubro/2011 a março/2012. Depois disso, foram necessários mais 3 meses (março a junho/2012) para encontrar uma instituição social que autorizasse a realização da pesquisa nas suas instalações, mesmo tendo comentando que se tratava de uma pesquisa sobre fotografias de jornal, e não sobre a implantação dos serviços sociais na instituição.

²⁰ No capítulo IV será abordado sobre os silêncios e estranhamentos que os adolescentes manifestaram quando diante das imagens fotográficas. Assim também será discutida a questão da identificação.

Por serem adolescentes, e por não serem eles os representados nas fotos, entendemos que a questão da identificação com a situação da foto não se apresenta de fácil colocação. Mesmo assim, aqueles que decidiram, por si, a participar das atividades de leitura, entre os vários adolescentes que convidamos, foram receptivos e espontâneos em suas falas, quer seja para revelar aquilo que os aproximava da foto, quer seja para marcar as diferenças, e, no limite, recusar toda e qualquer semelhança.

A fotografia é uma das formas pelas quais o imaginário se manifesta por meio da projeção-identificação do “duplo” em muitas vidas possíveis (MORIN,1997, p.134). O duplo é a imagem que se tem de si, esse outro eu que habita todo humano, e nele se concentram todos os desejos e temores. O imaginário participa do mundo externo pelo mecanismo de projeção-identificação, e para isso alimenta o ser que sonha, sua imagem, e seu *duplo*, e consegue assim suprir necessidades da vida “que a vida prática não pode satisfazer.” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

Necessidade de fugirmos a nós próprios, isto é, de nos perdermos algures, de esquecermos os nossos limites, de melhor participarmos no mundo... ou seja, no fim de contas, fugirmo-nos para nos reencontrarmos. Necessidade de nos reencontrarmos, de sermos mais nós próprios, de nos elevarmos à imagem desse duplo que o imaginário projeta em mil e uma vidas extraordinárias (MORIN, 1997, p.134).

Nas formas apresentadas pela materialidade física da foto, identificamos traços de uma realidade, mas ao mesmo tempo transcendemos essa materialidade e fixamos nela algo que é da ordem mental, dando vazão para a manifestação do *duplo*. O imaginário leva para a realidade externa sua afetividade, sua necessidade, seu sonho, assim como alimenta sua realidade interna ao introjetar para si imagens da realidade externa, estabelecendo com o mundo um “comércio afetivo.” (MORIN, 1997, p.239). Real e irreal são confundidos no imaginário, pois atribui-se “[...] à realidade os encantos do imaginário, mas também para conferir ao imaginário as virtudes da realidade.” (*Ibid.*, p.237).

Encontramos o *duplo* nas imagens fotográficas veiculadas pelo jornal, quer seja do ponto de vista da produção fotográfica (fotógrafo e jornal), quer seja pela leitura das fotos feita pelos adolescentes. As fotos jornalísticas não são apenas produtos do jornal (produção técnica, ideologia, valores) entendidos como real, elas são também produtos de um imaginário. O fotógrafo, ao fazer uma imagem, parte, sem se dar conta, de suas imagens mentais, do mesmo modo ocorre com o espectador da foto. A fotografia conjuga as “[...] características aparentadas e, ao mesmo tempo, diferenciadas da imagem mental, [...] ela [...] parte da recordação para acabar no fantasma, [...]” (*Ibid.*,p.52). Real-imaginário, apesar de distintos, de se oporem um ao outro, concorrem, e se complementam.

Assim, uma vez que a realidade é “semi-imaginária” (GORKI *apud* MORIN, 1997, 236), temos refletido nas imagens fotográficas do jornal o imaginário social que se constitui sobre as crianças e adolescentes em situação de risco. Um imaginário que está contido nas imagens fotográficas, e se revela na interpretação dos sentidos aqui discutidos, que serão expostos e analisados no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II – O IMAGINÁRIO, A MÍDIA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Este capítulo é composto de três partes: o objetivo da primeira é apresentar o despertar do imaginário no ser humano. A parte seguinte discute a presença do imaginário na produção jornalística, com seus textos escritos e visuais, e seu efeito na recepção pelo leitor. Na terceira parte, procura-se entender a relação do imaginário na formação das representações sociais, que por sua vez são veiculadas na mídia. O interesse pela conjunção entre imaginário e representações sociais¹ diz respeito ao fato de que crianças e adolescentes em situação de risco podem vir a incorporá-las.

2.1 UM SER “IMAGINÁRIO, IMAGINANTE...”

A essência do pensamento humano é dupla, opera em conformidade com sua natureza *sapiens* e *demens*, segundo Edgar Morin. É *sapiens* por conservar um pensamento “[...] racional, empírico, técnico, que existe desde a pré-história e é anterior à humanidade [...]”. É *demens* por manter também “[...] um pensamento simbólico, mitológico, mágico” (MORIN, 1996, p.281). Um pensamento que se revela conjuntamente com os elementos da natureza *sapiens* e *demens*, e no movimento entre as dimensões objetiva e subjetiva. “A sua dupla e sincrética natureza, objetiva e subjetiva, acaba por desvendar-nos a sua secreta essência, ou seja, a função e o funcionamento do espírito humano no mundo” (MORIN, 1997 [1970], p. 232). São duas formas de conhecer o mundo, uma objetiva e outra subjetiva, são duas consciências, sem que uma anule a outra. Porém, entre elas há uma “brecha” aberta pela morte “[...] que é preenchida pelos mitos e pelos ritos da sobrevivência, que, finalmente, integram a morte”(MORIN, 1991 [1973], p. 96). O humano, por não ter domínio sobre a morte e com vistas ao dilaceramento que ela provoca, a transforma por meio da fantasia, da magia com a finalidade de integrar a morte à crença na continuidade da vida. O imaginário irrompe na percepção do real, ao mesmo tempo em que passa a crer no “renascimento ou sobrevivência do *duplo*” (*Ibid.* p.95). “Ao aparecimento do homem imaginário junta-se indissolivelmente o aparecimento do homem imaginante” (*Ibid.*102).

Desde o paleolítico antigo há evidências da presença do *duplo* nos rituais e funerais da morte² (MORIN, 1997 [1970], p.109). O túmulo indica a presença do mito (quando se crê no

¹ A ser abordada no item 2.3 deste capítulo.

² O esqueleto humano foi encontrado coberto de ocre, porém enrolado na posição fetal, acompanhado de seus objetos pessoais, o que remete para a crença no renascimento e no *duplo* (MORIN, 1997 [1970], p.109).

renascimento), e o funeral indica a presença da magia (por meio dele se processa a crença imaginária para outro mundo, o renascimento do *duplo*)³. Morin aponta como fundamental, entre as duas consciências, a objetiva e a subjetiva, não apenas sua coexistência, “[...]mas sim a sua união confusa numa dupla consciência” (MORIN, 1991 [1973], p.95). A primeira reconhece a mortalidade diante da angústia, da perda. A “irrupção da morte” é a “irrupção de uma verdade” (*Ibid.* p.96). A segunda vem ao encontro desse reconhecimento, ao afirmar uma “transmortalidade” para consolar, dar esperança para aplacar a dor da perda. A “irrupção da morte” é também a “irrupção de uma ilusão” (*Ibid.*, *loc.cit.*). Desde então “o imaginário e o mito passam a ser simultaneamente produtos e coprodutores do destino humano”, eles são alterados, reprogramados, reatualizados pelos processos humanos, assim como intervêm nesses processos (*Ibid.*,p.95).

No pensamento humano, o que se constata também não é o enfraquecimento do afeto em favor da razão, mas: “[...] vê-se bem que o que caracteriza o *sapiens* não é uma redução da afectividade em benefício da inteligência, mas, pelo contrário, uma verdadeira erupção psicafectiva e, inclusivamente, o aparecimento da *ubris*, isto é, do excesso, do desmedido” (*Ibid.*106-7). Cada cultura, cada indivíduo vai lidar, com muitas variações, no domínio das vocações, tanto para a alegria como para o ódio, cujo descontrolo de estados afetivos vai desencadear na *hubris*⁴.

Neste trabalho, interessa-nos utilizar esse mecanismo do pensamento humano, segundo Morin, quando diante da imagem fotográfica. Esta, embora ganhe uma materialidade física quando impressa, apresenta-se imóvel, porém, “[...] apela para uma certa presença”, que ganha vida pela comunicação subjetiva que o espectador estabelece com ela (MORIN, 1997 [1956], p.36). Isso possibilita a ele um movimento entre a imagem mental e a imagem fotográfica, revelando traços de uma realidade externa e do arcaísmo do pensamento humano.

No princípio tudo é imagem, pois “A fala será sempre uma memória de imagens, [...e] A escrita será sempre, por sua vez, uma *memória* da *memória* de imagens” (SAMAIN, 2006, p. 78). No desenvolvimento humano as imagens são anteriores à expressão da palavra.

³ *Duplo* e mito são entendidos como sinônimos, pois o primeiro também é um mito. O *duplo* em relação ao indivíduo, desenvolve-se “num universo duplicado”, onde apresentam tanto características do mundo empírico como características do sobrenatural. O mito oferece uma compreensão para “o estar no mundo”, por meio de seus personagens sobrenaturais (heróis, deuses), para narrar o “nascimento do mundo, do homem, a passagem da natureza à cultura”, e indicar “a origem do bem e do mal” (MORIN, 2012 [2001], p. 103-104).

⁴ Na tradução da obra O Método 5 – A Humanidade da humanidade de Morin (2012 [2001]), feita por Juremir M. da Silva, a palavra *hubris* é grafada de modo diferente da utilizada na versão portuguesa (acima), mas, diz respeito à mesma definição, que corresponde a “fonte de delírio, desmedida” (2012, p.302).

Primeiro vemos e reconhecemos o que vemos, lembra Caiuby Novaes (2009) ao citar J. Berger (1972)⁵ (CAIUBY NOVAES, 2009, p. 49).

Morin (1997) considera que conhecemos a realidade externa por meio das representações ou imagens que são geradas a partir dos sentidos e do cérebro.

O cérebro-espírito [...] não conhece diretamente a realidade exterior. Está fechado numa caixa negra⁶ (cerebral, e recebe apenas, através dos receptores sensoriais e dos centros nervosos (que são eles próprios representações cerebrais), excitações (elas próprias representadas sob a forma de movimentos ondulatório/corpusculares), que ele transforma em representações, isto é, em imagens (MORIN, 1997, p.15).

Essas imagens são elaboradas e organizam-se não apenas em função de fatores “neurobiológicos” a partir de dados externos, mas também conforme a experiência de vida de cada um e da cultura da qual participa. Assim, “Todo o real apercebido passa, portanto, pela forma imagem.” (*Ibid.*, *loc.cit.*) Os seres e objetos adquirem “dupla existência”, uma mental, mesmo sem estar na presença deles, e outra, a da percepção empírica (MORIN, 1991 [1973], p. 99).

Morin cita Sartre para definir a imagem mental: “estrutura essencial da consciência, função psicológica”⁷. “Sartre diz que ‘a característica essencial da imagem mental é uma certa forma que o objeto tem de estar ausente na sua própria presença’” (SARTRE *apud* MORIN, 1997, p.42). A imagem apresenta características da vida real, elementos objetivos do dia a dia que são repassados mentalmente. Porém, a partir dessa representação objetiva pode também desenvolver-se nela uma “impressão de realidade”, na qual a subjetividade reelabora a imagem a partir da própria “representação objetiva” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

A imagem detém um “caráter paradoxal”: traz “um potencial de objetivação (distinguindo e isolando os ‘objetos’, permitindo assim o recuo e a distanciação) e, por outro lado, simultaneamente, um potencial de subjetivação (a virtude transfigurante do *duplo*, o ‘encanto’ da imagem [...])” (MORIN, 1997, p.16). Ela nem se fixa apenas na dimensão objetiva, nem na subjetiva, ela gira em torno do real e do imaginário. Nela ambos se confundem, se opõem e se complementam, na medida em que absorve informações da realidade externa, objetiva, e impele outras informações para a realidade interna, subjetiva. Ambos, “real-imaginário” se comunicam, se transformam e se permutam (*Ibid.*, *loc.cit.*). Esse trânsito percorrido pela imagem, no qual se realiza uma troca entre realidade interna (imagens mentais) e realidade externa (ambiente, objetos e seres), gera no humano uma incerteza, uma

⁵ BERGER, J. *Ways of seeing*. Londres: Penguin Books, 1972, p.7.

⁶ No Brasil, o usual seria “caixa-preta”. Em artigo publicado no Brasil, Morin (1996), utiliza a expressão “caixa craniana” (MORIN, 1996, p.280).

⁷ SARTRE, J.-P., *A Imaginação*, Difel, p. 122.

ambiguidade entre aquilo que está posto na realidade externa e aquilo que também existe no cérebro, imagem mental. É preciso “interpretar as mensagens ambíguas que chegam ao cérebro e reduzir a incerteza por meio de operações empírico-lógicas” (MORIN, 1991, p. 104). O que se tem é uma “zona de incerteza” entre “o cérebro e o ambiente”, “entre a subjetividade e a objetividade”, “entre o imaginário e o real”, zona que se acentua, se alarga com a “brecha antropológica da morte” e a “irrupção do imaginário na vida diurna” (*Ibid.*, *loc.cit.*). Nessa zona de incerteza acontece tudo, “[...] desenvolvem o mito e a magia, [...] circulam fantasias e espectros, que a palavra, o sinal, a representação, se impõem com a evidência da coisa, que o rito apela para a resposta de um receptor-interlocutor imaginário” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

Diante da imagem fotográfica há um estado de tensão, manifestado pela ocorrência simultânea entre o *analogon* e o *eidolon*⁸. A fotografia, o cinema, a pintura, o desenho são formas de figuração, concebidas a partir de imagens já existentes mentalmente. São imagens de imagens, ou representações de representações. O espectador se defronta com imagens que fazem parte de uma realidade externa, ao mesmo tempo em que recorre às suas imagens internas, e transfere para a foto as qualidades que são próprias da imagem mental, onde se conjugam a percepção prática e os processos imaginários. O sonho e o terror despertados pelo reflexo da imagem fotográfica põem em ação o *duplo*, por meio do imaginário.

A imagem é o estrito reflexo da realidade, a sua objetividade está em contradição com a extravagância imaginária. Porém, esse reflexo é já, ao mesmo tempo, um ‘duplo’. A imagem já se encontra embebida de poderes subjetivos que vão deslocar, deformar e projetar para a fantasia e para o sonho. O imaginário enfeitiça a imagem, porque esta é já uma feiticeira em potência. O imaginário prolifera sobre a imagem como seu cancro natural; vai cristalizar e revelar as humanas necessidades, mas sempre em imagens; é o lugar comum da imagem e da imaginação (MORIN, 1997 [1956], p. 98).

“A imagem e o *duplo* são modelos recíprocos um do outro” (MORIN, 1997, p. 49). São dois mecanismos internos que se imbricam e se desenvolvem, em um a projeção, em outro a duplicação. Cria-se um *duplo* de tudo, por meio da “potência psíquica (projetiva)”, que será desenvolvido no imaginário, e por sua vez este, pela sua “potência”, vai se desdobrar na “projeção psíquica” (*Ibid.*, *loc.cit.*). “Efectivamente, no encontro alucinatório da máxima subjetividade com a máxima objectividade, no lugar geométrico da máxima alienação e da máxima aspiração, encontra-se o *duplo*, imagem-espectro do homem.” (*Ibid.*, p.44).

⁸ Ambos foram comentados na Introdução.

O *duplo* pode ser detectado na sombra, no sonho, na representação (fotografia, pintura), e também nas visões. Cada ser humano cria seu próprio *duplo*, sem ser igual a si próprio, um outro que dialoga consigo. Nesta imagem de si, do *duplo*, não se projeta apenas a imortalidade, mas todos os anseios e temores (seus “fantasmas”) o que é mais frequente, e também sua bondade (seus “anjo[s]-da-guarda”) (MORIN, 1997, p. 45).

É a imaginação do espectador da foto que exalta a imagem representada ao universo do *duplo*. “[...] a fotografia assemelha-se ao mais espontâneo e universal produto mental: contém os genes da imagem (imagem mental) e do mito (*duplo*): é, por assim dizer, a imagem e o mito, na sua origem” (*Ibid.*, 53). A forma que a imagem fotográfica assume é uma forma aparente da realidade, e por ser fiel à aparência dá a impressão de realidade, e ao mesmo tempo transcendemos essa forma e reconhecemos nela sua irrealidade, onde devaneia o imaginário. “É evidente que, na visão imaginária, não estão ausentes os quadros da percepção prática, que o real, mesmo na extravagância do sonho, se conserva presente.” (*Ibid.*, 179). São duas ordens que se misturam, a percepção prática e os processos imaginários, conforme anteriormente comentado.

Adentra-se o mundo imaginário no momento em que o espectador capta e molda a imagem fotográfica, conforme seus desejos e receios. Mencionamos acima que o imaginário, desde sua irrupção, concebe outras alternativas de vida para atender às necessidades do *duplo*, projeta-o em outras vidas, que não cabem na vida prática. Participa-se do mundo imaginando-se, e adaptando-se às necessidades subjetivas, em relação com a realidade objetiva. Esse movimento de participação subjetiva se dá pelo processo de projeção-identificação. O espectador da foto projeta sobre ela seus sonhos e temores, fluem a subjetividade e a objetividade, para dar vida ao herói sonhado ou ao fantasma perseguidor, para no limite realizar efetivamente o sonho, ou expungir o fantasma.

A projeção consiste num movimento, do interior do indivíduo para o exterior, em lançar os terrores e as aspirações para fora de si, sobre os seres vivos, ou sobre as coisas materiais, ou mesmo no vácuo. Atribui-se ao ser ou objeto projetado características propriamente humanas, e no limite da alucinação reconhece-se a si próprio na imagem. Já na identificação, o movimento acontece do exterior para o interior do ser, por meio do qual se absorve o mundo exterior⁹ (MORIN, 1997, p.108).

⁹ Morin considera que, pelo fato de na menor projeção já existir a ocorrência de identificação, as componentes da expressão projeção-identificação devem ser mantidas juntas, pois se mantêm interligadas no exercício de comandar “[...] todos os chamados fenômenos psicológicos subjetivos” (MORIN, 1997, p. 109).

Cada cultura direciona as relações concernentes entre os humanos e o imaginário. Ela “[...] irriga, segundo seus entrelaçamentos, a vida real de imaginário, e o imaginário de vida real. Essa irrigação se efetua segundo o *duplo* movimento de projeção e identificação. O imaginário é um sistema projetivo que se constitui em universo espectral e que permite a projeção e a identificação mágica, religiosa ou estética.” (MORIN, 2011 [1962], p. 73).

2.2 IMAGINÁRIO E MÍDIA

No mundo da indústria cultural, o imaginário é principalmente consumido no “modo estético, através das artes, dos espetáculos, dos romances, das obras ditas da imaginação”, no qual incluímos a fotografia jornalística (MORIN, 2011 [1962], p.71). É pela foto, e também pelas palavras, que no jornal o espectador participa esteticamente da leitura das imagens. Diante da foto ele opera com uma “dupla consciência”: uma “intensa”, quando entra no universo que passa a ter vida para ele; e uma “desligada”, porque ao mesmo tempo sabe que se trata de uma foto. (*Ibid.*69) A “participação estética”¹⁰ fica assegurada pelas “transferências psíquicas” ou projeções-identificações (*Ibid.*70).

O jornal impresso investe nesse “[...] *homem imaginário*, que em toda parte responde às imagens pela identificação ou projeção.” (*Ibid.*35). É um homem comum e universal¹¹, um “homem-criança”, curioso que gosta de participar do “[...] jogo, do divertimento, do mito, do conto.” Um ser que se aventura. É também um homem dotado de “[...] razão perceptiva, de possibilidade de decifração, de inteligência.” Um ser que se desenvolve, e se refaz juntamente com suas aventuras e desventuras. A linguagem desse homem é a audiovisual, que se manifesta e se amplia “[...]tanto e mais sobre o tecido do imaginário e do jogo que sobre o tecido da vida prática.” (*Ibid.*, *loc.cit.*). Com este ser imaginário, imaginante, afetado pelas fotos e textos escritos, o jornal estabelece um “diálogo desigual”. O espectador não tem o poder de expressar tal como uma instituição jornalística, sobretudo num país como o Brasil,

¹⁰ Para Morin (2011), estética é definida “como um tipo de relação humana muito mais ampla e fundamental” e não “como qualidade própria da obra de arte” (MORIN, 2011 [1962], p. 70). A relação estética desempenha um “papel consolador ou regulador da vida, seja orientando as pressões interiores em direção às vias de escapamento imaginárias”, seja por meio das participações que se efetivam nas imagens (fotos, filmes), que aliviam necessidades afetivas ou agressivas (*Ibid.* p.73). A troca entre real e imaginário na “participação estética” é sublimada quando comparada com a que era realizada com o “homem e os espíritos ou os deuses se fazia por intermédio do feiticeiro ou do culto.” (*Ibid.*, p.71) Na “participação estética” as transferências psíquicas são “inframágicas” e “supramágicas” (*Ibid.*, 70).

¹¹ Morin (2011), para abordar a tendência da cultura de massa à universalidade, tece considerações sobre o “homem médio”, “homem universal” e o “homem novo”. O “homem médio é uma espécie de *anthropos* universal”, que adota uma linguagem audiovisual composta de quatro instrumentos: “imagem, som musical, palavra e escrita.” (2011, p. 35). Nesta dissertação, privilegiamos a imagem.

pela forma em que estão implementados os meios de comunicação, conforme veremos mais adiante.

Contudo, efetivamente é o espectador que decide sobre o consumo ou não, e, uma vez que faça a opção pelo consumo da matéria jornalística, ela poderá ser vista, lida, absorvida e refletida se o espectador assim desejar. Ou seja, a influência da notícia não é absoluta, mesmo porque a reflexão do espectador passa por várias dimensões que podem ocorrer imediatamente ou após a leitura. As condições próprias de cada um constroem as informações em torno da matéria, com base nos seus conhecimentos em geral, individuais e culturais: afetos, crenças, a época da sua vida, a classe social a que pertence, no contexto histórico-social, e também nos conhecimentos que tem sobre as imagens (AUMONT, 2011 [1990], p.77). As imagens com as quais entrará em contato cairão na “zona da incerteza”, apelando para uma resposta imaginária. E as opiniões formuladas com base nas imagens e notícias serão trocadas com outros grupos sociais, no trabalho, na família, entre amigos. Além disso, o espectador “[...] dificilmente assimila o que contraria seus próprios processos de projeção, identificação e intelecção. Isso não significa que ele tenha livre-arbítrio. Mas não há ação unilateral das *mass-media* sobre o público.” (MORIN, 2011, p.37). Pois ela produz e informa uma visão de mundo para uma sociedade da qual faz parte, ainda que as “regras do sistema industrial capitalista pesam [pesem] sobre o caráter mesmo desse diálogo.” (*Ibid.*, p. 38)¹². De fato, é o que constatamos na mídia brasileira (CHAUÍ, 2012). Do ponto de vista econômico, a forma privatizada com que se transferem concessões públicas (rádio e TV) para parlamentares, e, do ponto de vista ideológico, a forma pela qual a mídia exerce seu poder, denominada “ideologia da competência”, denunciam situações privilegiadas que se erguem contra “dois direitos democráticos essenciais: a isonomia (a igualdade perante a lei) e a isegoria (o direito à palavra ou o igual direito de todos de expressar-se em público e ter suas opiniões publicamente discutidas e avaliadas)” (CHAUÍ, 2012, s/p.).

Explica Chauí (2012), o que é peculiar da “ideologia da competência” é o fato de a mídia “[...] aparecer sob a forma anônima e impessoal do discurso do conhecimento, e cuja eficácia social, política e cultural está fundada na crença na racionalidade técnico-científica.” Com isso, a mídia define “previamente a forma e o conteúdo do que deve ser dito e precisa ser ouvido”, baseada numa ordem que se institui entre os que têm direito a falar, aqueles que detêm conhecimento (científico, técnico, religioso, político, artístico) e podem também

¹² Morin (2011) descarta uma discussão que considere se é a imprensa que faz o público ou se este que a faz, pois entende que o “verdadeiro problema é o da *dialética* entre o sistema de produção cultural e as necessidades culturais dos consumidores.” (2011, p. 37).

mandar, e os que não sabem, devem ouvir, obedecer, e se manter silenciados (CHAUÍ, 2012, s/p).

Para o jornal atingir o máximo de consumo, precisa ofertar uma variedade de assuntos, porém, vários são os fatores implicados nas decisões quanto à criação, produção e veiculação das matérias no jornal, fatores inclusive contraditórios entre a padronização vigente e a originalidade pretendida. Embora tenha liberdade na sua produção e criação, há, por outro lado, limitações impostas pela sua estrutura operacional, uma vez que “a originalidade e a individualidade já lhe são pré-fabricadas pelo acontecimento”; pela própria publicação diária; e pelo fato de a leitura de um jornal ligar-se a hábitos enraizados da sociedade (MORIN, 2011, p.18). Acrescente-se a isso, além da complexidade pela qual passa a recepção do jornal, outros fatores de interferência nessa produção, como a política local, os tabus, religiosos ou não, as convenções culturais, e sobretudo a dependência determinante da lei do mercado. E o fato de o jornalismo impresso vir perdendo em competitividade em razão de as notícias serem transmitidas pelos meios eletrônicos e televisão enquanto estão ocorrendo, ao passo que a notícia impressa é posterior àquelas (CHAUÍ, 2012, s/p.).

Nos termos de Morin (2011), a imprensa opera a partir de uma base contraditória entre suas “estruturas *burocratizado-padronizadas*” e a invenção, a individualidade do produto a ser oferecido. Apesar de dispor de “técnicas-padrão de individualização”, a necessidade de originalidade exerce também pressão sobre suas estruturas. É o imaginário que vem garantir que essa operação paradoxal se efetive. Assim, além das regras e convenções comuns que garantem inteligibilidade imediata ao leitor do jornal, a imprensa também considera, na formulação das matérias, a “própria estrutura do imaginário”, ou seja, segundo os “arquétipos” que estruturam o imaginário. Deste fazem parte os “figurinos-modelo do espírito humano que ordenam os sonhos e, particularmente, os sonhos racionalizados que são os temas míticos ou romanescos.” (MORIN, 2011, p.16).

Neste sentido, podemos ampliar a noção do personagem-tipo para o estereótipo, conforme abordado por Gastaldo (2000) com base em Stuart Hall¹³. Este recurso é utilizado pelo jornal para representar determinados grupos sociais. Destes grupos são selecionados alguns traços, quer estejam no seu corpo ou ao seu redor, os quais são repetidos nas imagens, o que reduz os grupos a representações simplificadas. Há três características básicas do estereótipo:

¹³ “The work of representation” in: HALL, S. (org.) Representation – Cultural Representations and Signifying Practices, London, Sage. Publishers/The Open University, 1997.

O estereótipo é redutor, torna ‘naturais’ e ‘fixas’ as diferenças do grupo representado; o estereótipo é uma prática de exclusão, fixa fronteiras simbólicas e exclui claramente os ‘outros’; o estereótipo tende a ocorrer onde existe uma grande desigualdade de poder (HALL, 1997 *apud* GASTALDO, 2000, p.91).

As representações estereotipadas têm efeito numa sociedade em que há desigualdade de poder. O estereótipo oculta as diferenças entre as pessoas do grupo que representa, a fim de que os símbolos que são utilizados para representá-lo sejam facilmente identificados e associados a ele.

A idealização da imprensa por um “homem médio” está atrelada a um grande público consumidor. É uma visão homogeneizada, cujos produtos jornalísticos (informações e fotos), mesmo que abranjam vários conteúdos, serão sistematizados, e deverão ser facilmente assimilados por esse “homem”. Esclarece Morin: “Sincretismo é a palavra mais apta para traduzir a tendência a homogeneizar sob um denominador comum a diversidade dos conteúdos”. O jornal utiliza desse sincretismo que “[...] tende a unificar em uma certa medida [...]: o setor da informação e o setor do romanesco”, ou mais precisamente da fantasia (MORIN, 2011, p. 26-27). Juntamente com o setor da informação, é frequentemente usado o sensacionalismo, “isto é, essa faixa de real em que o inesperado, o bizarro, o homicídio, o acidente, a aventura irrompem na vida quotidiana” (*Ibid.*, p. 27). Tanto os elementos de homogeneização como os de sincretismo estarão presentes nas matérias jornalísticas. Assim como no cinema, em que, a partir de um gênero, a aventura por exemplo, se utilizam vários temas, como o amor, a comédia, que são sincretizados, e ao mesmo tempo, são homogeneizados pela linguagem adotada, ainda que possa haver uma variedade delas. “A grande imprensa e a revista ilustrada tendem ao sincretismo se esforçando por satisfazer toda a gama de interesses, mas por meio de uma retórica permanente.” (*Ibid.* p. 26). Na informação jornalística, aquilo da vida real que se assemelhar à fantasia, será privilegiado, além do que é inventado ou imaginado pelos jornalistas (*Ibid.*,27). O fotógrafo jornalista na construção da representação utiliza um somatório de recursos técnicos e estéticos que resulta em uma montagem, mas que perpassa por um “filtro cultural” articulado ao seu imaginário (KOSSOY, 2009 [1999], p. 42).

“A cultura de massa [o jornal] é animada por esse *duplo* movimento do imaginário arremedando o real e do real pegando as cores do imaginário” (MORIN, 2011 [1962], p. 27). Ora um movimento que se verifica na participação estética do espectador, pois o imaginário “é estrutura antagonista e complementar daquilo que chamamos real, e sem a qual, sem dúvida, não haveria o real para o homem, ou antes, não haveria realidade humana” (*Ibid.*,

p.72). Ele permite que o humano transcenda seu espaço limitado e seu tempo finito pela realidade percebida. Ele dá uma “fisionomia” para os desejos, necessidades, angústias e temores, quer sejam atuais ou remotos, manifestos na atualidade, mas presentes nos instintos humanos. Ele “liberta não apenas nossos sonhos de realização e felicidade, mas também nossos monstros interiores, que violam os tabus e a lei, trazem a destruição, a loucura ou o horror.” (*Ibid.*p.73).

Contudo, devemos considerar que se por um lado o imaginário pode arrebatá-lo o espectador de um estado a outro, o jornal, por outro lado, tendo em conta sua força institucional, seus recursos organizacionais para atingir seus fins, incluindo aí estratégias para alcançar um imaginário social, tende a conduzir as notícias para determinados sentidos. Com base na criação de personagem-tipo ou estereótipo e na tendência a homogeneizar, entendemos que o jornal pode tolher a imaginação se o espectador se limitar às informações contidas nas imagens e no texto escrito. O jornal é, para Benjamin (2010), um dos fatores que contribuem para diminuir a incorporação, pelos leitores do jornal, de fatos exteriores que dizem respeito a questões sociais. Pois o objetivo a ser atingido pelo jornal “Consiste em isolar os acontecimentos do âmbito onde pudessem afetar a experiência do leitor.” (BENJAMIN, 2010, p. 106). Seus princípios organizacionais: “novidade, concisão, inteligibilidade e, sobretudo, falta de conexão entre uma notícia e outra”, assim como a “paginação e o estilo linguístico”, favorecem para que o espectador tenha uma rápida inteligibilidade do conjunto da matéria faça leituras fragmentadas, sem continuidade entre o passado e o presente, favorecem para tolher a imaginação do leitor (*Ibid.*, p.107).

2.3 IMAGINÁRIO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Tendo em vista a potência do imaginário, que tanto pode ganhar asas diante das imagens fotográficas do jornal como se limitar aos sentidos nelas presentes, pressupomos que ele participa da dinâmica - entendida como criação, manutenção e transformação - das representações sociais. Potência esta que é utilizada na produção jornalística para despertar imaginários de seus leitores. Interessa-nos então entender a presença do imaginário na relação com as representações sociais.

O fenômeno das representações sociais diz respeito à construção de “saberes sociais” para entender e dar sentido ao mundo (GUARESCHI, 2002 [1995], p. 20). Esses saberes são constituídos pela dimensão cognitiva e também pela dimensão afetiva, na medida em que o

caráter simbólico e imaginativo presentes nesses saberes trazem a emoção, o sentimento, a paixão (*Ibid.,loc.cit.*). As representações se reproduzem nos processos dinâmicos e interativos, figuram nos discursos, atitudes e opiniões, entre indivíduos e grupos, e também na mídia. Informam sobre como nos ajustar frente aos problemas da vida, como se comportar, e inclusive assumir posições diante de situações, habituais e inusitadas. Os grupos sociais escolhem, dentre as representações vigentes, sua participação e pertença.

A representação social é elaborada nas interações sociais e é sempre uma representação de um ser humano ou de um objeto. Estabelece-se entre a representação e o objeto uma relação de “[...] simbolização (substituindo-o) e de interpretação (conferindo-lhe significações)”. Estas significações resultam de uma atividade que faz da representação construção e uma expressão do sujeito.” (JODELET, 2001, p. 27).

Com base no que foi abordado no item 2.1, que toda realidade percebida é transformada em imagem, e como as representações circulam nos discursos e na mídia, ou seja, na vida empírica, entendemos que as representações passam pela mesma dinâmica das imagens, pela troca que se realiza entre o interior (processos mentais) e o exterior (vida empírica), alimentando-se simultaneamente de real-imaginário. Assim, as representações estão tão impregnadas de realidade quanto de imaginário. Além disso, Jodelet (2001) acrescenta que podem participar da atividade de construção da representação “processos cognitivos” e “mecanismos intrapsíquicos (projeções fantasmáticas, investimentos pulsionais, identitários, motivações etc)” (2001, p. 27). O que nos indica que as representações podem passar pelo mesmo processo mental de projeção-identificação.

Spink (2002 [1995]) expõe os elementos participantes na elaboração das representações sociais. Eles ocorrem em um “contexto intertextual”, envolvendo forças e pressões sociais, de um lado, e valores e conteúdos que circulam, por outro lado. Ele é intertextual em função da justaposição de dois textos: “o texto sócio-histórico que remete às construções sociais que alimentam nossa subjetividade; e o texto – discurso, versões funcionais constituintes de nossas relações sociais.” (SPINK, 2002, p.121-122). Mas esse contexto é definido por três tempos. Isso porque aqueles conteúdos, que estão presentes nas interações sociais, podem ter sua origem tanto em produções mais distantes, nas quais se incluem as do imaginário social, como em produções mais recentes. Os três tempos considerados são:

[...] o tempo curto da interação que tem por foco a funcionalidade das representações; o tempo vivido que abarca o processo de socialização [...], das disposições adquiridas em função da pertença a determinados grupos sociais; e o tempo longo, domínio das memórias coletivas onde estão depositados os conteúdos culturais cumulativos de nossa sociedade, ou seja, o imaginário social (*Ibid.,p.122.*).

Os tempos se fundem nas representações, no presente há mudança e conservação, e do passado provém o conteúdo que permaneceu. Assim, as representações sociais não são fixas, estão sujeitas às mudanças culturais, conforme comenta a autora:

As representações sociais são elaboradas a partir de um campo socialmente estruturado e são frutos de um *imprinting* social. Mas, como aponta Morin (1983), há zonas fracas neste *imprinting* que permitem com que haja movimento, mudança, abertura à novidade (MORIN, 1983¹⁴ *apud* SPINK, 2002, p.123).

O imaginário não apenas está presente na elaboração das representações como também na sua reprodução, assim como é dele que provém o conteúdo mais estável. Quais seriam essas imagens arcaicas alimentadas pelo imaginário, cujos conteúdos podem variar entre o sonho e o terror? Que imagens são essas, que resistem ao tempo e às mudanças, que subsistem, se mantêm? Para essas questões, não temos respostas ainda, apenas queremos ressaltar o vigor desse imaginário passado presente na atualidade. E para tanto, no capítulo 3, apresentaremos as representações sobre as crianças e adolescentes em situação de risco, que nos revelam imagens e imaginários da atualidade, ou seja reatualizados, pois trazem o novo e o arcaico conjuntamente.

Jodelet (2001), ao abordar os fenômenos que acompanharam o aparecimento da AIDS na década de 1980, aponta que não havia referências médicas sobre a doença, o que favoreceu para a elaboração de “teorias espontâneas” por parte das pessoas e da mídia. Ambas se apoderaram do mal então desconhecido (AIDS), atribuindo a determinados grupos a causa do seu surgimento, uma vez que havia a ocorrência da doença, mas as recentes pesquisas ainda não dispunham de maiores esclarecimentos. Conclui a autora que foram determinantes na construção da representação social em relação às vítimas da AIDS as “instâncias institucionais” e as “redes de comunicação informais ou da mídia”, e com isso abriram “caminho a processos de influência e até mesmo de manipulação social.” (JODELET, 2001, p.21).

Moscovici (2003), citado por Giorgetti (2004), considera que a mídia não cria isoladamente representações, mas participa do seu processo de criação e difusão. Ela pode, a fim de transformar a informação em algo interessante, invocar representações de grupos marginalizados (JOFFE, 2002, p. 298). Segundo Moscovici, as representações sociais não são produzidas pela mídia: “O que fazem é antes acelerar ou afrouxar, talvez dirigir o fluxo das

¹⁴ MORIN, E. (1983) O problema epistemológico da complexidade. Lisboa, Europa-América.

representações num sentido ou outro, mas não têm um papel criador” (MOSCOVICI¹⁵, 2003, *apud* GIORGETTI, 2004, p.103). Avalia Giorgetti: “As ideias de insegurança, insalubridade e feiúra, associadas à presença dos moradores de rua nas praças, são partilhadas não somente pelos seus frequentadores, mas também pelo autor do artigo e, provavelmente, por alguns leitores do jornal” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

Consideramos que o jornal tem uma importância acentuada como difusor de representações existentes, e por contribuir entre aquelas que estão em elaboração ou reelaboração, podendo influenciar negativamente sobre determinados grupos, utilizando para isso conteúdos evidenciados em realidade e conteúdos do imaginário atuais ou arcaicos.

Os próprios grupos marginalizados acabam participando, em certa medida, das representações que lhes são atribuídas, pois eles as internalizam, o que pode fazer surgir “identidades deterioradas” (JOFFE, 2002, p.320). Se um grupo é frequentemente bombardeado com representações que o ligam a acontecimentos ruins, esse grupo pode introjetar tais representações. Ou, na reflexão de Elias (2000 [1994]) sobre a função e operação das crenças do *establishment* em relação aos *outsiders*, a fantasia imaginária dá conta de criar o estigma e o transformar em um estigma material, objetivo, que passa a ser acatado por todos como se tivesse sido adquirido pela própria natureza ou advindo dos deuses. Assim, a fantasia criada exime o grupo estigmatizador de qualquer responsabilidade pelo estigma, pois são as forças do mundo que marcaram essas pessoas como inferiores (ELIAS, 2000, p. 35).

A noção de “viração” elaborada por Gregori (2000), com base nas experiências dos “meninos de rua”, nos revela que eles incorporam as representações e as utilizam nas situações concretas de suas vidas. A viração tem um “caráter dúplice”, é empregada pelos “meninos de rua” para obter recursos para a sobrevivência, por meio do trabalho informal e/ou atividades ilícitas, e é, também, “mediadora de posicionamentos simbólicos”. Eles “se viram” para se comunicarem e se posicionarem nas interações sociais, pois adotam comportamentos variados, com base nos diferentes tipos de imagens e representações que são elaboradas sobre eles (GREGORI, 2000, p.31).

Para Gregori, esses meninos são representados como algozes ou como vítimas, seja na mídia, seja nas relações sociais, por meio dos discursos e posicionamentos de seus interlocutores sociais, que abrangem desde aqueles que implementam as políticas sociais até as pessoas comuns com as quais interagem no dia a dia. Os “meninos de rua” captam os

¹⁵ Entrevista com Serge Moscovici publicada pelo Caderno Mais da Folha de São Paulo em 28/09/2003 (GIORGETTI, 2004, p. 103).

conteúdos dessas representações, internalizam para si e os aplicam em suas vidas. Esses conteúdos lhes dão os subsídios para criarem e desenvolverem a imagem que querem passar de si frente a seus interlocutores. Eles se posicionam nas relações em geral, às vezes como agressores, às vezes como vítimas da fome, às vezes como carentes, às vezes como filhos rebeldes, etc. São conteúdos absorvidos das representações propagadas, que não lhes dão substâncias reais e concretas na elaboração de uma identidade sobre si, mas uma identidade “incerta”, não definitiva (*Ibid.*, p.32-33).

Trazemos aqui duas pesquisas realizadas sobre a retratação de crianças e adolescentes¹⁶ no jornal impresso, em dois países, nos EUA em 1993, e em Londres em 1997. Em se tratando de mídia, as datas indicam uma certa distância dos dias atuais, mas o que importa destacar é a relação e proximidade das representações estrangeiras com as que foram identificadas no jornal FSP, e serão abordadas no capítulo III. A pesquisa norte-americana¹⁷ revelou que o tipo predominante de notícia envolvia o relato de crimes e violência tanto cometido por crianças e adolescentes como contra eles (KUNKEL; SMITH, 2002 [1999], p. 93). A *Children's Express* abrangia todos os jornais ingleses¹⁸, e apontou que praticamente metade (49,8%) das matérias dos jornais retratava as crianças e adolescentes de forma negativa (2002, p.143). Dentre essas retratações, foram encontrados sete estereótipos, destes predomina “crianças como vítimas pobres e vulneráveis¹⁹” (CHILDREN'S EXPRESS, 2002 [1999], p.144).

Outros dois estudos, a partir de uma interpretação da narrativa verbal do jornal impresso, nos mostram os modos pelos quais as crianças e adolescentes são representados em São Paulo e no Rio de Janeiro. Segundo Andrade (2005), a mídia se destacou na “construção social” das crianças e adolescentes em situação de rua, mas outras instâncias e atores sociais também participaram. Pois ao mesmo tempo que se envolveram com a defesa dos direitos da criança e adolescente, contraditoriamente, apoiaram ou construíram imagens degradantes desse segmento (ANDRADE, 2005, p. 17). Ao entrarmos em contato com esse universo, quer seja por meio de instituições (ONGs, Prefeitura, organismos internacionais),

¹⁶ Nos dois artigos, são crianças aquelas com idade menor que 18 anos.

¹⁷ Realizada em cinco grandes jornais: Atlanta Constitution, Chicago Tribune, Houston Chronicle, Los Angeles Times, New York Times (KUNKEL; SMITH, 2002 [1999], p. 90).

¹⁸ Jornais nacionais de circulação diária: The Mirror, The Daily Mail, The Express, The Sun, The Star, The Guardian, The Times, The Daily Telegraph, The Independent, e jornais regionais: The London Evening Standard, The Sheffield Star (CHILDREN'S EXPRESS 2002 [1999], p.143).

¹⁹ O artigo menciona três exemplos que compuseram o estereótipo “crianças como vítimas”: violência praticada por crianças; sofrimento de crianças que morrem de fome; vítimas infantis em campanha contra velocidade no tráfego (CHILDREN'S EXPRESS 2002 [1999], p.144).

movimentos, pesquisas quantitativas e qualitativas, nossos discursos, nossos gestos, as imagens que produzimos sobre ele, as políticas e projetos que a ele destinamos, assim como as leis e instituições que a ele designamos, refletem a criança e o adolescente que existe em nosso imaginário ou nas representações sociais. O resultado da pesquisa de Andrade:

[...] sugere que o jornal Folha de São Paulo participou da construção de uma categoria nativa “meninos de rua”, com o apoio de jornalistas, especialistas, ativistas, celebridades e polícia, cujo núcleo central é constituído por pré-adolescentes e adolescentes associados à violência e ao delito e que alcança uma multidão de crianças e adolescentes não apenas em situação de rua, mas além delas: as crianças e os adolescentes pobres no Brasil”. (*Ibid.*,p.136)

Njaine e Minayo (2002) pesquisaram três jornais no Rio de Janeiro (O Dia, O Globo e Jornal do Brasil), referentes às rebeliões e fugas de jovens abrigados em instituições destinadas ao cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade. Elas assinalam que a cobertura jornalística da violência contra crianças e adolescentes das camadas populares está muito mais centrada na “delinquência” que na “vitimação”, pois a mídia apresenta um maior número de matérias para mostrar aquilo que as crianças e adolescentes praticam em termos de violência, e menos visibilidade se dá às violências cometidas contra eles (NJAINÉ; MINAYO, 2002, p.288).

As autoras descartam a homogeneidade no comportamento da mídia, tanto em relação aos três jornais, como em relação aos jornalistas e editoriais, mas destacam três eixos convergentes entre as matérias. Um deles aponta o caráter destruidor e incontrolável da rebelião praticada por uma “fúria dos menores”, o que justifica e legaliza a repressão, a violência contra os jovens (*Ibid.*, p. 294). O outro eixo converge para o formato que as instituições de internato assumem, como locais de violência contra os jovens, sem discutir sobre o conteúdo de suas práticas para um programa de ressocialização de jovens. As matérias giram em torno desses dois eixos, mas há um terceiro eixo que diverge. São situações em que os jornais adotam uma postura mais solidária, por exemplo, quando do motim realizado em épocas especiais (Natal, Dias das Mães) e quando da violência sofrida pelos jovens após as rebeliões (*Ibid.*,295).

A mídia se nutre da construção de hegemonia, como também da contra-hegemonia, pois o poder se legitima na medida em que atua e se relaciona na “complexidade de opiniões e posturas frente ao real”, buscando, no entanto, ressaltar sua visão de mundo (*Ibid.*p.286). Segundo as autoras, a construção dos conteúdos e valores que estão presentes na veiculação das matérias jornalísticas, muitas vezes resulta de ideologias. No entanto, no diálogo travado entre a mídia e os vários grupos sociais, está presente também o imaginário social. Em suas

palavras: “Isso quer dizer que a mídia não cria preconceitos, julgamentos ou verdades, mas absorve o imaginário social, revestindo-o de uma roupagem especial, tecnicamente sofisticada e específica para agradar aos mais diferentes segmentos sociais e aos mais variados gostos” (*Ibid.*, p.286).

Os estudos de Andrade (2005) e Njaine e Minayo (2002) revelam que os jornais associam os adolescentes, respectivamente, a “delinquentes e desviantes, responsáveis pela manutenção da violência” (2005,p.154), e à “delinquência” (2002, p.288). Para Andrade, o estigma que é atribuído às crianças e adolescentes é “estratégia de operação da ideologia” (ANDRADE, 2005, p. 94). Em um conjunto de matérias o autor constatou uma ambiguidade no tratamento dado pela FSP, pois a produção ora se apresenta em defesa das crianças e adolescentes em situação de rua, ora apresenta os “meninos de rua” como criminosos (*Ibid.*, p. 123). Enquanto que, para as autoras, há diálogo do jornal com os variados grupos sociais, e para isso assumem posições cambiantes para agradar à variedade de segmentos sociais, mas não sem “ressaltar sua visão de mundo” (NJAINÉ; MINAYO, 2002, p.286).

Portanto, podemos entender a importância do papel do jornal ao veicular representações sobre crianças e adolescentes, assim como a presença do imaginário social. Pois a forma como são vistos pelos leitores vai implicar diretamente no tratamento da questão da infância, uma vez que as crianças e adolescentes internalizam tais representações que incidem diretamente sobre suas vidas, dado que essas representações contribuem para definir padrões de comportamentos que os grupos sociais terão com essas crianças e adolescentes, e que esses comportamentos influirão na criação de leis e de políticas a eles destinados.

CAPÍTULO III – OLHARES ENCONTRADOS – OLHARES VICIADOS: OS SENTIDOS DAS IMAGENS FOTOGRÁFICAS

Nosso objetivo neste capítulo é identificar e analisar os sentidos do que é recorrente nas imagens fotográficas de crianças e adolescentes em situação de risco, que foram veiculadas pelo jornal Folha de São Paulo (FSP). O interesse em apreender tais sentidos está atrelado ao fato de a mídia difundir referências negativas sobre esses grupos de crianças e adolescentes, e destes captarem o conteúdo de suas representações e as utilizarem para compor imagens sobre si para se apresentar frente aos seus interlocutores. Captam as representações, as imagens, o imaginário sobre eles mesmos e os utilizam em suas vidas, para compor suas histórias, mas não sem perdas, não sem abalar a própria identidade.

O capítulo é composto de quatro partes, além de uma introdução que coloca questões preliminares sobre a representação. Na segunda e na terceira, apresentam-se a classificação das fotos - em uma as fotos captadas do espaço da rua, e na outra as fotos do espaço institucional -, acompanhadas do contexto na ocasião em que foram produzidas e veiculadas, incluindo também as variáveis de análise: os temas, os elementos de composição do texto visual (recursos técnicos e de conteúdo) e o texto escrito. Isso com a finalidade de conhecer os sentidos visíveis e os invisíveis das imagens fotográficas¹. Na quarta parte, discutem-se as técnicas que foram utilizadas para a proteção e/ou desproteção da imagem da criança e adolescente. E, na última, apontamos a narrativa visual formulada pelo jornal FSP a partir das sucessivas e repetidas fotos dessas crianças e adolescentes no decorrer de cinco anos (2007-2011). Uma narrativa que revela o imaginário social sobre crianças e adolescentes, baseada numa história escolhida e incompleta.

3.1 A QUESTÃO DA REPRESENTAÇÃO: UMA DISCUSSÃO INICIAL

Nos jornais que circulam nas metrópoles, destacam-se seções sobre a cidade, assim como existem aquelas sobre economia, política, cultura, entre outras, mas a cidade é divulgada como um “objeto de preocupação” (CANCLINI, 2010, p.165). No caso do jornal FSP, a cidade de São Paulo é retratada no caderno Cotidiano, e nele concentram-se problemas de diversos tipos da cidade, como a vida política, trânsito, meios de transporte, assuntos policiais e criminais, questões sociais e de saúde, dentre outros. Nesses jornais, “La ciudad aparece como un objeto de preocupación. [...] Existe un reconocimiento comunicacional

¹ Conforme abordado no capítulo I.

múltiple de la importância de lo urbano como âmbito organizador de las prácticas sociales y, a la vez, como un lugar incierto, intranquilizante.” (CANCLINI, 2010, p.165).

As imagens das crianças e adolescentes em situação de risco captadas na rua foram veiculadas, na sua quase totalidade, no caderno Cotidiano do jornal². Entre elas, ganharam a primeira página do jornal, principalmente as fotos sobre crack, e apenas duas foram apresentadas na Revista da Folha. Já entre as fotos captadas nas instituições, receberam destaque as da Fundação Casa (FC), que se distribuíram entre o caderno Cotidiano e outros (Esporte, Folhateen, Empreendedor Social, Especial Eleições). Essa diferença constatada entre a veiculação das fotos feitas na rua e aquelas feitas em instituições deve-se ao caráter institucional das matérias da FC.

Os meios de comunicação ocupam na sociedade um lugar privilegiado, trazem discursos do *status quo* e apresentam uma visão hegemônica sobre as questões sociais. E no entanto, o grau de confiança depositado na imprensa pela sociedade brasileira é significativo, segundo estudo abordado pela ANDI-Comunicação e Direitos³. O jornal quando comparado com outras instâncias, como de governo, Organizações não Governamentais (ONGs) e empresas, tem da população maior grau de confiança (ANDI 2012, p. 61).

Considerando, de um lado, essa credibilidade que a sociedade brasileira deposita na imprensa comparativamente a outros setores, bem como o fato de a cidade ganhar destaque nos grandes jornais em função de preocupações próprias da vida urbana, e, de outro lado, por ter sido no caderno sobre a cidade (Cotidiano) que as crianças e adolescentes em situação de risco ganharam maior visibilidade, apontamos a fotografia jornalística como o atrativo mais direto para captar a atenção do leitor.

A fotografia jornalística comunica em razão da sua produção (criação, editoração) participar da mesma cultura do leitor, ou, ainda, a fotografia é resultante de um determinado

² O jornal é composto de vários cadernos, de segunda a domingo são mantidos: Primeiro Caderno, Mercado, Cotidiano, Esporte e Ilustrada. Mas em cada um dos dias são incluídos outros como Folhateen, Turismo, etc. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2011/08>, acesso 23, fev.2014.

³ Neste documento a ANDI aponta que, em 2006 estudo solicitado pela BBC, Reuters e The Media Center revelou que 55% dos brasileiros não confiam nas informações dos “veículos jornalísticos”, e 80% consideram a cobertura de fatos negativos exagerada. Mas este é um resultado “aparentemente negativo” pois em relação a outros setores eles ocupam melhor posição. A Trust in the Media concluiu que a credibilidade da imprensa é de 45% contra 30% para o governo. A pesquisa da Trust Barometer, divulgada em 2008, “[...] revelou que a imprensa é a instituição mais confiável para 64% dos brasileiros formadores de opinião, seguida por empresas (61%), ONGs (51%), instituições religiosas (48%) e governo (22%).”(ANDI 2012, p. 61).

contexto cultural. Mesmo assim, sua recepção pode variar bastante, mas o que garante uma recepção comum são as convenções sociais.

A representação, por exemplo, feita por meio da fotografia é concebida quando se institui um representante para ocupar o lugar do que se representa (AUMONT, 2011, p.104), o que faz com que julguemos uma mais adequada que outra, em função da semelhança ou não com o referente; é contingente à própria cultura, cujas convenções formuladas socialmente são aprendidas por qualquer indivíduo, e carregam consigo seus significados, aspectos ideológicos, arbitrários, entre outros (AUMONT, 2011 [1990], p. 105). Uma imagem representativa produz no espectador um “efeito de realidade”, pelos seus “índices de analogia”. Esse “efeito de realidade será mais ou menos completo, mais ou menos garantido conforme a imagem respeite convenções de natureza plenamente histórica.” (*Ibid.*, p. 113).

A imagem fotográfica traz consigo “uma impressão de realidade objetiva” em função das formas que apresentam. “O primeiro suporte de realidade são as *formas* ditas reais, embora sejam apenas aparentes, formas que, precisamente porque fieis às aparências, dão a impressão de realidade.” (MORIN, 1997, p.139-140). O espectador da imagem jornalística, com sua “dupla consciência”, “intensa” e “desligada”⁴, somadas ao seu saber, crenças e imaginações, reconhece que aquilo que vê não é o real, mas avalia que aquilo existiu ou pode existir em realidade, assim como são despertadas suas fantasias e sonhos. As fotos são confrontadas pelo leitor com outras representações, obtidas das interações sociais, da mídia, do conhecimento empírico. Contudo, importa destacar que, por se tratar de fotos, não trazem a completude das histórias dos que são representados. No caso do jornal, entre as matérias selecionadas, a maioria do texto escrito não coopera para elucidar as histórias dos grupos que o jornal representa, nem o texto visual favorece as reflexões. São textos visuais e verbais que falam pelos grupos que representam, que foram produzidos, escolhidos, selecionados, editados, comentados e interpretados pelo transmissor das notícias. Embora essa produção possa partir da realidade empírica, ela vem também acompanhada de uma carga imaginária. Não é, porém, uma produção unilateral, uma vez que produz e informa uma visão de mundo para a sociedade da qual faz parte. Mas, ao mesmo tempo, o jornal não é imparcial, não é só reflexo da sociedade, como também produz posicionamentos sobre os grupos sociais que representa.

O problema, aponta Sontag (2011 [2003]), é que as fotos vem ocupar um espaço na memória das pessoas. Estas passam a se lembrar a partir das fotos, que ofuscam “outras

⁴ Conforme vimos no capítulo II.

formas de compreensão e recordação” (SONTAG, 2011, p.75). As recordações provenientes das imagens mentais ficam chamuscadas pela força que as fotos têm de serem memorizadas, principalmente quando elas se repetem. Elas configurarão uma narrativa visual, uma história imaginária sobre os representados, concebida a partir da realidade empírica e da produção jornalística.

No caso das fotos obtidas da rua, referentes à tematização da droga, o jornal, ao representar em boa parte das imagens os vários grupos de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, capta a todos indistintamente, e isso fica reforçado pelo texto escrito. Eles são tomados como se todos fossem iguais àquelas figuras que são escolhidas para compor a representação. As imagens sobre eles se embaralham. Foram raras as matérias em que o jornal mencionou as diferenças entre os representados nas fotos. Frugoli Jr e Spaggiari (2010) apontam a pluralidade de atores nas ruas da “cracolândia”, que configuram um “quadro de relações complexas e heterogêneas”, e dispõe de pouca visibilidade nos jornais (FRUGOLI JR.; SPAGGIARI, 2010, s/p.)⁵.

Trata-se então de pensar sob o ponto de vista de quem é representado, de uma questão de assemelhar-se ou não com as figuras representadas, ou seja, dentre os grupos que estão na rua, nem todos se assemelham àquelas representações. Cabe aqui uma observação, pois é provável que a recepção dessas imagens possa considerar que os “representados são assim”, tendo em vista o confronto entre as fotos e a realidade empírica em que se encontram as pessoas que vivem em situação de rua. Algumas delas podem estar vivendo uma situação semelhante à representada, mas lembremos que o jornal se utiliza de “personagens-tipo” e “estereótipos”⁶, e faz destes representante dos vários grupos que vivem nas ruas. Lembremos que eles só são representados dessa forma, conforme veremos no decorrer deste capítulo, sem lhes restar outra alternativa de representação. Lembremos que eles podem ter de si outras representações, outras imagens de si, que não essas escolhidas pelo jornal⁷. Lembremos que a FSP na maioria das matérias não discute, de forma sistemática, tais representações, ou seja, a diversidade e complexidade presente entre os vários grupos que, por razões de natureza estrutural e individual, se encontram na rua. Lembremos ainda que aqueles que são representados com atributos que simbolizam um estado decadente, ou que são associados à criminalidade ou a situações não valorizadas, são percebidos socialmente com temor, com

⁵ Em artigo posterior ao período (2007-2011) das imagens selecionadas para esta dissertação, Frugolli Jr. (2012), ao considerar os acontecimentos a partir de janeiro/2012 na região da Luz, considera que as caracterizações feitas pela imprensa sobre os usuários de crack se revelaram mais precisas, como, por exemplo, a inclusão de mulheres grávidas (2012, s/p.).

⁶ Conforme abordado no capítulo II.

⁷ Tal como veremos entre os Kalina, no item 3.4 deste capítulo.

desconfiança. Pois “[...] o outro, mesmo quando não se trata de um inimigo, só é visto como alguém para ser visto, e não como alguém (como nós) que também vê.” (SONTAG, 2003, p. 63).

A questão da representação está atrelada a uma outra, que são os sentidos atribuídos às figuras e ao espaço em que são representados na imagem fotográfica. Esses atributos, juntamente com os recursos de expressão fotográfica, são usados, no caso das imagens selecionadas para esta dissertação, com a intenção não só de representar uma realidade, mas de reiterá-la. Os atributos podem estar todos conjuntamente na mesma imagem, outras vezes podem ser evidenciados parcialmente, mas não são mencionados no texto escrito do jornal, impõem sentidos juntamente com os temas presentes nas fotos. O texto escrito, por sua vez, complementa a mensagem visual com outras informações, configurando uma só mensagem sobre a representação. Ele não apenas referenda o texto visual como amplia seu sentido, incluindo informações que não estão presentes nas fotos, mas cuja mensagem, na leitura em conjunto entre o visual e o escrito, o leitor pode compreender. Para compor as representações fotográficas, faz-se uso de várias técnicas e concepções estéticas. As escolhas delas indicam modos de conceber o espaço representado, tendo em vista o objetivo, o enunciado, pois o modo de fazer a foto (sua produção) participa da mensagem a ser transmitida pela foto. (LEITE, 2001 [1993], p. 47) A escolha, por exemplo, de um ou outro plano de enquadramento depende daquilo que o fotógrafo intenciona mostrar, do maior ou menor número de pessoas focalizados em um ambiente, ou dos detalhes de uma ação, ou de uma maior concentração de pessoas em torno do assunto evocado. São modos de compor as imagens conforme os objetivos do fotógrafo e do jornal.

Importa destacar desde já que a representação sobre as crianças e adolescentes, baseada nas imagens e nos textos escritos, segue uma interligação, onde tudo se encaixa. Essa informação resultou do conteúdo das fotos e da comparação delas no seu conjunto. Começamos pela classificação entre o espaço da rua e o institucional, que são menos uma divisão e mais uma complementação. Pois foram frequentemente fotografados, ora na rua sob o espaço da desordem, ora na instituição sob o espaço da ordem. Assim também com relação aos temas e elementos visuais; se por um lado as tematizações dividem as representações das crianças e adolescentes, por outro lado, a unidade entre os temas fica garantida pela recorrência desses elementos. O que identificamos são padrões recorrentes em razão de nas fotos serem mantidos os mesmos atributos em relação à figura e ao espaço, e concebem os sentidos às fotos juntamente com os temas. Constatamos assim um circuito de vícios, que orienta a representação das crianças e adolescentes em situação de risco, narrando uma

história sobre eles. No caso das fotos tomadas na rua, aspectos da pobreza material compõem as fotos e boa parte das representações chega a expor o limite da degradação humana em relação aos usuários de droga. Nessas matérias, os textos visual e escrito sugerem a prática de vícios (droga, furto, tráfico, mau comportamento). Quanto às fotos institucionais (FC), simbolizam a situação de prisão em que vivem os jovens, ao mesmo tempo em que eles são mostrados praticando atividades esportivas, entre outras. Nessas fotos, em boa parte das matérias, são também associados aos vícios, à violência, ao ato infracional (furto, roubo, droga, tráfico), principalmente pelo texto escrito.

Tem-se em vista a latente questão social da criança e adolescente em situação de risco na sociedade brasileira, e, de outro lado, o jornal, que, ainda que consideremos os limites da sua função, poderia com seu poder comunicacional problematizar essa questão social. No entanto, não avançamos nessa questão da infância e juventude, conforme veremos nos itens seguintes deste capítulo. Diante disso nos perguntamos: Por que então essas imagens e não outras? A quem essas imagens puderam interessar?

3.2 A RUA: OS SENTIDOS DAS IMAGENS CAPTADAS PELO JORNAL

Abordaremos no item seguinte, 3.2.1, o contexto no qual a maioria das fotos foi criada e veiculada, identificando os sentidos invisíveis, e no 3.2.2 apontaremos as recorrências imagéticas e os textos escritos que atribuíram sentidos visíveis às imagens das crianças e adolescentes.

3.2.1 Representações polarizadas: imagens do Centro de São Paulo e imagens de crianças e adolescentes

As fotos selecionadas no período de 2007 a 2011 do acervo da FSP, embora sejam fragmentos, recortes de determinados espaços da cidade, fazem parte da história da cidade de São Paulo. Aqui trataremos do contexto no qual foi produzida a maioria das fotos captadas na rua, o Centro de São Paulo, com maior frequência as ruas da “cracolândia”, localizadas no bairro da Luz.

É no Centro de São Paulo que está situado um conjunto de prédios do patrimônio histórico e cultural. São bens culturais herdados, que não estão despossuídos da história de seu passado e nem deixam de continuar agindo, na atualidade, no contexto da sua recepção,

por isso mesmo não são obras neutras, nem produtos acabados (BENJAMIN, 2012 [1935-36], p. 31). Neles estão contidos a beleza e a tragédia. Nos fala Benjamin (2012),

Pois todos os bens culturais que ele⁸ vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, mas também à servidão anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie (BENJAMIN, 2012 [1940], p.244-245).

Desde 1980 que no bairro da Luz tem sido realizadas, pelo Estado, sucessivas intervenções urbanas em nome de um fortalecimento institucional cultural e de reforma do patrimônio histórico (FRÚGOLI JR.; SPAGGIARI, 2010, s/p). Os investimentos no campo da cultura associam-se a projetos de requalificação urbana, que visam à construção de equipamentos culturais, revalorização dos bens históricos, culturais e das áreas nas quais estão instalados, para incremento da indústria turística e recuperação do valor imobiliário (KARA JOSÉ, 2011, p.171)⁹. Dentre os fatores que favoreceram, em meados de 1995, para a formulação desses projetos em São Paulo, foi “[...] a disseminação da ideia de São Paulo como cidade ‘mundial emergente’: considerava-se que, para alcançar tal posto, seria preciso mudar a **imagem de seu centro tradicional** e capacitá-lo segundo os modelos urbanísticos mais recentes.”¹⁰ (*Ibid.*, p.176, grifos nossos). Nesse sentido, os equipamentos culturais sediados no bairro da Luz funcionariam como “âncoras” da transformação do Centro, em função de seu apelo histórico e arquitetônico, e assim serviriam para requalificar seu entorno, como atrair um público com maior faixa de renda, tanto como usuário desses equipamentos e como morador da região (*Ibid.*, p. 179, 189). A construção da Sala São Paulo, a reforma da Pinacoteca do Estado, a restauração da Estação da Luz e a implantação do Museu da Língua Portuguesa têm em comum a “[...] a incumbência de **modificar a imagem local** e desencadear a revitalização do entorno, e foram financiadas pelo poder público em conjunto com a iniciativa privada.” (*Ibid.*, p. 180, grifos nossos). Esperava-se, da parte do poder público, que esses equipamentos culturais “[...] desencadeassem um processo ‘natural’ de revitalização do Centro, via mercado.” (*Ibid.*, p. 183). Ou seja, as intervenções do Estado

⁸ Benjamin refere-se ao “materialista histórico” (BENJAMIN, 2012, p. 244).

⁹ Conforme aponta Kara José (2011), em São Paulo foram articulados projetos de intervenção urbana entre as instâncias dos governos local e federal, resultado porém de vários fatores, um deles, por exemplo, foi a criação de um “sistema financeiro da cultura”, que “remontava à reestruturação das políticas do Ministério da Cultura”, e aprimoramento de leis de incentivo fiscal e “apoio à difusão do marketing cultural entre empresas” (KARA JOSÉ, 2011, p. 177).

¹⁰ Ideia esta tratada em seminários pela Associação Viva o Centro, e depois publicada em 2001 (KARA JOSÉ, 2011, p. 176).

apareceriam despolitizadas, ao propor e implantar projetos coletivos em nome da proteção e desenvolvimento da cultura. Com isso, o Estado desencadeou processos que geraram impacto social, dos quais porém se isentou, pois os efeitos apareceram como se fossem decorrentes da movimentação do mercado para atender à demanda que se fez surgir.¹¹ Ressalta Kara José (2011), que a política urbana para o Centro “aparece mascarada como política cultural”, pois as ações urbanas que se apresentaram eram desprovidas de “um plano abrangente” no qual estivesse incluído, entre outros requisitos, o apoio às condições de moradia e trabalho no Centro (*Ibid.*, p. 190).

O que se constata na região central é a ausência de políticas sociais ou a descontinuidade delas pelas gestões municipais, favorecendo a degradação da localidade (BORIN, 2011, p.202). Verificou-se, de 2005¹² até os dias de hoje, que os projetos de habitação de interesse social não tiveram continuidade. Quanto à população em situação de rua, apesar da ampliação e diversificação dos serviços, ela continua a crescer e grande parte se mantém na área central (*Ibid.*, p.204, 206), o que também nos indica a dificuldade e incapacidade desses serviços em lidar com essa questão social. Avalia Borin (2011) que as propostas de requalificação não consideram as políticas sociais, pois aquelas estão comandadas pelo mercado imobiliário, com o apoio da parceria público-privada, que por sua vez visa setores da economia global (*Ibid.*, p.206-207).

No entanto, nesta região predominam prédios populares, muitos em condições precárias, além da presença de cortiços, e ocupações realizadas pelos movimentos dos sem-teto nos edifícios vazios. É uma das regiões de São Paulo que também deixaram de receber investimentos do mercado, gradualmente foi sendo abandonada, perdeu seu valor imobiliário, e segmentos da população de menor poder aquisitivo passaram a ocupar determinados espaços, conforme R. Rolnik em entrevista dada ao Coletivo Política do Impossível. (POLITICA DO IMPOSSÍVEL, 2008, p.36).

Na mídia propaga-se frequentemente uma ideia que considera a região “ambiental e socialmente degradada” (KARA JOSÉ, 2011, p. 180). A presença dos usuários de crack nas

¹¹ Um exemplo disso foi o que ocorreu com o Casarão Santos Dumont na região da Luz, ocupado em 1983 por um grupo de sem-teto, que se comprometeu a desocupar quando o governo apresentasse um “plano de moradia popular”. Contudo, entre despejo sem indenização e reocupação, e apesar da demanda social por moradia, o prédio foi “[...] cedido para a Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo (criada por empresas privadas e estatais) para sediar o Museu da Energia Elétrica (KARA JOSÉ, 2011, p. 185).

¹² José Serra (PSDB) assumiu o governo da cidade de São Paulo em 2005, e renunciou em 2006 para se candidatar ao governo do estado de São Paulo. Gilberto Kassab (PFL) assumiu a prefeitura em 2006, foi reeleito em 2008 (DEM), permanecendo no governo até 2012, sendo que em 2011 mudou para o PSD. http://ww1.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/organogramas/index.php?p=574 Acesso em: 11, fev.2014.

ruas da Luz, desde 1990, favoreceu a construção de estigma assiduamente veiculado na mídia impressa; ainda que na região o crack seja uma prática recorrente, ele não é totalizante, nela são constatadas práticas ilícitas do tráfico de droga, a presença de grupos distintos e de outros usuários de droga em geral (FRÚGOLI JR., 2012, s/p).

Os autores Frúgoli Jr. e Spaggiari (2010) identificam duas representações polarizadas no bairro da Luz, “bairro cultural – cracolândia”, que dialogam com oposições entre “requalificação e deterioração”:

[...] duas representações relativamente recorrentes sobre a Luz: a de *bairro cultural* (tornada possível pela criação e fortalecimento de diversas instituições culturais pelo Estado desde meados da década de 1980) e a de *cracolândia* (estigma de degradação e criminalidade decorrente da presença, em ruas do bairro, de diversos usuários de crack, dentre eles homens, mulheres e meninos em situação de rua, profissionais do sexo etc.) (FRÚGOLI JR.; SPAGGIARI, 2010, s/p).

Como veremos nas fotos¹³, as crianças e adolescentes representados ganharam visibilidade na mídia em favor da requalificação. Para conceber e manter uma imagem do centro histórico-cultural, as crianças e adolescentes tornaram-se visíveis, expostas em situações degradantes, para em seguida se tornarem invisíveis, expulsas então das representações de poder na cidade, expulsas do espaço a se tornar limpo.

Observamos, entre as fotos da FSP, que os usuários de droga, crianças, adolescentes e adultos não são representados conjuntamente na mesma imagem com os equipamentos culturais acima mencionados. As fotos da rua captadas pelo jornal apresentam a “cracolândia”¹⁴ como se estivesse isolada, abandonada, destituída de outras relações ali presentes. São imagens recortadas de um espaço maior, o Centro, a cidade de São Paulo. Ou seja, os usuários de drogas retratados nas imagens não aparecem nas representações relativas ao bairro cultural, suas representações se restringem ao estigma que vigora na “cracolândia”. Assim, as crianças e adolescentes ganharam visibilidade nessas imagens em que são associados não só ao crack, mas também a uma decadência física e moral em função dos vícios. Uma visibilidade na qual se pratica uma violência simbólica, pois suas imagens não participam das imagens que simbolizam o poder da cidade, como os equipamentos culturais, a eles é restrito o espaço recortado da “cracolândia”. Mas, além dessa violência simbólica,

¹³ Expostas neste capítulo III (mais adiante) e no IV.

¹⁴ A “cracolândia” localizada no Centro de São Paulo, se constitui numa espécie de “territorialidade itinerante”, o que significa situá-la numa certa área urbana, mas sujeita a deslocamentos mais próximos ou mais distantes, a depender do tipo de repressão ou intervenções exercidas [por ocasião das execuções de políticas urbanas da parte de governo], além das dinâmicas de suas próprias relações internas. A área sujeita a deslocamentos assume a forma de um pentágono, formado pelas avenidas Duque de Caxias, Rio Branco, Ipiranga, Cásper Líbero e rua Mauá (FRÚGOLI JR. & SPAGGIARI, 2010, s/p.).

constatada nas fotos da FSP, em relação às crianças e adolescentes, entre outros grupos marginalizados que se encontravam nas ruas da região e foram afastados das imagens de poder do centro, eles sofreram também violência física. Quando, por exemplo, das intervenções públicas seguidas de um policiamento repressivo.

No período (2005 a 2011) foram realizadas de forma maciça sucessivas intervenções urbanísticas no bairro da Luz, pelos poderes municipal e estadual, a fim de transformar, como já sabemos, a imagem do centro. Em meados de março de 2005, foi anunciada a “Operação Limpa” a ser realizada em algumas das ruas no bairro da Luz. Essa “Operação” foi uma das estratégias do projeto de requalificação do qual a área da “cracolândia” passou a ser alvo de disputa patrimonial (COSTA, 2009; FRÚGOLI JR.; SPAGGIARI, 2010; RUI 2012). Segundo Frúgoli Jr. e Spaggiari (2010), a “Operação” caracterizou-se por uma “ação de repressão”, por meio de um policiamento ostensivo. Porém, os objetivos dessas ações não se efetivaram, uma vez que os usuários de drogas e outros participantes das atividades ilícitas ali permaneceram. A continuidade das intervenções, e principalmente com o lançamento do Projeto Nova Luz em 2007, passaram a exigir do poder público novas formas de atuar na região.

Em 2009, a Prefeitura Municipal propõe um novo formato para influir na região, com a instauração da “Ação Integrada Centro Legal”, combinando ações entre a atuação policial e a de outros setores e órgãos públicos que já estavam presentes na “Operação Limpa”.

A “cracolândia” na Ação Integrada passa então a ser vista pelo poder público como um “problema de saúde”¹⁵, o que demandou esforços combinados para oferecer assistência aos usuários de droga. Contudo, em depoimento colhido pelos autores Frúgoli Jr. e Spaggiari (2010), Marina dos Passos Sant’Anna, coordenadora do Centro de Convivência do É de Lei, revela que essas ações “estavam longe do ideal, visto a política em curso voltar-se estritamente à internação de usuários [de drogas] e a atuação policial continuar repressora.” (FRÚGOLI JR.; SPAGGIARI, 2010, s/p.).

O episódio vivido pelo psiquiatra R. Gorayeb e sua manifestação segue na mesma direção de Sant’Anna. Ele era o responsável pelos trabalhos no Centro de Atenção Psicossocial (Caps) Infantil da Sé de fevereiro de 2009 a março de 2010, quando da implantação de mais uma das estratégias por parte da Prefeitura para intervenção social no bairro da Luz, o “Centro Legal”. Segundo a entrevista dada pelo médico à jornalista Oliveira (2010), o profissional fora afastado de suas funções porque não concordava que as pessoas

¹⁵ Portal Terra, 23/4/2009; Globo.com, 24/4/2009, citados por Frugoli Jr. e Spaggiari (2010).

recolhidas pela Guarda Civil e conduzidas para o Caps fossem internadas em hospital psiquiátrico com o qual a Prefeitura havia feito convênio, conforme orientação da Secretaria Municipal de Saúde (Coordenadoria Regional da Saúde Sé). Para ele não há necessidade de internação para cuidar do problema, esclarece:

A gente estava fazendo o trabalho no Caps Infantil, e dá trabalho montar uma equipe para trabalhar bem, quando começou a operação que hoje eles chamam de Centro Legal e eu chamo de ‘varrição do entulho social’. Eles imaginam que varrendo uma coisa feia do centro, vão ganhar dividendos perante a população. E começaram a fazer isso de forma truculenta e inadequada.

Trata-se, portanto, de limpar a “cracolândia”, conforme já indicava o próprio nome “Operação Limpa” atribuído à ação pública, cujas ações foram retomadas durante a operação do “Centro Legal”.

A “limpeza social” é uma prática higienista recorrente na história da sociedade brasileira, conforme apontado por vários autores. Trata-se de uma preocupação por parte das elites com os segmentos mais pobres, e de um Estado que atua em favor de determinados segmentos. Vários seriam os exemplos, mas aqui nos pautaremos a alguns deles, como o restauro do Theatro São Pedro, em São Paulo, em que, nos anos 1990, se expulsou a população pobre do entorno (KARA JOSÉ, 2011, p.184). Assim como a prática de “políticas repressivas e higienistas da parte do governo local junto à população de rua” em São Paulo, entre 1993 e 2000¹⁶ (BORIN, 2011, p. 199).

Giorgetti (2006), ao discutir “higienismo à brasileira”, aponta a manifestação do higienismo em relação aos moradores de rua. Contudo, ele não se limita a esse segmento social, a integração da sociedade brasileira entre classes superiores e classes populares é perpassada pelo caráter higienista, e abrange também um aspecto moral. Desde a colonização, passando pelos períodos da libertação da escravatura, da formação da classe operária, ou seja da integração desses grupos à sociedade, que se constata o interesse por parte da elite dominante em educar, ensinar bons modos, e civilizar à sua maneira os pobres em geral (GIORGETTI, 2006, p.86). Estes se tornaram, por ausência de políticas sociais, uma ameaça pelas condições insalubres nas quais viviam, constatadas pelo movimento sanitário no início do século XX. A justificação pela ameaça de contágio estava associada ao preconceito de classe de uma elite que incorporara em seu cotidiano hábitos de limpeza e de uma aparência bem cuidada e perfumada (*Ibid.*, p.85). Daí decorre a necessidade de fazer remoções, que

¹⁶ No período entre 1993 e 1996 a cidade de São Paulo foi governada por P.S. Maluf. E de 1997-2000 por C. Pitta, que foi afastado entre 05/2000 a 06/2000, em razão de sua cassação. Disponível em: <http://ww1.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/organogramas/index.php?p=574> Acesso 16, fev. 2014.

serviram para definir regras de separações, e assim proteger a elite, não só dos riscos oferecidos pelas doenças, mas também garantir uma sociabilidade pautada pela higiene e pela saúde.

Veremos, no item 3.2.2.1, que as crianças e adolescentes foram transformados em ameaça social, em razão de serem retratados em meio à sujeira, continuamente usando drogas, e resistirem aos programas de atendimento de governo. Eles passam, portanto, a oferecer perigo, pois, além das circunstâncias em que são representados, sugere-se uma ideia de epidemia, de descontrole¹⁷. Um medo imaginário pode-se manifestar, o que justificaria a internação compulsória, ou a expulsão deles para outros cantos da cidade. Cabe aqui mencionar que não se defende a manutenção das condições precárias em que se encontram certos espaços do bairro da Luz. Mas se reconhece a necessidade de que as intervenções públicas não tratem esses espaços como “cancros”, nem pratiquem uma política higienista em favor da criação de uma imagem de centro, que será obtida com um “embelezamento e uma harmonização artificiais desses espaços. As camadas mais pobres, segundo essa lógica, são sempre associadas ao lixo e por isso devem ser erradicadas da paisagem.” (POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL, 2008, p.46).

São várias as críticas feitas ao projeto Nova Luz. Os moradores da região e os comerciantes temem pela moradia, pelo fim do comércio e conseqüentemente pelo desemprego, em razão das ações do projeto em curso, conforme relata o Coletivo Política do Impossível (2008):

A prefeitura desapropria os imóveis sob "decreto de utilidade pública" e oferece indenizações abaixo do valor de mercado. Os proprietários que se negam a vender têm que recorrer à justiça e podem ficar anos com seus imóveis lacrados; já os comerciantes locatários perdem seus investimentos em “fundo de comércio” e têm que demitir seus funcionários (POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL, 2008, p.46).

Antes mesmo da chegada de grandes redes de comércio e investimentos estimulados pela requalificação, os pequenos negócios locais, o comércio, os moradores em geral e aquelas pessoas que vivem em situação de rua sofrem os impactos do “processo de gentrificação”¹⁸ (BORIN, 2011, p.207).

Temos um Estado que se fez presente no local das intervenções, inclusive no aspecto social de sua função, através da atuação de profissionais das secretarias de segurança, de

¹⁷ Retomaremos esse assunto no item 3.2.2.1 deste capítulo.

¹⁸ “Gentrificação ou enobrecimento refere-se a intervenções em espaços urbanos, com ou sem parceria do poder público, que favorecem a sua melhoria e conseqüente valorização imobiliária, com expulsão dos moradores tradicionais, que geralmente pertencem a extratos sociais de baixa renda.” (BORIN, 2011, p. 207). Nesse sentido, a população de mais baixa renda é substituída por outra de alta renda.

saúde e da assistência, mas são ações contraditórias, conforme pudemos constatar pelos depoimentos de Sant'Anna e Gorayeb acima citados. O discurso proferido pelo Estado considera a “cracolândia” um “problema de saúde”, mas suas ações, através dos poderes local e estadual, oferecem um atendimento ineficaz aos usuários de droga, e visam à exclusão deles do bairro da Luz. Uma vez expulsos, desfaz-se do “entulho social”, desfaz-se a imagem polarizada do bairro da Luz, entre polos, cultural e “cracolândia”, transformando-se então em Nova Luz, como propagava a Prefeitura. Estes são os sentidos invisíveis que nos falam do contexto e das circunstâncias que participaram tanto da produção das fotos quanto da circulação.

Avalia Osvaldo, educador de rua, entrevistado pelo Coletivo Política do Impossível (2008), que a cidade é de todos, porém considera que, se as crianças e adolescentes “[...]estão nessa situação é justamente porque a cidade nunca foi deles” (POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL, 2008, p. 89). Eles são varridos dos espaços da cidade, são excluídos das imagens do centro-histórico, que se pretendem representações, símbolos do poder cultural da cidade (*Ibid.*, p.90 e 94).

3.2.2 As tematizações e os recursos fotográficos das imagens captadas da rua

“Eles [fotógrafos-jornalista] tiram foto da gente escondida... as pessoas nem viram eles...” (Daiane – imagem 161010a)

A rua foi o local onde as crianças e adolescentes em situação de risco foram mais representados pela FSP. A partir desse critério espacial, encontramos quatro temas distribuídos entre as fotos: droga; abordagem policial; atendimento social, e o dia a dia na rua. O tema da droga é predominante, e se mantém presente direta e indiretamente em boa parte das demais tematizações. Constatamos, conforme veremos a seguir, que as crianças e adolescentes são representados em um circuito de vícios associados à pobreza, tanto nas imagens, nas quais identificamos os sentidos visíveis (conteúdo e expressão), como pelos textos escritos.

O que é frequentemente repetido nas imagens captadas da rua são os aspectos que simbolizam o descuido, a degradação, em razão da escassez dos trajes do corpo, às vezes da sujeira, dos espaços aparentemente isolados entremeio ao lixo, e isso é mais destacado entre as fotos referentes a drogas, que nas demais tematizações. Os espaços caracterizam-se pelas calçadas ao lado de muros ou paredes, e também pelas praças, avenidas, becos, ou sob

viadutos, vários com evidências de degradação. O que unem as imagens, além dos espaços da rua, são as evidências dos elementos que caracterizam a escassez, e em boa parte da sujeira no corpo, ou ao redor dele. No limite, é a produção de uma estética da pobreza urbana, mais que isso, da pobreza atrelada à droga e ao crime.

O texto escrito informa sobre os representados na foto. No tema da droga foram todos associados ao consumo de crack, independentemente de se saber se todos que estavam nas fotos consumiam ou não algum tipo de droga. Por outro lado, nenhuma legenda usou o termo “noia”, mas algumas matérias, ainda que poucas, fizeram uso do termo no corpo do texto, assim como uma delas associou os consumidores de crack às moscas. Mas eles não foram apenas tomados como consumidores de crack, foram também atrelados ao tráfico de drogas, e ao roubo, ainda que não tenha sido na totalidade das matérias. A expressão abordagem policial já indica uma situação de suspeita, mas, além disso, a maioria dos representados foi associada ao furto, ao roubo, à droga, à “cracolândia”, ao consumo de crack; uma única vez foi usado na legenda o termo suspeita. Quanto às outras duas tematizações, no caso do atendimento social, os representados foram associados à região do centro, principalmente à “cracolândia”. Já no tema que trata do dia a dia na rua, eles foram associados às condições de adaptação à vida na rua (dormir na rua, tomar banho no espelho d’água, ocupar prédios vazios), e também ao furto.

Os adolescentes tiveram a palavra em muitíssimo poucas matérias. Destacamos uma delas, em que o adolescente pode relatar sua entrada no mundo do crack e as facilidades para sua permanência, apesar de se tratar de um depoimento que fortalece a ideia presente nas matérias da FSP referente às “facilidades para aquisição e consumo da droga”¹⁹. Prevalece a ausência de seus pontos de vistas, e quando isso ocorreu são apresentações de frases curtas, às vezes para demonstrar um estado emocional perturbado do usuário de droga.

Os depoimentos de especialistas da área²⁰ foram pouco consultados pelo jornal. Esses depoimentos tendem a contextualizar a situação em que se encontra a criança e adolescente em situação de risco, e de certa maneira contribui para a reflexão do leitor. Em pouquíssimas matérias foram apresentados depoimentos em torno dos direitos da infância e juventude.

¹⁹ A ser abordado no item 3.2.2.1.

²⁰ Pesquisadores em geral, conselheiros tutelares, assistentes sociais, psicólogos, entre outros vinculados ao poder público, delegados, especialistas da área da infância (promotores públicos, representantes do tribunal de justiça, da comissão de direitos humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de agências internacionais).

Quanto ao uso de algumas das técnicas utilizadas, o plano de conjunto²¹, seguido pelo plano geral, foram predominantemente adotados entre as fotos da rua. Ambos favorecem para evidenciar os atributos corporais e espaciais. No primeiro, o enquadramento é mais restrito em relação ao espaço, e pode ter uma ou mais pessoas representadas na foto, por outro lado, os detalhes são identificados mais facilmente. Já no segundo, o espaço não é circunscrito, e se abre para um espaço maior, propiciando uma leitura de fundo muitas vezes desfocado para a cena fotográfica e mantendo a nitidez do primeiro plano. Quando o objetivo fotográfico foi evidenciar um maior número de pessoas em torno, por exemplo, da tematização da droga utilizou-se o grande plano geral.

O uso mais frequente pela angulação normal, pode ser explicado, em parte, porque produz uma perspectiva mais próxima da realidade ou mais natural, uma vez que capta o evento na altura dos olhos, e com isso proporciona um efeito maior de realidade. Além da angulação normal, utilizou-se a câmera alta, na qual o representado na imagem perde importância, pois é visto de cima para baixo. Esta última pode também oferecer uma dinâmica maior ou menor na foto, a depender da distância focal.

Veremos nas imagens a seguir, distribuídas entre os temas, que a ideia comum é a de reiterar visualmente um ambiente degradado, decadente, evidenciado pelos atributos pessoais e espaciais, sobretudo entre os usuários de drogas. Mas não só, nas demais tematizações as fotos vêm participar desse ambiente, onde se instala o estado do excesso, da entrega ao vício, quer seja à droga, ao furto, ao tráfico ou aos modos de viver nas ruas. Todos são representados indistintamente participando de um mesmo ambiente, o da desordem, do abandono de si e da entrega ao estado da desmedida.

O que nos dizem essas fotos?: “Olhem, eles usam crack! Olhem, como estão sujos! Vejam, são criminosos! Eles estão nas ruas!”

3.2.2.1 Cenas da droga

“[...] aprendi muitas coisas, de entra no crime e aprendi a sair do crime. Aprendi a entra pra droga, só ... não sei como sair da droga [crack]”.
(Kely)

A simbolização da degradação ou de um estado decadente está presente em praticamente todas as imagens tomadas entre os usuários de drogas, sobretudo do sexo masculino, pardos, pretos e brancos. Os espaços nos quais são representados caracterizam-se

²¹ As variáveis enquadramento e angulação foram baseadas nas definições de Xavier (2008), considerando que a escala para classificação dos planos não obedecem a regras rígidas (2008, p. 27).

pelo predomínio do lixo, da sujeira, paredes esburacadas, pichadas ou manchadas pela fumaça escurecida que ficou do lixo queimado. Seus corpos apresentam-se magros e curvados, às vezes em pé encostados nas paredes, ou sentados, agachados, ou deitados nas calçadas. O cenário fotográfico caracteriza um ambiente, sem se limitar às evidências de ausência material, mas estendendo-se para uma decadência moral.

Contudo, o que mais se constata são as crianças, adolescentes e adultos, que estão com a aparência mal cuidada, magros, abatidos, cabelos emaranhados. Suas roupas sujas, surradas são maiores que o tamanho de seu corpo, os pés quando calçados usam chinelos de dedo, às vezes tênis. Em suas cabeças, quando cobertas, usam o capuz da blusa de moletom, o gorro, o boné eventualmente, e também sobre as costas o cobertor. Mas nem sempre essas características corporais e de vestimentas estão presentes nas imagens das crianças e adolescentes, às vezes podem estar em outras figuras em torno deles. Ou, ainda, os elementos que caracterizam o abandono de si podem estar distribuídos no espaço onde se encontram, o que configura aos corpos e espaços uma situação de descuido, um ambiente degradado.

Observamos que, no tema da droga, os representados são tomados conjuntamente, em parte das imagens, e isso fica facilitado visivelmente porque a população em situação de rua, infanto-juvenil e adulta, e usuários de crack têm em comum o uso dos espaços das ruas, boa parte dos moradores de rua circula pelos mesmos locais, e por isso mesmo suas histórias de vida em algum momento podem se entrecruzar. O jornal, ao tratá-los conjuntamente na composição das imagens, relaciona elementos já conhecidos pelos leitores, características físicas e espaciais, identificados na população em situação de rua, e que são estendidos aos usuários de crack, e o crack é estendido à população em situação de rua. Com isso fica facilitada a compreensão das imagens pelos leitores, mas não sem um embaralhamento ou superposição das representações já fragmentadas da população em situação de rua e dos usuários de drogas.

Nesta tematização, por apresentar uma significativa quantidade de fotos comparativamente aos demais temas, observamos três formas de expor as crianças e adolescentes no interior das imagens, que estão conjugadas com três ideias presentes no texto escrito.

Formas de expor as crianças e adolescentes: de usuário de droga à ameaça social

A primeira forma trata do consumo isolado da droga, mostrando a redução do campo de visão e do cenário, e uma aproximação da figura representada. A intenção é evidenciar a ação realizada pelo personagem na foto, o que favorece aproximar a imagem do leitor.

Exibem-se os detalhes no manuseio da droga, da posição do corpo no ato de consumo da droga, dos sinais de sujeira da rua fixados na pele e nos trajés, enfatizando os aspectos simbólicos de degradação que são associados ao representado.

No consumo em grupo predomina um cenário maior, composto por grupos, que varia entre duas a quinze pessoas, podendo retratar uma ou mais pessoas consumindo a droga. Neste cenário estão presentes os atributos espaciais (espaço aberto, paredes, calçadas) e atributos pessoais (expressões, aspectos do corpo), que vêm reforçar a ideia do consumo de crack e se dilui ou transpassa todos os representados na foto.

Na forma que retrata um maior número de pessoas que a anterior, o consumo de droga não é evidente, o que é focalizado é um número significativo de figuras em torno de um ambiente que traz os mesmos elementos visuais presentes nas outras formas ou pela luz amarelada, comumente utilizada como recurso para indicar a presença do crack no local²².

Nessas três formas de expor as crianças e adolescentes, predominam os grupos médios. Essas formas conjugam-se com três ideias presentes no texto escrito: “facilidades para aquisição e consumo da droga”; “permanência de usuários na área central”; e, “pulverização da droga pela cidade”.

²² A iluminação será abordada mais adiante neste capítulo.

“Facilidades para aquisição e consumo da droga”

PRANCHA 1.



Foto 170307b²³

FSP, Cotidiano, C4²⁴: Criança prepara cachimbo de crack na avenida São João, perto da estação Santa Cecília do metrô.



Foto 270210

FSP, Cotidiano, C3: Usuários de crack consomem a droga em rua da cracolândia, um dia após megaoperação policial.



Foto 140611d

FSP, Cotidiano, C11: Veículo da PM passa pela rua dos Gusmões, na região da cracolândia, onde vizinhos reclamam da falta de ação policial.

²³ Corresponde ao número que cada foto recebeu, e à data em que foi veiculada pelo jornal FSP. Às vezes pode vir acompanhada de uma letra, que indica ter mais de uma foto para uma mesma matéria.

²⁴ FSP refere-se ao nome do jornal Folha de São Paulo, Cotidiano ao caderno, C4 refere-se à página, e, o texto escrito à legenda.

Nas imagens em que se veicula a ideia da facilidade para aquisição e consumo da droga, as crianças e adolescentes são apresentados consumindo drogas em espaços públicos, e próximos de pessoas adultas. O texto escrito referenda tais imagens, ao informar que o uso de crack é realizado em seguida às intervenções de governo na área, à luz do dia, e nas proximidades de delegacia, de veículo policial, de estação de metrô, a despeito das operações policiais e das operações combinadas entre estado e prefeitura em função dos projetos de intervenção urbana no centro de São Paulo.

Observamos que a matéria 170307b informa: “O grupo que age na região é formado, na sua maioria, por jovens em situação de rua”. Já a matéria 140611d distingue três grupos presentes na concentração de pessoas: “noias maltrapilhos e usualmente moradores de rua”; “traficantes bem vestidos”; e “usuários eventuais” de crack. Ou seja, enquanto as imagens tomam a todos compartilhando de algo, os textos, ao atribuírem responsabilidades a “jovens em situação de rua”, a “noias moradores de rua”, os unificam.

“Permanência de usuário de droga na região central”

PRANCHA 2.



Foto 210510

FSP, Cotidiano, C1: Usuário consome crack no centro de SP; o governo federal anunciou ontem plano de combate à droga.

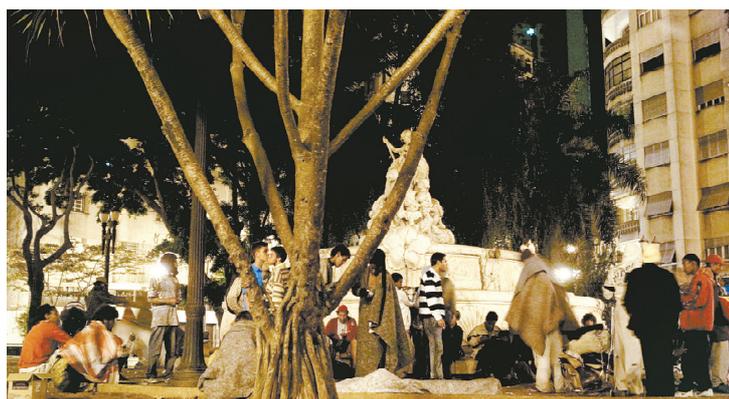


Foto 240709b

FSP, Cotidiano, C6: Consumidores de crack se concentram na praça Julio de Mesquita, na região central de São Paulo, na madrugada de ontem.



Foto 281209

FSP, Cotidiano, C5: Usuários de crack na região conhecida como cracolândia, que é alvo de operação conjunta de Estado e prefeitura desde 22 de julho.

Esta segunda ideia trata da “permanência de usuário na região central”, pois, apesar de sofrerem pelas intervenções policiais e de governos, eles se mantêm na região.

Na imagem 240709b estão todos num mesmo espaço, no qual se indica a partilha de algo. O texto escrito, a começar pela legenda, informa quem são os representados. Aqui não só são representados, conjuntamente na imagem, moradores de rua e usuários de crack, como se afirma no texto escrito, sem indicação de fonte, que a maioria dos moradores de rua é usuária de crack. O título, por sua vez, anuncia que “80% recusam atendimento na cracolândia”. As primeiras linhas da matéria informa quem são os usuários de crack: “Cerca de 80% dos moradores de rua – a maioria consumidores de crack – abordados por agentes de saúde nos dois primeiros dias da ação na cracolândia recusaram atendimento”. Como não se sabem as razões pelas quais se recusa o atendimento, uma vez que a matéria não traz essa discussão, nem por meio das opiniões de especialistas, e tampouco pelos depoimentos dos usuários de drogas, fica para o leitor apenas o sentido da negativa do usuário em ser atendido pelo órgão da saúde.

Na matéria 281209, veiculam-se novamente as informações verificadas na matéria acima citada (240709b), assim como em outras sobre a “recusa de atendimento”. O jornal contabiliza os investimentos públicos, destacando o quantitativo despendido pelos órgãos municipais e estaduais, pelos agentes públicos, comparativamente aos pequenos resultados obtidos. Informa também que, quando não há recusa da parte dos usuários de drogas, há incapacidade dos equipamentos públicos em atendê-los ou descoordenação entre secretarias municipais para prestar atendimento. Em síntese, o jornal anuncia pelo texto escrito que apesar dos investimentos de recursos e de equipes, a “cracolândia” continua habitada pelos usuários de crack, conforme as imagens mostradas. Algumas dessas imagens depõem contrariamente ao texto escrito, e por outro lado os complementam, pois o texto escrito apresenta de um lado as ações realizadas pelos policiais e agentes de governo, e de outro, as imagens revelam que o consumo de crack se mantém. As matérias dialogam tanto com o leitor do jornal como com setores do *status quo*, ao apontar a falta de eficácia das intervenções de governo.

O jornal, ao atribuir aos moradores de rua o consumo de crack, mencionar os investimentos públicos a eles dirigidos, a recusa de atendimento e a permanência deles na área central, constrói uma imagem do morador de rua, um estereótipo que inclui crianças e adolescentes, por fazerem parte dessas representações fotográficas.

“Pulverização da droga”

PRANCHA 3.



Foto 090809a

FSP, Primeiro Caderno: EXILADOS DA CRACOLÂNDIA - Usuários de crack fumam no Minhocão à noite, depois que o viaduto é fechado; expulsos das áreas degradadas do centro de SP, eles agora caminham a esmo, em grupos enormes, pelos bairros próximos, revirando o lixo em busca de algo para vender.



Foto 080111a

FSP, Primeiro Caderno: Oculto por mureta de proteção da av. Roberto Marinho, grupo usa crack às margens do córrego Água Espreada, no Campo Belo, zona sul de São Paulo. [Interior da foto:] AS NOVAS CRACOLÂNDIAS - Os bairros onde se concentram os usuários de crack.



Foto 080111b

FSP, Cotidiano, C1: Usuários de crack na avenida Roberto Marinho, zona sul de São Paulo; número de craqueiros tem aumentado na região.

A ideia relativa à “pulverização da droga” trata do espalhamento dela e dos usuários pela cidade. Nas imagens são apresentados espaços distintos do bairro da Luz ou da “cracolândia”, e os textos escritos, já desde suas legendas, informam a localidade representada.

As três imagens da prancha 3 estão ligadas pelo recurso da iluminação contido em cada uma delas. Nestas e em boa parte das fotos feitas à noite, encontramos a mesma iluminação mantendo também os mesmos elementos corporais e espaciais presentes.

A iluminação é outro recurso que participa da composição fotográfica com a finalidade de, juntamente com as outras informações, transmitir o sentido desejado pelo fotógrafo e jornal.

Entre as fotos captadas da rua, predominam dois tipos de iluminação. Aparentemente a maioria das imagens foi feita à luz do dia, ou como se fosse tomada à luz do dia²⁵, decorrente de uma acentuada iluminação usada pelo jornal, a fim de tornar evidentes os detalhes do acontecimento, e também mostrar ao leitor o consumo e circulação de drogas que são feitos à “luz do dia”. Já entre as fotos feitas à noite, a recorrência da luz amarelada derivando para o marrom nos indica que a produção dessas imagens pode ter se utilizado da própria iluminação das lâmpadas de vapor de sódio (luz amarelada) instaladas na região central como um elemento de composição fotográfica. Além disso, outras fotos obtidas da “cracolândia” têm em seus elementos as paredes amarelas²⁶ nas quais as crianças e adolescentes estão encostados durante o consumo de drogas.

Por outro lado, chama-nos a atenção que a cor da pedra do crack também possui uma cor amarela amarronzada, segundo noticiado pela FSP em 15/05/2011. Essas constatações nos permitem pensar que o uso da cor amarelada nas fotos, principalmente como recurso definidor da iluminação na imagem, liga as fotos tomadas na “cracolândia”. São imagens que sugerem uma identidade para o local, através da associação da iluminação à cor da pedra. O leitor é atraído pelo tom de amarelo-marrom, sua recorrência nas fotos facilita a identificação imediata do local e dos sujeitos representados. Nas matérias posteriores a 2009, não encontramos essa mesma iluminação nas fotos do Centro, o que em parte pode ser explicado pelo fato de a Prefeitura vir anunciando a substituição do nome do bairro, de Luz para “Nova Luz”²⁷. Porém, se no bairro “Nova Luz” a cor amarelada deixou de ser utilizada, a fim de não

²⁵ Pela dificuldade em saber exatamente quando a foto foi feita, se durante o dia ou se a noite, não abordaremos na análise.

²⁶ Por exemplo, a foto 281209, exposta na prancha 2 deste capítulo.

²⁷ FSP 14/02/08, 23/0709.

mais associar o bairro ao crack, identificamos essa mesma tonalidade de luz em outras imagens²⁸, para informar o espalhamento do crack e de usuários na cidade de São Paulo.

Contudo, nem todas as fotos que fizeram uso dessa iluminação apresentaram boa qualidade. Isso nos indica que essas fotos podem ter sido feitas à distância, sem uso de flash, para não afastar o alvo, e sim priorizar o flagrante, o que transfere ao acontecimento um sentido de crime, de ilegalidade. Flagrantes causam um efeito de autenticidade, enquanto que as fotos, quando se revelam encenadas, tendem a causar frustrações. Há uma expectativa de que os fotógrafos sejam espiões e que os fotografados não tenham consciência da câmera, isso gera satisfação entre os espectadores da foto quando não são eles os representados (SONTAG, 2011 [2003], p. 48-49) .

²⁸ Conforme prancha 3.

PRANCHA 4.



Foto 030607

FSP, Cotidiano, C3: Jovens fumam na cracolândia; prefeitura quer revitalizar região.



Foto 191109

FSP, Cotidiano, C1: Rua dos Gusmões, no centro, onde o aumento é superior a 80%.



Foto 140208b

FSP, Cotidiano, C4: Usuários de drogas se concentram na divisa com a área conhecida como cracolândia, no no centro.

As formas de exposição que variam desde fotos com a figura isolada até a composição de grupos maiores, combinadas com as três ideias anteriormente comentadas, e mais os recursos de expressão (plano, angulação, iluminação), sugerem que os representados, tomados todos como usuários de drogas, sejam transformados em uma ameaça para a sociedade. Ainda que o jornal tenha em alguma medida exercido seu poder de denúncia ao expor as fotos e os textos para, além de outros objetivos, cobrar dos órgãos públicos ações eficazes para as questões da “cracolândia”, vimos que foi uma denúncia parcial. Dentre os vários sentimentos que as fotos podem suscitar, os usuários de crack, principalmente, podem provocar o temor entre os leitores do jornal. Pois as matérias informam que crianças e adolescentes circulam pelas ruas do centro, e por meio de pequenos furtos ou catando reciclados para serem vendidos, facilmente adquirem a droga e a consomem livremente em espaços públicos. Espalham-se quando são coagidos pela polícia. Rejeitam ser atendidos, mesmo que seus corpos denunciem um estado sub-humano.

Por outro lado, os gastos sociais, de saúde e segurança investidos pelos governos apresentam-se ineficazes para o tratamento dessa questão social, uma vez que o jornal retrata os possíveis beneficiários recusando tais programas e/ou por incapacidade ou inoperância das ações públicas. É uma imagem da criança e do adolescente que se consolida como ameaça para a sociedade.

Para finalizarmos a tematização da droga, importa tecer algumas considerações sobre as representações das crianças e adolescentes em situação de risco, por terem sido repetidamente associados ou representados como usuários de drogas e/ou crack.

Mencionamos na Introdução que no Censo realizado pela Fipe (2007), foi observado que mais da metade se encontrava trabalhando (58,4%), e um grupo (5,9%) estava se drogando no momento da contagem. Gregori (2000), em seu estudo qualitativo, aponta que a cola era usada por todos os “meninos de rua”, e eventualmente era substituída pelo esmalte de unha (GREGORI, 2000, p.121). Ambos eram usados por eles quando o dinheiro era pouco, e quando dispunham de mais dinheiro compravam maconha, coca ou crack (*Ibid.*, p.153). O consumo de crack veio ocupar um espaço que ficou em aberto “[...] com a ausência de serviços e atividades institucionais, ocupações ligadas ao crack passaram a exercer maior força de atração para esses meninos – não só como usuários, mas também e sobretudo como distribuidores.” (*Ibid.*, p. 213). Em nossos contatos com os adolescentes para as atividades de leitura das fotos, eles comentaram sobre o consumo de tinner, maconha, cocaína, e um deles mencionou fazer uso do crack. Por outro lado, educadores que trabalham na “cracolândia”

relatam que as crianças e os jovens afirmam usar crack, mas que não são “nóias” (FRUGOLI Jr.; SPAGIARI, 2010, s/p.). Com base nesses autores e nos depoimentos dos adolescentes, observamos que vários tipos de drogas estão presentes entre os grupos de crianças e adolescentes, mas não podemos afirmar que todas as crianças e adolescentes em situação de risco são usuários de crack.

No entanto, as matérias do jornal frequentemente associaram o uso de drogas, especialmente o crack, ao universo da rua, transformando todas as crianças e adolescentes em usuários de crack, além da população adulta em situação de rua. Nesse sentido, a presença do crack e a proliferação dele, no período em que as fotos foram selecionadas (2007-2011), vem sendo concebida em sinal de alarme, sugerindo uma situação de epidemia. Não negamos a presença das drogas e do crack entre essas populações que vivem na rua, contudo, não se pode tomar o todo pela parte que consome drogas. Nem pressupor que não haja diferenças entre os consumos. Tampouco podemos transferir o consumo de drogas para um determinado grupo social, justamente aqueles que vivem socialmente à margem.

Vimos que, nas fotos captadas da rua pelo jornal, as crianças e adolescentes são representados principalmente na tematização da droga como usuários de drogas e/ou crack, quer seja individualmente, quer seja em grupos médios e grandes. Os elementos visuais se repetem na representação, configurando uma mesma ideia de consumo e decadência física e moral sobre as crianças e adolescentes. Contudo, a essas imagens são acrescentadas pelo jornal informações quantitativas: “A população de rua [...] alcança hoje cerca de 12 mil pessoas —**menos de mil são crianças e adolescentes envolvidos com o crack**”; “cerca de 80% dos moradores de rua – a **maioria consumidora de crack** – [...] recusaram atendimento”; “**80% recusam atendimento**”; “Os estudos ... da Polícia Militar apontam que por volta de **800 usuários de crack circulam pelas ruas da cracolândia**”; “operação centro **deteve 300 viciados** que, sem atendimento voltaram para as ruas”; “a prefeitura fez **11 mil encaminhamentos** médicos e **2.180 internações** [...] com resultado praticamente invisível”. “[...] as ruas da cracolândia...continuam **cheias de viciados** dia e noite”[grifos nossos].

Questionamos o uso que o jornal faz dos resultados das estimativas, levantamentos, depoimentos etc., apresentando-os nas sucessivas matérias como sinal de alarme. Ora, isso não contribui para esclarecer, mas para confundir o leitor, para alimentar seu imaginário que teme pela “epidemia” do crack. Anuncia-se repetidamente um expressivo número de consumidores de crack e outros tantos que não querem ser atendidos, que preferem continuar usando drogas e permanecer nas ruas. Acrescentam-se assim os dados quantitativos aos dados imagéticos, que se comunicam com o temor de cada leitor, a fim de reiterar uma ideia.

Pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), em 2010, sobre perfil socioeconômico de moradores de rua na área central de São Paulo, apontou que 53,7% dos jovens entre 18 e 30 anos usam crack. É preocupante que mais da metade use crack, porém, 46% afirmaram não usar crack, embora possam fazer uso de outros tipos de drogas (FIPE, 2010, p.19).

Os resultados recentes da “estimativa do número de usuários de crack e/ou similares nas capitais brasileiras”, realizada pela Fiocruz, em 2012, vem reforçar nossas preocupações em vincular toda criança e adolescente em situação de risco ao consumo de crack. De um total de 370 mil usuários de crack e/ou similares, 50 mil (14%) são crianças e adolescentes²⁹ que fazem uso dessas substâncias. Evidentemente, o resultado é significativo, mas vale dizer que as crianças e adolescentes não são a maioria de usuários de crack. Nas capitais da região Nordeste está concentrado “um maior quantitativo de crianças e adolescents consumidores de crack e/ou similares”, são 28.000; na região Sudeste se concentram 13.000; na Centro-Oeste 6.000; e, no Sul e Norte o número chega em cada uma delas a 3.000 crianças e adolescentes (FIOCRUZ, 2012, p.8). Ainda nesta estimativa foi constatado que 80% dos usuários fazem uso da substância em locais públicos, onde ficam expostos à circulação e interação com as demais pessoas, porém, isso não indica que os usuários vivam nas ruas ou sem moradia fixa. (*Ibid.*p.9) Ou seja, não são todos eles moradores de ruas, crianças, jovens e adultos.

Juntamente com essa estimativa, foi realizado entre 2011 e 2013, um estudo sobre o perfil dos usuários de crack e/ou similares no Brasil³⁰, quando então foram entrevistados consumidores com idade acima de 18 anos, e nos locais de uso foram apontadas a presença de crianças e adolescentes, mas estes não foram entrevistados. No Brasil, a maioria de usuários de crack/similares tem idade média de 30 anos, com predomínio do sexo masculino (78,7%), e de não brancos (80%) (FIOCRUZ, 2013, p.7-9). Não se constatou uma quantidade expressiva de crianças e adolescents nesses locais de uso de drogas. Eles estão presentes mas não constituem maioria. Conclui o estudo:

Não se pode afirmar de maneira simplista que os usuários de crack são uma população de /na rua, mas é expressiva a proporção de usuários nesta situação, aproximadamente 40% [...] dos usuários no Brasil se encontravam em situação de rua. Isso não quer dizer que esse contingente expressivo, necessariamente, morava nas ruas, mas que nelas passava parte expressiva do seu tempo [...] (FIOCRUZ, 2013, p. 12). (grifos da FIOCRUZ)

²⁹ Poderíamos considerar que são pré-adolescentes e adolescentes, uma vez que a Fiocruz avalia que o consumo de crack é nulo entre bebês menores de 1 ano, ou “muito baixo/praticamente zero” entre as crianças com até 8 anos (FIOCRUZ, 2013, p.7).

³⁰ Foram incluídas todas as capitais, Distrito Federal, 9 regiões metropolitanas, e uma amostra representativa de cidade de pequeno e médio porte (FIOCRUZ, 2013, p.5).

Portanto, defendemos que as informações precisam ser dadas, porém, com responsabilidade, com aprofundamento da matéria e continuidade sistemática para o tratamento dessas questões na mídia, e não para ascender um imaginário ao associar grupos marginalizados ao consumo de crack. Efetivamente não negligenciamos o consumo de crack entre a população que mora na rua, incluindo crianças e adolescentes, mas questionamos o fato de associar de modo muito evidente o uso de crack à vida na rua, por meio de uma repetição de imagens e dados quantitativos que confundem e fomentam o imaginário social.

3.2.2.2 Cenas da abordagem policial

“Eles [policiais] fazem a revista, por causa de roubo, tráfico de droga ou porque tá usando droga. Se só tiver usando, eles passam o pano (tipo faz que não vê), pegam tudo da gente, dinheiro, o que tive e levam...”
(Jeferson – imagem 250709a)

PRANCHA 5.



Foto 081211a

FSP, Cotidiano, C7: Na rua - GCM autua usuários de crack embaixo de viaduto na Liberdade; menino de 11 anos foge.

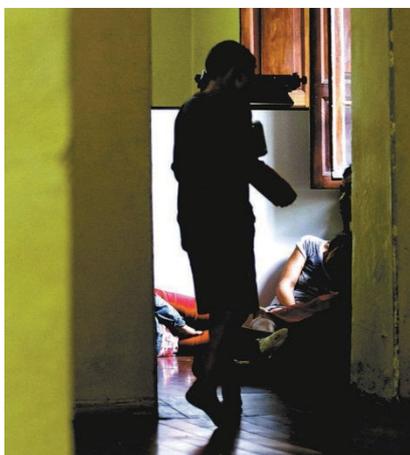


Foto 081211b

FSP, Cotidiano, C7: Na delegacia - após apreensão, garoto foi encaminhado para tratamento.

Na tematização da abordagem policial estão representados adolescentes, brancos e negros, tanto do sexo masculino como do feminino. Aqui, diferentemente das fotos relativas à droga, as adolescentes participam do evento da foto. Eles foram tomados sempre em pé, embora numa posição de submissão em relação aos policiais. Os elementos que atribuem sentido estão dispersos entre os representados nas fotos, inclusive pela postura e uniforme do policial que contrasta com a postura dos adolescentes, o estado do corpo e de seus trajes (roupas maiores, usando chinelos ou descalços), além do lixo, pichação presentes nos espaços e de indicações verbais de que se trata da “cracolândia”. Mas não apresentam os aspectos da decadência física e moral veiculados nas fotos sob o tema da droga.

São contempladas duas situações nesta tematização³¹. Uma retrata o momento da suspeita do tráfico de droga, do furto ou do roubo, em que os jovens são revistados por policiais com ou sem o uso de arma de fogo. E a outra situação traz o momento da apreensão ou recolhimento policial, cujas fotos mostram jovens sendo encaminhados pelos policiais ou já no interior da delegacia.

A imagem 081211a mostra a dinâmica da cena vista em câmera alta, já a segunda 081211b procura destacar a veracidade do acontecimento. Essa prancha, assim como outras fotos que compõem os planos de sequência³², mostra espaços de uma cidade que, apesar do tráfico e do roubo, está simbolicamente sob controle, em razão de serem mostrados os dois momentos: o da abordagem policial sobre o grupo e o encaminhamento deste realizado pelo policial³³.

A condição da aparência do representado nunca é sublimada, ou disfarçada pelo fotógrafo, ao contrário, ela é parte da informação sobre o enunciado da foto e da matéria. São sempre os mesmos aspectos visuais de carência material ou descuido focalizados pelo fotógrafo, o que nos indica tratar-se de exaltar a pobreza associada ao crime.

Em toda cidade, não só em São Paulo, o “[...] universo do crime (ou da transgressão, ou das acusações de mau comportamento) oferece um contexto fértil no qual os estereótipos e a discriminação social é moldada” com base em uma “criminalização simbólica”. Nesta, certos grupos são percebidos e difundidos como naturalmente perigosos, e, apesar de

³¹ Demos preferência para que essas fotos fossem expostas juntamente com as interpretações dos adolescentes no capítulo IV, por terem sido elas mais comentadas entre eles.

³² A ser discutido no item 3.5 deste capítulo.

³³ Embora a sequência das duas fotos se proponha a narrar um episódio: primeiro o enquadro, quando o garoto parece ter fugido, e segundo mostrar o encaminhamento dado ao suposto fugitivo; a comparação porém, entre as duas fotos nos dá indicativos de que não se trata do mesmo adolescente, pois o traje usado por ele nos revela que na rua ele veste uma calça comprida com listras laterais rasgada na perna direita um pouco abaixo do joelho, e na delegacia ele usa bermuda até os joelhos (FSP, 08/12/11, fotos a,b).

ambíguos os próprios grupos estereotipados passam a reproduzir os estereótipos (CALDEIRA, 2003 [2000], p.10).

3.2.2.3 *Cenas do atendimento social*

PRANCHA 6.



Foto 230709

FSP, Cotidiano, C8: Agentes de saúde abordam pessoas no centro de SP durante operação do Estado com a prefeitura.



Foto 180910

FSP, Cotidiano, C5: O senador Eduardo Suplicy, ontem, durante visita à região da cracolândia, no centro de SP.

A tematização sobre o atendimento social retrata os jovens sendo atendidos (recebendo informação, ou à espera de um serviço), a fim de que os auxilie na situação pela qual estão passando, quer seja a dependência química, a falta de acolhimento, ou a falta de conhecimento sobre políticas sociais. Nas poucas fotos em que veicularam o tema do atendimento, predomina o cenário da “cracolândia”. Seus corpos também apresentam-se descuidados, são retratados em pé ou sentados na calçada ou na praça.

Na matéria da imagem 230709, distinguem-se dois públicos para tratamento psiquiátrico, nos termos do jornal, os “moradores de rua e viciados”. De um lado, novamente é informado o quantitativo dos investimentos públicos destinados aos “moradores de rua”, que incluem as crianças e adolescentes e os usuários de droga. E, de outro lado, menciona-se

que há 11 mil moradores de rua, segundo cadastro da prefeitura, dos quais “80% ficam na região central, onde 25% deles são dependentes químicos”. Faz-se uma clara ligação entre usuários de crack e moradores de rua. O psicólogo Walter Varanda, especialista em saúde pública, depoente do jornal, critica as operações (conduzir pessoas para hospitais ou abrigos), pois não se combate o principal, “que é dar condições para que as pessoas se reintegrem” (FSP, 23/07/09). Mas, no conjunto da matéria, seus comentários são utilizados para incluir crianças e adolescentes entre moradores de rua e usuários de droga, ao informar que, das cerca de 12 mil pessoas que vivem em situação de rua, “menos de mil são crianças e adolescentes envolvidos com o crack” (FSP, 23/07/09).

O que se repete, nessas e outras matérias já apontadas, juntamente com a denúncia dos procedimentos adotados pela Prefeitura no tratamento dessa questão social, é o desperdício de investimentos públicos destinados aos usuários de crack, em função do diminuto número de encaminhamentos, evidenciando novamente a recusa de atendimento. O que se sugere é a inabilidade das ações de governo. O crack é uma droga que assusta, inclusive, pela forma que é apresentada na mídia. Pois note-se, em se tratando dessas imagens e matérias, que elas não esclarecem questões de saúde pública; o crack, por ser muito barato, revela-se como opção de consumo para a parcela mais pobre, mas ele também é consumido pelas classes média e alta (SILVEIRA, 2013, s/p.). Diz ainda Varanda: “o que não pode é tratar com visão catastrófica de que não existe solução. A visão é equivocada, centrada no efeito da droga, mas a patologia é outra.” (FSP, 23/07/09). As imagens, porém, expõem o usuário, mais enfaticamente o usuário pobre. Com isso, o que se fomenta é um imaginário social que imediatamente associa as crianças e adolescentes em situação de risco ao consumo de crack.

3.2.2.4 Cenas do dia a dia na rua

“Oh! essa tomando banho na Sé em pleno flagrante.
Nooossa!...” (Gustavo – imagem 270107)

PRANCHA 7.



Foto 270107

FSP, Cotidiano, C4: A menina Daniele toma banho no espelho d'água da Sé, um dia após entrega da praça reformada.



Foto 210607

FSP, Cotidiano, C11: Garota em um dos abrigos improvisados entre as paredes e as grades da catedral; moradores de rua ocuparam local após reforma.

Um conjunto de imagens, denominado “cenas do dia a dia na rua”, que não pode ser contemplado dentro dos temas anteriormente abordados, tem em comum, na maioria das fotos, a representação do sexo feminino, principalmente de cor negra, em situações inapropriadas vividas no espaço da rua e em espaços fechados (loja de doces, casa ocupada³⁴). Consideramos situações inapropriadas pelo uso incomum desses espaços, que são mostrados pelo conteúdo visual, pelo texto escrito, e também pelos planos utilizados, com predomínio do plano geral, acompanhado do plano de conjunto. As fotos captadas em plano geral trazem não

³⁴ Incluímos nesse conjunto de fotos captadas da rua 2 imagens (100811b e 011109) obtidas de locais fechados, mas, em razão de ambas trazerem, pelo texto escrito, um histórico de vivência na rua foram classificadas entre as fotos captadas na rua.

apenas as crianças e adolescentes, mas as dinâmicas sociais vividas no espaço da rua. Ou seja, enquanto crianças e adolescentes dormem ao lado da igreja (210607), a outra brinca no lago da Sé (270107), ou ainda quando duas adolescentes espiam no interior dos veículos no trânsito (foto 100811c)³⁵, enquanto as demais pessoas circulam pelas ruas a pé ou motorizadas, evidenciando com isso o contraste entre os usos que se faz do espaço público. Já as fotos captadas em plano de conjunto, que aproxima o leitor dos detalhes da foto, não expandem para outros espaços ou dinâmicas sociais tal como no plano geral, mas são suficientes para informar o assunto retratado. Tomemos como exemplo a foto 100811b³⁶, em que o plano de conjunto capta apenas a adolescente se escondendo da câmera e atrás dela uma prateleira com biscoitos, cena suficiente para o leitor imaginar outras situações, como a de furto, que é mencionada no texto escrito.

Na maioria das fotos, estão presentes elementos que remetem a um estado de pobreza, de escassez material, e em alguns casos do descuido com o corpo, e do contraste entre os usos do espaço, além de o texto escrito sugerir um comportamento inadequado da parte de adolescentes.

Chama a atenção, na tematização da droga que o sexo masculino foi predominantemente representado, sem a presença do sexo feminino. Mas as imagens femininas aparecem entre os temas policial, atendimento social e cenas da rua. Portanto, o que predomina nas imagens referentes à droga são a criança e o adolescente do sexo masculino, sobretudo para incorporar a figura do usuário de crack, e nas demais tematizações ambos os sexos estão presentes.

3.3 AS INSTITUIÇÕES: OS SENTIDOS DAS IMAGENS CAPTADAS PELO JORNAL

Este item trata das imagens de crianças e adolescentes nos espaços institucionais, cujos serviços são prestados pela Fundação Casa (FC) e por organizações sociais de acolhimento e atendimento. Primeiramente abordaremos o contexto no qual a maioria das fotos foi feita, item 3.3.1, a instituição FC, de onde constatamos os sentidos invisíveis. Em segundo lugar, apontaremos as recorrências imagéticas divididas entre os temas encontrados, para identificar os sentidos visíveis das fotos, item 3.3.2.

³⁵ Exposta no item 3.5, deste capítulo.

³⁶ Exposta no item 3.5, deste capítulo.

3.3.1 Representações polarizadas: imagens da Fundação Casa e imagens de adolescentes

“Não mudou nada, continua Febem”
(Alessa, refere-se às imagens da FC)

Nas imagens fotográficas que retratam as crianças e os adolescentes em instituições, na maioria delas predominam aquelas que os representam em atividade esportiva na FC, ou lúdica nos serviços de acolhimento. Poucas fotos relativas às rebeliões foram publicadas. São em geral fotos institucionais que provavelmente, principalmente em relação à FC, passaram pelo crivo institucional, e necessariamente também passaram pela seleção e alteração ou não da editoração do jornal. São fotos escolhidas para contar uma história institucional para os leitores, mas que têm como foco as crianças e adolescentes, e por isso contam também as histórias desses sujeitos.

Segundo informativo disponibilizado no site da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA), esta vincula-se à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, e presta assistência a jovens de 12 a 21 anos incompletos no Estado de São Paulo. São oferecidos dois tipos de atendimento em função do ato infracional praticado: medida socioeducativa de privação de liberdade (internação) e semiliberdade. Para aqueles que cumprem medidas em semiliberdade, elas são aplicadas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade), cujo atendimento é municipal e está sob a supervisão da Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social. E aqueles que estão privados de liberdade cumprem as medidas em centros socioeducativos, as quais são geridas por organizações sociais e a FC.

A Fundação Casa (FC) veio substituir a extinta Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem). Esta, na década de 1990 e até meados da década seguinte, passou por reiteradas crises internas, na tentativa de aperfeiçoar sua gestão de atendimento. Desde os anos de 1990 que a reforma previa um plano de descentralização no atendimento, reciclagem de funcionários, e alterações nas atividades socioeducativas, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Contudo, as unidades da Febem seguiram reproduzindo um modelo baseado na punição, com uso de tortura, eletrochoque, espancamento (VICENTIN, 2005, p. 21; CAMPELLO, 2010, p.17).

Foi exatamente no período em que o Brasil passava por intensa redemocratização (Constituição em 1988; ECA em 1990), quando houve ocorrência de um número³⁷

³⁷ Entre 1999 e 2001 foram requisitadas as instaurações de 96 inquéritos policiais, pela Promotoria de Justiça do Depto. de Execuções da Infância e Juventude-SP (DEIJ), para apurar “os crimes de tortura supostamente

significativo de denúncias de violência de direitos praticada nos equipamentos da Febem, que elas foram comprovadas e vieram a público pelas organizações sociais em defesa da infância e juventude, pelo Ministério Público, Poder Judiciário e Comissões Parlamentares de Inquérito (VICENTIN, 2005, 20)³⁸. Esses equipamentos pretendem proteger a vida dos jovens, oferecer atividades socioeducativas, mas os que ali se encontram “[...] são integralmente privados de seus direitos e das suas prerrogativas, a ponto de não ser delito nenhum ato cometido contra eles.” (AGAMBEN³⁹, 1998 *apud* VICENTIN, 2005, p. 22). Simultaneamente à violação dos direitos, iniciou-se, da parte dos adolescentes, um processo de resistência por meio de fugas e rebeliões, que veio alcançar seu ápice em 2003, com 100 rebeliões, sem deixar de manter seu fluxo nos anos seguintes (VICENTIN, 2005, p. 21; CAMPELLO, 2010, p. 22). O que revelou também um descontrole da parte do Estado sobre a vida institucional dos jovens em privação de liberdade.

O Poder Judiciário e o Ministério Público alteraram suas estratégias quando da realização de inspeções nas unidades da Febem. No período de 2001, os representantes desses poderes

[...] passam a mostrar, em consonância às cenas dos jovens em cima dos telhados, ‘o que se passa embaixo dos telhados...’ (filmagens, fotos com evidências de maus tratos oriundas das inúmeras fiscalizações ensejadas pelo Ministério Público e pela Justiça... nas unidades da Febem passaram a ser disponibilizadas para a mídia) (VICENTIN, 2005, p. 21).

Em um outro episódio de revelação das práticas de violência, os promotores de Justiça do Departamento de Execuções da Infância e Juventude-SP (DEIJ) fizeram fotos e filmagens dos adolescentes em privação de liberdade. Em 15/09/2000, vieram a público pela TV “[...] imagens de espancamento em internos que resultaram na instalação de processo criminal contra funcionários” (VICENTIN, 2005, p. 89). Após divulgação, a Febem, para se proteger e impedir a continuidade dessas ações por parte dos promotores, elabora ofício que se pauta pela mesma legislação (Constituição e ECA), mas que, no entanto, não é posta em prática nas suas instalações, e “[...] ingressa com ação cautelar contra o Ministério Público da Infância e da Juventude para que não sejam divulgadas as imagens [...] tomadas em visita de inspeção em 4 e 9/9/2000, por ‘ferirem o direito à intimidade e imagem de funcionários e adolescentes,

praticados por funcionários da Febem contra adolescentes[...]” em cumprimento de medida socioeducativa (VICENTIN, 2005, p. 21).

³⁸ Considera M.C.G. Vicentin (2005) que o período por ela investigado refere-se ao município de São Paulo, cujos dados foram sistematizados entre 1999-2001, mas as hipóteses formuladas podem ser estendidas para outros estados da federação, uma vez que foram observadas situações correlatas em outro trabalho (Oliveira, 2001) e pelas entidades de defesa dos Direitos Humanos (VICENTIN, 2005, p.19).

³⁹ AGAMBEN, G., *O poder soberano e vida nua*. Homo sacer. Lisboa: Presença, 1998.

conforme assegura a Constituição e o ECA.” (2005, *loc. cit.*). A juíza de direito do DEIJ se pronuncia em relação ao ofício, e entende que se trata de apuração de irregularidades verificadas na instituição, cujo funcionamento deve ser pautado pela prática da transparência de gestão, desde que não exponha os jovens autores de ato infracional (*Ibid.*, p.90).

Mas a violação de direitos não cessa. Novamente, diversas entidades denunciaram, em 2005, à Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), a omissão do governo do estado de São Paulo frente ao descumprimento do ECA. Com isso, ao governo brasileiro foi determinada a implantação de medidas que assegurassem a proteção dos jovens, caso contrário, poderia sofrer sanções econômicas e políticas (CAMPELLO, 2010, p. 22). A pressão externa favoreceu para dar início às mudanças que se sucederam na instituição de atendimento. Em 2006, foi anunciado pelo governo federal o lançamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que concebe as diretrizes da política de atendimento, com vistas a formular um sistema integrado entre o Estado e organizações sociais voltadas à proteção dos direitos da criança e do adolescente (*Ibid.*, p. 23). Assim, foi formulado o modelo de atendimento socioeducativo, mencionado acima e disponível no site da FC, que se propõe a atender normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). As atividades realizadas nos centros da FC dividem-se em quatro áreas: ensino formal, educação física e esportes, arte e cultura, e educação profissional. Apesar das nuances políticas em que são apresentadas as modalidades de atendimento, o que se tem também são novas formas de controle, principalmente em se tratando de rebeliões. O formato descentralizado instituído na reforma, entre FC e organizações sociais, e a capacidade das unidades de abrigarem entre 40 a 80 jovens favorecem maior domínio sobre os jovens, conforme veremos abaixo, na fala de depoentes. Porém, do ponto de vista da FC, entendeu-se que a descentralização favoreceu o atendimento socioeducativo, a efetivação de um trabalho mais “humanizado”, conforme consta no site da instituição:

Em 2005, 82% dos adolescentes do Estado estavam em grandes complexos na Capital. Com a descentralização, a equação se inverteu: cerca de 44% estão no Interior, 38% na Capital e os restantes distribuídos na Grande São Paulo (12%) e no Litoral (5%). Esta distribuição foi possível por conta dos centros socioeducativos que, junto com uma proposta de **trabalho mais humanizada**, têm permitido à **Fundação CASA escrever uma nova história**. (sublinhado da instituição; grifos nossos)

Perguntamo-nos, então, qual seria essa proposta de trabalho “mais humanizada”. E o que permitiria “escrever uma nova história”? E, já que se trata de uma “nova história”, qual

seria a antiga ou anterior? Certamente a história da Febem, apenas a parte que podemos conhecer.

Vicentin (2005) nos traz as vozes dos jovens para atribuir os diversos significados às rebeliões entre 1999 e 2001, que não revelam ingenuidade, ou desinformação, mas que se “movem por ações derivadas de seu próprio posicionamento moral, institucional, político.” (VICENTIN, 2005, p.192). A violência praticada pelos funcionários da Febem se constitui num “disparador”, que

Na versão do condenados à rebelião, estes jovens parecem estar ‘abandonados a e por uma lei que nada mais prescreve senão a si própria’ (AGAMBEN, 1998, p. 64 *apud* VICENTIN, 2005, p. 194) permanecendo então num estado de exceção, nesta zona de indistinção entre lei e vida, com seus corpos, feitos pedaços de carne, à mercê do outro (VICENTIN, 2005, p. 193-194).

A autora também apresenta um inventário das rebeliões, concebido juntamente com os adolescentes, e aqui damos destaque para algumas das suas falas, por terem sido silenciadas pela mídia, apesar de manifestarem suas percepções e entendimentos em relação à divulgação da rebelião nos meios de comunicação:

Nunca aparece a gente falando, nunca aparece o que nós pensamos...(5/8/1999, UE-2, 16 anos) (VICENTIN, 2005, p.62).

Eles [a sociedade] estão sabendo pela boca de funcionário e de juiz. Da nossa boca, que nós quer falar a real para eles, nunca chega... nunca tem uma oportunidade desta.[...] A rebelião do dia 19 [refere-se a 19/2/2000, no Tatuapé] só não chegou no momento certo porque não falamos com a reportagem. Porque ali, com a nossa palavra, muita gente vai acreditar que é verdade! Esta é a oportunidade que nós quer: *falar com a reportagem* (17/04/2000, UE-14, 17 anos, grifo meu). (*Ibid.*, *loc.cit.*).

Eles mostram a rebelião, mostram que foi contida, mas não mostram que foi espancamento. Isto eles encobrem...(UE-15, 16/10/2000). (*Ibid.*, *loc.cit.*).

Todo mundo dá risada quando tem rebelião, todo mundo gosta... porque a sociedade fica mais contra nois: eles, governo, ganha um ponto a mais, porque a sociedade vê que estão fazendo algo para eles (17/4/2000, UE-14, 18 anos). (*Ibid.* p. 88).

Em nosso levantamento, as poucas fotos acompanhadas de suas matérias que retratam a rebelião enfatizam o estigma de marginal, pois apresentam apenas as ações de desordem e violência praticadas pelos jovens, como se fossem gratuitas, desprovidas de sentido político. No período da Febem, a rebelião era situada e divulgada na “perspectiva do crime”, e com isso intentava retirar dela todo “caráter de cunho político institucional.” (VICENTIN, 2005, p.192). Assim como a pesquisa de Njaine e Minayo (2002) sobre rebeliões de jovens infratores revela que as notícias dos jornais no Rio de Janeiro “[...] tenderam a hiperbolizar a rebeldia e a agressividade dos rebelados”, mas as suas causas raramente foram abordadas e discutidas em profundidade (NJAINÉ; MINAYO, 2002, p.294). Os jovens não foram

ouvidos, “[...] nunca suas razões são tratadas seriamente nas reportagens. [...] restando-lhes, apenas, a linguagem dos gestos de revolta.” (*Ibid.*, 295).

Constatamos também, entre as fotos da FC, como veremos no item seguinte, que os jovens, embora predominantemente representados em atividades físicas, não são ouvidos, a não ser para narrar seus delitos ou referendar as atividades socioeducativas que são a eles oferecidas pela instituição. O que encontramos em campo, juntamente com os adolescentes depoentes, são ainda denúncias de maus tratos, um local de muito “sofrimento”, como disse Alessa, jovem moradora da casa de acolhimento que nos prestou informações sobre sua passagem pela FC, e que, ao se deparar com as fotos da FC, disse: “Se a gente não faz as coisas que os funcionários pedem, eles batem. Aconteceu com uma amiga. Daí ela cuspiu na cara de uma funcionária, foi pior ainda. Não mudou nada, continua Febem. Eles davam aula de dança, mas ECA ninguém fala nada.”

Segundo Bicudo (2010), a mudança foi “enganosa”, pois as promessas que acompanharam a transição da Febem para FC não se concretizaram:

[...] recentes e oportunas investigações promovidas por respeitáveis entidades de defesa dos Direitos Humanos, constatou-se que as crianças e jovens recolhidos à Fundação Casa continuam a conviver com a violência e o descaso, ausente até mesmo qualquer socorro jurídico para aliviar tais situações (BICUDO, 2010, s/p).

Entrevista realizada em 24/06/10, por Campello (2010), com agente da FC da Unidade de Internação (UI) de Itaquera, informa sobre as condições de trabalho: ocorrência de “constante disputa de forças” entre jovens e funcionários; superlotação em mais de 40 jovens em razão de transferência da unidade (Encosta Norte) que fora incendiada em rebelião; o atual projeto arquitetônico é bem distante do anunciado pelo governo; presença de jovens com parentes envolvidos com o crime organizado que, em situação de rebelião, fazem ameaças aos funcionários; “atendimento médico é escasso e superficial”; a prática de trabalho é a mesma realizada no período da Febem, e o ECA é aplicado “de uma forma destrutiva” (CAMPELLO, 2010, p.31-33). Além disso, ele menciona a existência de uma certa rebelião, que teve início em 11/03⁴⁰ e se mantém até a data da entrevista, uma rebelião permanente que se faz presente no dia a dia da instituição:

De um ano e pouco para cá começamos a receber garotos de extrema dificuldade. O padrão começou a cair, começou a faltar coisas e a direção não conseguiu integrar as equipes. Os garotos entraram em uma linha de desrespeito e apareceram armas (estiletas e objetos cortantes) dentro da unidade. **No dia 11 de março a unidade entrou em rebelião. A rebelião vem acontecendo com o tempo**, os adolescentes vão estudando os funcionários, coletando armas até que nos dominam. Subiram no

⁴⁰ Provavelmente no mesmo ano da entrevista (2010), não foi apontado pelo autor.

telhado e no dia seguinte houve uma fuga. **A unidade está na mão dos internos até hoje** [24/06/10, data da entrevista]. Eles passam a fazer o que querem, desacatam servidores e professores. Machucaram alguns funcionários, mas não fizeram reféns. Os garotos estão agressivos, indisciplinados. (grifos nossos)

O entrevistado ainda afirma que os mesmos problemas apontados em sua unidade podem ser encontrados em outras instalações da FC, porém, elas não são divulgadas pela mídia. Segue seu depoimento:

O governador⁴¹ não é de conversa. Nunca recebeu os servidores para negociar nada. **O governo está em uma situação de “abafa”, restringindo e reprimindo os jornais.** Uma jornalista da Folha de S. Paulo publicou uma notícia a respeito de uma rebelião e o governador pressionou para que ela fosse demitida. O sindicato (Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação à Criança, ao Adolescente e à Família) provou que a notícia era verdadeira (grifos nossos).

Isso explica, pelo menos em parte, a ênfase nas imagens da FC em que os jovens são representados em atividade física, em detrimento de imagens de rebelião. Pelo depoimento do entrevistado, a “nova história” a ser escrita pela FC seria o destaque das atividades esportivas oferecidas aos jovens, a ser veiculada na mídia, e o ocultamento das rebeliões. Nas imagens do jornal FSP, são enaltecidas as ações realizadas pela FC. Elas contam uma parte da história, a que promove a FC, e com isso a “sociedade vê que estão fazendo algo para eles”, conforme disse, acima, o jovem entrevistado por Vincentin (2005).

Observamos também na entrevista que um certo tipo de rebelião se manifesta, que parece não ser aquela mostrada pela mídia, mas uma rebelião lenta e contínua. De fato, os depoimentos a seguir, obtidos da matéria de Fideles (2012), apontam a existência de “tumulto” ou rebelião, e a continuidade das práticas de violência realizadas pela FC, mas que não são mostradas.

Camila Gibin, do Movimento em Defesa da Infância e Juventude comenta:

A Fundação Casa vem de uma prática na linha do encarceramento, do aprisionamento. O discurso da ressocialização é uma mentira. O discurso presente é o da punição, do isolamento, da violência, da repressão. [...] Com unidades menores é mais fácil pôr os panos quentes e controlar tudo isso. Somente neste ano [2012], teve rebelião na unidade de São Vicente, Encosta Norte, Itaquera, tentativas de fuga na Fazenda do Carmo etc. Os problemas continuam, **só não aparecem mais como antes.** (grifos nossos)

⁴¹ Entre abril/2010 e janeiro/2011, Alberto Goldman (PSDB), vice-governador de José Serra (PSDB), assumiu o governo do estado de São Paulo por ocasião da renúncia de José Serra (PSDB) ao governo em abril/2010, para candidatar-se à Presidência da República. Disponível em: <http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/saopaulo-governadores.php#interventores> Acesso em 01 de mar.2014.

Rodrigo Medeiros, coordenador do projeto na Fundação Casa pela Ação Educativa, também entrevistado por Fideles (2012) comenta:

As estatísticas da **Fundação Casa mostram uma queda significativa nas rebeliões, mas presenciamos muito tumulto. A gente não sabe qual o critério, qual o conceito de rebelião.** Se diminui nas estatísticas, pra gente é algo constante. Não sei se é rebelião, se é tumulto... Hoje mesmo aconteceu um em Itaquera. E os motivos são os mais variados. (grifos nossos)

A pertinência desses dois depoimentos é que eles apontam a ocorrência de conflito dentro da FC, e as variações entre as situações de rebelião e de tumulto, e que no entanto não têm ganhado visibilidade na mídia. Como vimos acima, na entrevista de Campello (2010), não interessa ao governo mostrar as rebeliões, e sim criar uma imagem da FC atrelada ao esporte e não à violência.

Surpreende-nos também quando esses depoimentos são confrontados com as informações disponíveis no site da FC: “As rebeliões caíram de 80 ocorrências em 2003 para apenas uma, em 2009.”⁴², o que nos faz pensar sobre a veracidade dos dados publicados pela FC, e outros, porém, que foram ocultados.

Como exclamou Alessa, moradora da casa de acolhimento, referindo-se às fotos da FC: “Eles não mostram tudo!” Nem mostram por meio de fotos, nem por meio de informações de interesse público, não há prática da transparência de dados para questões que não apenas interessam às famílias daqueles que estão privados de liberdade, como também a entidades, órgãos públicos e indivíduos que se interessam pelas questões sociais.

Para finalizarmos esse contexto que nos fala sobre uma história que apresenta uma face, a que é narrada, revelada em certa medida, há outra face que nos é negada, ocultada, que nos expõe, ao menos em parte, os sentidos invisíveis das imagens institucionais. A face narrada é a que se mostra no jornal e outros veículos, sobretudo em imagens, que vêm ocupar um espaço no imaginário para serem utilizadas nas elaborações das representações sociais. A face negada é a face “abafada”, não só a violência praticada contra os jovens, mas a própria manifestação de resistência e luta pelos direitos que lhes são reservados juntamente com suas vozes que continuam silenciadas.

⁴² Disponível em: <http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/index.php/a-fundacao>. Acesso 01, dez.2013.

3.3.2 As tematizações e os recursos fotográficos das imagens captadas das instituições

Nestas fotos, como nas fotos de rua, há repetições na forma de representar, porém, predominam imagens em que os adolescentes são tomados em diferentes atividades, sobretudo as esportivas, complementadas por outras, o que pode indicar uma diversidade na representação. Assim, a maioria das imagens os retrata no interior da FC, em atividades variadas. Quando não estão em atividade física ou esportiva, são tomados no refeitório, na cozinha durante a preparação de um prato, na leitura de um livro, na posse do título de eleitor, ou em espaços que mostram situações de isolamento. Além dessas imagens da FC, algumas poucas referentes aos serviços de acolhimento oferecidos para crianças também fazem parte da seleção de fotos institucionais. Como nosso interesse é pelas recorrências imagéticas, identificamos, além do tema do esporte, as tematizações referentes ao dia a dia institucional, a rebelião, e o lúdico.

Embora se pretenda nessas imagens uma variedade na representação dos jovens, elas são perpassadas por elementos espaciais e pessoais, que tendem para uma homogeneização. Assim, numa leitura rápida, podemos reconhecer pelas atividades que os jovens são representados em uma variedade de situações, mas será numa leitura mais atenta que se observa o tratamento comum e repetitivo que é dado aos jovens na sua representação.

A alusão ao sistema prisional está presente na totalidade das imagens da FC. Há nessas imagens uma ambivalência entre uma ideia e outra mostrada na foto, entre a liberdade (sugerida no salto esportivo) e a prisão (simbolizada no muro). E, quanto às crianças em serviços de atendimento, há oscilação entre a atividade lúdica em que são representadas e o sentimento de tristeza que elas evocam. Mas a ideia de prisão se faz presente na cena com elementos distribuídos no espaço e/ou na figura. Os muros altos, as grades horizontais e verticais distribuídas em portas, janelas e nos tetos, os arames, as sombras⁴³ das pilastras, dos muros e dos corpos, assim como os uniformes, as cabeças raspadas ou cortadas, ou faces ocultas pelo esfumado indicam ao leitor a condição de recluso, ou de internato, remetem para a ideia de prisão. Se por um lado, esses sinais são menos evidenciados, por outro os títulos de todas as matérias tratam imediatamente de dizer “quem são” (“jovens presos”; “menores

⁴³ A ANDI (2011), ao propor alternativas quando da realização da matéria, lembra que imagens de adolescentes autores de ato infracional não podem ser feitas. E sugere: “Como esses jovens não podem ser identificados, uma saída é fazer fotografias na contraluz, ou fechadas em alguma parte do corpo; algumas unidades de internação possuem oficinas de comunicação onde os próprios jovens produzem imagens, que podem ser usadas nas matérias.” (2011, p.119). Fotos na contraluz não só podem proteger a imagem do jovem, como também podem realçar as sombras, o que produz um efeito estilístico.

infratores”; “reclusão de jovens”) e “onde” estão (“internos da FC”; “internos da Unidade de Atendimento Intensivo (UAI)”); “rotina entre muros”; “adolescentes da antiga Febem”).

As imagens dos adolescentes do sexo masculino⁴⁴ que estão sob medida socioeducativa na FC são predominantes. A maioria é representada por brancos e morenos, apenas uma foto traz a figura de um negro. Enquanto que as poucas imagens dos serviços de atendimento se dividem entre crianças morenas e negras, e entre os sexos feminino e masculino⁴⁵.

Na FC, os jovens são representados sempre aseados, por oposição às fotos da rua, com uniformes apropriados para cada atividade. A bermuda, a camiseta cavada e o tênis para a prática esportiva, o avental para o cozinheiro, a camiseta branca meia manga, a calça de moletom azul marinho ou uma bermuda bege ou cinza, e o chinelo de dedos azul para todos os demais momentos em que lá permanecem. Em poucas fotos, fica evidenciada a escassez de recursos materiais para o desempenho das atividades físicas, exceções às fotos 220309b e 261210⁴⁶ em que são mostrados o tênis surrado, a improvisação das roupas e do campo para o jogo de golfe. Seus corpos são apresentados em pé, no movimento da realização de alguma atividade física, algumas vezes estão deitados ou sentados, mas em decorrência da atividade institucional que estão representando.

As faces dos jovens também não são facilmente identificadas, utilizam-se tomadas à distância, ou, quando próximas, faz-se uso de recursos como esfumar, ou com pouca nitidez, ou cortando as cabeças dos jovens. As fotos, quando trazem os jovens com suas respectivas cabeças, são apresentadas com cabeças raspadas, ou cabelos bem curtos. Porém, várias imagens os representam sem cabeças, ou seja, como se fossem corpos vivos, andantes, praticantes e sem cabeças. Não pensantes.

Os jovens da FC e as crianças do atendimento são representados, na maioria das vezes sozinhos, ou às vezes em grupos pequenos, de 3 a 5, e em poucas fotos são tomados em grupos maiores, como no caso de rebelião, e de denúncia de superlotação em unidade de atendimento da FC, mas sempre e apenas entre eles. Diferentemente das imagens das ruas, nas instituições suas imagens não se confundem com as de outras pessoas, mesmo porque, no caso dos jovens, em várias matérias são apontados os atos infracionais por eles praticados.

⁴⁴ Conforme Ilanud (2007): Nas capitais, os dados indicam uma frequência maior de jovens do sexo masculino cumprindo medida socioeducativa, sendo 91,7% em meio aberto e 93,5% em meio fechado, enquanto que as jovens em cumprimento representam 7,3% e 4,4%, respectivamente (2007, p.34).

⁴⁵ Em São Paulo, capital, foram localizadas nos serviços de acolhimento - Crecas e Casas de Acolhida - 357 crianças e adolescentes, destas 208 correspondem ao sexo masculino e 149 ao sexo feminino (FIPE, 2007a, p.69).

⁴⁶ Expostas nos capítulos III, item 3.3.2.1, e capítulo IV, item 4.1, respectivamente.

Os espaços nos quais são fotografados, tanto os jovens como as crianças, são circunscritos, em boa parte das fotos o campo de visão não é expandido, limitando uma leitura de conjunto do espaço e de seus atributos. Em espaços abertos ou fechados, mas a maioria no interior da instituição, os jovens aparecem ora praticando exercícios em gramado e quadra esportiva, ora praticando atividades, desde as físicas em salas apropriadas até quadras (com tapumes, colchonetes, traves, redes e bolas). São espaços igualmente limpos, como os corpos dos jovens.

O circuito de vícios que apontamos nas matérias em que as crianças e adolescentes são representados a partir da rua também está presente nos textos visual e escrito, principalmente, das matérias institucionais. Na tematização referente às atividades esportivas, metade das matérias associa os jovens, por meio da legenda, título ou do corpo da matéria, ao furto, ao roubo e ao tráfico, ou seja, referem-se aos atos infracionais cometidos por eles. Mas a outra metade não os associa a outros estigmas, e sim faz referências às atividades físicas realizadas pelos jovens. Na tematização que trata das situações gerais vividas dentro da FC, a maioria das matérias informa também sobre os atos infracionais (roubo, crime, homicídio, tráfico), mas algumas delas não atrela a figura dos representados aos atos infracionais que os teriam levado à FC. No tema da rebelião, o texto escrito informa sobre a violência praticada por eles em relação às destruições de equipamentos, e de quando fazem reféns outros jovens moradores da FC. E, por último, quanto às crianças atendidas em serviços de acolhimento, a maioria não as expõe em situações de violência, exceto em uma matéria, que revelou a foto da criança, sem revelar sua face, mas expôs as demais partes do corpo, revelou, no entanto, o nome da instituição onde se encontrava, a região onde mora, e, também informou que a criança havia consumido droga e feito programa com adultos.

Importa destacar que, quando os adolescentes da FC são associados a vários tipos de crimes, essa associação resulta, em parte, dos depoimentos que os jovens são convocados a prestar, quando questionados pelos jornalistas para expor publicamente os motivos que os teriam levado à FC, embora alguns deles façam objeções a essas abordagens. Desse modo, as informações referentes aos motivos podem ser obtidas do discurso proferido pelos próprios jovens e/ou de outras fontes consultadas pelo fotógrafo-jornalista, e são usadas para explicar as razões pelas quais os jovens estariam privados de liberdade, mas não só, elas serviram também para preencher as legendas, ajudar a compor os títulos e o corpo da matéria escrita.

Os depoimentos de especialistas na área (jurídica, social) estão presentes em poucas matérias institucionais, para apontar a violação dos direitos humanos ou contextualizar a vida dessas crianças e adolescentes em um cenário de problemática estrutural e não individual.

Apesar dos estigmas atribuídos aos jovens, tanto na foto como no texto escrito, os discursos de especialistas ampliam a visão do jornal, ao se referir a alguns dos aspectos da realidade vivida por esses jovens e de seus direitos, ainda que essas abordagens não ganhem aprofundamento, nem continuidade sistemática delas nas matérias. Por outro lado, os jovens raramente foram ouvidos, e quando isso ocorreu foi para falar sobre o ato infracional que teriam cometido. Observamos, porém, que uma parte desses discursos de especialistas são proferidos por coordenadores e técnicos da própria instituição. Isso nos sugere que se trata de matéria para formular e fortalecer uma imagem da FC por oposição à antiga Febem. A constatação da ambiguidade nos textos visuais e escritos nos permite tomar como hipótese que a maioria das matérias da FC foi elaborada em favor da FC. Os depoimentos dos jovens, assim como dos coordenadores dos projetos da FC, favorecem a imagem da instituição. Poucas matérias se revelaram como denúncia em relação às práticas institucionais, e, quanto às rebeliões, poucas foram veiculadas pelo jornal.

Outras matérias, embora poucas, apresentaram discussões em torno da infância e juventude, não só no contexto da FC, mas também sobre o acolhimento realizado para crianças.

Praticamente em todas as fotos feitas dentro das instituições, fez-se uso do plano de conjunto, exceção de apenas uma (070411)⁴⁷ que, ao retratar uma rebelião, utilizou um enquadramento maior, a fim de mostrar um maior número de jovens rebelados e de elementos visuais de desordem e destruição. Como já dissemos, o plano de conjunto abrange um espaço limitado, mas suficiente para evidenciar o assunto, o representado e os elementos visuais que dão sentido à foto. A redução do espaço aproxima o leitor da figura representada, garantindo os detalhes da figura, e com isso deixa de expor visualmente o local, apenas são citados nas matérias os nomes das instituições. Ou seja, o foco da imagem não é a instituição, e sim o jovem, mas ela se mostra através dos jovens pelo trabalho realizado para eles. O que parece importar é constituir uma imagem da FC. Esta aparece nas imagens como instituição prestadora de serviços em conformidade com o ECA. O foco das imagens na representação dos jovens praticando atividades nos sugere que suas imagens são usadas para divulgar um sistema socioeducativo que veio substituir a Febem.

A maioria das fotos institucionais foi feita em locais fechados, disso pressupomos a liberdade para composição e arranjo fotográfico, diferentemente das fotos captadas em espaços abertos e públicos quando o fotógrafo está sujeito ao momento do evento. Nesse

⁴⁷ Exposta neste capítulo, item 3.3.2.3.

sentido, os ambientes fechados proporcionam meios e condições de criar alternativas de representação, nos quais foram utilizadas com predominância a câmera alta e a câmera normal. Ambas remetem o leitor para uma realidade (de prisão, e isolamento) que se pretende mostrar, e para isso também se valeu dos atributos espaciais e corporais que aludem à prisão. A primeira, ao tomar a figura de cima para baixo, impõe fronteiras à representação, enquadra, no limite aprisiona a figura, reforçando a ideia de instituição prisional, no caso dos adolescentes, e, no caso das crianças, a de dependência institucional, à situação de vítima. A segunda, em razão de a cena fotográfica se apresentar na altura dos olhos concede estabilidade à leitura visual. Porém, boa parte das fotos foi feita em câmera baixa, o que nos indica a valorização da figura retratada, mas, uma vez que essa figura é mostrada em atendimento pela FC, ela pode favorecer à imagem do jovem, mas também à FC, pois está sendo assistido por essa instituição.

As fotos em sua maioria são claras, bem iluminadas; algumas, porém, são atravessadas pelas sombras, e em outras, poucas, que tematizam a rebelião, prevalece a escuridão. O predomínio de fotos claras e outras em que a luz é perpassada pela sombra dos jovens se desconfigura quando as rebeliões são mostradas. Temos a volta de alguns dos atributos presenciados na rua, pessoais e espaciais, transformando a imagem da instituição, de ambiente claro e iluminado, em um ambiente onde a luz vem do fogo, e a escuridão do encontro das sombras. Nessas poucas imagens identifica-se a fronteira do entre mundos, o da ordem e o da desordem, ou o da rua e o da instituição.

Portanto, na rua é o local para a manifestação da desordem, da desmedida, da entrega ao vício e de vivências que afetam a dignidade dos representados, em cujos espaços se sugerem situações marginais; nas fotos institucionais ocorre o contrário. Aqui o local é o da correção dos vícios. A ideia da ordem é garantida nas imagens da FC pelo sistema prisional cujos sinais são mostrados nas fotos, perpassada, porém, por momentos de desordem por ocasião das rebeliões. Enquanto que nas imagens das organizações sociais predomina a ideia de vitimização. Em ambos os espaços, os atributos pessoais, espaciais, seguidos pelos recursos de expressão da foto, dão conta de mostrar as variações e o recorrente na composição da imagem. Nas fotos relativas às organizações, mesclam-se simbolicamente o lúdico e a tristeza. Na totalidade das imagens da FC, repetem-se os elementos visuais que caracterizam um ambiente prisional, quer seja indicado no espaço (grades, muros, sombras) ou no corpo do jovem (cabeças raspadas ou cortadas, uniformes, sombras).

As imagens dos jovens nos dizem: “Olhem, eles estão presos! Olhem, estão praticando esporte!”

3.3.2.1 Cenas de atividades esportivas

PRANCHA 8.



Foto 130710a

FSP, Cotidiano, C1: Adolescentes jogam futebol na Fundação Casa, em Osasco.



FSP 130710b

FSP, Cotidiano, C3: Agente fecha portão da quadra da Fundação Casa enquanto jovens jogam futebol; governo quer diminuir o número de menores encarcerados no país.

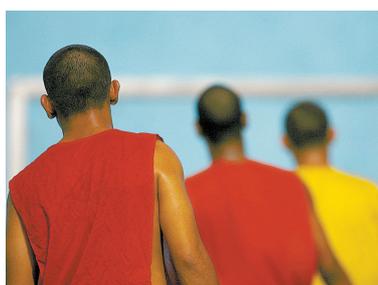


Foto 220309a

FSP, Esporte, D1: RECOMEÇO - Atletas da Fundação Casa da Vila Maria.



Foto 220309b

FSP, Esporte, D7: João (nome fictício), júnior da Lusa, que está em semiliberdade. [legenda no interior da foto]

A atividade esportiva é predominante entre as atividades nas quais os jovens são representados. Nela, eles foram tomados principalmente aludindo ao futebol, além de outras atividades físicas em que foram mostrados, como judô, salto (atletismo), golfe e yoga. A ênfase em imagens esportivas divulga um sistema institucional, que adota o esporte como atividade, e assim se mostra para os leitores do jornal.

Na prancha 8 está posto, assim como em outras que veremos, o contraste no uso da iluminação, nas fotos 130710ab, as sombras invadem o espaço iluminado; nas outras duas, 220309ab, a luz clara do dia em meio aberto.

Observamos, porém, que aquelas, mais iluminadas, foram veiculadas no caderno Esporte, e propagam a FC como sucessora da Febem, e bem sucedida em suas atividades socioeducativas. O texto do jornal faz a chamada: “Com poucas rebeliões e muitas disputas esportivas, fundação assiste a vários casos de superação que inovam o mercado da bola.”. E traz o depoimento do gerente de educação física e esporte da Casa, Carlos Alberto Robles: “[...]Em 2003, tínhamos 80 rebeliões por ano. No ano passado, tivemos apenas três. Não só pelo esporte, mas todo o trabalho com os jovens está surtindo efeito. Há uma gama de atividades contribuindo para a ressocialização.” (FSP 22/03/09).

No entanto, vimos no item 3.3.1, sobre o contexto no qual as imagens da FC foram produzidas, que as rebeliões continuaram a acontecer, que as práticas de violência contra os jovens também não se extinguiram.

Nas outras duas imagens, 130710ab, presentes no caderno Cotidiano, os elementos que simbolizam a prisão são mais destacados. Nesta matéria discute-se entre os depoentes⁴⁸ sobre o aumento do número de reclusões. Isso implica na prática de juízes, cuja avaliação do desembargador, A. C. Malheiros, baseada em estudo da Universidade Federal da Bahia (UFBA), considera que “[...] Só deveríamos mandar para a internação aqueles que colocam efetivamente a sociedade em risco”. Mas considera também que os juízes estariam oferecendo respostas ao “clamor da sociedade”, ao encaminhar jovens para internação. Porém, são encaminhamentos baseados em uma “visão mais punitiva” e não com base no ECA, afirma a presidente da FC, B. Gianella, e esclarece que “Houve uma queda dos crimes graves e um aumento do tráfico de entorpecentes. Mas o tráfico não é crime com previsão de internação pelo ECA. Só se for reincidente.” (FSP, 13/07/10).

⁴⁸ Desembargador, representante do Conanda e presidente da FC, conforme matéria FSP 13/07/10.

A necessidade de implantar mais programas como o liberdade assistida⁴⁹ e prestação de serviços comunitários, para que seja reduzido o número de reclusões, é apontada pelo representante do Conanda, A.C. Alves. Estes programas compõem o quadro de medidas socioeducativas em meio aberto, e se destinam a autores cujas infrações são menos graves, que em geral são cometidas na fase inicial da trajetória infracional e por isso mesmo os resultados têm tido maior sucesso, uma vez que é baixo o índice de reincidência desses programas⁵⁰.

É pertinente lembrar que o adolescente não pode ser submetido ao sistema de justiça comum, cabe apenas ao ECA definir os “critérios de imputabilidade e ordenar o processo de responsabilização pelos delitos cometidos” (ANDI, 2012, p.20), e tampouco, como parece ocorrer na prática, ser julgado por posições [de juízes] que “[...]comungam com o senso comum sobre a criminalidade em geral e a delinquência juvenil, em particular.” (FSP, 13/07/10).

Uma vez que as reclusões são em parte respostas a uma sociedade que pede por isso, conforme as palavras acima de Malheiros (FSP, 13/07/2010), está dada a razão pela qual, parte significativa das imagens de jovens da FC, não se descolam do sistema prisional, mesmo no tema do esporte. Essas fotos propagam uma imagem da FC por meio das atividades socioeducativas, mas elas também revelam um imaginário social sobre esses adolescentes: “Eles estão presos.”

3.3.2.2 Cenas do dia a dia na instituição

“Às vezes pode ser que pediram pros moleques fazer assim [posar para a foto], porque não é nada assim de verdade. Ninguém sabe o que a gente passa lá dentro. [...] A foto não traz o sofrimento, o dia a dia que a gente passa lá dentro, só mostra o esporte”.
(Alessa – imagens da FC, 150609b,050108)

⁴⁹ Conforme Ilanud (2007), o ECA prevê seis tipos diferentes de medidas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida são realizadas em meio aberto; e inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional (artigo 112 da Lei 8.069/1990) são realizadas em meio fechado (Ilanud, 2007, p.25 e 26).

⁵⁰ Segundo as autoras Passamani e Rosa (2009), no período de um ano, entre out./2004 e out./2005, foi feito um levantamento junto a um Programa de Liberdade Assistida Comunitária Casa Sol Nascente, no Município de Serra, ES, que revelou que, dos 91 adolescentes atendidos pelo programa apenas 13% (12) deles voltaram a praticar ato infracional, e 82% (74) não reincidiram (PASSAMANI; ROSA, 2009, p.332). A liberdade assistida pode ser uma alternativa que interrompe a trajetória infracional. Por outro lado, em conversa com um dos adolescentes do ECCA, ele se manifestou desfavorável à prestação de serviços à comunidade, por sentir vergonha diante de seus vizinhos e conhecidos no bairro onde mora.

PRANCHA 9.



Foto 150609a

FSP, Folhateen, capa: Reeducando em corredor entre os dormitórios da instituição Internos da Fundação Casa, a antiga Febem, falam sobre como é cumprir medida socioeducativa - SOB medida. [textos no interior da foto]



Foto 050108

FSP, Cotidiano, C4: Jovem internado por tráfico na unidade de Arujá (SP) da Fundação Casa.

As quatro imagens (pranchas 9 e 10) retratam o dia a dia do jovem na instituição. Nelas há indicações visuais (paredes escuras, grades altas, cabeças cortadas, uniformes) de que os adolescentes estão em privação de liberdade, assim como as legendas fazem menção a essa condição em que se encontra o jovem.

Na prancha 9, a representação traz os jovens sozinhos, isolados. As sombras, que se

revelam atrás contrastam com a porta e a luz diante deles. Elas vêm tocar a imaginação do leitor. As sombras falam de um passado escuro, várias vezes apontado no texto escrito, a luz fala de um futuro porvir, que, no entanto, se vislumbra por meio da FC.

PRANCHA 10.



Foto 041010

FSP, Especial Eleições, Especial17: Menores infratores da unidade Abaeté da Fundação Casa.



Foto 150609c

FSP, Folhateen, p.7: Pedro⁵¹, 18, está internado (pela segunda vez) há um ano, por roubo; quer ser cozinheiro.

Os jovens com suas cabeças cortadas (prancha 10), de posse de seus documentos e em atividade de trabalho, fazem alusão a um sistema que os prepara para exercer seus direitos (voto, trabalho), mesmo que no limite tenha sido necessário cortar suas cabeças. Seus corpos

⁵¹ Nomes trocados pela FSP, 15/06/09.

na imagem 041010 fazem referência à limpeza, focalizada nos pés, mãos e uniformes. Já a outra imagem, 150609c, remete para a ideia do trabalho, em uma cozinha equipada com mesa de inox, paredes de azulejo branco, indicando nessas texturas lisas a facilidade da limpeza, embora pela vasilha escorra o alimento que é preparado, o que remete o espectador à ideia do excesso, a falta (ainda) de controle da parte do jovem.

3.3.2.3 *Cenas de rebelião*

“Eles estão aí porque cometeram um ato infracional, tem latrocínio, roubo, sequestro tem de tudo”.
(Adolescente – ECCA , não se identificou -
imagem 070411)

PRANCHA 11



Foto 070411

FSP, Cotidiano, C10: Internos em rebelião na Fundação Casa da Vila Maria.

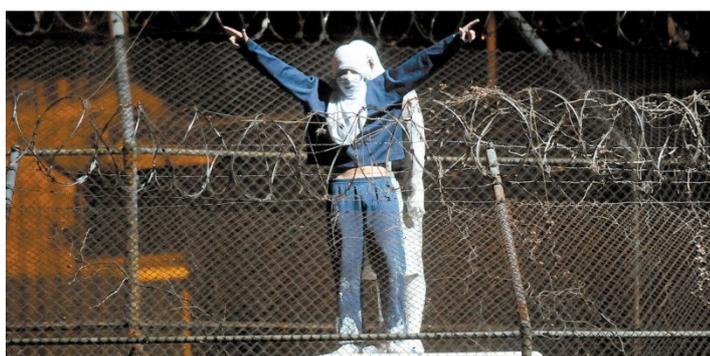


Foto 140810

FSP, Cotidiano, C15: Interno rebelado na Fundação Casa em Campinas [legenda no interior da foto].

As fotos que tematizam a rebelião são poucas, comparativamente às fotos que trazem os jovens em atividades físicas e no dia a dia institucional. Porém, elas rompem com o padrão recorrente apresentado nos temas anteriores, nos quais a FC é mostrada pela obediência dos corpos sob a imposição da disciplina e da ordem.

O tema da rebelião, com base nos textos visual e escrito, tem como ideia predominante a violência dos jovens contra funcionários e/ou outros usuários da instituição associada à prática de destruição. A violência, a destruição são mostradas na imagem, e descritas no texto escrito (“funcionários e adolescentes foram feitos reféns”; “houve queima de colchões”, “quebra de móveis”). São fotos escuras, nas quais o fogo ganha destaque, de um modo evidente, mostrando o fogo, ou sugerindo pelo efeito de iluminação. Como são fotos tomadas à distância ou na contraluz, não houve necessidade de fazer cortes de cabeça ou de aplicar recursos de proteção à imagem. Diferentemente de quando tiveram suas cabeças cortadas, perderam a razão, o que significa dizer que estavam então guiados pela instituição. Aqui, nas situações de rebelião em que são representados com suas cabeças, estão possuídos de sua razão, então, para a prática da violência, segundo o jornal, mas não podemos deixar de pensar na manifestação dos jovens como ato político, e na desobediência civil quando se faz necessária.

Nestes dois cenários (070411, 140810), assim como nas outras poucas fotos relativas à rebelião, a ordem institucional presente nas imagens é substituída pela (des)ordem provocada pelos jovens, na medida em que os corpos agora ficam despossuídos da ideia da disciplina, da higiene, assim como suas roupas são usadas para outros fins (turbante, composição de palavras). O lixo, o cobertor, o turbante encontrados nas fotos obtidas da rua reaparecem nos estados de rebelião.

Na foto 070411, os jovens tentam dar destaque, expressar o que estão passando, mostrar uma outra imagem da FC. No entanto, nenhuma referência se fez no texto escrito em relação à palavra “opressão”, o que dá maior liberdade à interpretação do leitor, mas o silêncio do texto verbal em nada cooperou para a manifestação dos jovens. Ao contrário, o texto escrito apontou apenas as destruições feitas por eles. A “opressão” revela a parte do outro lado, daquele que raramente é ouvido, e quando o é, é apenas para falar de seu passado.

Segundo Adorno⁵² (2005), a desobediência civil é entendida como ato “inovador” e “não destruidor da lei”, em situações em que vigorem a “lei injusta e a lei ilegítima” decorrentes da falta de competência legislativa. Faz-se então necessária a desobediência, pois é executada “[...] com o fim imediato de mostrar publicamente a injustiça, a ilegitimidade, e a invalidade da lei e com o fim mediato de induzir o poder a mudá-la.” (ADORNO, 2005, p. 293).

⁵² O autor, com base em teóricos (ARENDR, 1999; BOBBIO 1986, entre outros), faz uma reflexão sobre “A desobediência civil: uma questão de direito?”

Nas tematizações anteriores, vimos imagens que têm como foco o usuário, mas a instituição FC aparece como pano de fundo, revela-se como um local no qual os usuários são reeducados através da prática esportiva principalmente, além de outras atividades. No tema da rebelião, o foco não é a FC, mas, para depor contra o jovem, apontar seu potencial violento, e menos, mas não sem excluir, o descontrole por parte da instituição. Prova disso é que não são expostos nas matérias os problemas que inter cruzam e deflagram uma rebelião, e as unidades da Polícia Militar são mobilizadas para reprimi-las. As matérias da prancha 11, por exemplo, não discutem os motivos que levaram à rebelião. No entanto, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Entidades de Assistência e Educação à Criança e Adolescente e à Família do Estado de São Paulo (Sitraemfa), J. Alves, informou, na matéria de 07/04/11 da FSP, que os “infratores” se rebelaram porque tentaram fugir e não conseguiram, e completou: “São menores que foram apreendidos porque cometeram roubos, tráfico de drogas, furtos e até assassinatos.” Ou, como disse um jovem de 18 anos, frequentador do ECCA, sem revelar seu nome, que, ao explicar o sistema punitivo, se aproxima das palavras de Alves. Ambos partilham do mesmo imaginário:

É uma rebelião da FC [referindo-se à imagem 070411], contra os funcionários, contra a opressão. Já tive lá duas vezes. Aaah! saí porque venceu o prazo. **Eles estão aí porque cometeram um ato infracional, tem latrocínio, roubo, sequestro tem de tudo.** Fiquei lá seis meses na primeira, e na segunda, um ano e seis meses. Ishi, só me atrasou...tava perdendo tudo aqui enquanto tava lá dentro. Ah, eu aprendi culinária, tive aula, grafite. Não gostava de nada. Era tudo chato, tudo era na opressão. Tudo empurrado. [...] Eu acho que lá é ruim, porque tem marmita, banho quente, edredon e tal, então **tem que ter opressão, porque senão os cara da rua vão querer voltar, vão aprontar aqui fora pra voltar se lá for tudo de bom.** Por isso que tem opressão, tem que ser ruim pra que não queiram voltar. É isso.

Propaga-se uma ideia, no imaginário social, relativa aos jovens que cumprem medida socioeducativa, conforme os depoimentos acima. “É um segmento frequentemente associado à prática de crimes hediondos, mas as estatísticas contrariam o senso comum [...]”, pois o crime e o homicídio não são os praticados pela maioria dos jovens (ANDI, 2012, p.5). A pesquisa Ilanud (2007)⁵³, feita no interior e capitais, esclarece essa informação. Dentre os atos infracionais executados por adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, os “crimes contra o patrimônio” são os mais frequentes (62,8%), e incluem “roubo” (34,7%) e “furto” (22,0%), entre outros. Já os “crimes contra a pessoa ou costumes” são praticados por uma

⁵³ Também mencionada pela ANDI (2012).

minoría (13,6%), comparativamente ao “patrimônio”, sendo os de maior ocorrência a “lesão corporal” (4,3%) e o “homicídio” (4,1%)⁵⁴ (ILANUD, 2007, p. 30).

No entanto, os jovens que cumprem medida socioeducativa são imaginados praticantes de crimes violentos contra as pessoas, conforme mencionado acima por Alves (FSP, 07/04/11), e o jovem, e na verdade trata-se de uma minoria. Portanto, eles estão sujeitos a duas penas, uma referente ao ato infracional que cometeram, e a outra relativa a esse imaginário social que os incrimina por algo que a maioria deles não praticou. A liberdade desta segunda pena não será atingida enquanto perdurar esse imaginário, que se revela por imagens e discursos, enquanto as relações com esses jovens se pautarem exclusivamente pelo seu passado, negando-lhes seus direitos.

3.3.2.4 Cenas de atividades lúdicas

FOTO 1.



Foto 101111

FSP, Empreendedor Social, p.18: Menino mostra álbum-diário que registra sua vida em abrigo em São Paulo [legenda no interior da foto].

Vimos nas fotos da FC elementos visuais contrastantes na composição fotográfica, há tanto indicações de atividade esportiva como de elementos que aludem à prisão. O mesmo observamos nas imagens que representam as crianças em atendimento por organizações sociais, elas são mostradas em algum tipo de atividade, como brincando, ou desenhando, ou pintando, o que dá origem ao tema lúdico, porém, predomina como elemento contrastante uma certa tristeza, a ideia de abandono persiste (fotos expostas no cap.IV, item 4.2.4). Aqui elas não são representadas com uniformes, e os espaços, tal como na FC, não são identificados, e também apresentam-se claros. O plano de conjunto adotado limita-se ao foco

⁵⁴ Os demais crimes distribuem-se: “Outros crimes, delitos e contravenções” (10,3%), sendo os principais “porte ilegal de armas e “delitos no trânsito”; e, entre os “crimes/delitos relacionados ao tráfico e uso de drogas” (5,2%), os mais comuns são “tráfico de drogas” e “uso de drogas” (ILANUD, 2007, p.30).

na criança e traz apenas os brinquedos em torno dela. A prevalência da câmera alta, por sua vez, vem aprisionar essas figuras. Possivelmente um cenário imaginado e arranjado pelo fotógrafo. No caso da foto 101111, os elementos de expressão utilizados pelo fotógrafo e o texto escrito dão conta de atribuir um sentido de vitimização; ao mesmo tempo em que a imagem da criança não é mostrada, o espaço e a atividade na qual ela é parcialmente representada se apresentam distintos das fotos feitas na rua. Porém, os dizeres da legenda, somados aos dizeres também escolhidos no conteúdo da foto (principalmente “meus medos”, além de outros), nos sugerem que no serviço de acolhimento ele tem uma vida na qual o medo é enfatizado, o que favorece para suscitar no leitor o sentimento de tristeza, além de outros.

3.4 (DES) PROTEÇÃO À IMAGEM DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

“Pra que isso? Dois homens [policiais] contra
uma menina? O rosto dela tá protegido?
Que que adianta proteger o rosto se o corpo não está?”
(Kely – imagens 150909ab)

A imagem diz respeito à aparência física da pessoa, que “consiste na representação gráfica da figura humana, podendo ser estática ou móvel, bidimensional ou tridimensional, de pessoa viva ou pessoa morta”, porém, ela não se restringe à fisionomia da pessoa, e compreende qualquer parte do corpo da pessoa (FONTES JÚNIOR, 2006, s/p.; ANDI, 2012, p.79).

Se por um lado há limitações quanto ao uso da imagem e ao direito à imagem⁵⁵, por outro, temos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que regulamenta a exibição de imagens e identificação de crianças e adolescentes. Em seu Artigo 17, diz o seguinte: “O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais”. E o Artigo 18 complementa: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.”

⁵⁵ O fotógrafo é o criador intelectual ou autor da imagem da pessoa retratada, mas esta detém o direito do uso de sua imagem. Por outro lado, há limitações quanto ao direito à imagem, por exemplo “[...] pela liberdade de informação, que comporta o direito de informar e de ser informado, assim como também é condicionado por limitações subjetivas e objetivas.” (FONTES JÚNIOR, 2006, s/p.). Conforme o autor Fontes Jr. (2006), as limitações subjetivas dizem respeito à qualidade das pessoas envolvidas, se notórias ou por desempenharem cargos públicos. E quanto às limitações objetivas para uso de imagens, referem-se à necessidade de pesquisa, ou justiça, como a divulgação da imagem de criminosos (2006, s/p.).

Apesar de não fazerem parte de nossos objetivos as questões jurídicas relativas ao uso da imagem, apontamos aqui alguns dos aspectos pertinentes ao assunto, apenas para contextualizar as observações constatadas referentes à proteção à imagem. Pois o uso da imagem na pesquisa, produzida pelo pesquisador e/ou sujeitos, implica necessariamente em questões éticas, e em algumas situações também jurídicas (LOIZOS,2003; KRAMER, 2002), conforme nos ensina o caso Kalina, originário da Guiana Francesa e Suriname, discutido por Collomb (1998). O episódio, ocorrido no final do século XIX, ainda nos serve para chamar a atenção referente aos cuidados e aspectos éticos a serem considerados quando da utilização da imagem. Os grupos de Kalina foram levados para Paris para serem exibidos à população, ocasião em que não só passaram por maus-tratos em função do clima, como a apresentação dos grupos desconfigurava a cultura à qual pertenciam. Imagens deformadas (gravuras e fotografias) foram feitas desses grupos, e, na ocasião da publicação do artigo de Collomb, o caso Kalina não se limitava a uma disputa entre as imagens então pertencentes a uma fototeca francesa e os proprietários (Kalina) dessas imagens, mas estes sustentavam que seus ancestrais, ao serem expostos ao olhar dos visitantes, foram despossuídos de sua própria imagem (COLLOMB, 1998, p. 76).

A regulamentação acima exposta e a experiência vivida pelos Kalina nos acrescentam questões em torno da representação das crianças e adolescentes pelo jornal. Como são protegidas suas imagens veiculadas pelo jornal? Os procedimentos, adotados pelo jornal e fotógrafo, em relação à proteção à imagem, são comuns para as fotos obtidas nos espaços da rua e nos espaços institucionais?

Observamos diferentes procedimentos adotados pelo fotógrafo e jornal em relação à proteção ou à falta de proteção da imagem da criança e do adolescente, tanto entre as fotos institucionais como entre aquelas captadas da rua. Pressupomos que não existe uma regra comum para a preservação da imagem, mas parâmetros são adotados no ato fotográfico e/ou pela editoração. No caso das fotos feitas nos espaços institucionais, a composição delas varia e se define na relação entre fotógrafo, instituições de acolhimento e jornal, além da legislação vigente (ECA). O fotógrafo pode pretender uma certa foto, ou estar ciente da agenda e/ou dos critérios definidos pelo manual de redação do jornal, mas entendemos que a foto a ser feita na instituição deve acatar também os parâmetros por ela nomeados. Do mesmo modo, o fotógrafo poderá apresentar várias imagens ao jornal, mas será escolhida uma, e esta poderá sofrer mudanças, a que melhor atender aos objetivos do jornal.

Constatamos, nas fotos institucionais, que a face, por exemplo, foi ocultada através de recursos de Photoshop, como o esfumar, ou por meio de objetos colocados à frente do

adolescente, como livro, documento, ou por meio das poses solicitadas aos adolescentes, como as fotos tomadas à distância e/ou de costas, ou na contraluz, ou fazendo uso da câmera alta, na qual não se vê a face da criança, e sim a cabeça de cima para baixo e o restante do corpo, ou ainda fazendo cortes e apresentando partes do corpo, como mãos, pés, ou apresentando corpos sem cabeças. O corte da cabeça pode ter sido adotado, por determinação da instituição, por opção “criativa” do fotógrafo ou por decisão da editoração. Em quaisquer dessas possibilidades, poder-se-ia supor que a solução encontrada estaria em conformidade com o ECA, porém, uma solução que, além de grotesca implica, em outra atribuição de sentido para a representação, uma vez que se apresenta um corpo despossuído de sua razão (cabeça). No caso de uma decisão da FC, o fato pode também indicar que a instituição continua raspando o cabelo dos adolescentes, e por isso impede que sejam mostradas as cabeças dos adolescentes, o que implica também em violação dos direitos.

O que se verifica nas imagens institucionais é uma acentuada ambiguidade, porque comportam mais de um sentido, e, também pela ambivalência porque traduzem sentimentos opostos. Ou seja, a imagem se constitui num complexo de elementos visuais que atribuem vários sentidos, mas, entre esses elementos que se apresentam de modo variado, são mantidos também elementos que dão ao mesmo tempo unidade entre as fotos, e com isso podemos apontar as recorrências, uma vez que em todas as fotos da FC os sinais de prisão estão sempre presentes.

Nas fotos obtidas no espaço da rua, cujas composições fotográficas devem, a princípio, ser definidas pelo fotógrafo e pelo jornal, a ambiguidade e ambivalência são atenuadas. Nessas tematizações, também predomina o estigma, cujos elementos visuais presentes no evento ou em torno do representado reforçam negativamente tais tematizações. Conforme já apontamos⁵⁶, a ênfase dessas fotos é no real, ou seja, na captação de elementos que oferecem realidade ao leitor, tanto que os enquadramentos e ângulos são utilizados para obter tal resultado. Os sujeitos representados encontram-se nas ruas, em cujas situações vulneráveis são fotografados, sem às vezes se darem conta ou tomados de surpresa, ou sem querer que suas imagens sejam capturadas. Como disse uma adolescente usuária do ECCA: “Eles tiram foto da gente e a gente nem vê”. Ou, como podemos constatar em imagens (100811ab)⁵⁷ nas quais a adolescente se recusou ser fotografada, cobre o rosto para não ser

⁵⁶ No item 3.2.2 deste capítulo.

⁵⁷ Fotos (100811ab) expostas no item 3.5 deste capítulo. A legenda é usada para direcionar o sentido da foto, ao informar que “Menina esconde o rosto depois de tentar furtar produtos em loja da estação Paraíso”. Se a adolescente tentou furtar ou não, não sabemos; o que ela diz pela expressão do corpo, é que não quer ser fotografada.

identificada, mas, a despeito de seu direito, sua foto foi veiculada no jornal em dois dias diferentes. O quadriculado sobre o rosto da garota atribui, nesse contexto, estigmas sobre ela⁵⁸. Ela não tem sua imagem protegida, pois é facilmente identificada em razão de as demais partes do corpo ficarem visíveis, principalmente a cabeça e os cabelos vermelhos. Tal como ocorreu entre alguns dos adolescentes (Fabiano, Joana, e outros) e educadora que a reconheceram. Assim também aconteceu com algumas fotos institucionais em que, mesmo se tendo ocultado a face, as demais partes do corpo ficaram visíveis, e portanto reconhecíveis.

Os recursos de Photoshop usados nas fotos da rua não são os mesmos utilizados nas fotos institucionais. O esfumar ou um desfocamento, que suaviza a cobertura da face, utilizado na instituição, é substituído pela tarja xadrez/quadriculada ou pela tarja fechada de cor marrom.

Kely retomou algumas vezes as fotos (150909ab)⁵⁹, e olhava para elas em silêncio. Da última vez, imaginou que a garota estava chorando, apesar de objetivamente não haver sinais de lágrimas em seu rosto, mesmo porque está encoberto com a tarja quadriculada. Em seguida disse: “vou marcar bem a cara desse policial”. E acrescentou: “...eu não queria que saísse [a foto no jornal], mas foi bom sair, pra vê o que esses vagabundos [policiais] faz... Pra que isso? Dois homens contra uma menina? O rosto dela tá protegido? Que que adianta proteger o rosto se o corpo não está?”

Nem o corpo está protegido da violência policial, nem sua face ou imagem está protegida da violência visual, uma vez que a tarja sobre o rosto da jovem informa que a adolescente é menor de idade, foi pega em flagrante, o que potencializa o estigma sobre ela, e desrespeita seus direitos.

Se a foto 150909ab foi criada e veiculada para denunciar a força usada pelos policiais para conter a adolescente, ela também expõe a imagem da adolescente, uma vez que é possível identificá-la, e vale destacar que a expõe numa situação vexatória e discriminatória⁶⁰. O quadriculado e a tarja, porém, pioram a representação do sujeito. Seu uso é intrusivo no conjunto da imagem, fere a imagem, agride o representado, e informa ao leitor, de um modo mais contundente que o esfumado, o ato infracional da adolescente. Alguns especialistas têm condenado a utilização dessa tarja “[...] com base no pressuposto de que pode remeter a significados anteriores à Doutrina da Proteção Integral, quando esse tipo de tratamento

⁵⁸ Foto 140811, exposta neste capítulo, item 3.5.

⁵⁹ Fotos 150909ab expostas no capítulo IV, item 4.2.4.

⁶⁰ O ECA, em seu Art. 143, diz o seguinte: “É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional. Parágrafo único. Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vendando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome.”

editorial de fotos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social era recorrente.” (ANDI, 2012, p.79).

Encontramos também, entre as representações dos adolescentes captadas na rua, a omissão de qualquer tipo de proteção em relação à imagem, quer sejam feitas distantes do evento como proximamente. Nem sempre, porém, as crianças e os adolescentes tiveram suas faces totalmente expostas, em algumas imagens são identificados certos cuidados, quando, por exemplo, são tomados de costas, ou contra a luz, ou à distância, sem serem identificados, ou utilizando objetos presentes no corpo do adolescente para dificultar sua visibilidade, como o capuz, boné, e a cabeleira, ou ainda fazendo cortes no corpo (cabeça e pernas), apresentando apenas o abdômen do jovem, possivelmente a pedido do representado na foto.

A imagem, quando relacionada à pessoa, é frequentemente abordada em relação ao rosto, à face, por ser efetivamente a mais visível e imediata fonte de identificação humana. Contudo, entendemos, por imagem, a imagem física da pessoa, que constitui a totalidade do corpo, portanto, ela não se restringe à fisionomia da pessoa, e sim compreendendo qualquer parte do seu corpo. Em nenhum dos procedimentos adotados pelo fotógrafo, jornal ou por intervenção institucional, protege-se a imagem da pessoa, pois é possível reconhecer quando já conhecido o fotografado, em função de outros traços ou sinais que ficam aparentes no corpo, como a cabeça, o tipo de cabelo, o tipo físico, a cor da pele, a roupa.

3.5 NARRATIVAS VISUAIS: HISTÓRIAS INCOMPLETAS

O jornal é um “complexo de mensagens concorrentes cujo centro é a fotografia” (BARTHES, 1990, p.11), onde cada vez mais ela ganha espaço. De fato observamos, em parte significativa da seleção de fotos do jornal, a utilização de 2 a 4 imagens para a mesma matéria, com as quais foi possível formular pequenas histórias ou uma narrativa visual sobre as crianças e adolescentes em situação de risco. A esse agrupamento de fotos denominamos de plano de sequência⁶¹ fotográfico.

As imagens que compõem o plano de sequência não diferem das imagens quando expostas individualmente. Identificamos um maior número de planos sequenciais entre as fotos captadas da rua, distribuídas entre os temas da droga principalmente, e da abordagem policial. Nos planos pode ser mantido o mesmo tema, mas há ocorrência de se combinar dois temas, o da droga e o da abordagem policial, e dessa e o furto (tema do dia a dia na rua). Na

⁶¹ Os planos estão expostos no decorrer do cap. III e no cap. IV. As imagens que os compõem são acrescidas de letras (a, b, c).

tematização da droga, os jovens e crianças são mostrados consumindo droga. Na abordagem policial, as figuras representadas são vinculadas à apreensão em razão do roubo, do furto, e/ou associadas ao uso do crack ou ao tráfico de drogas. Já nos planos elaborados para representação institucional, enfatiza-se o esporte.

Esses planos foram veiculados de três formas numa mesma edição (conforme exemplo das fotos abaixo 100811abc), ou atrelados a outra edição, o qual constatamos uma única vez (140811). Uma das formas traz uma imagem na primeira página do caderno principal, que é complementada por uma ou mais no caderno Cotidiano. A outra faz a chamada na primeira página do caderno Cotidiano, e se complementa com uma ou mais fotos no interior do mesmo caderno, junto à matéria. E uma terceira forma, expõe duas ou mais fotos na mesma página, juntamente com a matéria. Nestas duas, elas foram veiculadas predominantemente no caderno Cotidiano, mas há exceções, quando se tratou das imagens da FC, que também circularam nos cadernos Esporte e Folhateen, em que os adolescentes foram mais representados em atividades físicas. O que é repetido entre essas formas de apresentar os planos, é a sequência de fotos em uma mesma página do jornal.

Em uma foto isolada já existe um embrião de história; acrescentando-se uma ou mais fotos ao seu lado, ou mesmo em outro caderno, propõe-se uma narrativa através do encadeamento de ideias presentes nos acontecimentos e nos elementos de composição fotográfica.

PRANCHA 12.



Foto 100811a

FSP, Primeiro Caderno: NO LIMBO: Policial faz abordagem na Vila Mariana (SP), onde uma gangue de meninas tem feito pequenos furtos; como menores de 12 anos não podem ser enviados à Fundação Casa, elas escapam de abrigos e voltam à rua.



Foto 100811b

FSP, Cotidiano, C1: Menina esconde o rosto depois de tentar furtar produtos em uma loja da estação Paraíso.



Foto 100811c

FSP, Cotidiano, C1: Meninas abordam motorista no trânsito, na Vila Mariana.



Foto 140811

FSP, Cotidiano, C9: Menina recolhida pela Polícia Militar na Vila Mariana faz gesto obscuro para fotógrafo em delegacia da zona sul de SP.

Das quatro fotos acima, três (100811abc) delas circularam no mesmo dia, uma na primeira página, e duas na mesma página do caderno Cotidiano, e uma outra foto (140811) foi publicada isoladamente em outra data, mas no mesmo caderno e associadas às três primeiras, entre um intervalo de quatro dias. A narrativa sequencial conta primeiramente que as adolescentes estão sob o domínio policial (100811a), e as outras duas do caderno Cotidiano dão indicativos sobre os comportamentos das adolescentes (sugerem o furto) na rua atrelados às falas dos depoentes. (100811b e c). E a última foto (140811) retrata, na delegacia, a mesma adolescente representada na edição anterior (100811abc). As imagens (100811bc) e o texto escrito indicam o mau comportamento das adolescentes, e as outras duas (100811a e 140811) indicam que estão sob o controle policial.

Com a visibilidade que a adolescente ganhou pelas quatro fotos publicadas, ela pôde ser reconhecida pelo primo Fabiano, por outros adolescentes do ECCA, e também pela educadora⁶². Esse modo de sequenciar as fotos da mesma adolescente, embora não tenha sido o recorrente, permite narrar uma história não mais de qualquer adolescente que vive em situação de rua, mas de uma adolescente específica. Deste modo, entendemos que o jornal contribui para aumentar a situação de risco das adolescentes, uma vez que não se limita a informar sobre os acontecimentos, mas insiste em mostrar as mesmas adolescentes em várias imagens. Neste caso, o jornal trouxe depoimentos que não as incriminam, mas não deixou de apresentar outros que as incriminam, de comerciantes e também da conselheira tutelar. Assim, as fotos em sequência cooperam para expor as adolescentes e reforçar os depoimentos desfavoráveis, uma vez que são representadas em situações que sugerem o mau comportamento, principalmente o furto.

A circulação dessas narrativas ou planos, ao propor pequenas histórias sobre as crianças e adolescentes, ganha maior poder de comunicação que as fotos isoladas. Cada imagem se sustenta isoladamente, mas ela se reforça quando entendida pelo plano sequencial, intensifica a representação. No caso dos planos que encontramos entre as imagens selecionadas, a maioria deles é apresentado numa mesma página do jornal. Mas, mesmo naqueles planos em que as imagens se distribuem entre as páginas, entendemos que o plano de sequência é mantido de certa forma, pois a mensagem visual e o texto escrito se incumbem de associar as fotos ao mesmo conjunto de ideias. Nesse sentido, nos aproximamos do plano de sequência discutido por Aumont (2011, p. 257-28).

⁶² Apontado neste capítulo, no item 3.4.

Bazin⁶³ pode afirmar, citado por Aumont (2011 [1990]), que “[...] o plano-sequência dava tanta impressão de realidade que se tratava de uma representação do real de uma natureza toda especial, de tendência mais absoluta que as outras.” (2011, p.105).

Para Aumont (2011), a imagem representativa costuma ser narrativa em vista de o acontecimento que ela retrata situar-se no tempo e no espaço (*Ibid.*, p. 254). É, porém, no espaço onde os acontecimentos se desenrolam, e a seleção de um determinado espaço já aponta para uma intenção na representação. A “[...] narrativa (e até este embrião de narrativa que é o acontecimento) se inscreve menos no tempo do que na sequência. [...] se define também pela ‘*ordem*’ de sucessão dos acontecimentos”, cuja modificação pode implicar em uma outra narrativa conforme a sequência de ideias propostas (*Ibid.*,257-8).

No que se refere à imagem, sobretudo imagem fixa, o critério mais determinante será portanto o da narratividade: a imagem narra antes de tudo quando ordena acontecimentos representados, quer essa representação seja feita no modo do instantâneo fotográfico, quer de modo mais fabricado e mais sintético (AUMONT, 2011,*loc.cit.*).

O plano, na sua forma de expor e propor associações, dinamiza as imagens fotográficas que se mostram fixas no jornal, põe em movimento a imaginação do leitor.

Mas, além desse apelo comunicacional do plano, ele vem fazer parte do conjunto das demais imagens fotográficas, que foram veiculadas no decorrer dos cinco anos, para compor uma história que foi eleita para representar as crianças e adolescentes em situação de risco.

Procuramos demonstrar, neste capítulo, os sentidos presentes nessas narrativas visuais. O que foi memorizado, imaginado e associado a imagens remotas foram crianças e adolescentes entregues aos vícios da droga, do furto ou do tráfico, que se não estão na rua porque estão na instituição, principalmente a FC. Sontag (2003) chama a atenção para o caráter dessas escolhas:

[...] a imagem fotográfica, na medida em que constitui um vestígio (e não uma construção montada com vestígios fotográficos dispersos), não pode ser um diapositivo de algo que não aconteceu. É sempre a imagem que alguém escolheu; fotografar é enquadrar, e enquadrar é excluir (SONTAG, 2003, p. 42).

Assim foram as crianças e os jovens representados, negando-lhes outras possibilidades de vida e de representações, como se naturalmente fizessem parte desses espaços. Em um espaço (rua) são ressaltados aspectos da desmedida, em outro (institucional) são destacados os

⁶³ BAZIN, A. “Ontologie de l’image photographique”. In: *Qu’est-ce que le cinéma?* 1975, p.9-17.

meios de controle para não (voltar a) se perder no espaço da desordem. Estes foram os sentidos visíveis presentes nas histórias sobre as crianças e adolescentes que consolidam um circuito de vícios.

Apontamos também os sentidos invisíveis identificados por meio do contexto no qual as fotos da rua e da instituição FC foram produzidas, quando as crianças e adolescentes ganharam visibilidade nas ruas da “cracolândia”, e entre as matérias institucionais da FC. Esses sentidos não se mostram nas imagens, mas se revelaram durante a pesquisa. Do mesmo modo, foram apontados os sentidos invisíveis observados na comparação entre a produção das fotos captadas na rua e aquelas captadas da instituição, em relação à (des)proteção da imagem da criança e adolescente.

Deve haver outros sentidos que não foram revelados, visto que a história que nos chega é uma história escolhida e parcial. Walter Benjamin, ao criticar a história oficial, propõe em seu método revelar o que foi esquecido, e “[...] mostrar que o passado comportava outros futuros além deste que realmente ocorreu. Trata-se, para Benjamin, de resgatar do esquecimento aquilo que teria podido fazer de nossa história uma outra história.”(GAGNEBIN, 1982, p.60).

Cabe ainda apontar o efeito dos sentidos visíveis, que pode resultar em um outro sentido, o sentimento de medo. Trata-se também de um sentido invisível, pois não está explicitamente colocado nos textos visual e verbal, mas é um sentido que decorre dos sentidos visíveis nas fotos. O sentimento de medo pode se manifestar em decorrência do círculo vicioso em que foram representados, pois as drogas em geral, e o crack em especial, são socialmente temidos, do mesmo modo que o estado da desordem, em razão do descontrole do vício, pode suscitar a violência.

O conjunto desses sentidos em torno das crianças e adolescentes revelam uma realidade imaginária que foi socialmente construída.

O medo é parte intrínseca da natureza humana, e, sendo assim, não desaparecerá. O medo se manifesta na iminência de um perigo, real ou imaginado. Ele é certamente necessário até a tomada de consciência diante da possibilidade do perigo. Temos nossos medos antigos, que seguem conosco na vida, e são reelaborados silenciosamente na nossa imaginação. Nem sempre temos claramente que medo são esses, eles não se rendem à razão. Mas, ainda que o mal sofrido, anunciado pelo medo, se torne conhecido pela experiência, “[...] o medo traz em si a incerteza, a vulnerabilidade e o desconhecido, elementos sem os quais o medo hoje não seria medo” (NOVAES, 2007, p. 13-14). Além das nossas apreensões que trazemos conosco, temos aquelas que se revelam de perigos concretos (DELUMEAU, 2007, p.45). Pois o medo,

partilhado socialmente, não é sempre o mesmo, ele oscila no tempo e no espaço, se antes acreditávamos que a natureza e o sobrenatural nos colocavam em perigo, hoje o medo está dissipado por toda parte, e o principal perigo vem do próprio humano (NOVAES, 2007, p.11). Assim, cada época cria outros medos, e hoje temos medo do outro. Segundo Delumeau (2007), os medos oriundos de uma guerra não diminuíram, porém, tornaram-se menos importantes que os medos oriundos dos próprios humanos, à medida que o terrorismo alcançou uma dimensão mundial (DELUMEAU, 2007, p. 42).

O medo, então, pode ser criado e fomentado culturalmente. Tememos aqueles que não podemos compreender, cujos costumes e comportamentos diferem dos nossos. Tememos esse desconhecido porque nos assusta (*Ibid.*, p. 46). Com isso podemos criar um certo tipo de medo, pois ele pode ser usado como estratégia, como arma, quando, por exemplo, um determinado poder se vê ameaçado. E, quando o medo não é “observado de maneira lúcida e quando não é administrado”, ele pode nos levar a situações extremas (*Ibid.*, p. 47). O medo é incitado pelo obscuro, pelo fato de não identificarmos a crise (NOVAES, 2007, p.14). Ele participa continuamente do espetáculo da mídia, nos jornais e TVs anuncia-se um estado de medo, “nas ruas de Bagdá e nas favelas do Rio de Janeiro” (*Ibid.*, p.13), e acrescentamos, nas ruas da “cracolândia”. Nesse sentido, o fato de o jornal não promover regularmente esclarecimentos sobre questões sociais, como as das crianças e adolescentes em situação de risco, ou mais precisamente sobre os usuários de crack, mantendo-as pouco conhecidas e desconectadas de uma história entre passado e presente, e representando-os de uma forma mais recorrente associados aos vícios, favorece para suscitar o temor em relação a esses grupos.

Medo e violência estão entrelaçados com os processos de mudança social (CALDEIRA, 2003, p. 9). Nas intervenções de governos na região central de São Paulo, os usuários de drogas, jovens pobres sendo abordados por policiais, foram mostrados, na “cracolândia”, associados à droga, ao tráfico. São cenas que suscitam o medo da violência, e vêm contribuir para justificar a exclusão social de grupos marginalizados dos espaços centrais. Fala-nos Caldeira (2003) que a proliferação do medo gera estratégias de “proteção e reação”, pois imagina-se o perigo a partir dessas representações de grupos situados em determinados espaços da cidade que simbolizam o medo, a violência. As estratégias vêm estabelecer diferenças em favor da desigualdade social, na medida em que constroem separações, distâncias, restringem-se os movimentos e aumentam as regras de evitação e exclusão. Com isso, naturaliza-se a percepção de que determinados grupos são perigosos, e nele incorporam-se representações negativas (2003, p. 10).

A elaboração e veiculação das notícias pelo jornal podem reforçar o estado de medo, pois elas não visam à discussão sistemática das questões sociais, ao esclarecimento, à participação contínua de fontes diversas nas matérias, inclusive dos representados. Ao contrário, as matérias tratam dessas questões conforme os temas da atualidade. Com isso, as crianças e adolescentes podem ganhar ou perder visibilidade, mas em proveito do tema.

A maioria dos noticiários, inclusive os impressos, opera de modo a impedir que a notícia seja identificada no tempo e no espaço (CHAUI, 2012, s/ p.). O que chega ao leitor é a “desinformação”, em razão da ausência de referência espacial (“atopia”) e da ausência de referência temporal (“acronia”) (*Ibid.*, s/p.). Na primeira, a notícia aparece próxima, e ao mesmo tempo distante, pois são ignoradas as diferenças concernentes ao espaço. Na segunda, os acontecimentos são apresentados como fragmentos, sem origem, sem causas passadas, sem consequências. Nos dois modos de operar, as notícias se propagaram enquanto se mantiverem como objetos de transmissão, e não como informação sistemática e esclarecedora concebida em seu tempo e espaço.

Entendemos, no entanto, sem diminuir a responsabilidade da mídia, que esse modo de operar está atrelado a circunstâncias⁶⁴, apontadas por Benjamin (2012 [1935-36]), nas quais há relação mútua entre: desejo de trazer as coisas para mais perto de si para serem consumidas; e a tendência de superar a unicidade que acompanha cada fato ou obra, e assim torná-la reproduzível para seu consumo (BENJAMIN, 2012, p.29). Esse desejo de proximidade pelas coisas traz, na verdade, uma proximidade superficial e aparente, visto que, no caso do jornal, os fatos, os acontecimentos noticiados são ofuscados pela distância da sua realidade histórica, pois o jornal visa à manchete, ao entendimento fugaz da notícia sem perturbar a recepção, e para isso apresenta o fato sempre novo para despertar o interesse do leitor (*Idem*, 2010, p.106-107).

Conhecemos, no decorrer deste capítulo, uma história sobre as crianças e adolescentes que nos chega narrada sob olhares viciados. Uma história incompleta, porque as crianças e adolescentes foram repetidamente representados, ainda que com diferenças nessas representações, dentro de um circuito de vícios. Incompleta porque, pelos estudos e depoimentos referentes ao contexto da produção das fotos, apontam-se algumas razões para terem sido veiculadas essas imagens e não outras. Uma história escolhida pelo jornal, mas na qual se revela o imaginário social sobre essas crianças e adolescentes. Essa história certamente participará das representações sociais sobre esses grupos, assim como do

⁶⁴ Essas circunstâncias dizem respeito aos condicionamentos sociais que Benjamin utiliza para explicar a decadência da aura (BENJAMIN, 2012, p. 27, 29).

imaginário, que possivelmente diz respeito a um imaginário arcaico e que se refaz no presente, frequentemente reelaborado e mantido pelas nossas imagens mentais e pelas imagens fotográficas.

E aqui nos aproximamos de Walter Benjamin, com outro olhar, pois trata-se de uma história tal qual o autor critica. A informação jornalística apresentada de forma fragmentada, porém acabada e descontínua, de modo geral, não oferece perspectivas para elucidar ou despertar questões críticas da parte do leitor, somam-se os acontecimentos para preencher o tempo “homogêneo e vazio”, tal como a história oficial nos tem transmitido (BENJAMIN, 2012 [1940], p.251).

A história que nos chega, o legado da história oficial, também é uma história incompleta, traçada linearmente e sem desvios, na qual a herança cultural é enaltecida, sem nos revelar o perigo, a tragédia, as vozes emudecidas. A história completa ou o passado revelado se dará quando tudo for citado, cada um dos seus momentos, quando todas as vozes forem ouvidas. A crítica que Benjamin (2012 [1940]) faz à história oficial é sobre a concepção do tempo⁶⁵, “homogêneo e vazio” (*Ibid.*, p.251). “O tempo histórico é semelhante a um espaço vazio, uma linha infinita que os acontecimentos vêm preencher.” (GAGNEBIN, 1982, p. 62). A história se apresenta vazia porque nela não se revela tudo, não é preenchida pelo “tempo de agora”, que contém também a presença do passado, e homogênea por se apresentar em linha reta, sem desvios, cujos fatos são reproduzidos repetidamente para preencher o tempo vazio (BENJAMIN, 2012, *loc. cit.*).

Para conceber um “novo conceito de história”, é preciso ter em conta que “A tradição dos oprimidos nos ensina que ‘estado de exceção’ [...] em que vivemos é a regra.” (*Ibid.*, p. 245) Cabe assumir uma posição que emancipe a própria história, e descarte a “homogênea e vazia” que é transmitida, e está na base do progresso.

A informação jornalística é contraponto para Benjamin refletir sobre a história contada segundo a experiência partilhada pela arte de narrar. Esta, pelo conceito de experiência⁶⁶,

⁶⁵ A concepção do tempo, em que os pontos se apresentam semelhantes, é a utilizada pela historiografia burguesa e pela teoria social-democrata do progresso, e permite impetrar uma “história universal” (GAGNEBIN, 1982, p. 62-63).

⁶⁶ Na experiência, em seu sentido estrito do termo, “[...] entram em conjugação, na memória, certos conteúdos do passado individual com outros do passado coletivo.” (BENJAMIN, 2010, p.107). Esclarecendo com Gagnebin (1982), a narrativa toma como fonte a experiência, que foi perdendo espaço com o desenvolvimento do capitalismo. Uma experiência que está atrelada à vida coletiva quando ainda os indivíduos não estavam separados pela divisão do trabalho. A ênfase numa memória comum, transmitida pelas histórias contadas entre as gerações, em que o passado permanece vivo, é substituída pelos limites da memória individual, na qual o indivíduo se refugia e se priva da coletividade em favor da sua vida privada (GAGNEBIN, 1982, p.67-68). A informação transmitida pelo jornal afasta-se dessa tradição (definida como “viva” e “mutável”, conforme Benjamin, 2012 [1935-36], p.31), pois “O desaparecimento de uma memória e de uma experiência coletivas traz

permite “[...] a escritura de uma anti-história, porque ao invés de encerrar o passado numa interpretação definitiva, reafirma a abertura de seu sentido, seu caráter inacabado.”, enquanto que o jornal é orientado para a “plausibilidade da informação” (GAGNEBIN, 1982, p. 70). É essa história inacabada que interessa a Benjamin, para que seja revelado o que até então estava oculto. A reapropriação desse passado diz respeito ao nosso presente, e não apenas para tirar do silêncio a história dos vencidos, mas “[...] é necessário ainda, atender suas reivindicações, preencher uma esperança que não pode cumprir-se.” (*Ibid.*, p.73) Desvendar uma outra história que teria sido possível.

também como consequência o culto do sempre novo [sem apresentar a relação do seu passado com seu presente] razão de ser da imprensa escrita.” (GAGNEBIN, 1982, p.68).

CAPÍTULO IV – OS OLHARES DOS ADOLESCENTES: O ENCONTRO COM AS IMAGENS DO JORNAL

Neste capítulo são apresentadas as leituras que os adolescentes da casa de acolhimento e do ECCA fizeram quando em contato com as imagens do jornal FSP. Ele é composto de duas partes. A primeira trata de expor os estranhamentos e os silêncios dos adolescentes quando do encontro com as imagens. Já a segunda abre-se em cinco subitens, conforme as escolhas fotográficas que os jovens fizeram tanto para falar de si como dos “outros” (representados nas imagens). Parte-se primeiro da figura do “noia”, que representa o usuário de crack, por ter sido a foto mais repelida e também a mais comentada por eles, para então falar de si, da sua autoimagem, e da relação desta com o território. Nos dois últimos subitens, trazemos as interpretações que os adolescentes fizeram das imagens, e também da relação das imagens com o *duplo*¹.

4.1 OS ADOLESCENTES: ENTRE ESTRANHAMENTOS E SILÊNCIOS

Os adolescentes da casa de acolhimento e do Espaço de Convivência da Criança e do Adolescente (ECCA) demonstraram um certo estranhamento quando se deflagraram diante das fotos. Mas, além disso, é preciso considerar o estranhamento também provocado pela presença da pesquisadora, que, ao interagir com os sujeitos da pesquisa, interfere nesse universo, não só, a informação a ser obtida também estará contaminada pela sua presença (MARTINS, 2013, [2008], p.14). Universo este que já foi alterado desde o momento em que foi recortado e definido no projeto de pesquisa pelo “próprio modo de visualizá-lo” (OLIVEIRA, 1998, p.19).

Desde os momentos iniciais, no ECCA e no acolhimento, enquanto apresentava o trabalho a ser feito juntamente com os adolescentes, e as fotos passavam pelas suas mãos, observava seus olhares entrecortados, curiosos e desconfiados. Dos adolescentes do ECCA, menos contidos que os do acolhimento, já nos primeiros contatos, ouvia pequenas afirmações a meu respeito: “é gringa”; “é fotógrafa”; “é madame”; “é uma velha”. Explicava que as fotos tinham sido feitas pelo fotógrafo do jornal, e se tratava de um estudo, que fazia como aluna da universidade, e me interessava colher as suas interpretações sobre aquelas fotos. Em uma das atividades no ECCA, estava entre aproximadamente dez adolescentes, a maioria do sexo

¹ Conforme Morin, abordado no capítulo II.

masculino, e apenas duas adolescentes, ressaltei minha garantia de que suas identidades (imagem e nome) seriam preservadas, que portanto não tinham com que se preocupar, ao que responderam com seus olhares silenciosos. Exceto Fabiano, que, afastando-se de mim, disse com os olhos bem abertos: “Num sei, vai sabê.”. O estranhamento ganhava maior densidade à medida que as fotos passavam bem próximas de seus olhos; no caso do acolhimento, via seus cenhos franzirem-se, ou admirarem-se com as cenas que passavam entre suas mãos. Já no ECCA, uma boa parte deles não se aproximava das fotos, interessava-se em vê-las nas mãos dos outros, os poucos que as pegavam para ver. Outros sequer se aproximavam, mantinham-se distantes, aparentemente indiferentes.

Em meio ao murmúrio e risos espertos, os primeiros olhares variavam entre um misto de surpresa no flagrante contido na cena do jornal, de decepção ou desprezo com a figura do “nóia”, e de indignação com a violência policial. Alguns dos adolescentes se davam conta de terem sido fotografados a despeito de seu conhecimento, como disse uma adolescente enquanto olhava as fotos da cracolândia: “Aaaahhhh! Eles [os fotógrafos] ficam olhando nossa vida!...” Outros de imediato expressaram seu inconformismo. João Everton, por exemplo, estava de passagem no ECCA, até que fosse concluída sua transferência de um serviço de atendimento para outro. A educadora perguntou o que ele achava das fotos, então respondeu: “Como o que você acha? Uma hora dessa da manhã, é a mesma coisa que assistir o Datena!²”. Retornei à mesa, sentei-me de frente para João Everton, apresentei-me e perguntei se ele queria participar da leitura das fotos; ele respondeu: “Não, não tem nada que preste aqui... não tem foto pior, são tudo ruim”. Sua posição me fez recuar. Não insisti para que participasse, nem para justificar o convite, nem com nenhum outro adolescente que não quisesse falar sobre as fotos.

Gustavo, 17 anos³, é um dos adolescentes que frequentam o ECCA, também nos deu mostra de seu inconformismo em relação a várias fotos, especialmente as que retratam o crack. Dirigiu-se a mim e disse: “Nossa, cê tira cada foto, mano, até enjoo dá.” Respondi que eram fotos feitas pelo jornal, e não por mim. Gustavo: “Por que não tira de prédio, de muiê?... Oh! essa tomando banho na praça da Sé em pleno flagrante. Nooossa!...”⁴ Ele riu com desapontamento. Em silêncio, continuou a olhar as fotos sobre a mesa, ao mesmo tempo em que fazia movimentos negativos com a cabeça, e comentou: “São muito triste, só os “nóia” parasitando.”

² Refere-se ao programa de TV, que apresenta a espetacularização do crime, exibido em canal aberto.

³ Nem sempre foi possível saber a idade do adolescente.

⁴ Refere-se a foto 270107, exposta no capítulo III, 3.2.2.4.

Perguntei a Gustavo o que ele via na cena foto 261210 (abaixo).

FOTO 2.



Foto 261210

FSP, Esporte, D2: Internos da Fundação Casa jogam golfe em campo improvisado, em Sorocaba.

Gustavo: Eu que pergunto o que que tem essa foto, só tiraram o pé do cara e a pontinha do taco do golfe, mais nada. Pesquisadora: Por que está estranha? Gustavo: Qual o nexó que você tira dessa foto? Pra mim nada a vê, quem tirou essa foto tava virado, cansado, e aí tirou a foto do pé do cara. Tá faltando a paisagem... tira do pé e da bolinha... falta do rosto dele.

Gustavo decepcionou-se com o que viu. Esperava ver outras fotos, da arquitetura da cidade, de mulheres, da paisagem, do sujeito da foto sendo retratado inteiramente.

Kely, 17 anos, moradora da casa de acolhimento, em um dos seus primeiros contatos com as imagens, tinha nas mãos várias delas, e passava uma a uma. Parou diante da imagem 120708 (abaixo), que não despertou interesse em nenhum outro adolescente, Kely estranhou: “Nossa, num tô entendendo isso aqui...uma criança que tá achando uma diversão pra ela? [silêncio] Eu acho que ele deve tá numa solitária. Eu quero sabê como que ele tá com essa pipa, sem linha, sem rabiola, aí dentro?”⁵ Comento com Kely que o jovem estava de saída da FC, e havia ingressado na universidade, ao que ela respondeu: “É... isso é foda.”

⁵ A foto não confirma o que diz o texto escrito da matéria do jornal, mas dialoga com ele. Ela mostra um cenário semelhante àqueles da FC (abordado no cap.III). Além do contraste entre luz e sombra, destaca-se a cabeça cortada do jovem que vem anular sua entrada na universidade, associando-o por meio da pipa à sua infância, mantendo assim sua imagem colada ao passado. É sabido que nos bairros periféricos de São Paulo, onde há maior concentração de casas populares e também favelas, a pipa é uma brincadeira utilizada pelas crianças e adolescentes.

FOTO 3.

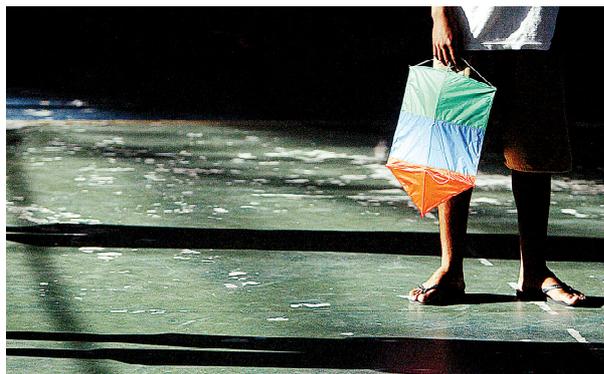


Foto 120708

FSP, Cotidiano, C6: O ex-interno Vitor, que entrou em faculdade e vai receber bolsa de estudo de programa federal.

Vários adolescentes, de ambos os locais, mostraram-se revoltados com a violência policial apresentada principalmente nas fotos 150909ab⁶. Um deles disse: “Acho isso aqui [referindo-se aos dois policiais agarrando com força a adolescente] uma pilantragem, uma safadeza”⁷. Outros ainda comentaram: “Mas um dia a polícia vai tomar uma também”; “Vou mata um polícia”.

Apesar do diálogo assimétrico (COUTINHO, 2013, p.22), da diferença de classe social, os adolescentes sempre assumiram posições em relação à proposta de leitura das imagens, quer seja individualmente ou em grupo, quer seja para se afastar das fotos temporariamente ou definitivamente. Pelos depoimentos que concederam às poucas questões que fiz, e pelo que as imagens suscitaram neles, entendo que os adolescentes foram fieis nas suas posições, pois estavam ali porque livremente se interessaram. A maior parte do tempo mantinha-me em silêncio, evitava comentar para não direcionar as respostas, para não demonstrar meu horror por aquelas imagens, e assim ter seus relatos independentes, se contrários ou a favor delas. Não identifiquei nenhuma posição semelhante à minha em relação às fotos, à exceção de Kely, com quem observei uma certa semelhança. Encontrei sim, como veremos no item 4.2.5, posições variadas em relação aos acontecimentos das fotos: alguns não se identificaram; outros se identificaram com alguns aspectos; e, outros, no entanto, se identificaram com os acontecimentos das fotos.

⁶ Exposta neste capítulo mais adiante, item 4.2.4.

⁷ Não por acaso, em dois momentos diferentes, um adolescente e uma adolescente que não se identificaram nem quiseram participar das atividades, pediram essa foto, expliquei que não podia lhes dar porque fazia parte do meu trabalho, e, embora eu tenha perguntado por qual motivo queriam levar a foto, nenhum deles respondeu.

Aqueles que puderam permanecer nas atividades de leitura, ainda que com aproximações e afastamentos, as barreiras pessoais puderam em certa medida ser ultrapassadas, assim como as barreiras que acompanhavam as fotos; para outros, porém, elas foram intransponíveis. De todo modo, as interdições foram manifestas e acolhidas, bem como as flexibilidades que apontavam para os primeiros contatos com as imagens.

Qualquer foto exige do espectador primeiro um silêncio. É quando nossas imagens internas e externas se confrontam, é quando imaginário e real são simultaneamente despertados. Diz o poeta Drummond: “Mesmo no silêncio e com o silêncio dialogamos.”.

Os silêncios manifestos entre os adolescentes, quando diante das imagens, eram seguidos de uma certa contenção, um certo receio. Depois de ultrapassado o silêncio inicial, é possível que ainda se mantiveram em silêncio para se protegerem, para não se exporem. É compreensível que nem todos possam suportar ver a vida ser contada repetidamente da pior maneira possível pelas manchetes do jornal, quando então se ganha visibilidade, não para ser visto como cidadão comum, mas tornado, “virado” um delinquente na rua ou na “prisão”. Se manifestaram cautela diante da imagem, é possível que tenham se visto na iminência de um perigo, acionado internamente pelo medo que a situação sugere. Medo de quê? Da dificuldade em lidar com questões relativas à droga. Do receio em se expor na presença de uma estranha, que está acompanhada de imagens sobre drogas, policiais e “Febem” (no linguajar deles). Do receio em se expor perante os educadores, ou diante de seus colegas de rua e da casa de acolhimento, seus semelhantes e diferentes. Além disso, alguns deles, por exemplo, poderiam se encontrar em situações de irregularidade com órgãos da infância e juventude (Conselho Tutelar, Fundação Casa) ou em conflito com o tráfico de drogas. Aqueles adolescentes que se recusaram desde o início a olhar as fotos, mantiveram-se em silêncio e se afastaram em definitivo das atividades. Já aqueles que livremente se interessaram em participar das leituras das fotos teciam em grupo comentários variados, sem entrar em detalhes que comprometessem sua vida, sua imagem diante dos demais. Frases curtas eram pronunciadas, entremeio a silêncios. Ficou claro que havia limites para as leituras em grupo, falava-se apenas aquilo que não comprometia ou o que já estava compactuado entre eles. É possível que não quisessem revelar tudo o que a imagem suscitava, pois às vezes olhavam-se entre si, e não diziam tudo o que pensavam em dizer. Fazer afirmações sobre imagens diante do outro é entregar-se.

O fato é que se sentiam incomodados em falar das fotos quando juntos com os demais colegas. Kely (casa de acolhimento), por exemplo, nas duas primeiras atividades permaneceu

inquieta na presença das outras duas adolescentes, aproximava-se e afastava-se da mesa onde estávamos. Em uma das atividades em que realizei apenas com Kely ela disse no final, em tom animado e sorrindo: “Hoje falei todas!”. Sim, mas Kely não estava na presença das colegas. Ela, assim como os demais adolescentes, nas atividades individuais demonstravam-se mais livres para falar, não se inibiam com a gravação, nem pareciam se sentir ameaçados com as suas revelações. Diante das imagens, contaram o que puderam ver, e o que puderam contar; há, porém, o não dito, há também o impensado.

Desde o advento da fotografia aprendemos a ser vistos, e também a olhar os outros. (BENJAMIN, 2012, [1931], p.110). As imagens que queremos transmitir precisam ser preservadas, consciente ou inconscientemente, sobretudo em um mundo hostil, das condições precárias de vida na rua, onde as interações sociais entre os adolescentes são também pautadas por disputas que hierarquizam as relações. Ninguém quer ser ou parecer com um “morador de rua”. Os grupos marginalizados vivem um conflito interno entre assumir as representações (JOFFE, 2002, p.320), os estigmas (VIEIRA *et al*, 2004, p.100), e ao mesmo tempo rejeitar seu semelhante para afirmar-se diferente dele. O “morador de rua”, adulto, nega seu grupo para se livrar dessa imagem de si mesmo, que é socialmente construída. Eles “[...] evitam identificar-se com seus iguais quando estes revelam a face do estigma, preservando para si a identificação com os valores constituídos.” (*Ibid.*, p.101). Vivendo nesse mundo hostil, os moradores de rua, assim como os adolescentes fazem distinções, muitas vezes cruéis, para não se parecer com seu semelhante (morador de rua ou morador de casa de acolhida). O caso de Gustavo e outros adolescentes demarcam na sua imagem física suas diferenças em relação aos demais adolescentes que vivem nas ruas, conforme veremos mais adiante. Ou, ainda, a distinção observada entre os adolescentes da casa de acolhimento, entre os que têm mãe e os que não têm mãe. Aqueles recebem visitas de suas mães nos finais de semana, e são às vezes conduzidos por elas para passarem os fins de semana juntos, os demais não. Em um conflito que pude presenciar entre eles dentro do acolhimento, uma adolescente mais velha que tentava impedir um garoto, também adolescente, de agredir uma outra moradora, disse: “Marcos, pare com isso, você não vê que ela está em desvantagem! Ela não tem mãe!”.

E no limite da recusa pelas imagens, por conseguinte da manifestação em definitivo de seus silêncios, entendemos que os adolescentes tenham tido receio em olhá-las, sem saber, talvez, exatamente por quê. O medo se manifesta nos momentos de vulnerabilidade, de incerteza, por aquilo que se desconhece. Medo de entrar em contato com um mundo do qual tentam se livrar, medo de seus *duplos*, medo de que seus sonhos não estejam igualmente

representados nas fotografias, e só identificar aquilo que com dificuldade tentam enfrentar: o abandono, a oscilação entre o uso e a dependência da droga, a facilidade do furto, a violência policial. É possível que tenham medo de confrontar as imagens fotográficas com as imagens que têm de si. Provavelmente, aquelas figuras representadas nas fotos podem tocá-los de um modo profundo, preferem não confrontar essas representações com as imagens que têm de si. Enquanto cuidam de sua aparência, cuidam também de preservar suas imagens internas, cuidam para não cair em um estado de duplo abandono, o do corpo e o da imagem que tem de si.

No item seguinte, os adolescentes revelaram o entendimento que têm sobre crianças e adolescentes em situação de risco, suas vivências permeadas por sentimentos, mas revelaram, principalmente, direta ou indiretamente (pelos silêncios), que não querem essas imagens para si, nem poderiam.

4.2 AS IMAGENS ESCOLHIDAS PARA FALAR DE “SI” E DOS “OUTROS”

Fazia parte dos nossos objetivos adentrar o universo imaginário e do *duplo*, e para isso utilizamos como recurso as imagens fotográficas do jornal, para que os adolescentes as interpretassem. Collier (1973 [1967]), ao referir-se sobre às fotos feitas no trabalho etnográfico, nos aponta que “Metodologicamente, a única maneira de podermos utilizar o registro completo da câmara é através da interpretação projetiva do nativo.”, pois assim o conteúdo fotográfico pode ser identificado e explicado por ele, e instruir o pesquisador (COLLIER, 1973, p.71). As respostas projetivas obedecem a uma “ordem de abstração” que considera “desde a imaginação do subconsciente até a explicação factual de dados realísticos” (*Ibid.*p.91).

A imagem fotográfica pode agir no espectador, e este sobre ela, em função das semelhanças da imagem fotográfica com as imagens mentais. O universo imaginário ganha vida, o espectador responde às imagens e assim participa afetivamente pela projeção-identificação. Há projeção e identificação do espectador com os personagens e as situações, ele “vive neles” e “eles vivem nele” (MORIN, 2011 [1962] p.70).

4.2.1 O “noia”

A imagem do usuário de crack foi a imagem mais repetidamente veiculada pelo jornal, conforme vimos no capítulo III, e visualmente se configura na ausência de cuidados ou de abandono em relação ao corpo. Para os adolescentes o usuário de crack, tal como representado pelo jornal, é o “noia”; termo comumente usado por eles, assim como fora utilizado no corpo de algumas matérias do texto escrito do jornal. Foi a imagem mais negada pelos adolescentes do ECCA, e mais frequentemente comentada pelas adolescentes do acolhimento.

O termo “noia” é definido, apenas em caráter introdutório, conforme a preferência dos autores Frúgoli Jr. e Spaggiari (2010), “[...] como os dependentes de crack chamam a angústia e o sentimento de perseguição que acompanham o estado de euforia que é gerado pela droga. Tem origem na palavra paranoia.” (MONTEIRO *apud* FRÚGOLI JR. e SPAGGIARI, 2010, s/p.) Um dos agentes do É de Lei complementa que “‘estar na nóia’ também pode significar um estado em que o usuário se encontra quando está ‘vidrado’ em busca da pedra de crack.” (FRÚGOLI JR.; SPAGGIARI, 2010, s/p.) São definições que, apesar de serem relativas a estados mentais, já apontam para diferenças, uma ocorre durante o efeito da droga, e a outra acontece quando o usuário deseja muito consumi-la. Os autores acima citados, e assim como Rui (2012) avançam na definição do termo, ao considerarem o contexto no qual ele é utilizado e o uso que se faz dele nas interações sociais. Na “cracolândia”, para o termo “noia” são utilizados vários significados entre os atores daquela localidade, além de ser uma referência nativa aos usuários de crack. Os vários grupos sociais (moradores, comerciantes, trabalhadores em geral do local, usuários de crack e, também, não usuários) aplicam o termo em diferentes situações, que passa então a ser definido como a principal “categoria relacional” (FRÚGOLI JR.; SPAGGIARI, 2010, s/p.).

Rui (2012) identifica entre os usuários de crack⁸ “níveis distintos de engajamento com o crack”, o que por sua vez vai definir uma corporalidade ao usuário e os efeitos dela nas relações (RUI, 2012, p.283). Os aspectos do corpo sujo atrelados aos efeitos das condições de vida nas ruas definem uma “imagem degradada” do usuário de crack, porém há diferenças nessa imagem criada pelos próprios usuários, em vista de alguns se cuidarem mais que os outros. Apresentam-se mais limpos ao utilizarem “[...] práticas que marcam distinções nas

⁸ Rui (2012) realizou a pesquisa nas cidades de São Paulo e Campinas. Para apontar as especificidades do consumo de crack trabalhou juntamente com jovens entre 17 e 29 anos, e um adulto com 49 anos.

formas de estar nas ruas, indicam a heterogeneidade presente nesse universo e se refletem em distintas interações com outros atores sociais” (*Ibid.*, p.269).

As consequências do uso do crack se mostram pelas “marcas” evidenciadas no corpo, que podem se acentuar ou não, conforme o uso maior ou menor que se faz da droga. Os dentes, dedos e lábios machucados, a voz rouca com menor ênfase, mas sobretudo a magreza, que se apresenta como a “característica mais emblemática” dão indicações do tipo de uso e de usuário de crack, que por sua vez estão correlacionados “a tipos de pessoas mais ou menos valoradas” (*Ibid.*, p.270, 272, 273). A magreza se concretiza no “símbolo máximo”, pois ela denuncia o “consumo à exaustão” e a abertura para práticas moralmente desaprovadas (*Ibid.*, p. 273, 278).

Ressalta a autora, que é preciso considerar as diferenças que se apresentam entre o consumo exaustivo e o consumo de apenas uma pedra (crack), além da divergência entre o consumo que pode induzir à “noia” (“enquanto efeito instantâneo”) e o que caracteriza um “noia” (“enquanto tipo de pessoa”) (*Ibid.*, p. 279).

Assim, a corporalidade extenuada, visivelmente identificada, resulta do consumo excessivo. Um estado de corpo que atinge a moral. Esclarece Rui (2012),

Um *nóia* é, segundo os usuários e abstratamente, uma pessoa que traz em primeiro plano uma imagem degradada, produzida gradualmente a partir da combinação de uso intenso da droga, sujeira, marcas de desgaste e emagrecimento. Ou seja, porções extremas de todos esses “ingredientes” resultam em uma corporalidade repulsiva, a qual se atribui falhas morais. Figura tão deplorável, é mais um atributo do que propriamente uma materialização: um *nóia* é aquilo que não se deve ser, aquilo que o próprio *nóia* não quer ser, ou, convocando Kristeva (1980)⁹, é aquilo que se opõe ao “eu”. (RUI, 2012, p.279-280).

É ofensivo chamar o outro de “noia”, implica em perda de discernimento dos limites no qual se configura um corpo, que define uma moral. Ou, de modo semelhante, nas palavras de Alessa, 17 anos, moradora da casa de acolhimento: “Noia é aquele que vende até a roupa do corpo para comprar droga”. E num outro momento disse não consumir crack, e ter “[...] até nojo das pessoas que usam.”

Nas fotografias que tematizam a droga, observamos a presença de diferentes grupos sociais, mas a ênfase do jornal recai sobre os usuários de crack. Os adolescentes com os quais tivemos contato no ECCA, apesar de viverem nas ruas, consideram-se distintos dessas representações. Assim, também os autores Frúgoli Jr. e Spaggiari (2010), e Rui (2012) identificaram grupos diferenciados entre os usuários de crack na região da “cracolândia”, e

⁹ KRISTEVA, Julia. *Powvoir de l’horreur: essai sur l’abjection*. Paris, Editions Du Seuil, 1980.

que em poucas matérias foram mencionadas apenas algumas diferenças entre esses grupos, sem trazer discussões esclarecedoras sobre o crack nesse contexto em que é focalizada a figura do “noia”.

Frúgoli Jr. e Spaggiari (2010) apontam a presença de uma

[...]pluralidade de atores envolvidos com a cracolândia, bem como das conexões entre eles, conflituosas ou não, que desenham um quadro de relações complexo e heterogêneo. Aspectos e relações essas que dispõem de muito **pouca visibilidade nas abordagens jornalísticas** e midiáticas sobre o tema (FRUGOLI JR.; SPAGGIARI, 2010, s/p.). [grifos nossos]

Além da presença desses diferentes grupos que participam da trama social da “cracolândia”, dos tipos distintos de usuários de crack, o “noia” se caracteriza como o tipo mais extremo. É desta figura que os demais usuários tentam se diferenciar.

Relatam Frúgoli Jr. e Spaggiari (2010):

[...] chamou-nos a atenção um rapaz que afirmou: “eu sei usar drogas, sei me cuidar”. Sempre se colocando como diferente dos demais, afirmou ainda: “eu tenho onde morar, o que comer”. No mesmo dia, outro rapaz, com idade aparente de 18 anos, rejeitou ser chamado de nóia: “Nóias são eles, que ficam jogados aí. Eu uso, mas não toda hora.” (FRUGOLI JR.; SPAGGIARI, 2010, s/p.).

Conforme Rui (2012), os usuários de crack apresentam trajetórias específicas de uso, diferenciam-se entre si, porém percebem que são homogeneizados pelos olhos dos outros, sabem que seus corpos chocam. Eles também se preocupam com a sua autoimagem, pois quando percebem que são vistos, experimentam sentimentos de ‘vergonha’, ‘embaraço’ e ‘poder’, é quando tentam se refazer, ainda que muitas vezes não consigam (RUI, 2012, p. 283). Não querem ser vistos “nessa situação”, como costumam dizer. Essa expressão é utilizada pelos usuários de crack, cujas “marcas” no corpo se mostram mais acentuadas. Segundo a autora, um jovem usuário de crack, ao recusar o contato com o agente do programa de redução de danos, disse: “Estou na nóia a sociedade não precisa me ver nessa situação” (*Ibid.*, p.250). Não querem ser vistos “nessa situação” pelos seus familiares, nem por amigos ou conhecidos, mas nem por isso suas imagens deixam de ser expostas no jornal. Ao contrário, são focados aqueles usuários que se encontram em situação mais fragilizada pelo consumo demasiado, sendo, em geral, negligenciados pelo texto escrito do jornal os demais participantes desse universo.

Importa destacar que as imagens estigmatizadas da “cracolândia” que circularam no jornal são corporificadas aos que estão nela representados, com ênfase na figura do “noia”, e

nessas imagens incluem-se crianças e adolescentes, que passam a povoar o imaginário da cidade, e a participar da formalização das representações sociais sobre eles.

4.2.2 Nem feios, nem sujos, nem malvados

Os adolescentes consultados se autodiferenciam daquelas figuras tomadas como “noias” e dos usuários de crack apresentadas pelo jornal. Por um lado, as imagens do jornal não só associam as crianças e adolescentes ao crack, como os representam como “noias”, cujos corpos se apresentam extenuados, muito magros e impregnados de sujeira. E, por outro lado, as adolescentes moradoras da casa de acolhimento e usuários do ECCA não se assemelham fisicamente às crianças e adolescentes das fotos, nem com relação aos efeitos do crack e da vida na rua marcados no corpo, nem com relação às condições dos trajes.

Entre os garotos e garotas, principalmente do ECCA, que vivem em situação de rua, há uma destacada preocupação com a aparência, com o cuidado do corpo, foram os que mais repeliram as imagens da rua que trazem os tipos andrajos em ambientes degradados. Prova desse cuidado com o corpo foi o que pudemos observar nos hábitos dos adolescentes que por ali circulam. Daiane, por exemplo, tem por costume lavar sua roupa em um serviço disponibilizado pela SMADS, a Tenda Nove de Julho. Também chamou nossa atenção quando no ECCA, próximo do horário do lanche da manhã, uma adolescente queria fazer sua higiene matinal (escovar os dentes, pentear os cabelos, pintar os olhos) para depois servir-se do lanche oferecido. São comportamentos que rompem com uma visão de morador de rua que não tem cuidados corporais, pois os adolescentes constroem uma imagem de si, procuram se diferenciar dos moradores de rua e dos usuários de crack. Esses exemplos nos indicam que os adolescentes contrapõem a imagem que se formula em relação aos usuários que circulam por instituições que oferecem assistência a desassistidos (GREGORI, 2000, p. 220), pois eles, ao cuidarem da apresentação de seus corpos, não querem se parecer com aqueles que não se cuidam, não querem ser vistos como destituídos.

Em outros momentos, presenciei adolescentes do sexo masculino usando aparelho nos dentes. Instigada pela dúvida¹⁰, perguntei sobre a aquisição do aparelho. A conversa abaixo é reveladora, nos dá mostra de como os adolescentes conseguiram colocar o aparelho nos dentes, e também pela manifestação da vaidade deles, mas sobretudo pelo desejo de participar

¹⁰ Estranhei a possibilidade de a Secretaria Municipal de Saúde oferecer esse serviço aos adolescentes.

de uma sociedade que consome bens materiais e simbólicos na construção de imagens sobre si.

Pesquisadora (P): Onde você pôs o aparelho nos dentes, Fabiano? No dentista, mas onde? Fabiano: Na onde que eu moro. Welington: eu coleí com superbonder. Educadora explica: Aqui eles usam o aparelho como modinha, às vezes nem passou por dentista nada. Welington: Não, nós passamo sim. Acho que tem gente que não passa, não sei. É de enfeite esse aqui, mas foi o dentista que pôs. Educadora: Mas não porque você precisa usar! Welington: Não, mas eu quis. (P): Você pagou para o dentista fazer isso? Fabiano: huuuummm, claro! Tá usando as coisas dele [dentista], quer que faz de graça? Welington: O cara [dentista] não dá nem uma bala de graça, vai dá um aparelho desse? Fabiano: Eu disse ‘coloca aí meu’, ele limpou um pouquinho meus dentes e colocou. Paguei. Paguei 50,00. E tinha mais ferrinho, é que caiu. Welington: A gente usa por causa das mina, chama mais atenção. Abre um sorriso, os ferrinho brilha, as mina cai.

As crianças e os adolescentes representados pelo jornal e os adolescentes do ECCA e do acolhimento podem se intercruzar pelas ruas ou pelos serviços de atendimentos, podem ter motivos semelhantes para viver nas ruas ou nos serviços de acolhimento, mas não querem ser vistos como adolescentes que vivem nas ruas, nem como usuários de drogas. No entanto, o jornal não traz discussões que esclareçam essas diferenças entre as crianças e adolescentes em situação de risco, que poderia ser problematizada na sua função de informar e promover o debate sobre a diversidade e complexidade desse público para o enfrentamento de questões sociais. O jornal não só não esclarece como representa, várias vezes, todos conjuntamente na mesma imagem, e com isso sugere que todas as crianças e adolescentes em situação de risco sejam como os representados.

Gustavo, por exemplo, apresentava uma aparência física bem cuidada, embora durma e circule pelas ruas do centro. Na ocasião usava bermuda, camiseta e tênis, os cabelos estavam curtos, bem cortados e pintados com fios levemente dourados. Aqueles atributos visuais e depreciativos contidos nas imagens do jornal não fazem parte da apresentação visual de Gustavo. Inicialmente ele se recusou a participar da atividade de leitura das fotos, mas depois sentiu-se atraído por elas, e passou a olhá-las. Deparou-se com a foto¹¹ 220309b e disse: “Só pela cor do tênis dele é da ‘cracolândia’. Por quê? Olha só, analisa! São foto tudo de Febem, ‘cracolândia’”. Ele sai. Depois volta a olhar as fotos da “cracolândia”. Pergunto se essas fotos retratam a realidade de quem vive na rua. Gustavo responde: “É a realidade de quem quer ser assim, oh”. E aponta para as várias fotos que estão sobre a mesa. Uma realidade da qual ele entende não fazer parte, se diferencia, inclusive pela aparência visual, ao associar os traços do tênis mal cuidado à “cracolândia”. As evidências materializadas na imagem permitem com que ele se diferencie do “outro”. Ao imaginar, Gustavo faz sua leitura

¹¹ Exposta no capítulo III, 3.3.2.1

da foto, que é já uma interpretação, e se posiciona como autor de sua narrativa (SILVA, 2006 [2003], p.49). O imaginário se apropria do real, sem se reduzir, ultrapassando-o para fazer da vida uma obra de arte, sempre desviando, divergindo, reelaborando. “Todo imaginário é uma imaginação do real.” (*Ibid.*, p.51). Gustavo e outros jovens do ECCA constroem uma imagem física de si para não serem percebidos como adolescentes que vivem pelas ruas. Assim como os usuários de crack produzem disfarces para não serem percebidos como consumidores, dissimulam os aspectos corporais que caracterizam um usuário de crack que vive pelas ruas (RUI, 2012, p. 268). Rui (2012) chama a atenção para a limpeza, oposto da sujeira, que produz efeitos distintos para um corpo que circula pela cidade, e tanto possibilita a passagem pelas ruas despercebidamente, e assim podendo criar facilidades para executar o furto e dificultar ser identificado por policiais, como também não é tomado por “vítima” e dependente de serviços assistenciais e de saúde (RUI, 2012, p. 267).

Embora os frequentadores do ECCA morem na rua, não se apresentam com roupas grandes, rasgadas ou sujas, nem com chinelos nos pés, tampouco descalços. Ou seja, não se apresentam nem feios, nem sujos, nem malvados.

Cabe então aqui uma pergunta: não é o cuidado dessa aparência que os protege para não se entregar ao estado de abandono da rua e do crack? Várias imagens podem ser compostas dos moradores de rua, assim como dos usuários de crack, e essa composição varia conforme o grau de limpeza e sujeira que é tolerado em cada um deles, conforme os cuidados que dispensam ao corpo (RUI, 2012, p. 267). Os cuidados ou a ausência em relação ao corpo estão diretamente atrelados às imagens que eles têm de si. A distinção entre moradores de rua e usuários de crack “vai afirmar representações internas que diferenciam os que se deixam abandonar nas ruas” e os que querem “sair dela” (FRANGELLA¹², 2009, p.130 *apud* RUI, 2012, p. 267).

4.2.3 Identificação com o território

Os adolescentes se diferenciam não apenas em termos da aparência e apresentação, mas também em função do espaço e das relações que se constituem localmente. Os locais e as dinâmicas relacionais participam dos processos identitários das crianças e adolescentes que circulam pelas ruas. Os grupos de “meninos de rua” têm preferências por determinadas territorialidades, conforme se inscrevem na dinâmica desses locais, que tanto oferecem “bens

¹² FRANGELLA, S. M. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009.

materiais” como “bens simbólicos identitários” (GREGORI, 2000, p.219). Gustavo, por exemplo, disse preferir ficar nas imediações do Largo São Francisco¹³ a ir para “as banda da cracolândia”, pois ali no São Francisco, juntamente com seus semelhantes, obtém os “bens” de que necessita, o que alimenta a imagem que tem de si próprio.

Há um contraste entre as dinâmicas relacionais nesses dois locais pertencentes ao bairro da Luz, a “cracolândia” e o Vale do Anhangabaú, mencionado por Fernanda Q. Ramos¹⁴ ao referir-se aos trabalhos realizados por organizações sociais. O espaço da Luz é cortado por ruas, dificultando as interações, formações de vínculos e trocas com as crianças e jovens, e isso fica potencializado quando da intensificação da presença policial, pois eles se deslocam para outras ruas quando pressionados. Enquanto que, no espaço do Vale, as interações ficam facilitadas em razão de a área ser mais aberta e favorecer para a realização de atividades lúdicas. No Vale o consumo de droga seria “muito mais pontual”, e, na Luz, o uso do crack “muito mais intenso” (FRÚGOLI JR.; SPAGGIARI, 2010, s/p.).

Pablo, educador do ECCA, estava presente quando Gustavo fez os comentários¹⁵ sobre as condições do tênis de um jovem fotografado, e acrescenta:

As fotos retratam muito a cracolândia, e entre eles [adolescentes] rola muito preconceito entre aqueles que usam droga e os que não usam droga. A maioria que passa aqui já esteve na Fundação Casa ou no UAI [Unidade de Atendimento Inicial]. Os meninos do Vale são totalmente diferentes desses aqui [da foto]. Tem uns que vêm aqui, ainda tão sob o efeito da droga, mas são poucos. Mas muitos dos que passam aqui, dizem que já usaram crack e pararam. Não sei. Eles identificam facilmente um moleque da cracolândia, igual ele [Gustavo] falou, olhou o estado do tênis e já sabe que é da cracolândia, usa droga (PABLO).

Pablo e Ramos confirmam as diferenças que se anunciam nas falas dos adolescentes depoentes, e sobre os espaços frequentados por eles. Preferem circular e dormir pelos espaços do Vale e do São Francisco, e se mostram e se percebem diferentes dos usuários de crack apresentados pelo jornal. Embora não tenhamos informações nem para confirmar o uso de crack entre os adolescentes frequentadores do ECCA, nem para negar, o que nos parece pertinente destacar é que eles dizem usar outras drogas e não fazem uso do crack, e para isso apontaram várias maneiras de se afastar do crack e dos usuários, pelo preconceito, pelo cuidado em manter uma imagem livre das aparências da figura do “noia”.

¹³ O Largo São Francisco é contíguo ao Vale do Anhangabaú, região central de São Paulo.

¹⁴ Coordenadora do Projeto Quixote, que trabalha com crianças e adolescentes em situação de risco em vários locais do Centro de São Paulo, entrevistada por Frúgoli Jr. e Spaggiari (2010).

¹⁵ Conforme item 4.2.2 deste capítulo. Gustavo refere-se à foto 220309b.

4.2.4 A droga, a polícia, a bola e o brinquedo

Os adolescentes captaram os sentidos das fotos disseminados pelo jornal, rejeitaram, por exemplo, a figura do “noia” tal como o jornal concebe, detectaram a tristeza, traços de vitimização criados na construção fotográfica na figura da criança em serviço de atendimento ou do jovem na FC, mas também subverteram aqueles sentidos. Eles revelaram os sentidos invisíveis das fotos, no confronto das imagens internas com aquelas do jornal, criaram outras imagens com base no diálogo imagético entre as imagens, e falaram sobre seus conhecimentos e sentimentos¹⁶ a partir de suas vivências, das imagens que têm de si e dos outros. Em suas falas observamos descrições sobre aquilo que objetivamente podiam ver nas imagens, sem nunca terem conhecido essas fotos diretamente pelo jornal, sem terem acesso às matérias (texto escrito). Fizeram revelações, reais e imaginárias.

De suas leituras ou interpretações, vários temas podem ser extraídos, mas em decorrência dessa participação afetiva em relação à imagem fotográfica, observamos, de uma forma recorrente, a manifestação de seus sentimentos e/ou emoções.

A noção de emoção se distingue das noções de “sentimento” ou de “paixão”, embora seja frequentemente tomada como equivalente destes dois últimos, nos fala Aumont (2011, p. 124). Sentimento e paixão “designam ‘secundarizações’ do afeto, que já o engajam em uma série de representações – ao passo que a emoção guarda um caráter mais ‘primário’ e costuma ser vivida como desprovida de significação” (*Ibid., loc.cit.*). Nosso objetivo aqui não é diferenciar, a partir dos relatos dos adolescentes, as diferenças entre emoção e sentimento. Entendemos que, a depender do espectador, na participação imaginária¹⁷, por meio da projeção-identificação, e na relação com as figuras e no confronto com as situações representadas na imagem fotográfica, pode se manifestar a emoção e/ou o sentimento.

Mas, Aumont (2011) não se limita àquela primeira definição de emoção e, com base em F. Vanoye¹⁸, distingue dois tipos de emoção: aquela que exerce uma função “reguladora da passagem à ação”, quando o espectador realiza um movimento, sai do estado em que foi afetado e passa para um outro que o mobiliza; e aquela que desempenha uma “disfunção correlata a uma baixa dos desempenhos do sujeito” (AUMONT, 2011, p.124). Esta segunda abordagem, mais negativa, tende a considerar a “emoção como regressão momentânea” (*Ibid.*p.125). É ela, no entanto, que está presente em “toda a literatura sobre a imagem

¹⁶ Refiro-me à capacidade para sentir. Novo Dicionário Aurélio, Nova Fronteira, p. 1288, 1975.

¹⁷ Conforme apontamos no capítulo II.

¹⁸ VANOYE, F., “L’émotion: esquisse d’une réflexion.” In: DHOTE, A. (org.) “Cinéma et psychanalyse”, CinémAction, no. 50. Corlet, pp.183-191, 1989.

espetacular, [...] que é produzida com destino a um espectador coletivo, de massa, sem cultura particular” (*Ibid.*, *loc.cit.*).

Samain (1994) também aponta que “[...] os meios de comunicação modernos, cuja marca produtiva é a racionalidade, são, hoje, os maiores veiculadores de emoções, de sonhos, e de conteúdos psicológicos que, talvez, refiram-se, assim, a aspectos mais arcaicos da mente humana” (SAMAIN, 1994, p. 298).

Porém, importa ressaltar, que a emoção não é desprovida de significação, e tanto ela como o sentimento são formas de conhecer o mundo e também a nós próprios, e podem levar à transformação de uma dada situação¹⁹. Assim, sentimento e emoção estariam presentes nos processos de mudança ou movimento, pois como vimos no capítulo II, os humanos são portadores de um pensamento que opera simultaneamente o racional (*logos*) e o mítico (*muthos*), (MORIN, 2012 [2001], p.103); ao participar nas relações estéticas, por exemplo, conjugam-se ao mesmo tempo a afetividade e o intelecto (MORIN, 1997 [1956], p.244). O afeto está presente no processo de conhecimento do indivíduo, do mesmo modo que o contrário.

Os dois grupos (ECCA e casa de acolhimento) que participaram, com graus variados, das atividades de leitura das fotos, interessaram-se pelas fotos tanto obtidas da rua como das instituições, mas, entre os adolescentes do ECCA, as fotos que tematizam a abordagem policial foram destacadamente mais escolhidas para serem olhadas e comentadas, já as fotos relativas à droga poucas vezes se interessaram em comentar, a não ser para rechaçá-las. Diferentemente ocorreu no acolhimento, onde essas fotos foram preferencialmente selecionadas. Assim, as fotos da rua chamaram muito mais atenção dos dois grupos, comparativamente às fotos institucionais. A produção da foto é um fator que pode explicar esse interesse pelas fotos da rua. Aos olhos do espectador, as fotos da rua parecem menos encenadas que as fotos institucionais. Em qualquer foto há um mínimo de encenação, no sentido de posar no momento em que o fotografado percebe que a câmera se volta para ele, e isso fica mais acentuado entre as fotos institucionais em que provavelmente os representados tenham sido convocados a posar. Entre as fotos da rua detectamos, principalmente quando feitas à distância, que as pessoas foram tomadas desprevenidas, e, nos casos da abordagem

¹⁹ Segundo o Dicionário de filosofia (N.Abbagnano), Sartre, baseado em Heidegger e na psicologia contemporânea, considera que a emoção é uma “certa maneira de apreender o mundo”, é “consciência do mundo”, mas é uma consciência “imediate e não reflexa”. É, no entanto, a “dificuldade” que para Sartre transforma o mundo, e isso se dá pela magia. Na emoção, há “queda brusca da consciência no mágico.” Ou seja, a emoção vem desembocar na magia, na fantasia, no imaginário. Desse modo, a emoção não seria uma desordem que perturba a vida psíquica. “A emoção não é acidente, é um modo de existência da consciência, uma das maneiras pelas quais ela compreende [...] o seu ser no mundo” (2007 [1971], p.373).

policial, elas apresentam justamente o momento em que os jovens foram abordados. E isso pode ter contribuído para atrair as preferências dos adolescentes.

Quanto às fotos institucionais, um interesse maior foi notado, pelos dois grupos de adolescentes, entre aquelas que tematizam o esporte. Já as jovens moradoras da casa de acolhimento também demonstraram uma preferência pelas fotos que trazem crianças em serviço de atendimento.

Os adolescentes do ECCA (Gustavo, Daiane, Fabiano, João Everton, e outros que não se identificaram) repeliram as imagens em que figura o “nóia” e tematizam a droga; por outro lado, essas imagens foram mais selecionadas pelas adolescentes do acolhimento para serem comentadas. Em razão dessa preferência entre elas, as convidamos para falar sobre suas experiências com a droga. Andrea, 16 anos, relatou o seguinte:

Eu não uso, mas já usei, maconha, lança e cocaína. Faz pouco tempo atrás. **O que me levou a usar foi a depressão, tristeza, pra esquecer.** Foi a maior burrice, porque depois volta tudo. Eu consegui deixar sozinha, com a ajuda de Deus, viu Liliana. Foi difícil, usei aproximadamente um mês. Amigos meus me falavam que eu vivia bem sem aquilo [droga]. Me ajudaram, abriram meus olhos. Eu usava na rua. Quando a gente tá usando, aparece tanta gente pra te dá. Não, nunca gastei nada, inclusive cocaína. Quem dava são os outros usuários (ANDREA). [grifos nossos]

Para Andrea, um estado de tristeza a teria levado a consumir, com o intuito de esquecer. Já Kely manifestou um sentimento de impotência que a acompanha por não conseguir se livrar definitivamente do crack.

Nesse decorrer do tempo eu aprendi muitas coisas, de entrá no crime [Kely explicou num outro momento que entende por crime a venda de qualquer tipo de droga], e aprendi a sair do crime. **Aprendi a entrá pra droga, só que às vezes eu não sei como sair da droga.** Depende da droga né, maconha ishi... cocaína também é uma coisa que nunca me viciou. Não uso, já usei, mas não tenho vontade. Nunca me gerou uma abstinência pra mim cheirá. Agora eu senti o cheiro do crack, nossa! Acho que me dá isso porque eu uso crack desde a barriga da minha mãe. Minha mãe usava, usava pra caramba (KELY). [grifos nossos]

No período das atividades de leitura das fotos, Kely havia fugido do acolhimento para consumir crack, quando voltou percebi que estava arrependida. Kely aguardava, na esquina da rua da instituição, autorização para poder retornar. Ela chorava aterrorizada com a possibilidade de não ser mais aceita no acolhimento, o que implicaria, do ponto de vista dela, em voltar para a rua e o crack. Em relação a esse episódio ela disse o seguinte:

Quando fujo, encontro fácil (droga), conheço um monte de gente. Pesquisadora: Mas percebi quando retornou, que estava arrependida. Kely: Bastante. Tem uma coisa sabe, minha mãe morreu na minha frente, eu não posso ficar persistindo nisso, sabe.

Eu sei o fim disso, eu não quero isso, quero mostra pra muita gente que eu consegui. Caio em tentação porque sou fraca. (KELY) [grifos nossos]

São depoimentos que demonstram situações de vulnerabilidade vividas pelas adolescentes em relação às drogas, em que tentam lidar com seus estados-limite, muito além dos espaços e das facilidades para consumo informados pelo jornal, e que estão muito aquém das dificuldades cotidianas enfrentadas por essas jovens. Tentam superar a tristeza, superar o vício. Porém, a preocupação com relação às drogas por parte delas não se limita ao mundo particular, ao contrário, ela se estende às crianças representadas nas fotos, pois, entre as escolhas que fizeram, demonstraram-se afetadas em relação ao consumo de crack, sobretudo por crianças, e pela exposição delas no jornal.

FOTO 4.



Foto 240709a

FSP, Primeiro Caderno: VELHA LUZ - Adolescente de 16 anos consome crack na rua dos Gusmões, na cracolândia (centro de São Paulo), com carro de polícia ao fundo um dia depois de o Estado e a prefeitura iniciarem operação permanente para ‘solucionar problemas estruturais’ da região.

Kely, por exemplo, diante da imagem 240709a, comentou:

Seria bom que essa foto saísse [no jornal], até pra ele [refere-se ao adolescente na foto], se ele passasse numa banca de jornal e visse sua foto, pra ele ter consciência. Se fosse eu? Nossa... [riu] eu ia morrer de vergonha. **Quando eu vejo essas pessoas assim...**[como na foto] **me dá um aperto** (KELY). [grifos nossos]

As adolescentes, entretanto, avançam nas questões de caráter social: criticam a falta de proteção à criança, apontam a exposição dela no jornal, conjecturam possíveis motivos que a teriam levado a consumir droga. Assim, se de um lado o jornal, na produção dessas imagens carrega na carga emocional, provocando em seus leitores sentimentos de medo, de tristeza, por outro, elas absorvem essa carga, e a ultrapassam, ao realizarem suas próprias reflexões.

O olhar do espectador não é “fortuito”, pois elabora a informação avaliando seu conteúdo, supre as lacunas na imagem com aquilo que não está representado (AUMONT, 2012, p.87). O espectador, baseado em seu sistema visual, confronta os dados localizados em sua memória, o que corrobora para organização da realidade. Esse preenchimento dos vazios se dá pela capacidade inventiva do espectador que ocorre pela projeção, baseada nos esquemas perceptivos (*Ibid.*, p. 89).

FOTO 5.



Foto 140208a

FSP, Cotidiano, C1: Consumo de crack a poucos metros da região da cracolândia.

Kely, tocada pela imagem 140208a, apontou criticamente a pretensa proteção em relação à imagem, pois a criança representada é ignorada pelos adultos que estão ao seu redor: “[...]eles falam que protegem o rosto da criança, protege nada, ela tá no meio desses marmanjão usando crack, seria melhor ela ir pra FC que ficar aí na rua se matando, até eu preferia ser levada pra FC se tivesse numa situação dessa”.

Andrea referiu-se à mesma foto 140208a, e imaginou as circunstâncias que teriam levado a criança a consumir droga, e chama a atenção para o sentimento de medo e abandono despertados pela foto.

Eu acho que ele deve ser de uma família pobre, daqui de SP, porque aqui [aponta para a foto] é o centro. Ele pode ter... a mãe deve ser alcóolatra, o pai deve ter batido nele. Daí com **medo** ele foi pra rua e viu as pessoas usando, eu acho que quis experimentar e acabou viciando. Eu acho que ele tinha irmãos sim, eu acho que, ele ia pra escola. Mas por deboche dos colegas, tipo ‘sua mãe é aquela alcóolatra’, entendeu, tá aí agora nesse clima. Aparentemente essa criança é novinha... **Tão sozinho no meio dos adultos** (ANDREA) (grifos nossos)

FOTO 6.



Foto 170307a

FSP, Cotidiano, C4: Nos fundos do estacionamento do 77ºDP, jovens e crianças consomem crack às 10h21 da manhã.

Já Alessa, embora rejeite a figura do “noia”, questiona, busca explicações para entender os possíveis motivos que teriam levado a criança (foto 170307a) a ter se envolvido com drogas. Aborda desde problemas familiares, influências de amigos, e por desejo próprio da criança. Isso tudo não sem deixar de perceber os atributos pessoais e espaciais que caracterizam o conteúdo fotográfico, acompanhado de um sentimento de tristeza e sofrimento que se mantém do início ao fim na sua leitura.

Eu acho assim, que **a vida dessa criança é muito triste, ele passa muito sofrimento na vida dele**. Acho que uma maneira de se desfazer da dor que ele tá passando é usar droga, sabia? Acho que ele deve ter família, irmãos, devia ir para a escola, jogar bola. Mas alguma coisa, algum caso aconteceu na vida dele que levou para a vida da droga. Não sei, a mãe pode ter espancado, o pai pode ter violentado. **Muitos que entram na vida da droga é por causa de muito sofrimento**. A droga é um refúgio. A brisa faz esquecer, mas depois que a brisa passa tudo lembra de novo. É um refúgio, então ele volta a usar, e volta a passar a brisa, e voltar a usar de novo. Antes disso, acho que ele estudava, jogava bola com os amigos dele, tinha pai, mãe, irmãos. Pra ele ter ido pra rua, também pode ter tido influência de amigos, ou por ele mesmo, por suas próprias pernas. **Aqui é um lugar meio abandonado, porque tem lixo, aqui** [aponta o entorno da casa] pode ser o lugar onde eles dormem. Acho que os três [2 adultos e 1 criança] dormem na rua. **Oh! Eles se vestem igual a mendigo**. Ele [o garoto] usa droga, mas não vende. Ou o cara pode tá comprando da mão dele [garoto], pode tá vendendo, ou pode tá dando. Tem gente que dá droga sim, a pessoa pode usar ou não, mas tem quem dê. ... Sim, eu concordo com ela [em relação à K. ter afirmado ser melhor para um garoto nessa situação ir para FC]. **Porque lá a gente deixa de usar a droga, é sofrido**, tem que acordar 04:30 da manhã. É sofrido sim, passa o maior veneno lá dentro. Não conhece ninguém, come comida ruim. Os cara pode te bater a qualquer hora numa rebelião. **É sofrido lá** [FC], ele vai aprender, mas acho que ele é muito pequeno pra tá nessa vida, ele podia estar com os amigos dele jogando bola. **É uma criança pra estar nessa vida** (ALESSA). [grifos nossos]

Essa afeição da parte das adolescentes, em função de crianças consumindo drogas, não foi encontrada entre os adolescentes do sexo feminino e masculino no ECCA. A droga, entre eles, ocupou um espaço menor na seleção de imagens para serem comentadas, contrariamente ao jornal que divulgou maior número de fotos com ênfase no consumo de crack entre crianças e adolescentes.

O fato de as imagens sobre droga terem sido repelidas no ECCA, mesmo entre os adolescentes que participaram das atividades, nos levou a conversar sobre elas com Cauã e Daiane.

O relato de Daiane²⁰, 16 anos, oferece algumas pistas para compreendermos a relação dos frequentadores do ECCA com os usuários de crack. Ela tem uma filha de oito meses que mora com a mãe na Cidade Tiradentes (região Leste de São Paulo), contou que às vezes dorme numa “maloca” no Largo São Francisco, outras vezes no Terminal Bandeira. Quanto ao consumo de drogas, diz que prefere bebidas (cerveja, vinho e refrigerante) a usá-los, e revela que o consumo de droga é diferente entre os adolescentes do Vale e os da “cracolândia”: “Os [adolescentes] do São Francisco e Vale não usam crack. Aqui usa mais tinner, farinha e maconha, não usa crack. **Eles [usuários de crack e usuários de outras drogas] conversam, mas não andam juntos. Acho que é pra não ir pro mau caminho.**” (grifos nossos).

Daiane, em sua fala, menciona a adoção de restrição para se manter afastada do crack, e também se diferenciar dos usuários de crack. Os adolescentes transferem à figura do “noia” os seus medos. O *duplo* se revela nas relações de alteridade, como vivem na rua temem ter uma vida tal como a representada nas fotos do jornal. Um temor suscitado diante de seus *duplos*, fantasmas que rondam suas vidas nas ruas e no imaginário fantasioso. Não é assim também que no jornal, ao representar o “outro” nos limites de sua condição humana, não vemos nele, transformado pelos nossos medos, contidos em nossas imagens arcaicas, senão nós mesmos? Se, de fato, esses adolescentes não consomem crack, e ainda que motivados pelo preconceito em relação ao outro, não seria uma forma de defender-se do seu próprio medo, de vir a ser um “noia”, que habita em seu imaginário? Como disse João Everton: “**Se tem umas pessoa que faz coisa que nós não gosta [refere-se ao uso de drogas], nós não anda com ela**”.

Cauã, 17 anos, usuário do ECCA, trabalha nos semáforos na limpeza de veículos. Relatou que faz uso de maconha e mora “um pouco em cada lugar”: com sua mulher em um

²⁰ Neste encontro Daiane não autorizou a gravação, apenas o registro no caderno de campo.

barraco numa favela distante do centro; e, às vezes, fim de semana ou durante a semana, quando fica muito tarde para voltar para casa, ele fica num ‘mocó’ em uma ocupação na Vila Mariana, juntamente com outros jovens, famílias e crianças. Disse o seguinte em relação aos usuários de crack:

Tem umas pessoa assim que usa crack que eu conheço, **mas eu nem sou muito próximo dessa pessoa.** Tenho colega que usa crack, mas **tem umas pessoas que usa mas tem vergonha pra fala pros colegas, vergonha de ser zuado como noia.** Pra mim quem usa crack é noia, né? (Cauã). [grifos nossos]

A fala de Cauã apresenta um certo receio para se referir às pessoas que consomem crack, por temer ser tomado como um deles, revelando também o sentimento de vergonha que os usuários sentem frente ao preconceito. Esse temor de ser ridicularizado pode favorecer para uma vida mais solitária, afastando-se dos colegas e aproximando-se da droga.

Sampaio (2012) ao comentar os resultados da pesquisa feita pela Fiocruz, aponta que o abandono escolar por parte dos usuários de crack está diretamente ligado ao preconceito e à intolerância, tanto da parte dos professores como dos amigos da turma. A ausência de diálogos da parte dos profissionais da educação com esses jovens, entendida como um despreparo para lidar com a diversidade, somadas às repressões, aos comentários e deboches, fazem com que eles sintam vergonha de frequentar a escola. Além disso, avalia a pesquisadora que os usuários de droga já trazem um histórico de vida de perda de vínculos e laços familiares anterior a entrada no crack. “Eles já apresentavam problemas de relacionamento antes de se tornarem usuários da droga. Portanto, é preciso desmistificar a ideia de que foi o *crack* que jogou esses jovens na rua. A droga foi apenas mais um agravamento, mais uma vulnerabilidade que entrou em suas vidas.” (SAMPAIO, 2012, s/ p.).

Um garoto, frequentador do ECCA, que não quis dar continuidade às atividades com a foto, aponta na mesma direção da pesquisadora acima. Ele olhava as fotos sobre a mesa, e ao mesmo tempo ouvia a conversa que se desenrolava entre Daiane e eu. E espontaneamente, sem ter sido convocado, ele disse:

Garoto: Eu não sou noia, só vou na cracolândia pra tomar banho, no Jeame.
Pesquisadora (Pe.): Tem muita gente na rua que usa droga, e vive na rua, como Daiane por exemplo. Então, vocês não estão em situação semelhante pelo fato de se encontrarem na rua? Garoto: Não. **Eu tô na rua porque quero, o noia não. Ele tá na rua porque tem problema na família.** Pe.: Se você tem família por que não mora com ela? Garoto: Às vezes eu vou [à casa da família], fico uns dois dias, depois volto, e fico umas duas semana. Durmo no Vale. [grifos nossos]

Ele também procura se diferenciar da figura do “noia”, tanto em relação ao uso dos espaços, como em relação ao motivo que o levou a viver nas ruas, que é diferente do usuário de crack.

Trazemos a imagem 150511b por ter sido uma das únicas escolhida para ser interpretada pelos adolescentes do sexo masculino, frequentadores do ECCA. Essa escolha nos remete ao fato de que o usuário de crack não provoca apenas repulsa, mas “também muita risada” (RUI, 2012, p.290).

FOTO 7.

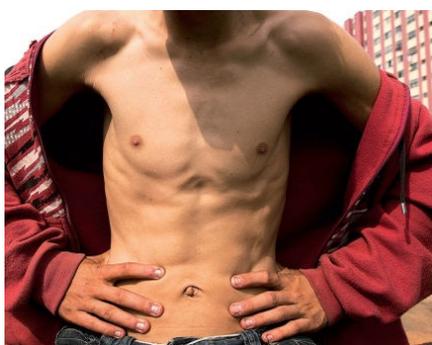


Foto 150511b

FSP,Cotidiano, C10: Garoto que fugiu de sua casa exhibe os efeitos do crack no corpo, reduzido a pele e ossos.

A foto foi alvo de zombaria, os garotos suspendiam suas camisetas para mostrar para os demais que não tinham um abdômen como o representado na foto. Ao contrário, Welington, 17 anos, circulava pelo salão e exibia vaidosamente um abdômen bem definido, e sorria afirmando que “as mina gosta”. Em outro momento, eles discutiam entre si se o jovem da foto (150511b) estava magro em função do consumo de crack ou de oxy²¹.

Alguém comenta: Ele usa de tudo, crack, farinha, é noia. E Fabiano acrescenta: Ele não tem nada pra fazer, então ele usa droga. Ele usa porque ele gosta, se ele não gostava ele não usava. Eles usam porque vicia. Ele experimentô, daí foi usando, usando, e aí não parou mais. A educadora pergunta: Você acha que ele usa porque é sem vergonha ou por um problema de saúde? Fabiano: Usa porque é sem vergonha. Cauã explica: Ele usa porque sai pra rua porque tem um problema na família, aí

²¹ Marta Jezierski, médica psiquiátrica e diretora do Cratod (Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas) ligado à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, informa que: “O crack e o oxi são feitos a partir dos restos do refino da cocaína. As três drogas possuem, portanto, o mesmo princípio ativo e um efeito parecido, que é a aceleração do metabolismo, ou seja, do funcionamento do corpo como um todo.” [...] “A grande diferença do oxi para o crack está na sua composição química. Para transformar o pó em pedra, o crack usa bicarbonato de sódio e amoníaco. Já o oxi, com o objetivo de baratear os custos – e atingir um número maior de usuários –, leva querosene e cal virgem. Querosene e cal virgem são substâncias corrosivas e extremamente tóxicas. Por isso, o consumo do oxi pode levar à morte mais rápido que o crack – no qual o que é realmente nocivo é o princípio ativo da droga.” Disponível em: <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2011/04/saiba-diferenca-entre-oxi-crack-e-cocaina.html> Acesso em 14.nov.2012

encontra aqueles que usam e convida pra usar junto, aí vicia e não consegue mais parar. Fabiano: O que ele sente quando usa? Ele fica doidão, coisa de doido.

Os jovens de ambos os espaços, acolhimento e ECCA, incitados pelo conteúdo fotográfico puseram em movimento suas imaginações. Selecionaram as fotos conforme os significados atribuídos a elas, expressaram as informações contidas em seu interior em relação às experiências próximas do presente ou distantes, remetendo para um passado. Mas, junto com essa fala estruturada, manifesta-se um imaginário, que possivelmente teme ser igual ao usuário de crack, e sonha ser diferente dele

A imagem espectral do “noia” habita o imaginário dos adolescentes do ECCA e da casa de acolhimento ao expressarem, principalmente pelos frequentadores do ECCA, a rejeição por essa figura, mas não só, as adolescentes sentiram-se comovidas por essas figuras. No entanto, os adolescentes, ao se defrontarem com essas imagens, deram sinais sobre as dificuldades que enfrentam no entra e sai do mundo das drogas, nas relações e sobre as imagens de si - diferentemente do jornal, que mantém o foco no usuário para mostrar o consumo desmedido. Os jovens e as jovens entendem que o crack é usado em razão de “muito sofrimento” (Alessa), de problemas, principalmente familiares, vividos pelas crianças e adolescentes, conforme comentado por Cauã, Andrea, um adolescente que não se identificou, e Sampaio (2012). No entanto, a situação de risco em que se encontram os aproximam dos prazeres momentâneos oferecidos por qualquer droga. Seriam presas fáceis. Por isso não andam juntos (João Everton), usuários de crack e não usuários, para não irem “pro mau caminho” (Daiane). Creditam o uso também à “burrice” do adolescente (Andrea) ou à “sem-vergonhice” (Fabiano). Assumem culpa e valores de uma sociedade que os negligencia. Sabem que o refúgio que a droga oferece dura pouco, um ciclo percorrido pelo entre e sai (Alessa), mas de onde nem sempre se pode sair (Kely). São modos de ver desses jovens permeados pelo que vivem e pelo que não querem, pelo preconceito e pela afeição, pelo sonho do alívio da dor na entrega do consumo da droga (Andrea), pelo medo de não sair do pesadelo (Kely). Suas falas revelam um imaginário que, ao se manifestar diante da imagem trouxeram suas histórias de vida elaboradas a partir da “[...] relação entre memória, aprendizado, história pessoal e inserção no mundo dos outros.” (SILVA, 2006 [2003], p.57).

Como já mencionamos, os adolescentes frequentadores do ECCA interessaram-se muito mais pelas fotos que retratam a abordagem policial, o “enquadro”, no linguajar deles. Isso possivelmente porque, como circulam pelas ruas, estão mais expostos a essas situações.

As adolescentes do serviço de acolhimento interessaram-se pelas mesmas imagens, mas menos que os garotos do ECCA. O jornal mostra nas fotos o poder policial, simbolizado nas armas e na força física, sobre adolescentes e jovens supostamente envolvidos com o tráfico, o crime, ou por terem cometido algum delito. São imagens que os retratam sob suspeita, mas sempre na rua, associando-os ao mundo do tráfico, do crime. É comum entre os adolescentes (ECCA) passarem por revistas policiais, e mesmo entre as adolescentes do acolhimento²². Este talvez seja o motivo principal para terem preferido olhar e comentar sobre essas fotos. Os três adolescentes a seguir, por sua vez, posicionaram-se diferentemente diante dessas fotos, contudo não assumem para si e nem para os representados a ideia de criminoso que o jornal sugere nas imagens e matérias. Não veem na foto o jovem violento, traficante ou ladrão, veem a violência praticada contra eles, e manifestam seus sentimentos de vergonha, medo, dor, vingança, indignação e injustiça.

PRANCHA 13.



Foto 250709a

FSP, Cotidiano, C1: Jovens passam por revista policial na cracolândia (centro)



Foto 260210

FSP, Cotidiano, C1: Policial faz revista em suspeitos na região da cracolândia, em megaoperação na tarde ontem.

²² As adolescentes relataram várias abordagens policiais, como em portas de escolas públicas, praças e ruas. Um desses relatos está exposto no item 4.2.5 deste capítulo.

Daiane (ECCA) pegou algumas das fotos que estavam sobre a mesa e olhava uma a uma. Na foto 260210, reconheceu seu marido, pela roupa que usava. Sentiu alívio por não ter sido fotografada, e por não ter sido exposta a face do seu marido. Segue a conversa entre Daiane e Pablo:

Daiane: Essa aqui [foto 260210] é meu marido, o de camiseta listrada. Tenho certeza que é ele. **Ai... ainda bem que eu não apareci.** Eu tava ali do outro lado, tinha ido pegar água. Ele tinha roubado um celular. **Só faltava ver a cara dele.** [Daiane ficou olhando para a foto sem dizer nada]. É ruim tia. Pablo educador: É ruim o que? Daiane: **Ele, meu marido, apanhou,** bateu [refere-se ao policial] em todo mundo. Pablo: Você viu? Ele te contou? Daiane: Eu vi. **Eu já apanhei também de policial.** [grifos nossos]

Jeferson, 17 anos, usuário do ECCA, declarou que a violência praticada pelos policiais contra os adolescentes gera violência contra os próprios policiais:

Então, sobre a foto (250709a), o policial devia ter mais diálogo, ele **já chega batendo na gente, já agride,** pergunta da tatuagem, se já foi preso. Só depois que eles vê que a ficha tá limpa, aí que eles conversa com a gente. Nessa foto aqui, **eles tão na função certa, mas é que eles chega na agressão. Daí a gente fica mais violento ainda, não com a sociedade, mas com eles mesmo.** Aqui em SP, no centro, também me forjaram. Forja é tipo assim, fala que eu roubei essa foto, e eu não roubei. Comigo eles me abordaram e falaram que era eu que tava num assalto, e eu não tava, me levaram e fiquei 3 meses na FC. Não tava mesmo, é verdade. [...] Eles fazem a revista [policial], por causa de robo, tráfico de droga ou porque tá usando droga, se só tiver usando, eles passam o pano (tipo faz que não vê), pegam tudo da gente, dinheiro, o que tive e levam. ... **Me identifico sim com essa foto** [refere-se à foto 250709a], e em várias delas que olhei aí (JEFERSON). [grifos nossos]

Jeferson e Daiane relataram vários tipos de violência cometidos contra eles, desde o momento da revista em que são tomados como culpados, depois pela apropriação de seus bens, e, sobretudo, pela violência física.

As fotos trouxeram lembranças muito vivas e próximas do cotidiano para Jeferson, e principalmente para Daiane. Ele voluntariamente disse se identificar com essas fotos referentes abordagem policial. Ela, mesmo tendo estado presente na cena da foto, disse não se identificar com tal situação. Daiane chorou ao reconhecer e relembrar a cena pela qual seu marido teria passado, e também por uma outra cena na qual sofreu violência física da parte dos policiais²³.

²³ Nesse fim de tarde abandonamos a atividade, Daiane e eu conversamos. Depois escrevemos uma carta para seu marido, que seria encaminhada pela assistente social do ECCA ao presídio onde ele se encontra.

PRANCHA 14.



Foto 150909a

FSP,Cotidiano,C8: Acusada de roubo, menina de 16 anos é dominada pelos policiais militares Nilton dos Santos e Gilson dos Anjos, em São Paulo.



Foto 150909b

FSP,Cotidiano, C8: Antes de detê-la, PMs deram socos e chutes na garota; depois jogaram gás pimenta em seu rosto.

Cauã reteve em suas mãos as duas fotos 150909ab, dentre outras que apresentei a ele sobre abordagem policial, em razão de terem sido escolhidas com maior frequência entre os usuários do ECCA e do acolhimento. Ele então nos relata uma de suas experiências ao passar pelo “enquadro”:

Oh, eu já passei [referindo-se à situação da jovem apreendida pelos policiais], **mas não foi assim, todo mundo me olhando**, foi lá na favela, eles invadiu a favela de noite e me pegaram lá, queriam saber se eu conhecia algum barraco de droga lá, disse não, senhor, eu não conheço nenhum barraco de droga não, eu sou trabalhador e sou estudante também. Policial: Não perguntei se você é estudante ou trabalhador não, perguntei aonde que é o barraco. Cauã: Nós tava na viela e ele chegou apontando a arma assim pra mim, com a lanterna na arma. Policial: encosta, encosta. Cauã: Aí encostei, daí ele disse, agora deita no chão, deitei. **Eles davam com a arma na cabeça, tapa na minha cara. Policial: Cala boca, se fizer barulho nós vai passar você agora. Cauã: É, passá é matá.** Consegui me livrar dele porque eles viu que eu tava falando a verdade, eles num achô nada. Eles pegou e foram embora, e falaram

assim pros outros [policiais que ficaram no local], **se eles levantá pode metê balas neles**. Depois continuei lá deitado, depois não ouvi mais nenhum barulho, e pensei, acho que eles foi embora. **Eu tava com medo porque, se eles tão lá e eu levanto eles me matam**. Aí de poquinho em poquinho eu fui levantando, fui vendo que dava pra ir, fui no meu peão já. Não, eu não tava sozinho, tava com um parceiro meu, **os policial bateu em nós dois**, primeiro ne mim, aí viram que eu não tava com nada e falando a verdade, aí foi falá com o outro, e eu ali **fiquei escutando o grito do meu parceiro: “aí senhor, tá bom senhor, tá machucando, senhor”**. **Ele batia ne nois bem no meio da perna, com essa botina oh!** [aponta na foto] **Deram uma pá de cacetada na nuca, bem assim mesmo, uns tapão assim na nossa cara**. Eu moro lá [referindo-se à favela onde foi abordado]. Eles são muito folgados os policia (CAUÃ). [grifos nossos]

Há semelhanças entre as duas situações, a da foto e a de Cauã, foram violentamente abordados, mas ele procura diferenciar a sua situação da adolescente na foto, evita identificar as semelhanças das situações. No episódio vivido por ele, não passou pela vergonha de ser visto pelos outros. Sente-se protegido, sua imagem fora preservada em um momento de humilhação pela escuridão da noite, pela ausência dos olhares da rua.

Sontag (2003), ao comentar sobre representações de sofrimento, esclarece que as pessoas não toleram que seu sofrimento seja equiparado ao sofrimento dos outros. Há interesse em que o sofrimento seja representado, desde que seja feito de modo único²⁴ (SONTAG, 2003, p.94).

Os três relatos nos indicam que os adolescentes não absorvem a ideia de criminoso que o jornal transmite em relação aos jovens representados, ou o sentimento de medo que ela pode sugerir em relação ao crime. Ao contrário, aqui entre eles o medo é sentido em relação aos policiais, assim como o sentimento de injustiça, principalmente.

Quanto às fotos da FC, os dois grupos de adolescentes interessaram-se pelas fotos que retratam o esporte. Contudo, mesmo sendo atividades físicas praticadas pelos jovens, os dois grupos foram tocados pelo sofrimento e pela tristeza a que os jovens estão submetidos.

Alessa (casa de acolhimento) cumpriu medida socioeducativa na FC. Seu depoimento traz informações que muito pouco estão contidas nas fotos, e menos ainda no texto escrito do jornal. A foto guarda um instante aparentemente congelado, porém é reanimado pela memória, pela imaginação de Alessa, ambos alimentam sua narrativa.

²⁴ Sontag (2003) baseia-se em uma exposição com fotos da Somália e de Sarajevo montada nesta cidade em 1994 pelo fotojornalista Paul Lowe. Os moradores de Sarajevo ofenderam-se porque suas representações de sofrimento foram colocadas lado a lado das representações de sofrimento da Somália. Isso era rebaixar o martírio de Sarajevo, consideravam que as atrocidades de um local nada tinham a ver com o outro local (2003, p.93, 94).

Eu não tenho muito pra dizer porque eu fiquei pouco tempo lá [FC]. Fiquei 1 mês e 28 dias no ano passado. [Espalho as fotos da FC sobre a mesa]. **Nossa! Aqui nem parece que é a FC.** Aqui é de homens, da mulher é diferente. É, a maior parte das fotos é de esporte. Pesquisadora: Você concorda com essas fotos ou discorda? Alessa: Oh, essas de esporte eu concordo porque tem esporte, atividades de dança, oficinas. Dura umas duas, três horas, e ocorrem umas três vezes na semana. Se a gente não faz as coisas que os funcionários pedem, eles batem. Aconteceu com uma amiga. Daí ela cuspiu na cara de uma funcionária, foi pior ainda. Não mudou nada, continua Febem. Eles davam aula de dança, mas ECA ninguém fala nada. Lá dentro estudava, tinha aula de tricô. Eu entrei na aula de dança, no coral. [Alessa ri]. Tinha de final de semana a igreja. Tinha a visita... [Alessa faz uma pausa e me olha]. Não. [referindo-se se recebeu visita de sua família]. Souberam. [referindo-se à sua família] **É um veneno ficar lá, saber que ninguém quer te ver.** [Alessa chora.] É difícil fica lá dentro com um monte de menina que você não conhece. Elas tão na maldade. Lá dentro vou te falar, não tem liberdade mesmo. Só vê o sol lá em cima, e muros. O muro é gigante, maior do que você pensa. Tem sol, a gente vê o sol quadradão, igual aqui dos moleques [aponta a foto 050108]. Tudo é lá dentro, não sai pra nada, e se sai pro médico, sai algemada. Eu fazia atividade de street dance às vezes porque a professora faltava. Eu não gostava. Não gostava de nada ali dentro. Eu só gostava de comer, porque ali dentro quanto mais você come, mais fome você fica. É verdade. A comida era horrível. Vinha pronto no bandeco, é uma marmita. Ho-rrí-vel! Vinha arroz, feijão, uma salada, um doce de fim de semana. De mistura às vezes vinha carne, pedacinho assim de carne [mostra com as mãos o tamanho pequeno], ovo cozido, salsicha, credo, frango. Comia porque ia comer o quê? O que era bom era o lanche da tarde pão com queijo e danone. Nossa! Adorava. [Alessa ri] Depois das atividades ficava no pátio esperando a hora da janta. Depois da janta tomava banho, e esperava até as 10 horas pra ir dormir. Às vezes assistia TV, quando deixavam. Passavam filme pra gente às vezes. De manhã eles deixavam só no canal da igreja. **A única coisa que eu gostava ali dentro era só a igreja, sabia? Um pouco de salvação. É, um pouco de salvação, os caras orando por você ali dentro. Porque ali é um inferno. Um grupo da igreja, mais o pastor iam lá pra cantar com a gente.** Essa parte que eu gostava lá dentro. Lá dentro é muito ruim viver lá. Eu prefiro mil vezes estar aqui (abrigo), mesmo que aqui tenha pouca liberdade, mas eu prefiro aqui. **Lá dentro é um sofrimento que você chora ninguém vê, e ninguém vai te socorrer.** Pesquisadora: essas fotos representam o que você passou? Alessa: Algumas sim, só as de jogar bola. Não tinha oficina de trabalho, como por exemplo essa onde aprende a cozinhar [mostra a foto 150609c] **Pensa que a gente tá feliz lá? Tá nada.** A gente usava uma blusinha esportiva parecida como essa [mostra na foto 150609b uma camiseta cavada]. E, quando não fazia atividade física, usava calça de moletom (roxo, marrom), chinelo de dedo com meia, camiseta branca, cinza, de várias cores, grandona com manga até aqui, comprida. Cabelo amarrado. **Aqui** [aponta para as fotos da FC sobre a mesa] **conta uma coisa que não é verdade, vou te dizer, porque aqui eles podem estar fazendo esporte, mas estão fazendo obrigado. Se nós não fizermos, eles já vêm falar um monte, põe de castigo. Então tem que fazer. Se não fizer, apanha. A foto não traz o sofrimento, o dia a dia que a gente passa lá dentro, só mostra o esporte** (ALESSA). [grifos nossos]

Alessa pode extrair um certo acalento (pela mensagem espiritual, pela música) para seu sofrimento. Possivelmente, sem se dar conta, o imaginário veio ao seu encontro e a conforta e transporta para uma outra vida, mas ao mesmo tempo não se livra da realidade do momento vivido. Pois Alessa subverte o sentido que o jornal tenta transmitir e explica a ausência do sofrimento na foto: “[...] **Às vezes pode ser que pediram pros moleques fazer assim** [refere-se ao posar na foto], **porque não é nada assim de verdade. Ninguém sabe o que a gente passa lá dentro.**” [grifos nossos].

PRANCHA 15.



Foto 020911

FSP, Cotidiano, C8: Adolescente que foi detido após tentar furtar um carro faz atividade esportiva dentro de unidade da Fundação Casa.



Foto 150609b

FSP, Folhateen, p.6: LUÍS²⁵, 17, Foi internado pela primeira vez aos 15, por roubo; quer ser bioquímico.

Nas duas imagens 020911 e 150609b, o esfumado e o corte de cabeça indicam que as faces dos jovens não podem ser vistas. Porém, essas imagens, mesmo tendo o foco no esporte, trazem consigo representações não valorizadas socialmente. São de jovens que cumprem medida socioeducativa na FC. Welington usuário do ECCA não se identificou com a foto 020911, e, mesmo não tendo sido perguntado se o jovem da foto estava feliz ou não, ele mesmo presente a tristeza na imagem. Disse-nos o seguinte:

Então escolho essa aqui, oh, um cara jogando bola. Acho que ele tá num campo correndo atrás da bola, ele deve ter uns 16 anos. Ah, estuda né, a noite. Tem família, lóóógico.[...] **Acho que a vida dele não é boa não.** É da hora jogar bola, **mas acho que ele não é feliz não.** Nem dá pra ver a cara dele... Educadora: Welington, eu vejo você jogando bola aqui. Welington: não, não sou eu, não. Pesquisadora: Você joga? Welington: Jooogo, na quadra da praça perto da onde moro. [grifos nossos]

²⁵ Nomes trocados conforme FSP em 15/05/09.

Embora Wellington aprecie e pratique esporte, e o jovem representado apresente características físicas semelhantes às dele, inclusive a faixa etária, ao ser aproximado pela educadora da cena da foto, ele rejeita, não se vê naquela situação, naquele local.

Alessa passou pela FC, Wellington não. Porém, ela traz a experiência vivida, ressaltando o sofrimento. Já ele percebe na imagem que o jovem não está feliz. Ambos são tocados pela tristeza que acompanha a mensagem visual.

PRANCHA 16.



Foto 250709c

FSP, Cotidiano, C8: Leila (nome fictício), 11, fugiu de casa e hoje mora na Casa Viva.



Foto 140710

FSP, Cotidiano, C4: Criança de 11 anos em abrigo de Ribeirão Preto; SP fará ação nos abrigos do Estado para avaliar a situação das crianças.

As poucas imagens que representam crianças em serviços de atendimento e/ou em atividade lúdica, despertaram interesse apenas entre as adolescentes da casa de acolhimento. Andrea escolheu a foto 250709c, e nos apresenta uma revelação entre o que vê na imagem e o que imagina: “**Acho essa imagem inocente, talvez ela [criança] não seja tão inocente, mas essa imagem passa isso.**” (grifos nossos). Depois de olhar silenciosamente para a imagem, comentou:

Aqui eu acho que apesar de todos os problemas [de ordem familiar], a menina tinha uma vida boa sim. **Acho que ela não tá feliz onde ela está** [casa de acolhimento]. Ela não tinha uma vida ótima, mas dava pra viver sim. Ela devia ter os pais, podia passar um pouco de necessidade, mas estava numa família unida. O motivo pra ir pro abrigo foi financeiro. Um vizinho denunciou que passavam necessidade, e daí o Conselho Tutelar foi lá e levou. Conselho tutelar é assim, não querem nem saber se é sua família ou não. Meu caso não foi assim, mas conheço de gente que foi assim. E aqui [foto] com esses brinquedos em volta, o único que ela se agradou foi com esse coelhinho. Os outros [brinquedos] ela não gostou, as bonecas têm uma cara estranha. Alessa: Deixa eu ver! Essas bonecas são bem estranhas... São feias! Essa aqui [boneca amarrada] parece um vodu. Macumba. Andrea: **Ela gostou do coelhinho porque é o único mais bonitinho e mais inocente.** Não, as outras não são inocentes, eu não queria essas bonecas. Olha a cara dessa bonecas, tia!... cara de encapetadas! [grifos nossos]

É possível que, imaginando, Andrea compare a vida de uma criança dentro da casa de acolhimento com a figura representada na foto. O que ela quer nos dizer ao ponderar “talvez [a criança] não seja tão inocente”? Que se perde a inocência quando uma criança é afastada de seus pais, de sua família? Que se perde a inocência quando uma criança passa a viver no acolhimento? E como, num escape dessa realidade imaginária que se apresenta, ela reencontra a inocência no brinquedo.

Por sua vez, Kely, quando se deparou com a mesma imagem (250709c), também dialogou com ela silenciosamente. Em seguida comentou: “Essa foto tá bem difícil, né? **Ela tá com a cabeça baixa, com o ursinho nas mãos, com várias bonecas ao redor, ela pode tá triste, tá pensando, se tá triste é porque tá pensando na família dela**”[grifos nossos].

Andrea percebeu na imagem construída a ideia de inocência, mas sabe também que mesmo sendo criança, se perde a inocência. Ela inverteu o sentido que o jornal propõe, ou seja, a inocência retratada na imagem pode não existir na vida real. Kely também soube apontar os elementos constitutivos na montagem da foto que a levaram a pensar que a criança esteja triste. O que as une é a tristeza evidenciada na imagem da criança, que no entender delas foi ocasionada pela separação da família.

O jornal representa essas crianças em atividade lúdica, mas combinada com a ideia de estados afetivos, como o de abandono, de tristeza²⁶. O terror detectado por Andrea e Alessa nas bonecas potencializa esses estados, o que contribui para reforçar a ideia de vitimização.

Depois de alguns encontros e leituras sobre as imagens comentei com as adolescentes que sempre estava presente a tristeza na interpretação que elas faziam das fotos, apesar de

²⁶ No caso dessas duas imagens, (250709c, 140710), elas tendem para a homogeneização e a estereotipização das representações, ao utilizar o mesmo formato de representação e enquadramento. Contrastam entre o lúdico (brinquedos) e a tristeza (cabeça baixa, pouca interação com os demais bonecos).

sabermos que não há, ou há muito poucos elementos na foto que remetam para uma leitura contrária à que o jornal procura transmitir.

Alessa, em seguida às minhas observações, escolhe a foto 180911, e, numa atitude menos provocativa, e mais de explicação, mostra os elementos contidos na mensagem visual, mas também vislumbra outros momentos para o garoto, uma outra história a ser narrada fora das páginas do jornal.

FOTO 8.



Foto 180911

FSP, Cotidiano, C8/9: Garoto de 7 anos faz atividade no projeto Equilíbrio, em SP.

Vou falar desse menino aqui [pega uma foto de menino em abrigo que está pintando, 180911]. Acho que ele **não tá feliz aqui**, acho que a mãe não tem condições de criar ele, ou também porque a criança é muito mal tratada, foi pro abrigo mas ele não tá feliz aqui não. Ele tá pintando, mas acho que é pra distrair a mente. **Poderia ter sido feliz. Aqui não aparece isso. Nem vê uma parte do rosto dele.** Sim, ele poderia ter tido momentos felizes antes de ir para o abrigo. Gostava de brincar com os colegas, andar de bicicleta. No abrigo também ele até pode ter momentos bons, mas aqui eu não vejo isso. As vezes eu pinto pra me distrair, não porque eu esteja feliz. As vezes ele pode estar pintando porque não tem nada pra fazer. **Nessa foto ele não está bem, mas acho que ele tem momentos bons dentro do abrigo** (ALESSA). [grifos nossos]

Observamos, com os relatos referentes às fotos sobre droga, posições diferentes dos adolescentes a partir das ideias que foram absorvidas das imagens propagadas pelo jornal. Ou seja, em parte os sentidos das fotos foram assimilados, e em parte foram configurados conforme suas vidas real e imaginária.

Quanto às fotos referentes ao esporte no interior da FC, e das crianças em serviço de atendimento, os adolescentes consultados foram unânimes em perceber nelas um sentimento de tristeza, mesmo que na montagem fotográfica tenham sido utilizados elementos que contrastam com esse estado de tristeza (as cores, o salto esportivo, os brinquedos),

possivelmente porque pesam sobre elas a ideia de prisão, a ideia de abandono ou vitimização que o jornal também transmite, mas também pelo fato de saberem que estar na FC ou no serviço de acolhimento são situações não valorizadas socialmente.

Já com as fotos referentes a abordagem policial, as posições também variaram entre eles, mas em comum os adolescentes se manifestaram contrários e indignados com a violência policial que é praticada contra eles, que faz parte do seu dia a dia, principalmente para aqueles que vivem nas ruas. Ou seja, não reproduziram as ideias contidas nas imagens do jornal, que sugere a incriminação da figura representada em relação ao tráfico, ao furto ou roubo, ou ao uso de droga.

Assim, observamos que, entre as opiniões formuladas diante das imagens, os adolescentes tendem a absorver os sentidos das imagens do jornal. Mas elas (Kely, Andrea e Alessa) avançam quando acrescentam questões de caráter social e político sobre as representações das crianças usando drogas. Avançam quando subvertem aqueles sentidos: como falar de proteção à imagem se o corpo não está protegido (Kely); como falar de inocência se a criança já pode tê-la perdido (Andrea); como mostrar essas fotos da FC se os jovens podem ter posado (Alessa); como aceitar que um jovem de saída da FC, e que ingressou na universidade, seja representado sem cabeça, numa “solitária”, com uma pipa na mão “sem linha, sem rabiola” (Kely). Avançam também porque trazem seus pontos de vista a partir do que vivem e imaginam sobre as crianças e adolescentes representados. Revelam, ainda que em fragmentos, histórias que o jornal não traz. São narrativas de quem viveu as histórias por detrás daquelas fotos.

4.2.5 Variações da visão do duplo

“é tudo ser humano, né?”
(Marcos – ECCA – imagens 281209 e 250709)

Aqui entramos na questão que visa saber quais as respostas que obtivemos quando perguntamos aos adolescentes se se identificavam ou não com a situação evocada pela foto, que já foram sinalizadas em alguns depoimentos no item anterior (4.2.4).

A fotografia é um instrumento através do qual revelamos nosso imaginário, ela permite entrar em contato com o *duplo* através de mecanismos de projeção e identificação. Porém, as fotos apresentadas para os adolescentes não foram feitas nem pela pesquisadora, e

nem pelos sujeitos. Também não fizemos fotos em comum acordo²⁷, nas quais os figurantes podem se preparar para serem representados, podem posar, compor um ser no mesmo instante em que se disfarça a si próprio. Apresentamos aos jovens as fotos do jornal. São fotos dos “outros”, que vivem situações que se assemelham com àquelas vividas por eles.

Os adolescentes do ECCA e da casa de acolhimento, em sua maioria não dispunha de fotografias de si²⁸, contavam então com o imaginário, pois este cria uma “imagem em nós e para nós” em cada situação (MARTINS, 2013, p. 43). Já as fotografias do jornal trazem crianças e adolescentes destituídos do ato de se fazer representar na sociedade e de representar para a sociedade, (*Ibid.*,p.47) mesmo nas fotos feitas nos serviços de atendimento, são fotos institucionais motivadas em mostrar os serviços prestados aos adolescentes. Desse modo, a imagem da criança e do adolescente que circula no jornal não pode ser ocultada, considerando outras preferências dos adolescentes, aquilo que não se quer mostrar para a sociedade, nem brincar ou fazer caretas para disfarçar uma tensão, nem pode fingir uma dignidade a que comumente os adultos recorrem em muitas fotos, tampouco negar a participar das representações que fazem dele, como as do jornal.

Embora tenha sido adotado o mesmo procedimento com todos os adolescentes, no acolhimento e ECCA, não só obtive respostas muito diferentes entre si, como elas problematizaram minha questão inicial. Encontramos, nos espaços visitados, três tipos diferentes de respostas, quando perguntado ao adolescente se se identificava com a situação apresentada pela foto, com a ação que ela evoca, na qual estão implicados os sujeitos representados pelo fotógrafo.

Há aqueles adolescentes, tanto do sexo feminino como do masculino, que se recusam a qualquer tipo de identificação. A repulsa pela situação que reflete a imagem é enfatizada negativamente. Porém, alguns deles deram sinais de identificação, quando mencionavam que já tinham passado por aquela situação representada. Conforme podemos constatar no diálogo abaixo entre Gustavo (ECCA) e Pablo, educador do ECCA.

²⁷ Nossa pesquisa visava inicialmente a que os adolescentes fizessem suas próprias imagens, se mostrassem como queriam ser representados, e de fato fizemos algumas imagens em campo, inclusive por eles mesmos. Porém, a veiculação de suas imagens requer autorização judicial. No caso das adolescentes da casa de acolhimento, isso poderia ser obtido, conforme o apoio oferecido pela coordenação da organização (Expedições), ainda que estivéssemos sujeitos ao risco de não termos, em tempo hábil, tal autorização, em vista do prazo da entrega da dissertação. Mas, no caso dos adolescentes do ECCA, a autorização judicial seria mais difícil, uma vez que os contatos com esses adolescentes foram eventuais, e não estavam vinculados a nenhuma instituição.

²⁸ Exceções às garotas do acolhimento: Andrea tem guardado em uma caixinha de papelão as fotos que restaram de seu “book”, e outras da mãe, dos irmãos e colegas da casa de acolhimento; Alessa também possui a foto de uma amiga. No ECCA, uma adolescente mostrou uma foto que guardava em seu bolso da calça, fotografada juntamente com um amigo.

Pablo: Gustavo, se você vive no centro, então essa é sua realidade também? Gustavo: essa não é minha realidade, não uso crack. Pablo: mas não tem só foto de crack, tem gente pintando, gente sorrindo, gente na FC. Gustavo: não gosto de ver. Pesquisadora: Então você não se identifica com as situações dessas fotos? Gustavo: Não, já passei na Febem sim, mas não gosto de ver esses problemas. Pablo: Essas fotos te trazem lembranças? Gustavo: Trazem. [Gustavo abaixa a cabeça e permanece em silêncio]

Gustavo, como não poderia deixar de ser, tem dificuldades para lidar com seus problemas, oscila entre um estado que viveu (FC) e quer esquecer, e um outro atual que o circunda (uso de drogas). Ele entende que sua realidade é diferente da realidade que se apresenta na foto. Prefere ver fotos bonitas, fotos em que nos preparamos para nos representar, e assim mostramos um outro que habita igualmente em nós, juntamente com as imagens que desprezamos de nós, juntamente com aquelas características que, quando sabemos que nos pertencem, queremos por vezes esquecer-las. Cada qual lida à sua maneira com seu *duplo*.

Daiane (ECCA)²⁹, por exemplo, deparou-se com a foto de 161010a, que representa um grupo grande de usuários de droga na calçada da rua lateral ao elevador no bairro Santa Cecília, e comentou o seguinte: “Eles [fotógrafo-jornalista] **tiram foto da gente** escondida. Ele tava de longe e **as pessoas nem viram**. Aqui eles tão vendendo [droga], tem uns que compram.” [grifos nossos]. Note-se, Daiane se revela participando da cena da foto e também fora da cena, apesar disso não se identifica com a situação da foto, nem tampouco com a foto na qual seu marido sofreu abordagem policial. Daiane demonstrava pouco interesse pelas fotos, mesmo assim continuava a passar os olhos sobre aquelas referente à “cracolândia”. Perguntei se se identificava com aquelas situações. Daiane respondeu: “Não, eu não vivo isso, eu não uso [droga], nada, tia.” Ela também não se via morando na rua, afirmou: “[...] eu moro na cidade Tiradentes, só fico aqui no São Francisco”. Ela tem como referência uma residência, apesar de ter revelado em encontro anterior que costumava ir com regularidade quase que diária à casa onde mora sua mãe, e, em outro momento, que suas idas não eram tão regulares. Talvez Daiane combine a fantasia da vida na rua com referências da vida real e vice-versa, pois não se vê vivendo nesse mundo da droga, nem na rua.

No caso desses depoimentos do grupo um (Gustavo e Daiane), as fotos os remeteram a um tempo presente, próximo do cotidiano em que vivem. Porém, eles diferenciam-se em relação ao lugar (“cracolândia”) de onde circulam (São Francisco) e das pessoas usuárias de droga³⁰. Podemos entender que essa diferença provém da estranheza que sentiram ao se

²⁹ A jovem que identificou seu marido em uma das fotos (260210), conforme item 4.2.4.

³⁰ Conforme já abordado nos itens 4.2.2 e 4.2.3 deste capítulo.

depararem com as imagens de pessoas que vivem situações semelhantes às deles, mas não se reconhecem em tais situações, ainda que, no caso de Daiane, tenha participado inclusive da cena representada na foto³¹.

Morin (1997) nos traz um caso comentado por Jean Epstein³². A jovem musa do cinema mudo, Mary Pickford, “ao ver-se no ecrã pela primeira vez, incrédula, decepcionada, escandalizada (...) chorou.” (MORIN, 1997, p.59). O *duplo* revelado no filme à jovem e assim percebido por ela é o mesmo *duplo* de quando a criança se descobre no espelho, “um *duplo* estranho e familiar” (*Ibid.*, p.60). É possível que os dois adolescentes tenham se deparado com a presença do *duplo*. Daiane apesar de ter chorado na primeira vez em que viu a foto, que representa seu marido vigiado pelo policial armado, das outras vezes que nos encontramos no ECCA pediu novamente para ver a foto. E quieta, sem falar, “mergulhava” na foto. Certamente, esses adolescentes se deparam com algo que não desejam para si, sentem vergonha, sentem medo. Participam das mesmas situações, mas não se identificam com elas porque os jovens são representados como usuários de crack e com estes não se identificam. Ou seja, não veem apenas a semelhança da situação em morar na rua, veem um ser com o qual não querem se parecer. Vivem de modo próximo aos seus semelhantes: dormem na rua, circulam nas ruas e nos serviços de atendimento, podem praticar pequenos furtos, fazer uso de drogas, mas imaginam-se distantes daqueles seus semelhantes, defendem-se como podem de algo que os aterroriza.

Num segundo grupo de respostas dos adolescentes, eles apontaram a identificação com determinadas situações representadas nas imagens, mas não com todas as imagens e situações. É o caso de Cauã (ECCA), que costuma jogar futebol na quadra da escola do bairro onde mora, e disse se identificar com a foto da FC 130710a³³, na qual os jovens são retratados jogando futebol em quadra esportiva fechada. Mas disse não se identificar com a cena dos policiais apreendendo uma adolescente³⁴, embora tenha passado por situação semelhante quando os policiais submeteram a ele e ao colega deitados no chão de uma rua na favela onde moram³⁵. A diferença para ele é que, na sua experiência, foi eximido da vergonha que a adolescente da foto não foi, por ter ocorrido na rua e durante o dia, as pessoas paravam para olhar, e no caso dele não, ninguém viu porque o enquadro policial sofrido foi à noite.

³¹ Foto 260210 exposta no item 4.2.4 deste capítulo.

³² Cinéma du Diable, (sem ref. ao ano) p. 187.

³³ Exposta no capítulo III, item 3.3.2.1.

³⁴ Refere-se às fotos 150909ab, expostas neste capítulo, item 4.2.4.

³⁵ Conforme relatou no item 4.2.4, deste capítulo.

Alessa (acolhimento) vai na mesma linha de Cauã, e apontou nas fotos primeiramente tudo com o que não se identificou. Disse ter feito uso de cocaína e não de crack, conforme mostra a maioria das fotos do jornal. Também não se identificou com as fotos de crianças e adolescentes morando na rua porque nunca morou na rua, mas também não fez referência a nenhuma das fotos do serviço de atendimento para se identificar com as situações. Disse apenas se identificar com as fotos que trazem situações de cenas esportivas da FC, e com as situações de enquadro policial, principalmente quando o policial usa arma de fogo para controlar as pessoas sendo revistadas. Mas Alessa sempre enfatizou as diferenças ocorridas entre as situações vividas por ela e aquelas representadas nas fotos do jornal. Ela pega a foto 260210³⁶, em que o policial vigia as pessoas com arma de fogo e comenta:

Nossa! Esse aqui é um enquadro. Tem um policial, devem estar usando droga. Não, não sei. Tem homens, mulheres. Não, eu não me identifico. Eu não. Como assim se identifica? Pesquisadora: Você se vê nessa situação em que um policial vigia com arma as pessoas na rua? Alessa: Não[referindo-se a outras fotos de droga]. Mas enquadrada sim. Porque já tomei vários quadros. No primeiro apanhei. Sim, foi na rua com policial homem. Tava um monte de gente entre amigos conversando e eles chegaram. Não encontraram nada, ninguém tava com nenhuma droga, só com cigarro. Só tinha eu mais uma amiga minha, o resto tinha uns quinze caras. Tinha vários policiais armados. Ele me deu uma coronhada porque ele queria saber quem tinha feito minhas tatuagens e eu não falei. Fui enquadrada cinco vezes (ALESSA).

Alessa e Cauã identificaram-se com certos aspectos representados nas fotos, por terem passado por situações semelhantes. Eles, ao contrário do primeiro grupo, em que a negação é enfatizada em relação a qualquer imagem, aqui selecionaram algumas fotos e as associaram determinados aspectos a outros vividos por eles, pontuando as diferenças entre a imagem materializada e a imagem da vida vivida, cujas cenas estão retidas em suas memórias e com as quais dialogam imaginariamente.

De um terceiro grupo de depoimentos fizeram parte aqueles adolescentes que disseram se identificar com as situações das fotos, escolhidas por eles mesmos para serem comentadas. Kely, moradora da casa de acolhimento, disse: “...eu me identifico bastante com esses moleques assim, sabia?”³⁷. Kely, dentre os adolescentes dos dois espaços, fora a única que disse se identificar com o adolescente usando crack, que no entendimento dos demais se configura na representação do “noia”. A jovem na ocasião tentava se livrar da dependência do crack. Nesse sentido, talvez possamos pensar que essa identificação projetiva revele uma atenuação da distância entre o imaginário e o real, na medida em que dispõe de uma

³⁶ Exposta neste capítulo, 4.2.4.

³⁷ Refere-se à foto 240709a, do adolescente usando crack na primeira página do jornal, exposta neste capítulo, 4.2.4.

lucidez para falar sobre sua vida concreta projetada na imagem? Se assim, o contrário teria ocorrido no grupo um, principalmente, pois as falas de Gustavo e Daiane negam toda proximidade que possa haver entre as imagens que têm de si e as imagens do jornal.

Nos termos de Morin (2011 [1962]), dentre as várias possibilidades que oferece a projeção, uma delas é a ocorrência de uma “certa identificação”, é quando o espectador libera para fora “virtualidades psíquicas” e as fixa no personagem com o qual se identifica. Diferentes condições favorecem o “optimum identificativo”, quando, por exemplo, se “estabelece um certo equilíbrio de realismo e de idealização”, ou seja, é preciso que haja “verossimilhança” e também fantasia, que a vida cotidiana ganhe intensidade (MORIN, 2011, p.74-75). Além disso, é preciso também que estejam envolvidos os desejos e interesses profundos do espectador. E por outro lado pode ocorrer também um “optimum projetivo”, quando então os fantasmas, “necessidades insatisfeitas” e “aspirações proibidas”, são expulsos (*Ibid.*,p.75).

Priscila fez uma pausa no desenho que pintava sobre a mesa no ECCA, e escolheu a foto de um jovem cozinhando (150609c)³⁸ dentro da FC. Disse o seguinte:

Eu tô procurando encontrar o meu caminho. Faz cinco dias que eu tô na rua. Ele? [pergunto sobre o jovem da foto escolhida] Por que ele está nesta situação? Vai ver ele fez alguma coisa errada pra ajudar alguém. Ou ele foi criado com umas pessoas que roubam, que fumam, sei lá, e acabou fazendo coisa errada, ou tem cabeça de vento. Pesquisadora :Você se identifica com essa situação? Você disse que gostaria de aprender a cozinhar, e... Priscila me interrompe e diz: de sem caminho? [situação] Pesquisadora: É, pode ser. Priscila: Sim, me identifico.

Nessa conversa enfatiza-se o momento pelo qual Priscila está passando, mas, momentos antes a jovem mencionou que gostaria de aprender a cozinhar. Com base nisso, supomos que a mesma imagem remete tanto para um trabalho futuro que deseja, que faz parte de seus sonhos, como à sua vida atual, de se ver “sem caminho” neste momento. Introjeta-se um real preexistente, partilhando-o com os outros, que imaginariamente é reelaborado, distorcido, mas concebendo sua própria narrativa de vida. O imaginado é “[...]projeção irreal que poderá se tornar real”, pois o imaginário põe em movimento o sonho, que surgiu do real, estruturou-se como ideal, e “retorna ao real como elemento propulsor” (SILVA, 2006 [2003], p.12).

Na minha primeira ida ao ECCA, encontrei três adolescentes, dois irmãos e um primo, que estavam à espera de vaga em serviço de atendimento. O mais novo pegou a foto 281209³⁹ e disse: “Aqui ele tá mostrando uma droga pro fotógrafo. Acho que é maconha.” O irmão

³⁸ Exposta no capítulo III, 3.3.2.2.

³⁹ Exposta no capítulo III, 3.2.2.1.

completa: “Aqui é a Luz.” Pesquisadora: Vocês se identificam com essa situação da foto? Marcos o mais velho, 15 anos, responde: “Que é tudo ser humano, né? Tá procurando um abrigo, e tentando voltar pra casa dele”.

Kely, Priscila, Jeferson e os três garotos são adolescentes que selecionaram as imagens e quase que espontaneamente revelaram suas identificações com algumas situações das fotos, sem se preocupar com aquilo que os faz serem diferentes dessas representações. Ao contrário, partiram daquilo que os aproxima e não daquilo que os distancia. Priscila, porém, não passou pela FC, mas escolheu a foto que traz o jovem cozinhando. É possível que projete seus sonhos na imagem. O imaginário é o motor da vida.

O humano, antes de investir em qualquer empreendimento, sonha, imagina. O inventor antes de se consagrar como tal, é possuído pela imaginação (MORIN, 1997, p. 27). Com a imaginação o humano se põe em movimento no mundo em que vive, ela impulsiona, como pode também nos paralisar frente ao medo, até ser possível reelaborar uma outra saída, uma outra narrativa sobre si. O imaginário “[...] sedimenta um modo de ver, de ser, de agir, de sentir e de aspirar ao estar no mundo” (SILVA, 2006 [2003], p. 11-12).

Segundo Morin (1997), imaginário e real são antagônicos e complementares, se auto-permutam, disso podemos inferir que o imaginário, ao se manifestar pelo mecanismo de projeção-identificação quando diante de uma foto, ele não é uma projeção irreal, uma vez que emana do real, constituindo, enfim, uma combinação entre o imaginário e o real (MORIN, 1997, p.16). Vivemos no imaginário, assim como acreditamos viver na realidade.

Para finalizarmos, ressaltamos que a fotografia, em seu campo antropológico, parte de uma memória de si, de uma recordação física do corpo com a imagem que se expressa na foto (“características aparentadas”), para ir ao fantasma (“características diferenciadas da imagem mental, do reflexo, e da sombra”), explica Morin (1997, p.52). No encontro entre essa “parecença” e “diferença”, quando diante da imagem fotográfica, ocorre uma contradição que perturba a consciência de si próprio (*Ibid.*, p.57). A foto apresenta ele mesmo, o espectador na imagem materializada, mas ao mesmo tempo ele está do outro lado da imagem. Ora, é exatamente isso que não ocorre com alguns dos jovens, ou melhor, que ocorre em um sentido mais perturbador. Não se veem fisicamente na imagem, mas veem um outro que não reconhecem, ao contrário, às vezes há busca permanente para distinguir-se desse outro (usuário de crack), e por outro lado veem cenas de seu cotidiano nessas imagens. Não veem a si próprio, veem cenas de suas vidas vividas por outros.

Martins (2013) nos traz uma reflexão sobre a dificuldade que as pessoas, pobres e ricas, têm em reconhecer-se nas fotos em que são representadas. Um grupo de

pesquisadores⁴⁰, antropólogos e fotógrafa, pretendia fazer fotos sobre pessoas que vivem em favelas em Buenos Ayres, e captar do modo em que elas viviam, sem maquiagem, para documentar “como elas são” (MARTINS, 2013, p. 48). Os fotografados ficaram inconformados com o resultado, entenderam como desrespeito e desconsideração porque não puderam se preparar para as fotos. Explica Martins: “Sua concepção de decoro pressupunha que, para constar de uma fotografia, deveriam ter tido a oportunidade de apresentar-se dignamente, para que na representação do antropólogo e do fotógrafo não fossem apresentados como acham que não são.” (*Ibid.*, *loc.cit.*). Como se fosse possível, e talvez seja de certa forma imaginária, representar algo ao mesmo tempo em que ocultamos. Quer-se ocultar aquilo que se despreza, e revelar, mostrar aquilo que se admira, independentemente de sermos desse modo ou não, mas a imagem que se concebe de si é a que se pretende revelar. A imagem interna nem sempre coincide com nossa imagem externa, e no entanto é aquela que nos move na vida e nas relações com as pessoas, e é esta que as pessoas veem (*Ibid.*, p.49). “Diante do espelho, sempre nos surpreendemos um pouco. Sentimo-nos atraídos pelo estranho que nos contempla com ar curioso. Nunca saberemos quem realmente somos. Mas temos certezas imaginárias que nos orientam, consolam, guiam, realizam-se.” (SILVA, 2006, p.73).

O outro exemplo comentado por Martins (2013) vem de uma exposição em Paris, realizada em 1939, com retratos em cores de intelectuais da cultura francesa e europeia, feitos por G. Freund⁴¹. Parte significativa dos escritores não se reconheceu nas fotografias da respeitada fotógrafa, e conforme aponta Martins, ali não se tratava de vestir trajes apropriados (MARTINS, 2013, p.49). É possível que a preocupação desses senhores fosse além do visível, talvez estivesse contida na imagem interna que cada um tinha de si.

Morin revela que a imagem que temos de nós mentalmente é produzida real e imaginariamente, compomos nossa imagem com elementos do imaginário e da realidade externa (MORIN, 1997, p.16). Mas, mesmo quando diante da nossa imagem fotográfica, ocorre uma perturbação, pois pode-se não se identificar com a foto. Essa perturbação pode ocorrer em função do que nos fala Martins (2013), porque nem sempre há coincidência entre a imagem interna e a imagem externa, a que nos vemos materializada na foto, e a que os outros veem em nós (MARTINS, 2013, p. 49). É a percepção visual que externaliza a perturbação,

⁴⁰ JELÍN, E., VILA, P., e D'AMICO, A. Podria ser yo: los setores populares urbanos em imagen y palabra, , Buenos Aires, Ediciones de la Flor, 1987.

⁴¹ CAUJOLLE, C., “Foreword”, in G.FREUND, Photographer, Harry N. Abrams, Inc. Publishers, New York, 1985, p. 9.

pois o espectador de sua foto não encontra na imagem material aquilo que imaginou para si na elaboração de sua imagem mental.

Com base no inconformismo dos moradores da favela, e do não reconhecimento dos escritores em relação às suas imagens, podemos entender e compreender, porque parte dos adolescentes sequer se reconheceram naquelas situações, e inclusive em uma delas a adolescente (Daiane) disse ter estado presente. Como sabemos, não são imagens deles, mas os seus relatos revelam a potência projetiva ao comentar sobre as fotos. Provavelmente, eles não se veem naquelas situações porque não se veem como as pessoas que estão ali representadas. Martins (2013) nos chama a atenção:

A fantasia é um dado fundante da identidade, mesmo que dela não existam evidências factuais. As pessoas são o que imaginam ser e o que querem que os outros pensem que são. Nossos processos interativos são, também, técnicas para dar vida e realidade à ficção que nos move na sociedade (MARTINS, 2013, p.49).

É certo que as expressões dos adolescentes diante das imagens não dão conta de todo imaginário, mas mostram a relação entre as imagens que têm de si e as imagens fotográficas. Cada qual cria relações diferenciadas entre o real e o imaginário. Entre um polo e outro, alguns podem estar mais próximos do estado imaginário, outros criam equilíbrios entre um e outro. Com seus sonhos e seus medos, imaginários e reais, se posicionam num mundo hostil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de imagens fotográficas que circularam no jornal Folha de São Paulo, sobre crianças e adolescentes em situação de risco, no período de 2007 a 2011, buscamos conhecer as representações elaboradas pela mídia impressa. Consideramos, para isso, de um lado, o fotógrafo e o jornal, e, de outro, a leitura que os jovens, sujeitos desta pesquisa, fizeram delas, que não são suas imagens, e sim de outros adolescentes e crianças, mas que refletem situações por eles vividas. Em síntese, buscamos conhecer e interpretar os olhares depositados nessas imagens, tanto daqueles que as fotografaram como dos adolescentes que vivem condições semelhantes aos grupos representados. Pois as imagens são uma perspectiva das Ciências Sociais, são um convite a refletir, com elas e sobre elas, apresentam-se com seus limites em relação aos grupos sociais que representam, mas, por outro lado, nos abrem pistas e caminhos para conhecermos outros modos pelos quais os humanos se dão a ver (MARTINS, 2005, p. 9).

Com essas imagens, encontramos a posição social e política atribuída às crianças e adolescentes em situação de risco em nossa sociedade. Elas nos revelam como foram tratadas questões da infância e juventude, por meio de seus sentidos visíveis e invisíveis identificados em nossa análise. Os sentidos visíveis e recorrentes circunscreveram as crianças e adolescentes em um circuito de vícios, em dois espaços que se ligam, o da rua e o da instituição. Com base nos temas e os recursos de expressão e conteúdo utilizados para compor as representações, ainda que com raras exceções, o que se repete no espaço da rua é a simbolização da desordem, na qual se vive a desmedida por meio da prática dos vícios de todo tipo (droga, tráfico, furto, roubo, mau comportamento), entremeio a espaços recortados de locais sujos e mal cuidados, assim como os corpos e trajes que nelas figuram, e no limite apontando a degradação física e moral dos corpos. O resultado é uma estética da pobreza urbana que associa a miséria material à droga e ao crime. Complementarmente a essas imagens e matérias que nos dizem: “Eles estão pelas ruas, sujos, mal cuidados. Eles usam drogas, praticam furtos e roubos, estão envolvidos com o tráfico”; foram feitas outras captadas nos espaços institucionais. Essas imagens vêm simbolizar a garantia do estado da ordem, onde os corpos se apresentam bem cuidados, onde a violência se mostra vigiada, e o medo suscitado do estado da desordem encontra-se apaziguado no imaginário, cujas imagens nos dizem: “Eles estão presos”.

Encontramos também os sentidos invisíveis, que, em parte, explicam os sentidos visíveis, ou seja, as razões pelas quais tais imagens foram escolhidas para circularem no

jornal. Por serem fotográficas, não podem trazer a completude das histórias das crianças e adolescentes, mas poderiam trazer outros tipos de representações, mesmo que fragmentadas, e não as que encontramos. Porém, as histórias são incompletas não apenas pela insuficiência da imagem, mas também porque a “história universal”, nos termos de Benjamin, se revela incompleta (2012 [1940], p. 251).

Os sentidos invisíveis identificados vieram de interpretações, de estudos sobre a temática, de depoimentos de atores sociais que foram apontados no contexto da produção¹ fotográfica, dos efeitos dos sentidos visíveis, e da comparação entre as imagens, nas quais observamos uma diferença na produção, nos recortes espaciais, ora concebidos na rua, ora na instituição.

A diferença que verificamos na produção jornalística entre as fotos e os textos escritos feitos a partir das ruas e aquelas feitas nas instituições, nos sugere que a produção delas se pautou por parâmetros distintos para compor os textos visuais e escritos. Em um, por ter partido do espaço da rua, pode ter prevalecido a desobrigação das normas e convenções que pautaram as matérias formuladas a partir do espaço institucional. Nesta, a produção delas pode ter passado, além do jornal, pelo crivo de seus gestores, o que muda o resultado da foto, apesar de se tratar do mesmo público e de igualmente dispor da mesma legislação que orienta a exposição de crianças e adolescentes. Dessa produção, entendemos que em nenhuma das fotos as imagens das crianças e adolescentes estiveram protegidas, mas há diferenças no tratamento delas, já que verificamos, em algumas imagens institucionais, um certo cuidado que não encontramos entre as fotos da rua.

Notamos também que as imagens das crianças e adolescentes ganharam visibilidade nas ruas da “cracolândia” e no interior da Fundação Casa (FC). Foram os recortes espaciais escolhidos para serem fotografados em função dos temas da atualidade. As próprias fotos da “cracolândia” nos convocam a pensar que as crianças e adolescentes devem circular pelos bairros do Centro, inclusive pela área da Luz, e não podem estar presos e fixos nessas ruas. No entanto, as escolhas de suas imagens se restringem aos espaços caracterizados pela feiura, pelo predomínio dos vícios. Junto delas, não aparecem os bens arquitetônicos, símbolos do poder e da história da cidade, que existem no bairro da Luz, onde também está localizada a “cracolândia”.

Dessa forma, as imagens fotográficas dessas crianças e adolescentes foram utilizadas, em parte, para denunciar a ineficácia das ações de governo quanto às políticas sociais, em

¹ Refiro-me às fotos feitas no Centro de São Paulo, e às fotos feitas na Fundação Casa, conforme o capítulo III.

uma área que está passando por um processo de transformação e requalificação de seus usos. Contudo, foi uma denúncia parcial, pois foram concebidas representações deterioradas, cujos efeitos dessa visibilidade podem suscitar o medo social em relação a eles e, por conseguinte, a adoção de medidas de exclusão.

Na FC, a visibilidade dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa veio em favor do fortalecimento institucional, em substituição à imagem da Febem. Os depoimentos de vários atores que identificamos nos revelaram os sentidos invisíveis das fotos institucionais, pois nos apontam que as rebeliões ou conflitos internos foram ocultados da imprensa, visando à construção de outra imagem da Fundação Casa, que viria a substituir a Febem como local de conflitos e de rebeliões.

O que esses contextos sobre a produção das fotos nos colocam é que a formulação de imagens atravessa também as instituições. Elas dizem respeito a ocultamentos e revelações, que a história oficial não nos traz. Tal como vimos na FC, que se reveste de uma roupagem baseada na legislação, o que lhe constitui uma imagem. Mas, por outro lado, as histórias, os conflitos que se passam em seu interior, apontados por outros atores e organizações sociais em defesa dos Direitos Humanos, não nos são revelados oficialmente. Do mesmo modo podemos pensar em relação ao Estado e às políticas urbanas implantadas no Centro de São Paulo. O projeto urbano-cultural, com a finalidade de mudar a imagem do Centro, mas não só, posto em andamento na região da Luz, se reveste com a máscara da cultura (KARA JOSÉ, 2011, p. 189). O Estado não aparece como desencadeador de processos, inclusive da “limpeza social”, negligenciando as necessidades locais, mas como benfeitor pela manutenção e construção de prédios de forte apelo arquitetônico (*Ibid.*, p. 188). Nesse sentido, na concepção dessas imagens institucionais fica nítida a ausência de transparência com questões de interesse público. Está oculta uma parte da história.

O que dizer dessas imagens de crianças e adolescentes, uma vez que serviram para esses fins e tiveram as representações que viemos a conhecer? Elas foram captadas da realidade empírica, apesar de produzidas, refletem fragmentos de suas histórias, mas também porque, conforme Morin (1997), todo real torna-se imagem, que tanto alimenta como é alimentada pelo imaginário (MORIN, 1997, p.15-16). Seria então nesse processo de trocas, entre o exterior (realidade empírica) e o interior (imagens mentais), que circunscrevemos as histórias das crianças e adolescentes em um circuito de vícios que aprisiona outras histórias possíveis? Nesse sentido, não identificamos apenas as representações jornalísticas que fomentaram os imaginários de seus leitores sobre as crianças e adolescentes, mas encontramos também o próprio imaginário social, um imaginário “viciado”.

Os olhares dos adolescentes nos trouxeram os sentidos invisíveis revelados pelas suas interpretações quando diante das imagens fotográficas do jornal. Fizeram revelações imaginárias em relação às imagens que têm de si, imagens que querem preservar, e também de outras que não querem para si. Ou ainda, em contato com o *duplo*, seus relatos indicam uma divisão e oscilação entre imagens do mundo da rua (por alguns negadas, por outros assumidas em certas situações) e outras que concebem de si (idealizadas).

A participação dos adolescentes, seus posicionamentos e leituras nos trouxeram inquietações, o que nos convoca a considerá-los em pesquisas futuras. Quando em contato com as imagens, revelaram seus sentimentos (sentidos invisíveis) e, juntamente com eles, deram mostras tanto da absorção da carga emocional e das ideias presentes nas composições fotográficas do jornal, como também subverteram tais ideias. Pelas imagens e pela interpretação que os adolescentes manifestaram em relação a elas, identificamos que a hierarquia na vida da rua passa também pela aparência, pela apresentação pessoal, pela imagem que cada um faz de si. Os adolescentes, especialmente os frequentadores do ECCA, usam de recursos para não serem vistos mal cuidados e viciados em crack. Adotam regras de convívio entre aqueles que vivem na rua, às vezes baseadas em preconceito, para não se tornarem usuários de crack. Ao preservarem uma imagem de si (física e mental) diferente das imagens que circularam pelo jornal, indicam-nos que talvez preservem um certo equilíbrio que os livra de cair em definitivo no mundo da rua. Nesse sentido, uma questão que se apresenta, não só para aqueles que criam os programas sociais destinados a esses grupos heterogêneos de crianças e adolescentes em situação de risco, seria que tipo de atendimento e acolhimento propor e torná-lo efetivo, uma vez que as imagens que concebem de si se diferenciam de outras crianças e adolescentes em situação semelhante, e, por ser assim, não devem se ver sendo assistidos. Como preservar e manter essas imagens que concebem de si para escaparem em definitivo da vida da rua?

Com esse modo de apresentar-se e de se posicionar no mundo, os adolescentes estão tentando nos dizer mais coisas, nas quais infelizmente, neste momento da pesquisa, não pudemos avançar. Minimamente podemos pensar que eles querem consumir os mesmos bens simbólicos e materiais valorizados socialmente, e participar das representações e de um imaginário que não são os revelados nas imagens do jornal.

Além disso, as revelações que fizeram, conforme se assumiam diante das imagens, expuseram a diversidade, especificidade e complexidade das pessoas que vivem nas ruas, pois, apesar de aí viverem, não querem que apareçam os efeitos da vida na rua em seus corpos. De fato, vivemos num mundo de imagens, onde, não por acaso, a visão se sobressai

dos demais sentidos. Ela é, dos sentidos, “o mais interativo”, “[...] pois o ver é, geralmente, recíproco, aquele que o outro vê interfere no que nele vejo.”² (MARTINS, 2013 [2008], p. 49).

Em razão desses resultados, nossa pesquisa de mestrado se abre para uma perspectiva futura. Pois, tendo em vista tal imaginário, nos parece pertinente comparar as representações de grupos sociais durante um período histórico mais abrangente, a fim de identificar o que permanece e o que muda tendo em conta os conteúdos imagéticos e o imaginário. Desde quando e com quais variações concebemos esse imaginário sobre as crianças e adolescentes em situação de risco? As imagens no jornal se apresentam fixas, mas seus conteúdos não são, mesmo a própria técnica, na sua atualização, aprimora a imagem para os sentidos que se desejam. As imagens são sempre recriadas, reatualizadas, não poderiam se manter pertencentes apenas a um tempo, nem tampouco apresentar-se sempre inéditas. Elas conservam elementos do passado participando das fotos da atualidade, eles são reconfigurados no presente para que possam ser compreendidos no atual contexto do espectador. As representações, portanto, não são sempre as mesmas, assim, se requer um período maior para identificar as variações, buscar imagens antigas que se revivem imaginariamente nas representações atuais.

E, para finalizarmos, importa destacar que as imagens que representam determinados grupos sociais, ao serem veiculadas pelo jornal, propõem conteúdos, que dialogam com o imaginário social, e atuam como “[...] elemento estruturante das representações sociais.” (MAUAD, 2005, p. 172). A depender das imagens, os grupos podem se reconhecer, se situar politicamente, e se imaginar nas relações entre si e com outros grupos sociais. Mas, mesmo no caso de não se reconhecerem totalmente, ou de desprezarem tais imagens, podem introjetar para si os estigmas que elas veiculam. As imagens que são formuladas das crianças e adolescentes como usuários de crack, praticantes de delitos e, por conseguinte, transformados em “ameaça social”, e do jovem na FC, quando a ele se atribui a ideia de “autor de ato infracional”, contrariam a “condição especial de pessoa em formação e em processo de ressocialização” (ANDI, 2012, p. 79). Ou seja, são representações que deterioram as identidades que procuram fazer de si.

As representações das crianças e adolescentes no jornal trazem uma visão de mundo sobre grupos sociais marginalizados, sobre a desigualdade social, que se impõem e aparecem

² J. S. Martins (2013, [2008]) refere-se à citação de Simmel: “[...] o olho é destinado a um desempenho sociologicamente único”, conforme D. Frisby e M. Featherstone (eds.), **Simmel on cultura**. Selected Writings, Sage Publications, London, 1997, p. 111 (2013, p. 49).

naturalizados. Elas são apreendidas como se esses grupos naturalmente pertencessem a esses espaços e estivessem sob essas condições. E assim são absorvidas no imaginário, na memória, como componente das interações sociais, e, no entanto, foram construídas, são produtos de uma cultura. São sempre fotos escolhidas para ser visto o que queriam que víssemos, ou constituem os temas sobre os quais a sociedade escolheu pensar, “[...] mas [é] algo estipulado: isto é importante, e esta é a história de como aconteceu, com as fotos que aprisionam a história em nossa mente.” (SONTAG, 2003, p. 73).

As fotos do jornal que representam as crianças e adolescentes podem provocar as mais diferentes reações nos seus leitores, como o medo, por exemplo, mas não se excluem outras, como a indiferença, comoção, compaixão, repugnância, solidariedade, distanciamento. O fato de muitas vezes reagirmos com indiferença é provável que não signifique que estejamos menos sensíveis (*Ibid.*, p. 97). “É a passividade que embota o sentimento” (*Ibid.*, p. 85). Sontag (2003) descarta que a compaixão, a indignação moral possam levar à ação (*Ibid.*, p. 97). “A compaixão é uma emoção instável. Ela precisa ser traduzida em ação, do contrário definha.” (*Ibid.*, p. 85). As imagens são um convite a “refletir”, a “examinar”, a questionar as racionalizações que estão postas na construção das imagens pelos poderes constituídos.

Há uma diferença entre os espectadores considerados nesta dissertação. De um lado, os jovens diante de “suas” imagens, de outro lado, os espectadores leitores do jornal e, ainda, os que fizeram parte do nosso trabalho. Os jovens foram quase os “protagonistas” daquelas cenas, tão repelidas por alguns deles. Falaram das fotos com emoção, falaram dos sentimentos daquelas situações. Nós podemos identificar nossos sentimentos e se manifestar diante da imagem, eles viveram os sentimentos no olhar das fotos.

Podemos imaginar, como um “modo de saber”, o sofrimento repetidamente apontado por Alessa, assim como a tristeza mencionada por Kely e Andrea, a indignação de Jeferson, e o silêncio de Gustavo e de outros deles, com a finalidade de compreender suas experiências. Contudo, não será uma compreensão na sua “justa proporcionalidade” (DIDI-HUBERMAN, 2012 [2004], p. 204). “A imaginação não restitui a ‘proporcionalidade’ do acontecimento. Ela trabalha precisamente no seio da desproporção entre a experiência e o seu relato” (*Ibid.*, p. 203).

Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 362-377, p. 1038-1043.

ACHUTTI, Luiz E. R., **Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1997.

ADORNO, Sergio. A Desobediência Civil: uma questão de direito? In: **A Vida em Rebelião – jovens em conflito com a Lei**. São Paulo: Editora Hucitec; Fapesp, 2005, p. 289-293.

ALVES, André. **Os Argonautas do Mangue**. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

ANDI Comunicação e Direitos, e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Adolescentes em conflito com a lei: guia de referência para a cobertura jornalística**. Brasília, 2012. Disponível em: <www.direitoshumanos.gov.br>; <www.andi.org.br>. Acesso em: dez. 2012.

ANDI Brasil. **Estatuto da Criança e do Adolescente [um guia para jornalistas]**, 2ª. edição, Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.andi.org.br/sites/default/files/Guia_eca-1.pdf>. Acesso em: out. 2012.

ANDRADE, Marcelo P. **A categoria “meninos de rua” na mídia: uma interpretação ideológica**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

ATHIAS, Renato. Entrevista sobre Antropologia Visual. In: **S^omanlu - Revista de Estudos Amazônicos**. Manaus: Ed. da Univ. Fed. do Amazonas/Edua, ano 6, n. 1, 2006, 2007, p. 201-214.

AUMONT, Jacques. **A Imagem**. Campinas-SP: Papyrus Editora, 2011.

BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar T. da. **Antropologia e Imagem**. São Paulo: J. Zahar, 2006.

BARROS, Denise D.; MORGADO, Paula. Dogon e Wayana na web: Territórios virtuais e formas de apropriação do outro. In: BARBOSA, A.; CUNHA, E. T. da; HIKIJI, R. S. G. (orgs.). **Imagem-conhecimento: Antropologia, cinema e outros diálogos**. Campinas: Papyrus, 2009, p. 293-314.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: BCD União de Editoras S.A., 1999 [1957].

_____. A Mensagem Fotográfica. In: **O Óbvio e o Obtuso – Ensaios Críticos III**. São Paulo: Nova Fronteira, 1990, p. 11-25.

_____. **Câmara Clara**. Lisboa: Edições 70 [1980].

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2012 [1935-36].

_____. Pequena História da Fotografia. In: **Magia e Técnica, Arte e Política** – Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas I. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012 [1931], p. 97-115.

_____. Sobre o Conceito da História. In: **Magia e Técnica, Arte e Política** – Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas I. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012 [1940], p. 241-252.

_____. Sobre Alguns Temas em Baudelaire. In: **Charles Baudelaire** – Um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010, p. 103-150.

BIAZUS, Paula O. **Estudo etnográfico sobre itinerários urbanos e a circulação de imagens e olhares em oficinas de fotografia pinhole**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BICUDO, Helio. A FEBEM e a Fundação Casa, 2010. Disponível em: <<http://helio-icudo.blogspot.com.br/2010/02/febem-e-fundacao-casa.html>>. Acesso em: 04 ago. 2013.

BORIN, Marisa do E. S. Requalificação da área central da cidade de São Paulo e as políticas sociais. In: BAPTISTA, Dulce M. T.; GAGLIARDI, Clarissa M. R. (orgs.). **Intervenções Urbanas em Centros Históricos: Brasil e Itália em discussão**. São Paulo: Educ-Editora da PUC-SP, 2011, p. 193-210.

BERGER, John. **Modos de Ver**. Lisboa: Edições 70, 1972.

BERGER, Mírela. Metodologia; A deficiência enquanto espetáculo. In: **A Projeção da Deficiência**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999, p. 41-45; 115-136.

BRITES, Olga. **Crianças de revistas (1930/1950)**. Educação e Pesquisa, vol. 26, no.1. São Paulo: Jan. a Jun.2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022000000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 ago. 2013.

CAIUBY NOVAES, S.; BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar T. da; FERRARI, Florencia; SZTUTMAN, Renato; HIKIJI, Rose S. G. (orgs.). **Escrituras da Imagem**. São Paulo: Editora da USP, 2004.

CAIUBY NOVAES, Sylvia. O uso da imagem na antropologia. In: SAMAIN, E. (org.). **O Fotográfico**. São Paulo, Hucitec, 1998, p. 113-119.

_____. Imagem e ciências sociais: Trajetória de uma relação difícil. In: BARBOSA, A.; CUNHA, E. T. da; HIKIJI, R. S. G. (orgs.). **Imagem-conhecimento: Antropologia, cinema e outros diálogos**. Campinas-SP: Papius, 2009, p. 35-60.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. Introdução, Parte I, II e III. In: **Cidade de Muros – Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, Editora 34, 2003 [2000], p. 9-210.

CAMPELO, Ricardo U. **Jovens encarcerados e dispositivos de contenção de revoltas**. Relatório Final PIBIC-Cnpq. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2010.

CANCLINI, Néstor G. **Imaginários urbanos**. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Palestra** [sobre democratização da comunicação – local sindicato dos Jornalistas de SP, em ago./12]. Disponível em: <<http://www.conversaafiada.com.br/pig/2012/08/31/chau-i-pig-produz-culpas-e-condena-sumariamente/>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

COLETIVO POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL. **Cidade Luz: uma investigação-ação no centro de São Paulo**. São Paulo: Ed. PI, 2008. Disponível em: http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2010/02/cidade_luz.pdf/. Acesso em: nov.2013.

COLLIER JR., John. **Antropologia Visual: a fotografia como método de pesquisa**. São Paulo: EPU-Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1973.

COLLOMB, Gérard. Imagens do outro, imagem de si. In: **Cadernos de Antropologia e Imagem**, Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UERJ, v. 6, n. 1, p. 65-80, 1998.

CONANDA, **Conceituação e Operacionalização para realização da 9ª. Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. In: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Brasília, DF, 2012, p. 1-44. Disponível em: <http://www.condeca.sp.gov.br/arquivos/2012/conferencias/Confer%C3%Aancia%20Nacional_2012.pdf>. Acesso em: jan.2014.

COPQUE, Bárbara A. Silva. **Meninos Fotógrafos ou a fotografia como fonte de conhecimento etnográfico**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.inarra.com.br/uploads/Dissertacao-ME-Barbara-Copque.pdf>>. Acesso em: nov. 2010.

COUTINHO, E. A verdade da filmagem In: OHATA, M. (org.). **Eduardo Coutinho**. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2013, p. 14-47.

CUNHA, Edgar T. da. Comunicação, tradução e alteridade: Imagens e pesquisa entre os Bororo do Mato Grosso. In: BARBOSA, A.; CUNHA, E. T. da; HIKIJI, R. S. G. (orgs.). **Imagem-conhecimento: Antropologia, cinema e outros diálogos**. Campinas-SP: Papirus, 2009, p. 177-198.

_____. Índio no Brasil: Imaginário em Movimento. In: **Escrituras da Imagem**. São Paulo: Fapesp; Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 101-120.

_____. *et al.* O vídeo e o encontro etnográfico. In: **Cadernos de Campo**, São Paulo: Departamento de Antropologia/FFLCH/USP, v. 15, n. 14/15, 2006, p. 288-298.

DELUMEAU, Jean. Medos de ontem e de hoje. In: NOVAES, A. (org.). **Ensaio sobre o medo**. São Paulo: Ed. Senac – Edições Sesc, 2007, p. 39-52.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Imagem-Montagem ou Imagem-Mentira; Imagem Parecida ou Imagem que quer Parecer. In: **Imagens Apesar de Tudo**. Lisboa: KKYM, p. 155-229, 2012.

DIPPIE, Brian W. Representing the Other: The North American Indian. In: EDWARDS, E. (editor). **Anthropology and Photography**. London: Royal Anthropological Institute, 1992, p.132-136.

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. Poema “O Constante Diálogo”. Disponível em: <<http://www.algumapoesia.com.br/drummond/drummond19.htm>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

EDWARDS, Elizabeth. Introduction. In: EDWARDS, E. (editor). **Anthropology and Photography**. London: Royal Anthropological Institute, 1992, p. 3-17.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Introdução. In: **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2000 [1994], p. 19-50.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA). Prefeitura de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

FEILITZEN, C. V.; CARLSSON, U. (orgs.). A Imagem da Criança na Mídia. In: **A criança e a mídia; imagem, educação, participação**. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2002 [1999], p. 85-158.

FIDELES, Nina. **De Febem a Fundação Casa**. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blog/2012/06/de-febem-a-fundacao-casa/>>. Acesso em: 04 ago. 2013.

FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz. **Estimativa do número de usuários de crack e/ou similares nas Capitais do País**. Disponível em: <<http://www.casacivil.gov.br/noticias/perfil-brasil.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

_____. **Perfil dos usuários de crack e/ou similares no Brasil**. Disponível em: <<http://www.casacivil.gov.br/noticias/perfil-brasil.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da População de Moradores de Rua da Área Central da Cidade de São Paulo**, 2010.

_____. **Censo e contagem de crianças e adolescentes na cidade de São Paulo**. Relatório Final da Terceira Etapa. 2007b (ago. 2007). Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/crianca-e-adolescente/censo-criancaeadolescente-sp>>. Acesso em: 04 fev. 2014.

_____. **Censo e contagem de crianças e adolescentes na cidade de São Paulo**. Relatório Final da Segunda Etapa. 2007a, (jul. 2007). Disponível em: <www.florianopesaro.com.br/.../criancas.../CensoFipeeSMADS-2-etapa.do...>. Acesso em: 04 fev. 2014.

FONTES JR.; João Bosco A. **Direito à Imagem**. 2006. Disponível em: <<http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Direito+%C3%A0+imagem>> Acesso em: 10 jan. 2013.

FRÚGOLI JR, Heitor; SPAGGIARI, Enrico. **Da cracolândia aos noias: percursos etnográficos no bairro da Luz**. São Paulo: Ponto Urbe, v. 6, 2010. Disponível em: <<http://www.pontourbe.net/edicao6-artigos/118-da-cracolandia-aos-noias-percursos-etnograficos-no-bairro-da-luz>>. Acesso em: 26 set. 2012.

FRÚGOLI JR, Heitor. Introdução. In: **Dossiê Luz**, São Paulo: Ponto Urbe, v. 11, 2012. Disponível em: <<http://www.pontourbe.net/edicao11-dossie-luz/261-introducao>>. Acesso em: 29 jan. 13.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Walter Benjamin**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GAMA, Fabienne de M. V. **A auto-representação fotográfica em favelas: olhares do morro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.inarra.com.br/uploads/Dissertacao-ME-Fabiene-Gama.pdf>>. Acesso em: fev. 2011.

GASTALDO, Édson L. Metodologia (Cap. 3), A representação do brasileiro na publicidade (Cap. 4, parte um). In: **A Nação e o Anúncio: a representação do “brasileiro” na publicidade da Copa do Mundo**. Tese (Doutorado em Multimeios) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000, p. 117-137; 138-222.

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, G. (orgs.). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003, p. 64-89.

GIORGETTI, Camila. Cap. 2. Pobreza, Desigualdade e Representações Sociais; e Cap. 4. Análise de conteúdo de notícias dos jornais Le Monde e Folha de São Paulo. In: **Entre o Higienismo e a Cidadania – Análise comparativa das representações sociais sobre os moradores de rua em São Paulo e Paris**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, e Institut d'Études Politiques de Paris, 2004, p. 43-55; 87-127.

_____. Introdução. In: **Moradores de Rua – Uma questão social?** São Paulo: Editora PUC SP, 2006, p. 19-97.

GREGORI, Maria Filomena. **Viração: experiências de meninos na rua**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2000.

GUARESCHI, Pedrinho. Introdução; “Sem dinheiro não há salvação”: ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais (Cap. 6). In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002 [1995], p. 17-25, 191-225.

HIKIJ, Rose Satiko G. **Imagem-violência mímesis e reflexividade em alguns filmes recentes**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ILANUD - Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delincente. **Mapeamento Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto**, Brasil, 2007. Disponível em: <http://www.viablog.org.br/conteudo/Mapeamento_Nacional_Meio%20Aberto_post%204.pd> Acesso em: 19 fev.2014.

JOFFE, Heléne. “Eu não”, “O meu grupo não”: Representações Sociais transculturais da AIDS (Cap. 9). In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002 [1995], p. 297-322.

JUSTO, Carmen S. S. **Os meninos fotógrafos e os educadores: viver na rua e no Projeto Casa.** São Paulo: Unesp, 2003.

KARA JOSÉ, Beatriz. As intervenções urbano-culturais no centro de São Paulo (anos 90). In: BAPTISTA, D. M. T.; GAGLIARDI, C. M. R. (orgs.). **Intervenções urbanas em centros históricos** – Brasil e Itália em discussão. São Paulo: EDUC, 2011, p. 171-192.

KRAMER, Sonia. **Autoria e autorizações: questões éticas na pesquisa com crianças.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14398.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2013.

LEITE, Miriam L. Moreira. **Retratos de Família.** São Paulo: Edusp, 2001 [1993].

LIMA, Maria Goretti L. de. **O índio na mídia impressa em Roraima.** Dissertação (Mestrado em Multimeios do Instituto de Artes) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

LOIZOS, Peter. Vídeo, Filme e Fotografias como Documentos de Pesquisa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, G. (orgs.). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som.** Petrópolis: Editora Vozes, 2003, p. 137-155.

MACDOUGALL, David. Novos princípios da antropologia visual. In: **Cadernos de Antropologia e Imagem**, Rio de Janeiro: UERJ, n. 21, p. 19-31, 2005.

_____. De quem é essa estória? In: **Cadernos de Antropologia e Imagem**, Rio de Janeiro: UERJ, n. 5, p. 93-105, 1995.

MACINTYRE, Martha; MACKENZIE, Maureen. Focal Length as an Analogue of Cultural Distance. In: EDWARDS, E. (editor). **Anthropology and Photography.** London: Royal Anthropological Institute, 1992, p. 158-164.

MAGNI, Claudia T. Sem-domicílio fixo, de objeto a sujeito de imagens: oficina de vídeo em uma associação parisiense. In: **Cadernos de antropologia e imagem**, Rio de Janeiro, v. 15, 2002, p. 91-100.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da Fotografia e da Imagem.** São Paulo: Editora Contexto, 2013 [2008].

_____. Apresentação. In: MARTINS, José de S., **O Imaginário e o Poético nas Ciências Sociais.** São Paulo: Edusc, 2005, 7-13.

_____(org.). **(DES)FIGURAÇÕES: A vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole.** São Paulo: Hucitec, 1996.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício da análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista**, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 13, n. 01, 2005. p. 133-174.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia.** Tomo II, p. 980. Barcelona: Editorial Ariel S.A., 1994.

MORIN, Edgar. Segunda parte: A Identidade Individual. In: **O Método 5. A Humanidade da humanidade.** Porto Alegre: Sulina, 2012 [2001], p. 73-160.

_____. **Cultura de Massas no Século XX, Volume I: Neurose. O Espírito do Tempo.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011 [1962].

_____. **O cinema ou o homem imaginário.** Lisboa: Relógio D'Água, 1997 [1956].

_____. Introdução Geral. In: **O Homem e a Morte.** Rio de Janeiro: Imago Editora, 1997 [1970], p. 9-105.

_____. Epistemologia da Complexidade. In: SCHNITMAN, Dora F. (org.). **Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 274-286.

_____. Primeira, Segunda e Terceira Partes. In: **O Paradigma Perdido – A natureza humana.** Lisboa: Publicações Europa-América, 1991 [1973], p. 7-151.

NJAINE, Kathie; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade. Ciência saúde coletiva,** São Paulo, v. 7, n. 2, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232002000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 ago. 2013.

NOVAES, Adauto. Políticas do Medo. In: NOVAES, A. (org.). **Ensaio sobre o medo.** São Paulo: Ed. Senac – Edições Sesc, 2007, p. 09-16.

OLIVEIRA, Mariana. Psiquiatra afirma sofrer pressão para internar menores da Cracolândia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2010/04/psiquiatra-afirma-sofrer-pressao-para-internar-menores-da-cracolandia.html>> Acesso em 11 fev.2014

OLIVEIRA, Roberto C. O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O Trabalho do Antropólogo.** São Paulo: Editora Unesp, 2000 [1998], p.17-35.

RAE-ELLIS, Vivienne. The Representation of Trucanini. In: EDWARDS, E. (editor). **Anthropology and Photography.** London: Royal Anthropological Institute, 1992, p. 230-233.

RUI, Taniele C. “Cimento não cura crack”: enfrentamentos urbanos (Cap. 4); Alteridades corporais (Cap. 5). In: **Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack.** Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012, p. 167-296.

SAMAIN, Etienne. A matriz sensorial do pensamento humano – subsídios para *redesenhar* uma epistemologia da comunicação. In: MÉDOLA, A. S.; ARAUJO, D.C.; BRUNO, F.(orgs.). **Imagem, Visibilidade e Cultura Midiática.** Porto Alegre: Editora Sulina. 2006, p. 63-79.

_____. Antropologia Visual e Fotografia no Brasil: vinte anos e muito mais. **Cadernos de Antropologia e Imagem,** Rio de Janeiro: UERJ, n. 21, 2005, p. 115-131.

_____. Um retorno à Câmara Clara: Roland Barthes e a Antropologia Visual. SAMAIN, E. (org.). In: **O Fotográfico.** São Paulo: Hucitec e Senac, 1998, p. 123-134.

_____. Oralidade, Escrita, Visualidade. Meios e modos de construção dos indivíduos e das sociedades humanas. In: JUNQUEIRA FILHO, L. C. (org.). **Perturbador mundo novo: história, psicanálise e sociedade contemporânea**. São Paulo: Escuta, 1994, p. 289-301.

SAMPAIO, Christiane. Crack: personalidade antissocial é tônica entre usuários. **Informe Escola Nacional de Saúde Pública** (ENSP), 2012. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/31006>>. Acesso em: 13 out. 2012.

SCHERER, Joanna C. The Photographic Document: Photographs as Primary Data in Anthropological Enquiry. In: EDWARDS, E. (editor). **Anthropology and Photography**. London: Royal Anthropological Institute, 1992, p. 19-32.

SCHWARCZ, Lilia M. **Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

SILVA, Juremir M. da. **As Tecnologias do Imaginário**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006 [2003].

SILVEIRA, Dartiu X. da. Aceita socialmente, álcool é a droga que mais preocupa especialistas. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2012/10/24/alcool-e-a-droga-que-mais-mata-mas-tambem-e-a-mais-consumida-e-aceita.htm#fotoNav=6>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

SONTAG, Susan. **Diante da Dor dos Outros**. São Paulo: Cia. das Letras, 2011 [2003].

SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais (Cap. 4). In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002 [1995], p. 117-145.

STREET, Brian. British Popular Anthropology: Exhibiting and Photographing the Other. In: EDWARDS, E. (editor). **Anthropology and Photography**. London: Royal Anthropological Institute, 1992, p. 122-131.

UNICEF. **A Convenção sobre os Direitos da Criança**. Disponível em: <http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2013.

VICENTIN, Maria Cristina G. Inventário de rebeliões. In: **A vida em rebelião: jovens em conflito com a lei**. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 59-192.

VIEIRA, Maria Antonieta; BEZERRA, Eneida M. R.; ROSA, Cleisa M. M. (orgs.). **População de Rua: Quem é, Como vive, Como é vista**. São Paulo: Hucitec, 2004.

XAVIER, Ismail. A janela do cinema e a identificação (Cap. I); A decupagem clássica (Cap. II). In: **O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência**. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 17-39.